EDITORA CONHECIMENTO LIVRE



GEOGRAFIA:

ENSINO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

VOLUME VIII

Adilson Tadeu Basquerote

Geografia: ensino, desenvolvimento e sustentabilidade

8ª ed.

Goiâna-GO
Editora Conhecimento Livre

Copyright© 2026 por Editora Conhecimento Livre

8ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Basquerote, Adilson Tadeu
B142G Geografia: ensino, desenvolvimento e sustentabilidade

/ Adilson Tadeu Basquerote. – Goiânia-GO

Editora Conhecimento Livre, 2026

285 f.: il
DOI: 10.37423/2026.edcl1325
ISBN: 978-65-5367-812-5
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. condições-climáticas 2. espaço 3. globalização I. Basquerote, Adilson Tadeu II. Título

CDU: 900

https://doi.org/10.37423/2026.edcl1325

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Conselho Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

Dr. Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

Dra. Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

Dr. Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo

Dr. Rodrigo Couto Santos

Dra. Milena Gaion Malosso

PHD Marcos Pereira Dos Santos

Editora Conhecimento Livre
Goiânia-GO
2026

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 6
DIREITO À CIDADE E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: DESAFIOS DA INCLUSÃO DA PESSOA IDOSA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DA ZONA NORTE DE MANAUS
Jackson Mota dos Reis
Maurício Pinto de Oliveira
Jonas da Silva Santos
Luis Augusto de Souza Cunha
Sabrina Matos Santiago
Nelcioney José de Souza Araújo
DOI 10.37423/260711111

CAPÍTULO 2 24
BIODIVERSIDADE, SUSTENTABILIDADE E ECOLOGIA POLÍTICA À LUZ DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO
Glaucia Maximin Mendes
Raimundo Lenilde de Araújo
DOI 10.37423/260711115

CAPÍTULO 3 44
QUANDO O MAPA É CONTESTAÇÃO: ENSINO DE GEOGRAFIA E IDENTIDADES TERRITORIAIS EM ÁREAS LITIGIOSAS
Geová Ferreira da Silva
Antonia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes
DOI 10.37423/260711128

CAPÍTULO 4 52
CONDOMÍNIOS: CIDADANIAS MUTILADAS, TERRITÓRIO USADO E ESPAÇO BANAL.
Elinton Fabio Romão
Monique de Carvalho Cruz
DOI 10.37423/260711130

CAPÍTULO 5 70
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE NITERÓI
Elinton Fabio Romão
DOI 10.37423/260711131

CAPÍTULO 6 82
VERTICALIZAÇÃO “PÉ NA AREIA” E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: ANÁLISE DO BAIRRO DE GUAXUMA, CIDADE DE MACEIÓ - ALAGOAS.
Adeilan Rocha Oliveira
Paulo Rogério de Freitas Silva
DOI 10.37423/260711132

CAPÍTULO 7 101
VALORACIÓN FUNCIONAL DE LOS ECOSISTEMAS NATURALES COSTEROS EN CINCO MUNICIPIOS DE CUBA COMO BASE PARA MEDIDAS DE ADAPTACIÓN AL CAMBIO CLIMÁTICO
María Mercedes León Rodríguez
Idalmis Almeida Martínez
Yudelsy Carrillo Betancourt
Miguel Ribot Guzmán
Karina Velazco
Wendy Arredondo Argudin
Adilson Tadeu Basquerote
DOI 10.37423/260711135

CAPÍTULO 8 121
ENERGIA EÓLICA E SUSTENTABILIDADE SOCIOESPACIAL NO ALTO SERTÃO DA BAHIA
Sofia Rebouças Neta Pereira
Polliana Bezerra de Oliveira
DOI 10.37423/260711140

CAPÍTULO 9 136
RELATO DE EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL E TERRITORIAL NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO IFPB-CAMPUS CABEDELO-PB
Venâncio Severiano Dantas Neto
Gabrielle Diniz dos Santos
Carlos Roberto Albuquerque Alves
DOI 10.37423/260711141

CAPÍTULO 10 144
A POLARIZAÇÃO REGIONAL E A IMPORTÂNCIA FUNCIONAL DA CIDADE DE CERES NO TERRITÓRIO GOIANO
Wagner Abadio de Freitas
Fernando Luiz Araújo Sobrinho
DOI 10.37423/260711144

CAPÍTULO 11 163
AS CONTRIBUIÇÕES DAS IDEIAS DE JOSUÉ DE CASTRO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DIANTE DAS MÚLTIPLAS FORMAS DE FOME
Clézia Aquino de Braga
Nielson da Silva Bezerra
DOI 10.37423/260711148

CAPÍTULO 12 172
CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS FINAIS DO CURSO DE GEOGRAFIA PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL
Lucas Paulo Ngulube
Carlitos Luiz Sitoie
DOI 10.37423/260711154

CAPÍTULO 13 184
PERSPECTIVAS DA REESTRUTURAÇÃO URBANA NO BAIRRO JARDIM DAS AMÉRICAS EM CUIABÁ - MT
Astor Träsel Junior
Adriana Queiroz Nascimento Pinhorati
Sônia Regina Romancini
DOI 10.37423/260711156

CAPÍTULO 14 203
AS CIDADES MÉDIAS NA REDE URBANA DA AMAZÔNIA:UMA ANÁLISE DE MACAPÁ-AP
Antonio Carlos Rodrigues dos Santos
DOI 10.37423/260711174

CAPÍTULO 15 220
CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ASSENTAMENTO RURAL AMARELINHA DE CIMA NO MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS - PB
Vivaldo Luis de França
Lincoln da Silva Diniz
DOI 10.37423/260711176

CAPÍTULO 16 238
MERCADO DA REPARAÇÃO: CAPITALISMO DE DESASTRE E REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NO DESASTRE DA SAMARCO
Matheus Alfradique Tinoco Gomes
DOI 10.37423/260711193

CAPÍTULO 17 268
O RELEVO ESCULTÓRICO INDÍGENA DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO: ANÁLISE ICONOLÓGICA DA PAISAGEM BARROCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)
Edimilson Antônio Mota
DOI 10.37423/260811207

Capítulo 1

10.37423/260711111

DIREITO À CIDADE E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: DESAFIOS DA INCLUSÃO DA PESSOA IDOSA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DA ZONA NORTE DE MANAUS

Jackson Mota dos Reis — *Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*

Maurício Pinto de Oliveira — *Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*

Jonas da Silva Santos — *Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*

Luis Augusto de Souza Cunha — *Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*

Sabrina Matos Santiago — *Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*

Nelcioney José de Souza Araújo — *Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*

INTRODUÇÃO

O presente artigo irá aborda o processo de envelhecimento populacional e sua inclusão nos espaços públicos de lazer na zona norte da cidade de Manaus. Tal fenômeno e um processo crescente e irreversível que permeiam as estruturas políticas, econômicas, urbanistas e sociais, exigindo reformulações das estruturações sociais. O envelhecimento populacional apresenta-se de forma crescente, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2022 “Em 1980, o Brasil tinha 6,1% da população com 60 anos ou mais de idade. Já em 2022, esse grupo etário representou 15,8% da população total e um crescimento de 46,6% em relação ao Censo Demográfico 2010”.

Diante disso, perguntas pertinentes surgem a respeito de quais as consequências diretas dessas transformações demográficas, que se tornam, a cada dia, mais evidentes e complexas, bem como de que forma é possível pensar criticamente sobre as condições de realidades dos idosos nos espaços de lazer no que se refere à saúde, bem-estar e à inclusão social do idoso, e, ainda, como se constituem como espaços de interação intergeracional e cidadania ativa. Com efeito, nunca antes a cidade, caracterizada por processos de exclusão e desigualdade, cresceu territórios ricos em segregação espacial e políticas ineficientes que não têm contribuído com equidade para o campo dos direitos à cidade oferecidos aos sujeitos, criando, com isso obstáculos de acessibilidade, falta de políticas públicas, planejamento e recursos escassos vindos de um Estado débil, condições de segurança e falta de adequação de equipamentos específicos.

Este panorama põe à vista não somente a falta de planejamento e gestão dos recursos urbanos, mas também a reedição da invisibilização estrutural que sonega aos mais velhos o acesso pleno à cidade. As políticas públicas, ainda que reconheçam a importância do envelhecimento ativo, frequentemente carecem de uma abordagem integral e inclusiva que considere os espaços públicos de lazer como ferramentas centrais para a reconstrução das cidades

Assim, o presente artigo tem por objetivo investigar de que forma esses ambientes são apropriados e experimentados pela população idosa e identificar os principais desafios e oportunidades para a sua verdadeira incorporação ao cotidiano da cidade. Com a justificativa de encaixar criticamente a relação entre idosos e espaços públicos de lazer em face de seus desdobramentos para o fomento ao envelhecimento ativo e aos desafios contemporâneos ao planejamento urbano.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta etapa apresentaremos os autores e as leis que serão trabalhados no desenvolvimento do projeto de pesquisa, usaremos como embasamentos teóricos, alguns textos discutidos ao longo da disciplina de territorialidade do curso de mestrado em geografia, do programa de pós-graduação da universidade federal do Amazonas – UFAM. A temática de pesquisa os espaços públicos de lazer têm um papel fundamental na promoção da qualidade de vida dos idosos, especialmente no que se refere à socialização, ao bem-estar físico e psicológico e à inclusão social. Como apresenta Milton Santos em seu livro: Sociedade e espaço a formação social como teoria e como método.

> Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos . Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 1977, p. 91)

Santos menciona que o espaço constitui um componente básico da totalidade social e até é condição para a evolução das restantes estruturas. Consequentemente, a política territorial deveria priorizar a criação de espaços públicos de lazer para idosos, onde a possam promover a socialização, saúde e qualidade de vida. Ou seja, a possibilidade para prática de atividades físicas nos espaços públicos, como praças, parques e academias ao ar livre, faz grande diferença para a saúde física dos idosos. O ambiente cultural, de convívio e partilha com os pares ou entre gerações combate o isolamento e promove o senso de pertencimento e, dessa forma, a autoestima e a satisfação da pessoa idosa e à redução dos conflitos intergeracionais, criando uma sociedade justa e inclusiva.

Nesse aspecto, a Lei n º 10.741/2003 – O Estatuto do idoso é uma das principais legislações de garantia dos direitos das pessoas com 60 anos ou mais, entre eles o lazer, esporte, cultura e qualquer outros produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. Fazendo com que os idosos possam compartilhar mais experiência e conhecimentos com outros grupos etários, que nesses encontros em áreas de lazer e bem esta, gerará não somente vínculos afetivos, como viveis a redes de apoio essenciais para o envelhecimento saudável.

Outro autor a ser debatido na temática de estudo, será: Paulo Cesar da Costa Gomes, com seu artigo: Espaços públicos e territórios. As relações entre espaço e poder na Geografia. Gomes defende que o espaço público é fundamental para a interação entre indivíduos diversos. Ele sugere que esses espaços públicos de lazer são arenas onde a alteridade se manifesta, permitindo a visibilidade e o reconhecimento das diferenças.

> Em resumo, o conceito de espaço público nos conduz a refletir essencialmente sobre a possível interação entre indivíduos diferentes que compartilham um mesmo espaço–como organizá-lo, como habitá-lo, como garantir a livre manifestação da diversidade sem comprometer as bases da convivência? –. Esse espaço, assim construído e vivido, tem uma relação essencial com a ideia de cidadão e com a dinâmica que caracteriza suas ações: a política (GOMES, 2020, p. 166)

Com base no autor iremos analisar os efeitos dos espaços públicos de lazer, e sua relação para a promoção da convivência social dos idosos, permitindo que pessoas de diferentes idades se encontrem e interajam. Gomes enfatiza que esses locais devem ser pensados para garantir a participação de todos, incluindo idosos, que frequentemente enfrentam barreiras à sua inclusão sociais.

Usaremos o Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus, como embasamento em lei de urso e ocupação do solo na cidade. O mesmo estabelece diretrizes para o desenvolvimento da cidade, incluindo a criação áreas de lazer públicas, fator de análise para o projeto de pesquisa. A lei orgânica do município de Manaus – LOMAN, no plano Diretor Urbano e Ambiental da Cidade Manaus na Lei 3332 de 16 de janeiro de 2014, com a lei complementar Nº 07, de 25 de julho de 2016 e lei complementar de Nº 14 de janeiro de 2019, da lei orgânica da cidade do município de Manaus. Instituem paramentos para o ordenamento territorial da cidade. Em seu artigo 33º, alínea I, artigo 34º, alínea II, III, V e VI, apresentam a criação de áreas de lazer púbicos no processo de ordenamento territorial e as questões ambientais da cidade de Manaus.

> Art. 33. As calçadas, praças, áreas de lazer, unidades de conservação que permitam seu uso, orlas dos rios e demais espaços públicos são bens de uso comum do povo, destinados à circulação de pessoas, atendendo a todos os parâmetros de acessibilidade universal e à convivência social, devendo estar de acordo com a norma específica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos quais somente serão permitidos outros usos na forma da legislação própria. § 1º Em relação às calçadas, deverão estar de acordo com a norma específica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quanto às larguras mínimas de circulação, atendendo a todos os parâmetros de acessibilidade universal e de mobilidade inclusiva para todas as pessoas, atendendo, também, à obrigatoriedade de arborização, dentre outras condições. (LOMAN,2019, p.18) Art. 34. A estratégia de qualificação dos espaços públicos é complementada pelas seguintes ações específicas:II - Criação de praças e parques e revitalização das praças existentes de acordo com as normas específicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); III - Construção de calçadas, ciclovias e passarelas, de acordo com as normas específicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em todas as vias a serem recuperadas, quando possível; V - Criação de novas áreas de lazer para 19 crianças e jovens, de acordo com as normas específicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); VI - Garantia de acesso para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, de acordo com as normas específicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em todos os espaços públicos. (LOMAN,2019, p. 18)

Observamos que as leis caracterizam os aspectos de criação e manutenção das áreas de lazer na cidade de Manaus, com este embasamento iremos analisar os efeitos das leis no urso desses espaços públicos no processo de envelhecimento populacional da cidade, caracterizando um ponto essencial no projeto

de pesquisa da temática analisada. Mostrando que legislação garante o direito e manutenção de áreas públicas de lazer, promovendo um envelhecimento ativo e uma partição cidadã na sociedade.

Outra analise a ser realizada, será os efeitos dos espaços públicos no processo do envelhecimento, nesta temática usaremos como embasamento o artigo: O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas de Eduardo Alexandre Ribeiro da Silva e Gleice Azambuja Elali. Os autores pesquisaram sobre a importância do lazer em áreas públicas para saúde dos idosos.

> De acordo com a literatura, ambientes cujas instalações e arranjos espaciais convidam à atividade proporcionam estímulo para que o idoso possa adotar uma postura mais ativa. Manter-se ativo e produtivo, segundo a Teoria da Atividade, faz com que o idoso sinta-se útil, propicia o sentimento de felicidade e bem-estar, resulta em reconhecimento social e beneficia a construção de uma imagem positiva de si mesmo e de satisfação em relação à vida. (SILVA et el. ELALI, 2015, p.389)

Os autores apresentam em suas análises de estudos, resultados que levam o processo de envelhecimento ser aproveitado da forma satisfatória na inclusão social dos espaços de lazer públicos. Com esse embasamento iremos pautar a linha de investigação no processo de estudo, assim analisando os efeitos na produção espacial de lazer para o bem-estar das pessoas idosas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta estudo de características bibliográficas, usando uma abordagem qualitativa como analise interpretativa. Fundamental na pesquisa acadêmica, especialmente em estudos exploratórios e teóricos, ao permitir a análise, comparação e síntese de conhecimentos já produzidos sobre um determinado tema. Esse método consiste na identificação, seleção e análise de obras científicas, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos técnicos oficiais, com o objetivo de compreender as contribuições de diferentes autores e construir uma base sólida de conhecimento da temática em questão.

Como apresentando por Pizzani et al. (2012, p. 54), a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como “[...] a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico” e o levantamento bibliográfico pode ser realizado “[...] em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes”.

Dessa forma, a metodologia bibliográfica não apenas valida a fundamentação teórica de uma investigação científica, mas também cria novos olhares acerca de temáticas atuais e vigentes.

Associada à crítica rigorosa e acadêmica, a metodologia contribui para expandir o conhecimento científico, estimular a inovação e desencadear reflexões críticas a respeito do objeto de estudo.

Como bases de analises na pesquisa iremos investigar o processo de inclusão dos idosos nos espaços de lazeres púbicos da zona norte da cidade de Manaus, a relação do envelhecimento populacional com as transformações nas áreas urbanas e os impactos nessa estrutura etária. Buscaremos nos livros, artigos, documentos públicos disponíveis, revistas e qualquer forma de gêneros textuais, alguma referência a abordam a temática da pessoa idosa ou ao processo de envelhecimento e sua relação com espaços públicos de lazeres, com o propósito de verificar a possíveis abordagem para a qual os idosos ou o processo de envelhecimento são apresentados no processo de formação de identidade social.

Seguiremos a seguinte estruturação do projeto de pesquisa: tema e problema de pesquisa, bem como a busca e seleção de recursos, análise de recursos, organização e sistematização de informações, validação e interpretação. Os passos constituirão a base teórica ideal que, juntamente com a experiência e o conhecimento anterior, levará a uma análise abrangente do tópico em questão. Assim, busca-se uma maior criticidade dos processos em si ao colocar o estudante no papel de analisador da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos fundamentos bibliográficos, remos analisar e expor o tema da pesquisa das áreas públicas de lazer e sua relação com o processo de envelhecimento populacional na área norte da cidade de Manaus. Tendo como objetivo central do estudo a análise e identificação dos possíveis efeitos que poderão ou estar ocasionando em idosos que frequentam as áreas de lazeres públicos.

Manaus apresenta um aspecto urbano e populacional interessante, tem uma população de proximamente de 2.063.689 e a densidade demográfica de 181,01 por quilômetro quadrado com estimativa para 2024 de 2.279.689, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE censo 2022. Colocando a cidade como a mais populosa da região norte do país, esse processo de crescimento populacional exige reestruturações dos espaços urbanos para atender as necessidades populacionais.

Figura 1 - Imagem de satélite (Google Earth) com divisão da zona urbana de Manaus.



Fonte: Serviços geológico do Brasil. Disponível em:
https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/25628/14/relatorio_manaus_am_2025.pdf

Nesse aspecto destaca-se a "zona norte da cidade que se apresenta como a regiões mais populosa" (IBGE, censo 2022), tendo assim aspectos relevantes para análise, pois apresente especificidades ambientais e socioculturais que influenciam na qualidade social do envelhecimento populacional, na reconstrução de espaço públicos como elementos fundamentais para a promoção do bem-estar, da inclusão social e da mobilidade dessa parcela da sociedade. Neste sentindo Santos apresenta.

> Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira especificidade dos lugares. (SANTOS, 1977, p.87)

Os espaços públicos apresentam-se como uma reflexão social, a função e a forma espacial descrita por Santos, depende redistribuição do espaço. Portanto, os espaços públicos de lazer precisam ser planejados para garantir que os idosos tenham acesso e possam usufruir de atividades que melhorem sua qualidade de vida, reafirmando a importância desses lugares na vida social. Desenvolvendo políticas públicas de inclusão e territoriais especificas e que funcione para o aspecto das pessoas idosas ao projetar e implementar novos espaços de lazer. Além disso, a inclusão não pode ser tratada de forma isolada, mas deve ser uma parte heterogênea das políticas sociais. Nesta abordagem Gomes, participa da ideia de os espaços públicos serem arenas de interações sociais, visibilidade e participação social no processo do envelhecimento.

> A visibilidade é uma qualidade do público porque é fruto de uma interação aberta, na maior parte das vezes, entre desconhecidos que tomam parte em algo, sobre o qual incidem regras que garantem a isonomia e a participação de todos, independentemente dos fatores pessoais ou familiares. Assim, parece inequívoco o papel fundamental da espacialidade no estabelecimento desses ambientes de visibilidade e de troca entre desconhecidos. (GOMES, 2020, p. 164)

As políticas que devem suportar a criação de espaços públicos de lazer não apenas proporcionam acessibilidade, mas também promovem a visibilidade dos idosos dentro da sociedade. A presença dos idosos nos espaços públicos ajuda a construir um senso de comunidade e pertencimento, essencial para a saúde psicológica e social dos mesmos, ocasionando a diminuição dos conflitos etários entre os agentes que usam os espaços públicos de lazer e promovendo desta forma uma sociedade inclusiva.

Portanto, as políticas que devem apoiar a capacidade de os espaços públicos de lazer serem criados não fornecem apenas acessibilidade, mas criam visibilidade dos idosos na sociedade. Sua presença nesses espaços permite que desenvolvam um senso de comunidade à medida que participam de atividades. Os idosos precisam do sentido de pertença para a saúde psicológica e social, ocasionando a diminuição dos conflitos entre gerações que usam os espaços públicos de lazer, promovendo uma sociedade inclusiva.

> Um tipo similar de morfologia urbana, em outro ponto da cidade, certamente apresentará outra composição da diversidade social. Uma cidade pode ter muitas praças, muitas ruas, muitos parques, mas cada um deles é animado por uma vida urbana e social diferenciada. Isso equivale a dizer que há graus e vivências muito diversas daquilo que chamamos de público, mesmo quando são considerados espaços bastante limitados como, por exemplo, na escala de um bairro em uma cidade contemporânea. (GOMES, 2020, p. 164)

Gomes apresenta os espaços públicos como arenas onde ocorre a interação social. Desse modo, a promoção de espaços de lazer inclusivos contribui para que os idosos se sintam valorizados e reconhecidos na sociedade. Está situação leva a efetividade ou falta da mesma, das políticas territoriais que deve se refletir na criação de ambientes inclusivos, incentivando a convivência e a participação ativa dos idosos, nos espaços de lazeres públicos. Essa ação se torna uma forma de garantir que esses indivíduos possam participar plenamente da vida comunitária. Assim, se desenvolverá infraestruturas adaptadas a essa faixa etária que incluem bancos em parques, calçadas largas e áreas seguras para a mobilidade. Tais políticas territoriais devem não somente abordar a criação de espaços públicos e sua acessibilidade, mas também promovem a visibilidade dos idosos dentro da sociedade. A presença dos idosos nos espaços públicos ajuda a construir um senso de comunidade e pertencimento. Afinal, as relações geracionais são vitais para auxiliar no conflito etário e numa sociedade inclusiva e, portanto, essencial para a saúde psicológica e social dos idosos. Nesta abordagem a Lei n. º 10.741/2003 – O

Estatuto do idoso, de 1º de outubro de 2023, em seu artigo 2º, inciso 2, redação dada pela lei 14.423 de 2022, assegura.

> A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (GOV,2022)

A lei estabelece os direitos dos idosos, assegurados seu bem-esta social, fundamental para um processo de envelhecimento digno e humano, os espaços públicos de lazer. Trazem uma vertente para preservação e melhoramento da saúde no processo de envelhecimento populacional. Além dos aspectos físicos, a relação dos idosos com os espaços públicos também está atrelada a fatores socioculturais. A utilização de praças, parques e centros de convivência desempenha um papel crucial na manutenção da saúde física e mental da população idosa, possibilitando a prática de atividades recreativas, exercícios físicos e interações sociais. Essa importância e dada no artigo 9º da mesma lei. "É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. " (GOV.2022). Portanto o estado em todas as esferas públicas tem por obrigação a garantia assegura a promoção à saúde e a vida das pessoas idosas e isso leva a preservação e criação de áreas de lazer públicos como forma alcançar diretrizes sociais. Essas obrigações são reforçadas no artigo 10º, incisos 1ª,4º e 5º. Redação dada pela lei 14.423 de 2022.

> É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis. I – Faculdade de ir vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; IV – Prática de esportes e de diversões; V – Participação na vida familiar e comunitária. (GOV,2022)

As obrigações dadas pelo sistema público aos idosos, regem toda estrutura de assistencialismo do ao bem-esta social e ao processo de uma inclusão aos espaços de lazer públicos, porém esses aparatos apresentados, realmente atendem as necessidades dessa parte da população, o processo de envelhecimento e devidamente amparado pelo sistema público na cidade, os idosos tem acesso a todos ou parcialmente ao processo de dignidade social nos espaços de lazeres públicos na cidade ou na região analisada. Essas são indagações pertinente ao processo de inclusão dos idosos em áreas públicas de lazeres.

Nesse sentido, em Manaus, muito se sofre quanto à acessibilidade e, muito mais com relação ao atendimento nos espaços públicos. Ocupa uma posição muito incômoda em termos de localização,

onde o planejamento da infraestrutura urbana é desigual em muitas áreas. As deficiências no fornecimento de espaços públicos adequados para os idosos estão associadas ao rápido e baixa qualidade do processo de urbanização. A urbanização da cidade ocorre de forma acelerada, desigual, com expansão desorganizada para áreas periféricas, e a infraestrutura urbana é muito inadequada. Tal realidade é visível em áreas de ocupações irregulares em toda cidade como apresentado nas mídias locais e nacionais, apresentado frequentemente os desastres ocorrido em áreas de ocupação irregulares.

> Mais de 112 mil pessoas vivem em 438 setores classificados como de risco alto e muito alto para desastres como inundações, alagamentos, enxurradas, erosões e deslizamentos. Os dados são da atualização do mapeamento de áreas de risco geológico da cidade, divulgado pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB). De acordo com o estudo, a capital amazonense possui 362 setores de risco alto e 76 de risco muito alto para os desastres. O trabalho de campo ocorreu entre junho de 2024 e abril de 2025. (G1. AM 2025)

E nessas características de ocupação irregulares, ausência de planejamento territorial e a segregação socioespacial, debate-se o questionamento do ordenamento territorial da cidade. Consequentemente Manaus apresenta-se com uma configuração territorial desestruturada, ocasionado pela falta de políticas territoriais e pela ordenação urbana, voltada para o processo de envelhecimento população. Na cidade há várias áreas de lazer públicos que atraem boa parte da população manauara, portanto a zona analisa apresenta aspectos de baixo desenvolvimento e os que funcionam apresentam estruturação inadequadas para a população idosa, levando a uma retração por parte dessa população o uso das áreas. Silva e Elali (2015), apresentam que “O estado de precariedade, insuficiência e inadequação desses espaços são os maiores responsáveis pela baixa participação dos idosos nas praças, o que aponta a necessidade de aprimoramento das políticas públicas nesse campo”.

Essa estrutura deficiente que se encontra as áreas de lazer na região norte da cidade, com calçadas irregulares, ausência de mobiliário urbano adequado, falta de sombreamento, barreiras arquitetônicas e sem citar a falta de segurança pública, colocam-se como alguns dos entraves que comprometem a mobilidade e a segurança dos idosos nos espaços urbanos públicos da região norte da cidade. Neste contexto configura-se as insuficiências de políticas públicas voltadas à adequação e ampliação desses espaços públicos, voltado ao lazer e a segurança, esse descaso público limita a participação ativa dos idosos na vida urbana, restringindo sua autonomia e aumentando os riscos de isolamento social, as doenças físicas e mentais.

Pois o estatuto do Idoso em seu artigo 50º, inciso 9º, apresenta que o estado tem obrigações com os idosos como “promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer”. Tendo como órgãos fiscalizadores, artigo 52º, Redação dada pela lei 14.423 de 2022. “As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos da Pessoa Idosa, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei”.

A lei orgânica do município de Manaus – LOMAN, no plano Diretor Urbano e Ambiental da Cidade Manaus em seu artigo 2º, inciso 5º. “A. das condições básicas de vida; B. da mobilidade urbana em todo o território municipal, com ênfase na acessibilidade da pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida; D. da implementação do desporto e do lazer”. As legislações vigentes apresentam diretrizes para o bem-esta social dos idosos, em sua estruturação as obrigações, deveres, agentes de fiscalização e condições básicas para manutenção territorial e social no processo de envelhecimento populacional. Então o que leva a falta ou quase anualidade de planejamento urbano integrado e a falta de investimento na requalificação dos espaços públicos, levando a exclusão da população idosa do convívio social e da utilização plena da cidade. A dificuldade de financiamento seria uma das questões, mais há recursos oriundos das esferas federais, estaduais e do próprio município para estruturação e restruturação dos espaços públicos, como exemplo o programa pró-cidades do governo federal, GOV (2024) “O financiamento é realizado pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano”. Tem como finalidade.

> Financiamento de intervenções estruturantes, realizadas a partir da qualificação do espaço público, da democratização do acesso aos equipamentos e mobiliários urbanos, do estímulo à utilização de imóveis vazios e ociosos prioritariamente para habitação de interesse social; e do uso de tecnologias para cidades inteligentes. O Programa apresenta duas modalidades de aplicação: reabilitação de áreas urbanas e modernização tecnológica urbana. (GOV 2024)

Portanto a falta de financiamento na restruturação dos espaços públicos não poderia ser usada totalmente como indulto, pois, a recursos em leis e programas de ordenamentos urbanos. Poderíamos citar outros financiamentos para políticas públicas de estruturação dos espaços públicos de lazer, como os programas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), caixa, bancos estaduais e agencias de fomentos. Então o que leva a ausência de requalificação dos espaços públicos de lazer? Uma pergunta bem pertinente, onde as legislações, os programas de financiamento e as políticas de ordenamento urbano são amplamente debatidos nos meios sociais. Esta situação se aprofunda quando analisamos o artigo 21º, alínea 2º a/d, da lei orgânica do município de Manaus – LOMAN.

> II - Programa de Melhoria da Circulação e Acessibilidade Urbana, objetivando a qualificação dos logradouros públicos e o ordenamento dos sistemas operacionais de tráfego, mediante. a)

> priorização dos pedestres, das pessoas com deficiência e das pessoas com baixa mobilidade nas vias, ordenando e padronizando os elementos do mobiliário urbano e a comunicação visual, implantando e ampliando a arborização, implantando, nivelando e recuperando as calçadas ocupadas com usos impróprios; d) garantia da acessibilidade universal autônoma e segura aos usuários do espaço urbano, priorizando as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e os pedestres. (LOMAN, 2019)

Nesse aspectos observamos que as leis municipais abordam o processo de acessibilidade urbana, demostrando que políticas de ordenamento territorial são elaborados no espaço urbano da cidade, porém sua efetividade não ocorrem na área de estudo, em algumas partes da cidade esse processo e efetivado e estruturado, mais na região norte as áreas públicas, desfrutam de precarização em sua estrutura física e social, levando ao quase abandono destas áreas de lazer, deixando a marginalização social tomar conta desses lugares, ocasionando uma exclusão dos idosos e dos moradores em outras faixa etária. O processo de ocupação irregular da região norte da cidade, deixaram poucas áreas de lazer e as que sobram, tem poucas ou quase nadas de estruturas que atraem e der segurança para as práticas de atividades físicas, culturais e mentais das pessoas idosas. As áreas de lazeres públicos na região norte de Manaus, apresentam configurações distintas, vão desde parques estruturados até áreas abandonadas, entregue a marginalização e confrontos sociais, até centros de pesquisas e museus estruturados, como exemplos: o museu da Amazônia – MUSA.

Figura 2 - zona urbana e a área de floresta do Museu da Amazônia, na Zona Norte da cidade.



Fonte: Adriano Liziero/Museu da Amazônia. Disponível em:https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/11/15/visita-de-biden-o-que-e-o-musa-museu-com-1km-de-floresta-primaria-em-plena-area-urbana-de-manaus.ghtml

Localizado no bairro Cidade de Deus “considerado uma das maiores favelas brasileiras”, tem como aspecto uma área de reserva florestal do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, áreas destinadas a pesquisas, exposições culturais e centro de convivência. Essas características levam essa área como nobre, pois há, segurança, incentivo à cultura e ao bem-esta, porém nem toda população

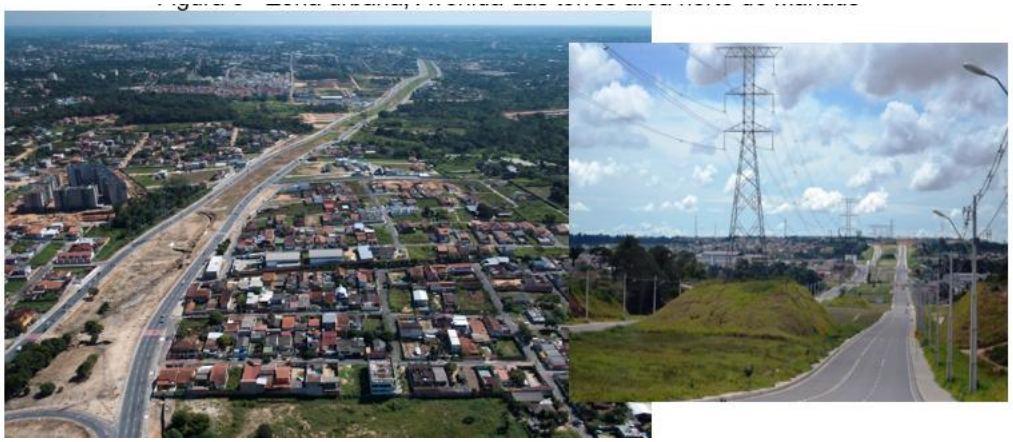
tem acesso a tal lugar, por aspectos geográficos de deslocamento e econômicos, pois a populações tanto próximas quando mais afastadas de classe econômicas baixas, não desfrutam do lugar por questões socioeconômicas. Nesta linha de pensamento abordamos as áreas de lazer em bairro que os moradores têm fácil acesso, em bairros periféricos da zona norte da cidade de Manaus. Segundo o censo de 2022 do IBGE, Manaus apresenta um conjunto de favelas "comunidades urbanas", que estão entre as 20 maiores do país. "4º Cidade de deus, 7º Comunidade são Lucas, 12º Zumbi dos Palmares, 13º Santa Etelvina, 15º Colônia Terra Nova e 20º Grande Vitória".

Observamos que metade das maiores áreas urbanas periféricas de Manaus estão na zona norte " 4º,13º e 15º colocações apresentadas no texto acima", isso leva nossa área de estudos ser classificadas como populações de baixa renda. Caracterizando Manaus com um ordenamento urbano fragmentado e repleto de complicações socioespaciais. Podemos observar essa estruturação defendida na reportagem do jornal acrítica sobre o tema, na visão de uns dos maiores especialistas urbanos da cidade, o professor doutor Marcos castro da renomada universidade federal das amazonas – UFAM. "Manaus, uma metrópole feita aos pedaços" Castro 2023.

> Manaus nunca esteve preparada para esse crescimento. É preciso considerar o poder de atração da cidade e planejar políticas de moradia. Manaus foi crescendo muito a partir dessas ocupações de terras públicas ou privadas que não foram precedidas de urbanismo, de um estudo prévio, de uma racionalidade urbanística prévia. As pessoas desmatavam, ocupavam e só depois o Estado, e me refiro às gestões estadual e municipal, colocavam a estrutura no espaço que já havia sido produzido precariamente. CASTRO 2023

Analise de Castro 2023, confirma que o que estamos apresentando, referente ao ordenamento urbano da cidade, pois a falta de seriedade do poder públicos nas políticas territoriais urbanas, levam a consequências negativas da sociedade e principalmente do desenvolvimento do bem-esta social da população idosas na cidade e nos espaços públicos de lazer. Como no caso da avenida das flores, um prolongamento da avenida Governador José Lindoso, popularmente chamada de avenida das torres.

Figura 3 - Zona urbana, Avenida das torres área norte de Manaus



Fonte: Wikipédia. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Av-das-Torres-Manaus.jpg

Em grande parte de sua extensão, apresenta áreas que poderiam ser usadas para criação de espaços públicos de lazer acessíveis e adaptados ao processo de envelhecimento populacional, integrando outras secretarias e não só realizar um ordenamento urbano, mais uma expansão de ações sociais para o processo inclusão social em todos os aspectos etários.

Portanto precisam de ações diretas do poder público para manutenção, reconstrução e desenvolvimento de áreas de lazer para a população e principalmente para o aspecto etário analisado nesse estudo. A relação entre os espaços públicos, as legislações vigentes e as políticas territoriais para áreas públicas de lazer em Manaus refletem desafios colossais no processo de restruturação dos espaços urbanas, onde esses três eixos principais na estruturação urbana andam em conflito, muito dificilmente irão conseguir a construção de uma cidade mais inclusiva para o processo de envelhecimento na cidade. As efetivações das políticas públicas das legislações comtemplariam as necessidades dos idosos e a conscientização da sociedade sobre a importância da acessibilidade, o bem-esta social, seriam fundamentais para assegurar que o envelhecimento ocorra com dignidade e qualidade de vida. Como mostrado por Silva e Elali em seus estudos psicossociais em 2015.

> As necessidades dos idosos são em geral as mesmas das pessoas de outras idades. Contudo, os idosos estão em uma condição física que requer uma atenção maior a fim de que sua permanência no local seja convidativa, agradável e proporcione mais bem-estar do que incômodos e preocupações. SILVA et el. ELALI, (2015, p.388)

Nesse sentido, os autores demostram que as áreas de lazeres públicas urbanas necessitam de uma articulação entre poder público, as legislações, a sociedade civil e aos órgãos oficiais fiscalizadores “Ministério Público”, atuem de forma estratégica, integrada e sincronizadas na elaboração do ordenamento urbano, na mobilidade e na inclusão da população idosos nos meios sociais, através de

espaços urbanos inclusivos, seguros e atrativos para o convivo social etário. Isso não e visto no processo de ordenamento urbano de Manaus, pois apesar da existência de iniciativas como o "Plano Diretor de Manaus", programas de incentivos e legislações ao ordenamento territorial e a criação de espaços públicos de qualidade, a implementação dessas políticas é frequentemente limitada pela falta de vontade política, recursos e pela ausência de fiscalização adequada, levando a cidade a Manaus apresenta deficiências significativas na provisão e manutenção desses espaços públicos de lazer e consequentemente ao déficit de parques, praças e centros de convivência compromete o direito ao lazer e à socialização, impactando especialmente populações vulneráveis, como a exclusão dos idosos nos espaços públicos de lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática utilizada no projeto de pesquisa, neste artigo dos espaços púbicos de lazeres na zona norte da cidade de Manaus e suas relações com processo de envelhecimento populacional apresentando. Mostra uma realidade desafiadora para o processo de inclusão entre os espaços públicos de lazer e a inclusão da população idosa, revela-se como um eixo central no ao longo do artigo, apresentado o direito à cidade e qualidade de vida na velhice.

O processo de envelhecimento populacional, torna-se uma questão desafiadoras no ordenamento territorial urbano e consequentemente nas políticas de planejamento urbano. Neste sentindo o aspecto do envelhecimento saudável está diretamente vinculada com a existência de infraestrutura adequada, segurança, conforto e oportunidades de interação intergeracional, fatores que contribuem para a manutenção da autonomia e do bem-estar psicossocial dos idosos. Nessa estrutura observamos que as legislações vigentes dão bases legais para que as estruturações adequadas sejam realizadas nos espaços púbicos, virmos que o estado tem o dever regido em lei de proteção dos idosos e que o mesmo em forma de órgãos devem fiscalizar tão situação. Então pelo qual motivo na área de estudo não há atendimento eficiente dos órgãos público à temática de estudo, questão complexa de se avaliar, pois envolver situações socioeconômica dos moradores da região em analise, ou seja, um possível descaso com os idosos e seu bem-esta social nas áreas públicas de lazer urbanas da cidade.

Portanto conclui-se que há um descaso público com as questões dos espaços públicos de lazer e à inclusão dos idosos. Pois o processo de inclusão deve ser compreendido como um processo contínuo de reconfiguração urbana e reordenamento socioespacial, no qual a valorização desta parcela da

população seja incluída no processo de ordenamento territorial como o todo. Diminuindo o preconceito, os estigmas das pessoas idosas ou as discriminações enraizado em nossa sociedade, onde causam conflitos etários em áreas de lazeres públicos. Podendo assim reconhecimento dos idosos como sujeitos ativos no espaço público, capazes de ressignificar e transformar os territórios urbanos em lugares de pertencimento, socialização e bem-estar. Fortalecendo a cultura, o respeito em uma sociedade mais humana e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 1074/2003. Estatuto do Idoso. Brasília: DF, outubro de 2003.

Castro, Matheus. Visita de Biden: o que é a musa, museu com 1km² de floresta primaria em plena área urbana de Manaus. G1.globo.com. Manaus. 15 nov.2024. disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/11/15/visita-de-biden-o-que-e-o-musa-museu-com-1km-de-floresta-primaria-em-plena-area-urbana-de-manaus.ghtml. Acesso em: 26 ago. 2025

CASTRO. Crescimento urbano de Manaus. Entrevista concedida a JUNIOR Waldick. Acritica.com. Manaus. 07/2023. Disponível em: https://www.acritica.com/manaus/doutor-em-geografia-considera-manaus-uma-metropole-feita-aos-pedacos-1.310961. Acesso em: 07/02/2025

G1, AM. Mais de 112 mil pessoas vivem em áreas de risco alto e muito alto de desastre em Manaus, aponta SGB. G1.globo.com. Manaus. 27 ago.2024. disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/08/27/mais-de-112-mil-pessoas-vivem-em-areas-de-risco-alto-e-muito-alto-de-desastres-em-manaus-aponta-sgb.ghtml. Acesso em: 29 ago. 2025

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos e territórios. As relações entre espaço e poder na Geografia. Departamento de geografia, UFRJ. Abril 2022

GOVBR. Agencia IBE notícias,2023. Censo 2022: números de pessoas com 65 anos ou mais cresceram. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos. Acesso em 15 dez. 2024.

GOVBR. Legislação urbanística Municipal: Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus e suas leis complementares. Disponível em: https://www2.manaus.am.gov.br/docs/portal/secretarias/implurb/PLANO%20DIRETOR%20%20LIVRO%20DIGITAL/LEGISLA%C3%87%C3%83O%20URBAN%C3%8DSTICA%20MUNICIPAL%20%20PLANO%20DIRETOR%20E%20AMBIENTAL%20DE%20MANAUS%20E%20SUAS%20LEIS%20COMPLEMENTARES%20%20Vers%C3%A3o%2001.pdf. Acesso em 28/01/2025

GOVBR. Serviços e Informações do Brasil: Finanças, Impostos e Gestão Pública https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-financiamento-para-modernizacao tecnologica-urbana-no-pro-cidades. Acesso em 06/02/2025

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012.

SANTOS, M. (2017). Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista De Geografia, (54), 81_100. Junho 1977

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB-CPRM). Cartografia de risco geológico: atualização de mapeamento – Manaus/AM. Manaus: Serviço Geológico do Brasil, 2025. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/25628/14/relatorio_manaus_am_2025.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025

SILVA, Eduardo Alexandre Ribeiro e ELALI, Gleice Azambuja. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas. Pesquisas e Práticas psicossociais,10(2), São João del-Rei, julho/dezembro 2015

Capítulo 2

10.37423/260711115

BIODIVERSIDADE, SUSTENTABILIDADE E ECOLOGIA POLÍTICA À LUZ DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Glaucia Maximin Mendes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Raimundo Lenilde de Araújo

Universidade Federal do Piauí



RESUMO

O estudo explora a interseção entre a biodiversidade, a sustentabilidade e a ecologia política no contexto do Direito Ambiental Brasileiro. O objetivo principal é analisar a eficácia das normas jurídicas na promoção da proteção ambiental, do desenvolvimento sustentável e da justiça socioambiental, identificando possíveis lacunas na legislação. Em um cenário capitalista globalizado, a sociedade enfrenta desafios para equilibrar o crescimento econômico com a proteção humana e da natureza. O estudo contribui para discussões sobre a justiça ambiental por meio de políticas públicas e fortalece mecanismos jurídicos para uma governança ambiental sustentável. Apesar do Brasil possuir um robusto arcabouço legal, incluindo a Constituição de 1988, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e a Lei de Proteção à Biodiversidade, a eficácia dessas normas em um contexto de ecologia política e justiça ambiental exige análise exaustiva. A metodologia adotada foi abordagem qualitativa, com pesquisa descritiva de caráter exploratório, baseada em análise documental e bibliográfica. A análise de conteúdo é a estratégia metodológica principal, complementada por revisão sistemática bibliográfica e análise de documentos como leis e decretos. Os resultados apresentam uma sistematização do arcabouço legislativo ambiental sobre proteção da biodiversidade e sustentabilidade na ecologia política. O estudo visa avaliar a eficácia prática das normas, considerando interferências e conflitos de interesse, e ressaltar a importância da participação social na justiça socioambiental. Conclui-se que, apesar de um amplo arcabouço normativo, desafios limitam sua efetividade, ressaltando a necessidade de maior participação social nas decisões ambientais ligadas ao desenvolvimento econômico e seus impactos.

Palavras-chave: Biodiversidade, Sustentabilidade, Ecologia Política, Direito Ambiental

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta, de forma contextualizada a interseção entre biodiversidade, sustentabilidade e ecologia política no contexto do Direito Ambiental Brasileiro. Com objetivo de analisar a eficácia das normas jurídicas na promoção da proteção ambiental, do desenvolvimento sustentável e da justiça socioambiental. Para alcançar tal meta, objetivos específicos também foram estabelecidos, visando realizar levantamento e sistematização das normas jurídicas ambientais vigentes; analisar a aplicação e efetividade das normas ambientais brasileiras no contexto da ecologia política, com ênfase nos aspectos de proteção da biodiversidade e em práticas sustentáveis e identificar possíveis lacunas na legislação ambiental.

No contexto capitalista global e industrializado em que vivemos, muitos são os desafios vivenciados pela coletividade e lideranças políticas, pautados no equilíbrio exigido pelas normas e instituições, de aspectos de crescimento econômico aliada à proteção do homem e da natureza. Neste sentido, a significância de estudar a relação de tais atributos se pauta na contribuição das discussões acerca da promoção da justiça ambiental por meio de políticas públicas que considerem a proteção do meio ambiente no processo de desenvolvimento, e na compreensão de fortalecer os mecanismos jurídicos que garantam uma governança ambiental sustentável. A ecologia política, por ser dinâmica e multidisciplinar, aliada ao direito ambiental possibilita uma melhor reflexão sobre o papel das políticas públicas ambientais.

Enrique Leff (2021), enfatiza que as mudanças na sociedade contemporânea hoje experimentadas, aparentemente sem precedentes, desafiam a capacidade de adaptação e de respostas do planeta, e, viver neste cenário global significa enfrentar riscos múltiplos, logo, a sociedade atual encontra-se com o desafio de gerenciar os aspectos ambientais.

Ainda que tenhamos a Constituição Federal Brasileira de 1988 com capítulo dedicado à proteção do meio ambiente e de normativas como a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e Lei de Proteção à Biodiversidade, é importante a discussão exaustiva sobre a eficácia normativa num contexto de ecologia política e justiça ambiental, onde boa parta da sociedade ainda não participa ativamente.

Partindo de uma abordagem qualitativa de pesquisa de cunho exploratório e analítico, voltada à compreensão da eficácia normativa, o estudo realizado se insere num campo interdisciplinar, articulando o caráter jurídico com a ecologia política, biodiversidade e sustentabilidade. O percurso metodológico realizado considerou uma revisão bibliográfica sistematizada e análise de conteúdo para

a avaliação de normas específicas e a respectiva aplicação prática no contexto de promoção da justiça ambiental no Brasil.

A ecologia política em sua ampla dimensão permitiu explorar os aspectos de efetividade e eficiência de leis ambientais, evidenciando que, apesar de um arcabouço normativo robusto, persistem desafios significativos para a efetividade das normas ambientais. Entre os principais obstáculos estão a insuficiência de recursos para fiscalização, a corrupção, conflitos entre interesses econômicos e proteção ambiental, impunidade de infratores, desarticulação institucional, limitações na educação ambiental e a participação ainda restrita das comunidades tradicionais nas decisões. Ao examinar esses fatores, ressalta-se a indispensabilidade de integração entre políticas públicas, fortalecimento institucional e participação social, visando não só a proteção da biodiversidade, mas também o desenvolvimento sustentável e a justiça ambiental.

A efetividade das normas ambientais no Brasil enfrenta ainda muitos obstáculos, motivo pelo qual subsistem desafios decorrentes de conflitos entre interesses econômicos e ambientais, linguagem normativa técnica e fragmentação de políticas públicas. A superação dessas barreiras demanda integração entre instituições, articulação de políticas públicas e ampliação da participação social, visando não apenas a proteção da biodiversidade, mas também o desenvolvimento sustentável e a justiça ambiental.

METODOLOGIA

Com o intuito investigativo de aprofundar o conhecimento da biodiversidade, sustentabilidade e ecologia política no contexto jurídico-normativo do direito ambiental, os procedimentos metodológicos utilizados para o levantamento de dados como abordagem, tipo de pesquisa, técnicas de pesquisa e instrumentos de coleta de dados são apresentados neste tópico.

Abordagem qualitativa: para este estudo adotou-se uma metodologia de pesquisa qualitativa, fundamentada na análise documental e bibliográfica dos aspectos normativos e sociojurídicos da biodiversidade e sustentabilidade no contexto da ecologia ambiental.

Goldenberg aponta que:

> Os dados qualitativos consistem em descrição detalhada de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos, estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento

> de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador. A pesquisa de cunho qualitativa social tem olhar voltado a aplicação imediata e direta dos resultados de sua pesquisa que beneficie a população estudada. A pesquisa de cunho social depende da biografia do pesquisador, das opções teóricas, dos contextos mais amplos e das imprevisíveis situações quer ocorrem no dia a dia da pesquisa. (GOLDENBERG, 2019, p. 58)

Pesquisa descritiva com caráter exploratório é o tipo de técnica aplicada neste estudo para identificar e analisar as normas jurídicas relacionadas à biodiversidade, sustentabilidade e ecologia política no direito ambiental brasileiro, baseado em documentos legislativos, doutrina jurídica e literatura especializada, de forma estruturada, para ampliar os conhecimentos de como as leis ambientais impactam a proteção ambiental e a justiça socioambiental. O cunho exploratório nos permitirá aprofundar aspectos teóricos e identificar lacunas na legislação ambiental, pois promove a integração dos diferentes campos do conhecimento estudados. A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e construir hipóteses, envolvendo o levantamento bibliográfico, realização de entrevistas com pessoas que possuem experiência prática com o problema pesquisado e análise de dados que estimulem a compreensão (DIEHL, 2004, p.54)

A análise de conteúdo é a estratégia metodológica utilizada neste estudo considerando a natureza bibliográfica e exame documental da pesquisa, permitindo revelar as diferentes dimensões presentes na literatura e documentos jurídicos, contribuindo com alcance do objetivo geral da investigação proposta. Tal técnica de pesquisa qualitativa em estudos bibliográficos como este permite extrair padrões do conteúdo documental estudado, auxiliando no alcance das metas traçadas.

Neste viés, a análise de conteúdo que originou este artigo é voltada à interpretação de normas e escritos científicos sobre direito ambiental e políticas públicas ambientais visando aprofundamento do teor normativos dos conteúdos estudados e os impactos destes dispositivos nas categorias temáticas na biodiversidade, sustentabilidade e ecologia política.

Os instrumentos utilizados para auxiliar a coleta de dados, considerando o caráter bibliográfico da pesquisa serão: revisão sistemática bibliográfica, com a definição de critérios claros para a verificação da literatura e documentos, bem como assegurar que o teor estudado seja atualizado e de relevância para o tema, permitindo uma visão crítica sobre o assunto. O instrumento da análise documental permite ainda leitura e interpretação de documentos como leis, decretos, protocolos internacionais para compreender suas intenções e resultados práticos, com ênfase naqueles que influenciam a

proteção da biodiversidade. Com base nos múltiplos instrumentos e fontes utilizados para a investigação, a triangulação dos dados para validação das informações sob diferentes perspectivas.

O levantamento de dados foi realizado por meio de consulta a livros físicos e digitais, repositórios acadêmicos especializados e legislação vigente com apoio da internet e aplicativos de leitura de arquivos, objetivando a diversidade de meios utilizados para assegurar a dinâmica investigativa.

A pesquisa bibliográfica é imprescindível para auxiliar no conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro, em especial num momento em que tanto se fala em preservação da biodiversidade, de desenvolvimento de modo sustentável e que políticas públicas eficazes na proteção da natureza. Nesta pesquisa foram realizadas leituras adaptadas aos objetivos da pesquisa, sem que necessariamente houvesse rigidez na sequência apresentada no referencial teórico deste artigo, pois o objetivo era contextualizar o teor estudado para apresentar resultado com obediência ao rigor científico.

Para efetivar a apresentação deste artigo, foram utilizadas ferramentas auxiliares para leitura e escrita de texto, softwares de organização bibliográfica para gerenciamento de referências bibliográficas, citações e organização textual.

REFERENCIAL TEÓRICO

O meio ambiente é assunto amplamente discutido em grupo de pessoas, nas instituições, em organizações não governamentais, em esferas políticas de poder e na sociedade como um todo, tomando maior proporção nas últimas décadas e ligado intrinsecamente ao modo de industrialização e comércio globais capitaneados pelo modelo econômico capitalista.

Os moldes da economia mundial hodiernos geram a imprescindibilidade de se pensar numa maior e melhor proteção do meio ambiente, e por esta razão é comum ouvirmos tanto falar em desenvolvimento sustentável – aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas necessidades, conceito este amplamente conhecido e disposto no relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1987.

No entanto, o desenvolvimento econômico e tecnológico, por si só, não satisfaz mais as essencialidades humanas. Esse crescimento deve vir acompanhado de inclusão social, equilíbrio ambiental, ética e educação ambiental, além de uma profunda reforma política interna e internacional, o que significa

que um novo modelo de economia deve estimular novas perspectivas, diferentemente do modelo atual que produz exclusão social, pobreza, políticas públicas que levam ao aumento crescente de produção e consumo exagerado de produtos supérfluos e, maior consumo significa maior pressão sobre os recursos naturais, promovendo a degradação ambiental e diminuição da qualidade de vida. (RODRIGUES, 2019, p.59)

Renato Guimarães Junior, em seu artigo "O futuro do Ministério Público como guardião do meio ambiente e a história do Direito ecológico" citado por Luís Paulo (SIRVINSKAS, 2021, pg.113) salienta que "o homem conseguiu sair da Idade da Pedra para ingressar na Era das Civilizações somente quando associou noções de Direito ao conhecimento de ecologia" ensinando que, desde os primórdios da história é possível encontrar registros da preocupação humana com a natureza.

Ramo do direito recente é o Direito Ambiental, surgido durante a metade do século XX, apenas quando as consequências deletérias das atividades humanas, desenvolvidas ao longo de séculos, mostraram ser obrigatório uma mudança de paradigma então vigente. Os efeitos da poluição e da degradação ambiental começavam a ser sentidos nas mais variadas formas e intensidades nunca detectadas anteriormente, como a destruição de florestas pela chuva ácida e diminuição dos recursos pesqueiros em várias regiões do planeta. (GRANZIERA, 2024. pg.28)

O Direito Ambiental Brasileiro, integrado pelo conjunto de regras e princípios formais e materiais, que regulam esta ciência, é moderno. Muito embora seus componentes e até seus objetos de tutela estejam ligados à própria origem do ser humano, não se pode negar que o tratamento do tema visto sob uma perspectiva autônoma, altruísta e com alguma similitude com o sentido que se lhe tem dado atualmente não é tão primevo assim. É por isso que se diz que o direito ambiental é uma ciência nova, mas com velhos objetos de tutela. (RODRIGUES, 2019, p.61)

Maria Luiza Granziera (2024, pg.29) ensina ainda que a necessidade de organizar as atividades humanas, para refrear as consequências que começavam a ser sentidas, deu azo ao surgimento de um novo direito, que se ocupasse sistematicamente da proteção do meio ambiente. Nessa ótica, o seu objetivo é conduzir as atividades humanas de modo a evitar impactos negativos sobre os recursos ambientais ou sobre o meio ambiente. O Direito Ambiental, além de constituir um conjunto de normas que disciplinam as atividades humanas, possui, em sua essência, um objetivo que lhe dá sentido e fundamento: garantir o máximo de proteção possível ao meio ambiente. O objetivo do direito ambiental, desta forma, não é que retorne aos tempos em que o homem não existia no planeta: é

garantir o uso dos bens naturais em nível de qualidade ambiental que permita que o homem possa se perpetuar, assim como as demais espécies, sem chegar à exaustão dos recursos.

Percebe-se, então, que o Direito Ambiental só tem sentido se considerado uma obrigação de resultados, ou seja, finalística.

Neste sentido, para ampliar o entendimento sobre a finalística ambiental, temos o antropocentrismo, ecocentrismo e biocentrismo como concepções genéricas atribuídas pelos cientistas em face da posição do homem no meio ambiente. Antropocentrismo coloca o homem no centro das preocupações ambientais, ou seja, no cento do universo. Ecocentrismo, ao revés, posiciona o meio ambiente no centro do universo. Biocentrismo, por sua vez, procura conciliar as duas posições extremas, colocando o meio ambiente e o homem no centro do universo. (SIRVINSKAS, 2021, pg.136).

A proteção ambiental teve, de início, um único destinatário: o homem. Nas palavras de Jean-Pierre Beurrier em sua obra 'Direito Internacional do Meio Ambiente', são "Regras feitas pelos homens a serviço dos homens", cabendo assim a proteção do meio ambiente em função de sua importância para o ser humano. Ainda que houvesse normas protegendo cada recurso – florestas, fauna etc. –, o interesse fundamental era o aproveitamento desses bens pelo homem. Aos poucos, todavia, essa forma de ver o meio ambiente foi se alterando, passando-se a considerar a sua importância por seus valores intrínsecos. (GRANZIERA, 2024. pg.32)

Mas ir além das ideias antropocêntricas não é simples pois nossa cultura, as formas de valoração, boa parte da ciência, as estratégias de desenvolvimento e quase todo o debate político estão imersos neste conceito, conforme entendimento apresentado por Eduardo Gudynas, em seu escrito "O Direito da Natureza".

A questão ambiental adquiriu uma dimensão global. As mudanças climáticas deixam claro que seus efeitos negativos atingem o mundo inteiro e que as ações locais também têm efeitos globais. Essa preocupante situação ambiental deve-se a múltiplos fatores, que vão dos interesses produtivos às fragilidades estatais, do consumismo nacional às condicionalidades do comércio internacional. Tais fundamentos podem ser caracterizados por serem antropocêntricos e orientado a controlar e manipular o meio ambiente em função de suas sutilidades econômicas, ensina Gudynas (2019).

Como se pode ver, o antropocentrismo impõe uma valoração extrínseca de sentido de que valores são propriedades externas aos objetos. Por sua vez, o viés utilitarista é outro componente-chave. Esse

olhar organiza a apropriação da natureza e se converte na mediação com as compreensões sobre o desenvolvimento. Dessa forma, o desenvolvimento sempre é entendido como uma necessária ação da natureza (GUDYNAS, 2019, pg.18)

Em contrapartida, Maria Luiza Granziera (2024, pg.33) esclarece ainda que, os bens naturais integram um ambiente de equilíbrio, imprescindível para a manutenção da vida, inclusive a humana. Ao atribuir um valor intrínseco aos elementos que compõe o equilíbrio ambiental, reconhecendo a sua importância, o ser humano, criador das leis que protegem o ambiente, está em verdade buscando proteger o meio ambiente e ao mesmo tempo garantir a sua própria conservação.

Valores intrínsecos da natureza expressam uma essência, natureza ou qualidade própria e inerente a um objeto, a um ser vivo ou ao meio ambiente, e, portanto, independente dos valores atribuídos pelos seres humanos. São aqueles valores que não consideram os objetos ou as espécies um meio subordinado à pessoa. (GUDYNAS, 2019, pg.45)

Do ponto de vista jurídico, a natureza tem sido considerada ora como objeto, ora como sujeito. Nestes últimos anos, nas palavras de Herman Benjamim, vem ganhando força a tese de que um dos objetivos do Direito Ambiental é a proteção da biodiversidade, sob uma diferente perspectiva: a natureza como titular de valor jurídico próprio, vale dizer, exigindo, por força de profundos argumentos éticos e ecológicos, proteção independente de sua utilidade econômica direta para os homens (RODRIGUES,2019)

Neste viés, Alana Araújo e Belinda Cunha (2018,pg.18) lecionam que, o Direito Ambiental é um dos ramos do Direito que sofre profunda influência do pensamento científico moderno linear, disjuntivo, reducionista, simplificador e analítico, pois a partir dele surgem outras “províncias” tais como Direito das Águas, Direito do Petróleo, Direito da Energia, Direito do Mar, Direito da Biodiversidade e tantos outros fragmentos que foram individualizados a partir do Direito Ambiental para estudo mais profundo e setorializado de questões eminentemente ambientais. Esta forma de conceber o mundo provocou reações no sentido de novas teorias, novas perspectivas e novas formas de enfrentar estas questões: o pensamento sistêmico.

Fritjof Capra caracteriza o pensamento sistêmico do seguinte modo:

> “Percepção de que os sistemas não podem ser entendidos pela análise, na abordagem sistêmica, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização do todo. Em consequência disso, o pensamento sistêmico concentra-se não em blocos de

> construção básicos, mas em princípios de organização básicos. O pensamento sistêmico é 'contextual', o que é o oposto do pensamento analítico. As características chaves do pensamento sistêmico são: mudança das partes para o todo; capacidade de deslocar a própria atenção de um lado para o outro entre níveis sistêmicos; parte é apenas um padrão numa teia inseparável de relações. Na visão sistêmica, compreendemos que os próprios objetos são redes de relações embutidas em redes maiores. Para o pensador sistêmico, as relações são fundamentais. Desse modo, o pensamento sistêmico envolve uma mudança da ciência objetiva para a ciência 'epistêmica'". (CAPRA, 2007, pg.41)

Esta forma de pensar concebe o todo como um conjunto estruturado e funcional ao qual as partes integrantes estão interligadas, formando, com o todo, uma nova realidade, diferente do que elas formam isoladamente, com funções e interações diversas, no meio em que elas, no todo, estão inseridas. Estes pensamentos sistêmicos vão desde as ciências naturais até as ciências sociais, perpassando por diferentes áreas. É esse pensamento complexo que importa para a racionalidade ambiental como um axioma que invoca uma mudança paradigmática na ciência, na economia, no direito, na política, na sociedade e na cultura para que se alcance a pretendida sustentabilidade. (ARAÚJO & CUNHA, 2018)

Os ensinamentos do sistema científico do Direito Ambiental atual nos mostram que, apesar de especificidades presentes no ramo normativo ambiental, o meio ambiente, como unidade é estudado e tutelado como um todo. Por isso, inclusive, as políticas ambientais temáticas, ainda que fragmentadas por normas específicas, como defesa da biodiversidade, uso adequado da biotecnologia, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental de comunidades tradicionais são tão relevantes para se pensar na real eficácia jurídica de cuidado com o meio ambiente e cumprimento dos princípios ambientais.

Ao investigar a interseção entre biodiversidade, sustentabilidade e ecologia política contextualizadas no direito ambiental, para cumprir a proposta deste estudo, fez-se mister organizar e sistematizar as principais normas ambientais correlatas aos temas supracitados, para avaliar aplicação e efetividade destas normas, que como vimos até aqui, tem caráter sistemático científicos.

O arcabouço normativo selecionado para este breve estudo foi:

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938/81;

c) Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9.985/2000;

d) Lei da Biodiversidade – Lei 13.123/2015;

e) Lei da Biossegurança – Lei 11.105/2005;

f) Convenção sobre Diversidade Biológica – Decreto Federal 2.519/1998;

g) Protocolo de Nagoia – Decreto 11.865/2023;

h) Protocolo de Cartagena – Decreto 5.706/2006;

i) Lei de Crimes Ambientais – Lei 9.605/1998

O objetivo da análise de conteúdo de tais normas é demonstrado neste artigo não de forma a pormenorizar o teor normativo de cada uma delas, mas sim apresentar os aspectos contextuais, sua relação com a proteção da biodiversidade, sustentabilidade e ecologia política no Direito Ambiental e aprofundar seus efeitos concretos no ordenamento jurídico brasileiro.

Para se iniciar o caminho, primeiro é preciso saber quais são os aspectos gerais do Direito Ambiental, ou seja, alguns conhecimentos de partida e que, por consequência, são basilares.

O Direito Ambiental Brasileiro tem bases fundantes na Constituição Federal de 1988, que estatui:

> "Artigo 225.: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"

A defesa do meio ambiente também está presente no dispositivo constitucional sobre a Ordem Econômica, sendo um de seus princípios, disposto no artigo 170, inciso VI: "Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação". Consta ainda a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente como requisito para atendimento, pela propriedade rural, da sua função social (artigo 186, inciso II). No que tange ao Sistema Único de Saúde (SUS), a colaboração na proteção do meio ambiente é uma de suas atribuições, dispostas no artigo 200, inciso VIII. É garantido também o direito de qualquer cidadão propor ação popular para buscar a anulação de ato lesivo ao meio ambiente, como disposto no artigo 5º, inciso LXXIII. (ISHISAKI, 2022. pg.15)

Deste modo, é possível perceber que a Carta Magna Brasileira outorgada no fim da década de 80 traz em seu bojo latente preocupação com a proteção do meio ambiente, constando em diversos títulos do texto e em diferentes vertentes jurídicas, sendo possível visualizar que, ao menos no aspecto normativo constitucional a temática ambiental foi apreciada.

Conquanto já existissem leis ambientais anteriores, a exemplo do Código de Águas (1934); do antigo Código Florestal (1965), de Pesca (1967) e da Lei de Proteção à Fauna (1967), entende-se que a "certidão de nascimento" do Direito Ambiental no Brasil foi a edição da Lei Federal 6.938/1981, pois se trata do primeiro diploma normativo nacional que regula o meio ambiente como um todo, e não em partes, ao aprovar a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus objetivos e instrumentos, assim como o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, composto por órgãos e entidades que tem a missão de implementá-las. (AMADO, 2015, pg.5)

Antes, apenas existiam normas jurídicas ambientais setoriais, mas não um Direito Ambiental propriamente dito, formado por um sistema harmônico de regras e princípios, superando o antropocentrismo normativo ambiental.

A Política Nacional do Meio Ambiente tem como objetivo, conforme disposto no artigo 2º "a preservação, melhoria e recuperação das qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana" e ainda estabeleceu um conceito de "meio ambiente" entendido como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, conforme disposto no artigo 3º da referida lei. (RODRIGUES, 2019)

A lei da Política Nacional do Meio Ambiente, ao estabelecer fundamentos legais para a proteção ambiental, com os propósitos de promover preservação e melhoria da qualidade ambiental, a racionalização do uso de recursos naturais, promoção da educação ambiental em todos os níveis e o planejamento e fiscalização ambiental.

Essa política estruturou a criação de um sistema nacional de gestão ambiental e atuação de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), responsável pela fiscalização e controle das atividades poluidoras e degradadoras do meio ambiente. Introduziu ainda a figura do licenciamento ambiental, essencial para a gestão de atividades econômicas potencialmente

impactantes ao meio ambiente, como a mineração, a construção de hidrelétricas e agricultura de grande porte. (RIBEIRO & LIMA, 2022)

A criação de unidades de conservação para preservação da biodiversidade e ecossistemas são outro exemplo de eficácia prática da PNMA, categorizadas em reservas biológicas, áreas de proteção ambiental, parque nacional e outros tipos de unidades que permitam o manejo sustentável.

Grande avanço a se considerar também é a inclusão da gestão participativa nas políticas públicas ambientais, por meio de realização de audiências públicas, conselhos comunitários e fóruns de discussão, por órgãos e instituições ambientais, adotando o princípio da participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), tem um papel fundamental na elaboração de normas e regulamentos, com a participação de diversos segmentos da sociedade, incluindo organizações não- governamentais e representantes de comunidades locais. (RIGON, DEGENHART & RIBEIRO, 2023)

Embora a Política Nacional do Meio Ambiente seja, ainda, uma das normativas mais importantes sobre meio ambiente no Brasil, motivo pelo qual maior ênfase foi dada neste referencial, tão relevante quanto é apresentar os aspectos conceituais e contextuais, de forma breve, das demais normas analisadas.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é uma das principais ferramentas de proteção da biodiversidade no Brasil, organizando as Unidades de Conservação em categorias de Proteção Integral e Uso Sustentável, e definindo regras para sua criação, gestão e uso. (RODRIGUES, 2019, pg.188)

Já a Convenção sobre Diversidade Biológica é um dos tratados internacionais mais abrangentes sobre o meio ambiente, adotado na ECO-92 e ratificado no Brasil em 1998. Este tratado influenciou a criação de normas ambientais não só no Brasil como internacionais também. Essa norma traz objetivos como proteger a variedade de vida no planeta em todos os seus níveis, uso sustentável da biodiversidade, garantindo que os recursos naturais sejam utilizados de forma a não comprometer as futuras gerações e, ainda, a repartição justa e equitativa de benefício, estabelecendo o uso de recursos genéticos e os conhecimentos tradicionais de forma a repartir os benefícios de maneira justa. (GRANZIERA, 2024. pg.180)

O Protocolo de Nagoia e Lei da Biodiversidade têm por características comuns o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional bem como a repartição justa e equitativa dos benéficos derivados do uso de recursos genéticos e de saberes tradicionais, buscando minimizar a biopirataria e promover maior justiça ambiental. (RODRIGUES,2019, pg.151)

Já o Protocolo de Cartagena e Lei da Biossegurança têm por objetivos comuns regulamentar pesquisa e garantir a segurança na movimentação de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e os potenciais riscos para a saúde humana. (GRANZIERA, 2024. pg.190)

A Lei de Crimes Ambientais visa disciplinar questões penais e administrativas aplicadas a condutas e atividades prejudiciais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tipificando diversas condutas que configuram crimes contra a fauna, flora, recursos hídricos e patrimônio cultural. Sua criação foi impulsionada pela conscientização da sociedade e por pressões de organizações ambientais, visando responsabilizar tanto pessoas físicas quanto jurídicas por danos ambientais, garantindo a preservação e reparação da natureza. (AMADO, 2015, pg. 266)

Todas essas normativas nacionais e internacionais trazem em seu texto as expressões biodiversidade e sustentabilidade, o que nos permite reconhecer que, por parte do direito ambiental, influenciado pelos aspectos de ecologia política, há a real intenção de regulamentar e organizar um sistema jurídico de proteção ambiental, que promova proteção.

No entanto, é de amplo conhecimento que muitos são os obstáculos que envolvem a aplicação prática de leis em um ordenamento jurídico social, principalmente em um país continental como o Brasil. Aspectos estes que, podem, em muitos casos, prejudicar a efetividade e eficácia normativa, e, consequentemente, a real proteção ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto da Ecologia Política, área de estudo interdisciplinar que avalia os problemas ambientais a partir de uma perspectiva social, econômica e política, investigando como as relações de poder, desigualdades e modelos econômicos influenciam diretamente a degradação ambiental e os fatores de sustentabilidade, podemos perceber que a Política Nacional do Meio Ambiente bem como as demais normativas estudadas para este artigo, dispõem de diversas diretrizes implementadas para

proteção do meio ambiente. No entanto, é cediço que há falhas na correta execução e fiscalização destas diretrizes, que geram desafios para alcançar a eficácia normativa plena.

Daí a importância de garantir a efetividade das normas ambientais cujo objetivo precípuo é assegurar o uso de recursos naturais em níveis que não cheguem a comprometer as atividades a serem empreendidas pelas futuras gerações. Em outras palavras, garantir a perpetuidade da vida na Terra, em condições razoáveis. (GRANZIERA, 2024. pg.30)

Nas palavras do grande jurista brasileiro Paulo Nader, os conceitos de efetividade normativa e eficácia normativa são distintos, mas complementares. A efetividade consiste no fato da norma jurídica ser observada tanto por seus destinatários quanto pelos aplicadores do direito, ou seja, "simboliza a aproximação tão íntima quanto possível entre o dever ser normativo e o ser da realidade social". É intuitivo que as normas são feitas para serem cumpridas, pois desempenham o papel de meio para a consecução de fins que a sociedade colima. As normas devem alcançar a máxima efetividade; todavia, em função de fatores diversos, isto não ocorre, daí podemos falar em níveis de efetividade. Há normas que não chegam a alcançar qualquer grau, enquanto outras perdem o atributo, isto é, durante algum tempo foram observadas e, posteriormente, esquecidas. Ambas as situações configuram desuso. (NADER, 2022, pg.93)

O jurista, ao falar sobre eficácia da norma, complementa que, as normas jurídicas não são geradas por acaso, mas visando alcançar certos resultados sociais. Como processo de adaptação social que é, o direito se apresenta como fórmula capaz de resolver problemas de convivência e de organização da sociedade.

Nader dispõe:

> "O atributo eficácia significa que a norma jurídica produz, realmente, os efeitos sociais planejados. Para que a eficácia se manifeste, indispensável é que seja observada socialmente. Eficácia pressupõe efetividade. A lei que institui um programa nacional de combate a determinado mal e que, posta em execução, não resolve o problema, mostrando-se impotente para o fim a que se destinava, carece de eficácia" (NADER, 2022.pg. 94)

Neste contexto, é possível observar que, para ter eficácia social na prática, as normas ambientais devem ser observadas pela sociedade e ter sua participação ativa, deve produzir mudanças concretas no comportamento ambiental, haver um comprometimento do poder público na execução de fiscalização adequada e aplicação de sanções, quando necessário, haver integração entre normas e políticas públicas com o intuito de gerar melhoria real na qualidade ambiental.

Sem desconsiderar os avanços já vivenciados pelo ordenamento normativo ambiental brasileiro, há desafios que comprometem da eficácia das políticas públicas ambientais.

A principal dificuldade está na insuficiência de recursos humanos e materiais para a fiscalização das atividades econômicas, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso, como a Amazônia. A falta de infraestrutura e de tecnologia adequada para monitorar vastas áreas torna a fiscalização ambiental um desafio constante. (RIBEIRO & LIMA, 2022)

A Corrupção também é fator de alta relevância ao prejuízo da efetividade da legislação ambiental. Em muitos casos, a apropriação indevida de recursos públicos destinados à preservação ambiental e à manipulação de processos administrativos relacionados ao licenciamento ambiental e à fiscalização tem facilitado a realização de atividades ilegais. Isso ocorre com frequência em áreas de alto interesse econômico, como a mineração, o agronegócio e o setor madeireiro. A corrupção, aliada à falta de transparência e ao enfraquecimento de instituições responsáveis pela fiscalização, torna o combate ao desmatamento ilegal e à poluição ainda mais complexos (MATTOS, 2025)

Outro desafio significativo está na conflitualidade de interesses entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental. O Brasil é um país com uma economia fortemente baseada em atividades que impactam o meio ambiente, como a agropecuária, a mineração e a construção de grandes projetos. Em muitos casos esses interesses econômicos entram em choque com as políticas ambientais, resultando em pressões para flexibilizar ou até mesmo desconsiderar as normas ambientais. O lobby dos setores como o agronegócio tem levado à redução de áreas protegidas, à flexibilização de licenças ambientais e à diminuição de exigências de compensação ambiental. (RIBEIRO & LIMA, 2022)

A impunidade de infratores ambientais e a dificuldade de identificar e punir atividades ilegais, especialmente em regiões isoladas, tornam o combate aos crimes ambientais um desafio persistente.

A carência de investimentos também dificulta a modernização das ferramentas tecnológicas de monitoramento e controle, tornando o sistema de fiscalização obsoleto em relação à evolução das atividades de risco ambiental.

A desarticulação institucional entre diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) também contribui para a ineficácia das políticas ambientais. Muitas vezes as ações ambientais são prejudicadas pela falta de coordenação entre os diversos órgãos responsáveis, o que resulta em

políticas fragmentadas e em ações ambientais contraditórias. A ausência de uma abordagem integrada dificulta a resolução de problemas ambientais que exigem uma ação coordenada. (MATTOS, 2025)

A lacuna no âmbito da educação ambiental também é um obstáculo relevante para a implementação das normas ambientais. Muitas comunidades, especialmente nas áreas rurais e nas periferias urbanas, ainda não têm uma compreensão adequada sobre a importância da preservação ambiental e as consequências do desrespeito às leis ambientais. A educação ambiental nas escolas e a conscientização pública são essenciais para fortalecer a cultura de respeito ao meio ambiente e para a promoção de práticas mais sustentáveis. (GRANZIERA, 2024. pg.33)

Não se pode olvidar ainda que normas nacionais e internacionais muitas vezes têm linguagem técnica excessiva, exigindo uma interpretação mais especializada, comprometendo a clareza e precisão do entendimento normativo pelos cidadãos, prejudicando a eficácia normativa.

Outro grande critério que afasta a efetividade das normas ambientais, ainda que visem promover o uso sustentável da biodiversidade, previsão da repartição justa de benefícios, estímulos às pesquisas biotecnológicas e o combate à biopirataria, as comunidades tradicionais ainda não participam de forma maciça dos processos decisórios que envolvem seus saberes, logo, ficam aquém da repartição de benefícios, demonstrando a ausência de justiça ambiental.

Esses desafios exigem não só a implementação de políticas públicas mais eficazes, que integrem a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico de forma sustentável e equitativa e, além disso é necessário fortalecer as instituições responsáveis pela fiscalização e promover uma maior articulação entre o governo, a sociedade civil e os setores produtivos, a fim de garantir a efetividade das normas ambientais no Brasil. (BELINKY, 2021)

Assim, conclui-se que, mesmo com enorme arcabouço legislativo pátrio e internacional, mesmo com foco nos aspectos intrínsecos de proteção do meio ambiente e considerando os aspectos técnicos e jurídicos sobre eficácia normativa, as normas ambientais ainda enfrentam obstáculos para sua execução e efetividade, carecendo de maior alcance social, execução e fiscalização governamental, o que põe em risco a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento com ênfase na sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando examinar os aspectos comuns entre biodiversidade, sustentabilidade e ecologia política à luz do direito brasileiro e demonstrar que o eixo normativo vigente é amplo, com princípios de proteção bem definidos e, mesmo assim, pode esbarrar em desafios que limitem sua efetividade. Por meio da metodologia científica aplicada, a sistematização dos dados e análise de conteúdo permitiu identificar e organizar as complexas categorias da ecologia política e do direito ambiental brasileiro bem como aprofundar a compreensão da imprescindibilidade da maior participação social na tomada de decisões de cunho ambiental, quando atreladas ao desenvolvimento econômico e os impactos que geram nas comunidades, buscando uma gestão ambiental pública eficiente.

A base empírica deste estudo oportuniza ainda discussões que estabeleçam alicerces teóricos fundamentados para orientar futuras investigações no estudo da ecologia política e normativa ambiental, contribuindo para o fortalecimento dos estudos normativos e de políticas públicas sobre biodiversidade de desenvolvimento sustentável e elaboração de modelos mais participativo e inovadores nas transformações socioeconômicas ambientais. É possível ainda que tal levantamento aqui apresentado seja utilizado como subsídio para revisão normativa e aprimoramento de práticas de fiscalização por parte do poder público que exerce poder de polícia ambiental, aprimorando mecanismos e práticas administrativas neste segmento, e, no aspecto educacional, contribuir com a educação ambiental crítica, estimulando outros estudantes a realizarem análises acadêmicas do mesmo gênero, fomentado o estudo multidisciplinar do meio ambiente.

Por fim, para fomentar novas pesquisas no campo de atuação estudado, relevante salientar que o estudo de aspectos relacionados ao meio ambiente e seu arcabouço normativo requerem abordagens críticas e comprometidas com o equilíbrio ecológico, desenvolvimento sustentável e transformação social positiva, pois o ordenamento jurídico ambiental deve dialogar com os sujeitos e objetos que tutela, consistindo na verdadeira eficácia normativa.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. Direito Ambiental. 3ª ed. São Paulo: Editora Método, 2015

ARAÚJO, Alana Ramos; CUNHA, Belinda Pereira da. Complexidade ambiental, racionalidade e direito. In: CUNHA, Belinda Pereira; MELO, Melissa Ely; BRUZACA, Ruan Didier (org.). Direito, ambiente e complexidade: estudos em homenagem ao Ministro Herman Benjamin. Jundiaí: Paco Editora, 2018.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento Sustentável: das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Editora Vozes, 2022

BELINKY, Aron. Seu ESG é Sustentável? GVExecutivo, V.20, N. 4. 2021

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 mar. 2005.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 set. 1981.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 fev. 1998.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida.14ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2007

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 1998.

CUNHA, Belinda Pereira; MELO, Melissa Ely; BRAZUCA, Ruan Didier (org.). Direito, ambiente e complexidade: estudos em homenagem ao Ministro Herman Benjamin. Jundiaí: Paco Editora, 2018.

DIEHL, Astor Antônio. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 15ªed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. 6ª ed. Indaiatuba: Editora Foco,2024

GUDYNAS, Eduardo. Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 2019

ISHISAKI, Fábio Takeshi. Direito Ambiental: Tópicos relevantes e atualidades. São Paulo: Freitas Bastos Editora, 2022

LEFF, Enrique. Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Tradução: Jorge Calvimontes. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

MATTOS, Thiago Pierre Linhares. Direito Ambiental no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Jurídica Nacional, 2025

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do Direito.44ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022

OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges; LEONETI, Alexandre; CEZARINO, Luciana Oranges. Sustentabilidade: princípios e estratégias. Barueri: Manole, 2019 Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Decreto nº 5.705, de 16 de fevereiro de 2006. Promulga o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança à Convenção sobre Diversidade Biológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2006.

Protocolo de Nagoia. Decreto nº 11.865, de 28 de dezembro de 2023. Promulga o Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2023.

RIBEIRO, Thiago de Luca Sant'ana; LIMA Anderson Antônio. Environmental, Social and Governance (ESG): Mapeamento e Análise de Clusters. Revista de Governança Coorporativa. São Paulo. V.9, n.1, P. E0120,2022

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquematizado. 6ªed. São Paulo: Saraiva Educação 2019

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 18ª ed. São Paulo: Saraiva Educação 2020

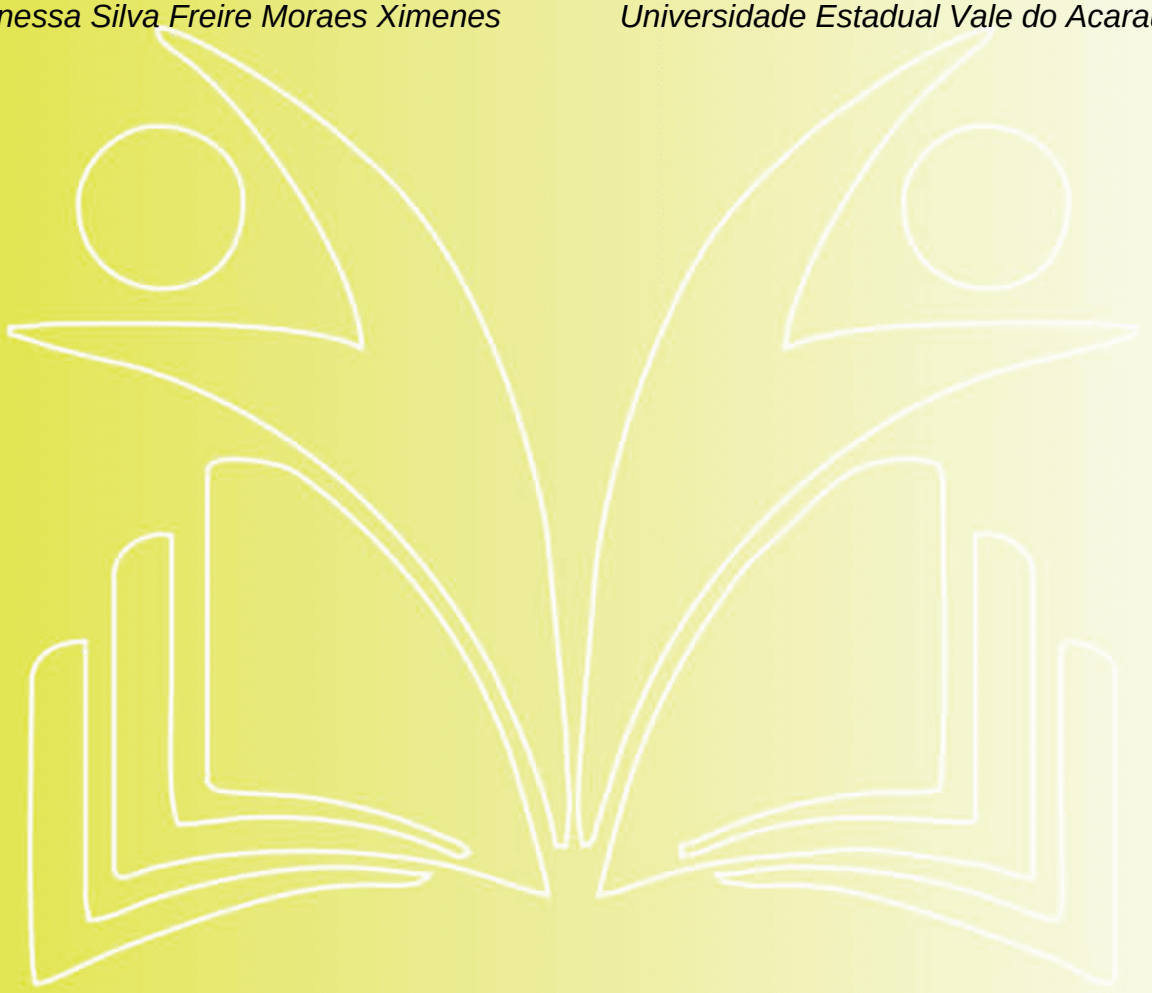
Capítulo 3

10.37423/260711128

QUANDO O MAPA É CONTESTAÇÃO: ENSINO DE GEOGRAFIA E IDENTIDADES TERRITORIAIS EM ÁREAS LITIGIOSAS

Geová Ferreira da Silva — *Universidade Estadual Vale do Acaraú / UVA*

Antonia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes — *Universidade Estadual Vale do Acaraú / UVA*



RESUMO

Refletir sobre o litígio territorial entre os estados do Ceará e do Piauí, a partir da vivência educativa no município de Viçosa do Ceará, na região da Serra da Ibiapaba (CE), revela múltiplas dimensões do território enquanto expressão de poder, identidade e pertencimento. A análise fundamenta-se em um referencial crítico e em práticas pedagógicas que incorporaram a escuta ativa e o diálogo com estudantes e comunidades locais, além da consulta a fontes oficiais, como o relatório técnico da ALECE/IPECE (2023). Os resultados indicam que, apesar da disputa jurídica, predomina um forte sentimento de pertencimento à identidade cearense, evidenciado pelo acesso a serviços, pela memória coletiva e pela formação cultural. Discute-se também o papel do ensino de geografia como ferramenta para a compreensão crítica dos conflitos e resistências que moldam o espaço.

Palavras-chave: Território; Ensino de Geografia; Identidade; Litígio; Viçosa do Ceará.

INTRODUÇÃO

O litígio territorial entre os estados do Ceará e do Piauí revela-se como um campo fértil para reflexões geográficas acerca da construção social do território, especialmente quando analisado sob a ótica dos sujeitos que habitam a região contestada. A cidade de Viçosa do Ceará, localizada na parte norte da Serra da Ibiapaba, no Estado do Ceará e na fronteira com o Estado do Piauí, inserida, portanto, nesse contexto litigioso, apresenta-se como cenário no qual se expressam múltiplas dimensões do pertencimento, da identidade e da resistência frente à disputa jurídico-administrativa em trâmite.

Partindo da compreensão do território como um espaço simbólico e político (SANTOS, 2000; RAFFESTIN, 1993), marcado por relações de poder e práticas cotidianas, observa-se como o sentimento de pertencimento ultrapassa os limites formais da cartografia oficial. As vozes da população local, frequentemente ausentes nas decisões institucionais, emergem como elemento central na construção do sentido de lugar. Nesse contexto, o ensino de geografia ganha relevância ao proporcionar espaços de escuta e análise crítica das dinâmicas territoriais, contribuindo para a formação cidadã e o fortalecimento de identidades locais.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada articula a experiência educativa desenvolvida entre os anos de 2021 e 2023 na rede pública estadual de ensino em Viçosa do Ceará com a análise documental de fontes institucionais, notadamente o relatório técnico elaborado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE) em parceria com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), divulgado em 2023.

As práticas pedagógicas incluíram atividades que mobilizaram os conceitos de território, identidade e lugar, propiciando a participação ativa dos estudantes e promovendo debates sobre a percepção que possuem em relação ao espaço que habitam. Tal escuta qualificada, complementada por observações informais e relatos espontâneos, constituiu um importante instrumento de apreensão das representações sociais locais. O trabalho não demandou procedimentos de comissões de ética, visto que os dados não envolveram registros identificáveis e foram obtidos em ambiente escolar, em consonância com os princípios da ética educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

O território é concebido neste estudo como uma construção social e política, resultado de práticas de apropriação, disputa e vivência (SANTOS, 2000; RAFFESTIN, 1993). Para Milton Santos (2000), o território é o "espaço usado", apropriado por sujeitos individuais e coletivos, abarcando modos de vida, fluxos de informação, símbolos e práticas. Raffestin (1993) complementa essa visão ao apontar o território como expressão das relações de domínio e poder que permeiam a organização do espaço.

A centralidade dos territórios na formação das identidades, mesmo em tempos de globalização, é reafirmada por Haesbaert (2004), que problematiza o mito da desterritorialização. Já Lacoste (1988) enfatiza a dimensão política do território e sua construção através das práticas sociais, reforçando a ideia de que o espaço é permanentemente produzido e transformado pelos sujeitos históricos.

A leitura crítica do papel do Estado na dinâmica territorial é aprofundada por Poulantzas (2019), que afirma: "[...] a superestrutura política do Estado tem por função ser o fator de coesão de uma formação e em que a luta política de classe tem como objetivo esse Estado" (POULANTZAS, 2019, p. 75), evidenciando o Estado como arena privilegiada de condensação das relações de classe.

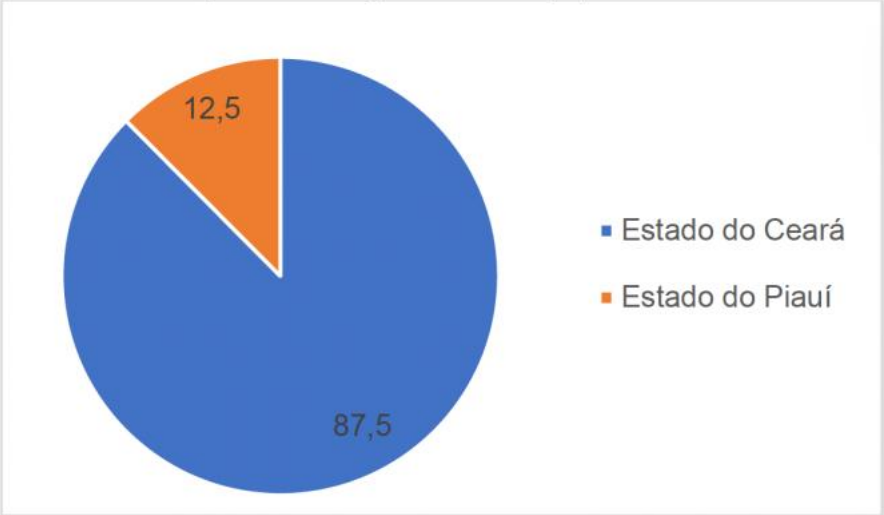
Considerando essas contribuições teóricas, é importante destacar ainda que o Brasil é signatário da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, em seu artigo 6º, garante aos povos indígenas e tribais o direito à consulta livre, prévia e informada, sempre que medidas administrativas ou legislativas sejam suscetíveis de afetá-los diretamente. Tal prerrogativa foi invocada por Jorge Tabajara, cacique da aldeia Cajueiro, em Poranga-CE, em depoimento no qual reivindica a observância desse direito no contexto das ações estatais relacionadas ao litígio (JORNAL ALECE, 2023, 27min10s). Essa dimensão normativa reforça a compreensão do território não apenas como um espaço simbólico e material em disputa, mas também como um campo de afirmação de direitos políticos e culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As manifestações orais colhidas no ambiente escolar indicam uma forte identificação da população jovem com o estado do Ceará. Elementos como cultura local, vínculos afetivos, acesso aos serviços públicos e a memória coletiva foram recorrentemente citados como componentes da identidade cearense. A estudante Thábata, do 3º Ano do Curso de Administração (Ensino Médio

Profissionalizante), descreveu da seguinte forma esse impasse: "[...] Não acho muito justo impactar e criar tantos desafios em torno de algo que antes de tudo, é pra ser levado em consideração quem realmente vive ali. [...] é sobre humanidade." Essas expressões empíricas dialogam com os dados quantitativos da pesquisa conduzida pelo ALECE/IPECE (2023), que aponta que 87,5% dos moradores da região litigiosa preferem pertencer ao Ceará. A seguir, apresenta-se o Gráfico 1, que ilustra o resultado da pesquisa conduzida pelo ALECE/IPECE (2023), seguido pela Figura 1, que registra a mobilização da população em audiência pública realizada em Viçosa do Ceará.

Gráfico 1 – Preferência de pertencimento entre os moradores da área litigiosa.



Fonte: ALECE; IPECE (2023).

Figura 1 – Participantes da audiência pública sobre o litígio, realizada em Viçosa do Ceará, com cartazes que expressam o sentimento de pertencimento à identidade cearense.



Fonte: Página oficial da Prefeitura de Viçosa do Ceará no Facebook (2023).

Tal cenário confirma a leitura de Haesbaert (2004) sobre a multiterritorialidade, ao revelar que as práticas e relações cotidianas com o território vivenciado exercem papel fundamental na configuração da identidade territorial, mais do que a filiação político-administrativa formal. A atuação institucional do estado cearense em setores como saúde, educação e segurança pública reforça essa construção simbólica e material de pertencimento.

Sob a ótica de Raffestin (1993), o território é resultado da mediação do poder, e, nesse sentido, o litígio não representa apenas uma contenda técnica, mas uma disputa pelo controle de símbolos e narrativas sobre o espaço.

O papel do ensino de geografia, nesse contexto, é o de fomentar uma leitura crítica da realidade, permitindo que os sujeitos escolares compreendam as dimensões políticas e culturais envolvidas nas disputas territoriais. Assim, o espaço escolar torna-se um campo potente para a construção de conhecimentos geográficos ancorados na vivência concreta dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O litígio entre Ceará e Piauí evidencia que questões territoriais estão profundamente ligadas a experiências, afetos e memórias. A vivência em Viçosa do Ceará demonstra que o pertencimento à

identidade cearense é resultado de uma construção histórica, cultural e política cotidianamente reafirmada.

O ensino de geografia, ao abordar essas temáticas, contribui para a formação de sujeitos conscientes do seu papel na disputa e na construção dos territórios. Amplia-se a necessidade de ouvir as populações locais e de considerar suas vozes nas tomadas de decisão sobre os espaços que habitam.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, R. O mitoda desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LACOSTE, Y. A geografia — isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

POULANTZAS, N. Poder Político e Classes Sociais. Tradução Maria Leonor Loureiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ateliê Editorial, 1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2000.
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ; ASSEMBLEIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Pesquisa socioeconômica na área de litígio entre o Ceará e o Piauí: avaliação de serviços públicos e percepção dos moradores quanto ao sentimento de pertencimento. Fortaleza: IPECE, 2023.

JORNAL ALECE. _Meu lugar é o Ceará – Reportagens Especiais. _ [vídeo]. YouTube, 4 nov. 2023. Disponível em: < https://youtu.be/dn31rRxIgoc?si=oFveKYQ0F0P7lmcj >. Acesso em: 29 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO._Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais._Aprovada em 27 de junho de 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm>. Acesso em: 29 abr. 2025.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ. _Ação Cível Originária 1831: Litígio de terras entre os estados do Ceará e doPiauí._Disponível em: <https://www.pge.ce.gov.br/acao-civel-originaria-1-831-litigio-de-terras-entre-os-estados-do-ceara-e-do-piaui/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Capítulo 4

10.37423/260711130

CONDOMÍNIOS: CIDADANIAS MUTILADAS, TERRITÓRIO USADO E ESPAÇO BANAL.

Elinton Fabio Romão — *Universidade Federal Fluminense*

Monique de Carvalho Cruz — *Universidade Federal do Rio de Janeiro*



RESUMO

O presente artigo objetiva ser uma reflexão sobre o atual momento de produção do espaço urbano, no momento em que a racionalidade do espaço urbano suplanta outras racionalidades e as demandas do urbano se propagam por todos os espaços orientando a produção do espaço em outras localidades, as formas do habitar e do morar que promovem paisagens derivadas, paisagens que não dialogam com as demandas e as necessidades locais. Nesta proposta recorremos as contribuições do geografo brasileiro, negro e nordestino, Milton Santos, apresentando uma constelação de conceitos e instâncias desenvolvidos pelo autor. O exame desenvolvido deter-se-á mais precisamente sobre os conceitos de cidadanias mutiladas, território usado e espaço banal no entendimento que estes melhor dialogam com os espaços de autossegregação que a principal marca, na atualidade dos condomínios. A metodologia da pesquisa foi a revisão bibliográfica das obras do autor em diálogo com o ideário propagado pelo modelo de condomínio desenvolvido em Alphaville. Tal modelo é o de uma classe média alta que busca isolar-se dos problemas da cidade como a violência urbana, poluição, trânsito etc. Mas ao mesmo tempo, tal estratégia esvazia o papel político da cidade, por uma falsa impressão de que tais questões não dizem respeito aos moradores do condomínio, pois estes estariam a salvo, nesta perspectiva o artigo busca uma análise pelo espaço banal que seria o espaço de todos, o espaço do encontro. Assim ampliando as possibilidades de uso do território e se contrapondo a lógica das cidadanias mutiladas e da inserção na cidadania pela renda e pelo consumo.

Palavras-chave: Autosegregação, racismo, superexploração, espaço urbano, Milton Santos.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca ser uma breve reflexão sobre o momento atual da produção do espaço urbano que privilegia a construção de condomínios, sejam de apartamentos ou de casas, a definição de condomínio (em latim: condominium) se refere à quando existe um domínio de mais de uma pessoa simultaneamente de um determinado bem, ou partes de um bem. Desta forma, a discussões atuais acerca da temática atravessa diversas faces das relações sociais históricas da sociedade brasileira articuladas a outras que foram construídas, principalmente, nas últimas décadas.

Desde os modelos Alphaville de condomínios de alto luxo voltados a atender os anseios de uma classe média alta que escolhe morar fora das áreas centrais da cidade, desta forma fugindo dos graves problemas urbanos como o medo da violência, os altos índices de poluição, trânsito etc. O nome baseado no filme Alphaville (Jean-Luc Godard, 1965) que retrata uma cidade comandada pelo computador Alfa 60 que aboliu os sentimentos dos moradores e estes têm seus gestos, pensamentos e comportamentos controlados pelo computador. Na Alphaville paulistana fundada em 1973, voltada inicialmente para sediar indústrias e empresas, hoje residem mais de 35 mil pessoas e 12.376 empresas (PREFEITURA DE BARUERI, 2023).

Atualmente este modelo de moradia, que já completa mais de cinquenta anos, se espalha pelo país, domina uma certa forma de pensar a produção do espaço urbano para determinados grupos sociais, uma vez que o espaço urbano parece cada vez mais caótico e fora do controle dos administradores públicos. Portanto, tal cenário faz parecer que a administração privada do espaço sanaria tais problemas ao promover um espaço em que se tem o controle do acesso e da circulação, logo, fornecedora de segurança, ou pelo menos da sensação desta. Quando estes condomínios além do espaço de moradia fornecem o espaço para o lazer, para o comércio, para o trabalho, para os estudos eles vão gradativamente avançando sobre as funções da própria cidade, gerando uma “cidade” dentro da cidade. Mas, nesta outra “cidade” o elemento renda, ou seja, quem pode pagar para morar em tais espaços é ainda mais determinante que na própria cidade. Tais sistemas de autossegregação, que fragmentam o espaço, em um país, com as questões sociais que tem o Brasil, levanta uma série de questões.

Nesta perspectiva recorremos as contribuições do geógrafo brasileiro, negro e nordestino Milton Santos (1926-2001) ao colocar que as teorias do planejamento urbano e regional são modelos elaborados e trazidos dos países centrais do capitalismo poucas vezes provêm, ou mesmo, dialogam

com as situações concretas que se almeja alterar. Elas são na verdade modelos que desejam impor-se, eles estão alinhados a interesses que não correspondem aos da maioria da população e não dialogam com a realidade local, muitas vezes servem ainda para impedir o desenvolvimento de um pensamento autônomo e sério. Cada lugar do mundo tem a sua própria temporalidade que é atravessada e subordinada pela temporalidade internacional, fornecida pelo modo de produção dominante no período, que na atualidade é da velocidade dos fluxos de capital e de informação e das suas respectivas valorizações (SANTOS, 2000).

Tais teorias trazem e impõem temporalidades de um tempo externo, de demandas externas, a organização local servindo a reprodução de ordens internacionais (SANTOS, 2000). Portanto, as próprias paisagens que se desenvolvem, são paisagens derivadas que pouco dialogam com as necessidades locais, numa tênue relação entre o modo de produção e a formação social "os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais e escrevem no espaço" (SANTOS, 2014, p.29). Neste entendimento os condomínios espaços de autossegregação são formas que a nossa formação social está escrevendo-se no espaço, materializando-se. A localização dos homens, das atividades, a circulação, o comércio, as estruturas de classe, tudo visa atender as necessidades externas provindas de centros de comendo nacionais e globais.

Tais lógicas, ou ilógicas, mobilizam valores distorcidos da modernidade, colocados como valores urbanos, em um momento em que as redes instaladas inicialmente nas cidades praticamente se estendem por todas as partes graças a industrialização da agricultura e a modernização do campo (SANTOS, 2000). Desta forma estruturada nos valores urbanos os condomínios e suas formas de sociabilidade avançam da cidade em direção a espaços cada vez mais rurais, se tornando comum em cidades pequenas, com bastantes lotes vazios recorrer-se a lógica dos prédios de apartamento, que além de atenderem a uma lógica externa, urbana, aumentam as taxas de lucro das construtoras. A ideologia da praticidade do apartamento, que em oposição a casa, gera menos trabalho e gastos aos moradores, uma vez que os serviços são ainda mais compartilhados.

Ou quando tais projetos se localizam em cidades com baixos índices de criminalidade, a lógica do condomínio leva muros altos, sistemas de câmeras, grades, portarias, rondas ostensivas, segurança armada, motocicletas e carros com giroscópios ligados demonstrando estarem sempre a alerta sempre atento a possibilidade de perigo. E caso de tal perigo se materialize, certas empresas vendem serviços

de acesso direto as instituições policiais, como se a chamada ao ser realizada pela empresa, ou pelos seus clientes, tivesse algum critério de prioridade.

Essa noção é pensada como elemento fundamental da produção filosófica do homem, em que tem lugar a necessidade radical de apropriação do espaço para a reprodução da vida. No capitalismo, o espaço se torna mercadoria e objeto de estratégias econômicas, o que reduz o habitar a uma função, o habitat. Nesse contexto, o desafio prático e teórico é recolocar o habitar como possibilidade utópica a partir da realidade funcionalizada do habitat, como uma noção filosófica que ilumina os conteúdos da vida urbana e revela suas contradições.

Cidadanias mutiladas

Pensar sobre a lógica de produção dos espaços de moradia é também pensar sobre a persistência do passado no presente, Santos (2000, p.49)) coloca que "Não é mudança para atingir o futuro, mas para permanecer no passado.", o que está na moda é qualquer estratagema ou artifício em que as coisas permaneçam as mesmas, mudar para manter igual. Se ontem era a senzala, hoje a favela garante mão de obra barata para garantir o funcionamento da cidade.

Questões que devem parecer insolucionáveis dentro de uma determinada lógica de sociedade que não consegue avançar sobre a função social da terra e da propriedade, principalmente frente a uma ofensiva neoliberal que oblitera as garantias constitucionais estabelecidas em 1988. Cria o máximo possível de constrangimentos que impeçam a plena realização dos indivíduos e dos grupos.

Santos no texto Cidadanias mutiladas (1996/1997) nos indaga: "[...] o que é ser cidadão? O que é ser um indivíduo completo, isto é, um indivíduo forte? O que é ser classe média? Ser classe média é ser cidadão? O que é ser cidadão neste país? E finalmente, os negros neste país são cidadãos" (p.133). Para o autor ser cidadão é ser um indivíduo dotados de direitos que lhe permitem não é apenas defrontar o Estado, mas afrontar o Estado, assim, sendo tão forte quanto o próprio Estado. Este cidadão completo é dotado da capacidade de entender o mundo e a sua situação no mundo, e se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos.

Para o autor perguntar se ser classe média é ser cidadão é reconhecer que ela goza de privilégios e não de direitos, e muitas vezes ela mesma se coloca contrária a difusão de direitos fundamentais, a classe

média que ser cidadão, alguns gozam dos direitos de cidadão, mas tal direito é negado para os demais, a começar pelos negros.

A estas relações podem-se chamar de cidadanias mutiladas, mutiladas nas relações de trabalho, mutilada na remuneração, mutiladas nas oportunidades de ingresso negadas, mutiladas pelo sistema de educação, mutilada no sistema de saúde, mutilada na circulação, mutilada no famoso direito de ir e vir, mutilada na localização dos homens em seus locais de moradia.

Todo este cenário deve ser visto a partir de como o país se formou tendo o passado como carência, o presente como a atual situação e o futuro enquanto perspectiva. Encarar o passado enquanto carência é entendê-lo sob o prisma das ausências. A costuma-se a não ter, a que os direitos na letra da lei seja uma coisa e na vida real e concreta das pessoas seja outra.

Como colocado por Drummond (1986):

> **Ausência**
> Por muito tempo achei que a ausência é falta.
> E lastimava, ignorante, a falta.
> Hoje não a lastimo.
> Não há falta na ausência.
> A ausência é um estar em mim.
> E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
> que rio e danço e invento exclamações alegres,
> porque a ausência, essa ausência assimilada,
> ninguém rouba de mim.

Esta ausência entranhada no ser, trazida por Drumond, dialoga com Santos (1996/1997) quando este coloca que as carências dão a cada um a consciência da sua posição e do seu ser no mundo em uma sociedade pautada na propriedade privada, que priva de acesso e de direitos e tem por base a inserção social pelo consumo. Nesta sociedade o modelo econômico é que decide qual modelo cívico é possível instalar. O modelo cívico brasileiro é herança da escravidão, tanto pelo prisma da cultura quanto da política. As relações escravagistas marcaram o território e os espíritos e atualmente ainda marca as relações sociais, principalmente na superexploração do trabalho. O modelo cívico é residual em relação ao modelo econômico fato mantido e agravado durante o período autoritário e que se agrava perigosamente durante a democracia. Os recursos nacionais são colocados a serviço das corporações, a territorialização é corporativa, a urbanização é corporativa, a metropolização é corporativa.

As cidades organizam-se para serem utilizadas por algumas empresas, e estas consomem os recursos públicos diretamente pelo crédito ou indiretamente pelos incentivos fiscais, e desta forma a população

não tem acesso as condições essenciais e permanece alijada dos serviços básicos de cidadania, o que faz com que no Brasil tenhamos um democracia de mercado, onde o que vale não são as pessoas mas os interesses do mercado.

Na democracia de mercado a figura central não é o cidadão, mas sim, o consumidor, figura que magnifica o ideal contemporâneo do ter, aceitação da objetificação em que os homens, e todas as suas relações, aceitam e tornam-se coisas diante da violência do dinheiro e da violência da informação, estes perturbam o conhecimento do mundo e atrofiam a condução da consciência podendo levar ao fim do ideário de nação e dos princípios de solidariedade embutida em tais ideias tornando discussões acerca dos direito à moradia, à trabalho digno e ao salário mínimo estapafúrdias, os discursos dos princípios são substituídos pelos discurso dos recursos, assim, ocorre a morte da política e as eleições se resumem ao mero consumo eleitoral.

Abordar a produção do espaço sob o prisma da produção de uma tipologia específica de moradia, que pode ter várias formas e estruturas advindas dos mais variáveis processos que atravessam as articulações dos poderes locais em esferas regionais, nacionais e globais. Mas cabe ao poder local garantir instrumentos que viabilizam os projetos, viabilidades que vão desde a alteração das leis de uso do solo, códigos de construção, táticas de expulsão de possíveis ocupantes, formas de obtenção e legalização de terreno e os mecanismos de valorização destes terrenos. Todas estas relações são a espacialização de relações sociais de poder, territorializando o espaço e as formas de uso.

Território usado

Os condomínios inserem-se dentro das diferentes formas de uso do espaço e recorrer ao conceito de território é demarcar e dar ênfase que tais dinâmicas são atravessadas por relações sociais de poder. Nestas relações implica quem territorializa? Há um conjunto de agentes que territorializam o espaço pelo cerco e pelo controle do acesso, logo demarcando quem pode usar e quem não pode. Por que territorializa? Para a obtenção de recursos, ou garantir que outros não o utilizem; ou mesmo, pelas novas lógicas dos condomínios, lógica da segurança e da necessidade de ordenamento geradas pela sensação de insegurança e descontrole do espaço urbano, daquela cidade que está lá fora, depois da guarita ou depois do muro. Ou seja, há novos elementos (segurança, ordem e controle) que se tornam recursos e são apropriados por parcelas da população que podem arcar com os custos financeiros e

sociais, criando-se ilhas de eficiência que transitam entre duas dimensões do território a de abrigo e a de recurso.

O território enquanto abrigo é o lugar de conforto, ponto de parada segura, acolhimento e reunião do grupo, lugar de segurança e garantia da manutenção dos recursos obtidos e acumulado pelo trabalho e da prole. Para melhor compreender e delimitar a categoria trabalho recorremos as contribuições de Moreira (2001, 2004, 2005), para quem o trabalho deve ser entendido como a repetição da transformação da natureza, fato que cria o espaço humano e, desta forma, a sociedade cria paisagens humanizadas (MOREIRA, 2004). As sociedades desenvolvem suas próprias organizações geográficas onde ocorrem duas formas de metabolismo (MOREIRA, 2004). A primeira forma seria uma relação metabólica do trabalho, de valor de uso, como uma estrutura das realidades abstratas, sendo a realização do homem como homem por meio do trabalho. No caso dos condomínios o valor de uso é o ato em si de morar.

A segunda forma é a relação metabólica e valor de troca, estruturada no real concreto, fator de alienação do homem pelo homem por meio da alienação do trabalho, no exame sobre condomínios, tal perspectiva atravessa a dimensão do valor simbólico e uma valoração social como se morar em Alphaville dotasse o grupo social de uma identidade particular com alto valor social que lhe conferem status e poder. Estas duas formas de metabolismo constituem o espaço e a paisagem. Logo, é a análise geográfica deve ser tratada “como uma práxis governada pela consciência do ser-estar do homem-no-mundo” (MOREIRA, 2004, p. 23). Assim a própria geografia é uma “[...] atitude de representação e reflexão analítica do homem-no-mundo, a partir do modo com que este organiza sua relação com a sociedade e a natureza [...]” (MOREIRA, 2004, p. 22).

Destas relações, são formadas sociabilidades, entendidas como um todo societário articulado pelo trabalho composto pela esfera social, pela esfera orgânica e pela inorgânica, em um contexto relacional histórico-social que vai do lugar ao global (MOREIRA, 2005). Se forma uma relação dialética entre espaço e sociedade em que “[...] ao mesmo tempo que faz da sociedade o seu espaço, faz do espaço a sua sociedade[...]” (MOREIRA, 2001, p. 43).

Na dialética entre espaço e sociedade, Santos (2014) nos coloca que esta disciplina não deve se interessar apenas pela forma das coisas e dos objetos, como se estes fossem cristalizados. Mas cabe a esta disciplina também a formação de tais objetos e como estes formam uma extensão contigua e sistematicamente interligados, sistemas de objetos.

Os homens agem sobre os sistemas de objetos criando novos objetos. Este agir do homem está baseado nas relações sociais de produção, levando em conta que a ação humana é dotada de propósito, subordinada a regras e exige um gasto energético. A própria noção de atuação, forma que se realiza uma atividade, está ligada diretamente à ideia de práxis. As ações são atos normatizados que atravessam a dimensão da cultura e da política, rotinas ou quase rotinas que tem a sua contribuição na produção de uma ordem, o que Santos chamou de Sistemas de Ações (SANTOS, 2006).

Esse espaço modificado e humanizado pelos sistemas de ações e sistemas de objetos corresponde ao espaço geográfico, este é uma combinação de elementos em constante mutação que tem sido estudado por diversas disciplinas, cada uma com enfoque e epistemologia particular, embora todas devam buscas a totalidade como ponto de vista prático das realizações de ordem prática, evitando distorções da realidade. Ele é seletivo para atender as demandas do modo de produção, as formas espaciais são a linguagem dos modos de produção, por isso eles são seletivos e reforçam as especificidades dos lugares. Desta seletividade se estabelece a diferença entre lugares. Em um primeiro momento, essa diferença é dada pela natureza. Pela ação humana vai se tornando uma diferença tecnificada, o espaço humanizado, o território usado, dado pela relação do trabalho com a técnica, quando ele é tratado como recurso.

A produção é a própria base de explicação, ou seja, o trabalho do homem de transformar, segundo as leis historicamente determinadas, o espaço com o qual se confronta, alterando-o para melhor prover e gerar suas condições de vida.

O território usado pode ser marcado pelo adensamento ou dispersão dos objetos técnicos, pela manutenção ou mudança, ou mesmo o abandono das formas de uso. Ou seja, a centralidade do espaço geográfico para entender a sociedade é o que leva Santos (2014) a formular que essa formação social e econômica é uma formação socioespacial.

> Para os atores hegemônicos o 'território usado' é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação do seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. (...) Os atores hegemonizados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares." (Santos, 2000, p. 12).

Para melhor entender os condomínios e o seu papel como abrigo ou quando é mobilizado como recurso, é preciso a relação entre adentrar na relação sociedade e natureza, e colocar o trabalho como

categoria fundamental para superar a dicotomia homem x natureza, afinal, é o trabalho que transforma a natureza em coisas úteis aos homens, os objetos. Moreira (2005) nos ajuda nessa questão ao elaborar que a necessidade de subsistência do homem é o impulso da relação homem-meio tratada pela geografia. Ou seja, o homem resolve suas necessidades pela transformação da natureza nos meios que precisa, meios que para nossa análise são materiais e simbólicos. Logo, para Santos (2005) é o uso do território que possibilita a sua análise social:

> Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 2005, p.255)

O risco da renúncia do futuro para este exame está no território a serviço das corporações é antes a sua forma, mas o seu uso é atravessado pelas dimensões das ações e dos objetos, que são significados de espaços humanizados, espaços habitados. Objetos criados para facilitar a fluidez que são cada vez mais técnicos, dotados de certa fluidez virtual, uma vez que a fluidez real é das ações humanas, mais estas são cada vez mais informadas, mais informatizadas de maneira que os sistemas informatizados conseguem antecipar-se as ações humanas. Assim as horizontalidades, as relações de contiguidade dos elementos vizinhos em continuidade territorial, tornam-se cada vez mais atravessados pelas verticalidades, que são comandos hierárquicos de pontos distantes uns dos outros que criam fluxos de circulação e de informações que atuam em forma de redes e objetivam influenciar as ações humanas, semelhantes ao computador Alfa 60.

Desta forma, o espaço banal seria o espaço de todos dominado pelas horizontalidades, opõe-se a ideia de rede, que seria o espaço de alguns, dominado pelas verticalidades. Espaço banal e verticalidades e/ou as rede e as horizontalidades são formas de organização do território e formas diferentes de uso, que podem se desenvolver no mesmo momento e nos mesmos lugares mais com diferentes funcionalidades, que em alguns momentos podem ser divergentes, ou/e até mesmo, opostas. Mas ambas fornecem um acontecer simultâneo, muitos graças a tecnologia e a ciência, que possibilitam novas formas do acontecer solidário.

Criam-se oposições e dentre elas o mercado e a sociedade civil. O mercado recorre a singularização, repete formas de pensar com seus discursos e assim conseguem a padronização repetindo formas de construção, mesmo que tais formas estejam muito mais no campo das ideias do que de materialidade

da obra, dos sistemas de objetos, como a quantidade de empreendimentos chamados Alphaville que se reproduzem pelo Brasil, com as suas casas de linhas retas remetendo a um movimento modernista, a moda é todos serem iguais, os projetos são cada vez mais parecidos, apenas retornam repaginados com ares tecnológico. Retomando a ideia do Alphaville paulistano, de uma classe média alta que saiu da cidade, repete-se a ideia, mesmo que não seja mais para uma classe média alta, da captura do homem na armadilha construída pelos bens de mercado e pelos serviços de mercado.

Voltando a Karl Marx, Santos (2014) nos lembra que tudo que é resultado da produção é pré-condição para a produção. Assim, os objetos geográficos estão em localizações que correspondem aos objetivos da produção num dado momento, e pela sua mera presença influenciam os momentos subsequentes e a possibilidade de novas produções. Desta forma a maneira que o espaço é produzido condiciona a produção do próprio espaço e as formas de sociabilidade que ali podem se desenvolver. No caso dos condomínios o arruamento pode facilitar o fluxo de veículos, a existência de calçadas faz as pessoas se sentirem mais seguras para caminhar, assim como as ciclovias são para os ciclistas, e bancos e locais com sombra favorecem a permanência. Por outro lado, as câmeras de monitoramento favorecem a sensação de segurança, mais tiram qualquer possibilidade de privacidade. Ou seja, os sistemas de objetos vão condicionando os sistemas de ações.

Da mesma maneira pode-se entender o porquê de muitos condomínios terem pouca ou nenhuma relação com o bairro ou o local em que estão inseridos, mas terem muita relação com os shoppings, colégios particulares, sedes de empresas, hospitais privados que podem estar localizados em pontos distantes da cidade, e por meio do automóvel e grandes avenidas garantem os fluxos que conectam os pontos desta rede urbana.

O consumo realiza o seu papel ideológico, uma mitologia, um ópio social muito eficaz que alimentam uma práxis que são experimentadas nas diversas esferas da vida, na educação, no trabalho, na casa, na vida. Práxis individuais e coletivas que encontram na criação de novos objetos e na possibilidade destes em oferecer novas opções às classes médias, que detém o poder de compra, e elas aparecem como um exemplo a ser seguido, mas na verdade para a maioria da população é um exemplo impossível, reduzida a um efeito-demonstração baseado em incitação à propaganda. A classe média, este vizinho das populações pobres, aparece como vitoriosa, mas vitoriosa de que batalha? A fé no consumo mergulha o consumidor, ou o provável consumidor em uma esfera irreal em que o futuro aparece como miragem, servindo apenas para retardar a tomada de consciência e o reconhecimento

das suas possibilidades reais (SANTOS, 2000) principalmente frente a sistemas de subalternização, a superexploração e os baixos salários que limitam o consumo.

No momento atual, outras faixas da classe média, até mesmo uma classe média baixa, quer porteiro, sistemas de câmera, de reconhecimento facial, muro alto, guaritas, tudo que possa gerar alguma sensação de ordem e de segurança. Já que é por meio dos objetos que nos cercam no local de moradia, nas ruas, na escola, no trabalho é que a fé pelo consumo se instala, a sociedade erigiu seus dogmas e o consumo é o seu ópio, o poder do consumo é alienante e contagiante. Ele aliena aqueles que consomem e por outro lado, também, aliena e exclui aqueles que não consomem, ele é o motor perverso da sociedade atual, a glorificação do consumo é acompanhada pela diminuição de outras sensibilidades, como a própria noção de individualidade que é um dos alicerces da cidadania. Esta sociedade ao colocar sua fé no consumo constrói um individualismo feroz e sem fronteiras que pode eliminar a personalidade sem a qual as pessoas não se reconhecem como distintos, a partir da igualdade entre todos (SANTOS, 2000).

Se os condomínios podem ter o poder de alienar os seus moradores, esvaziando a arena política, uma vez que faz parecer que os problemas da cidade não lhe dizem respeito, desde que a luz, o gás, o alimento chegam e o lixo e esgoto saiam, sabe-se lá para onde, desde que seja para bem longe. Quem estuda as cidades sabe quem são os atingidos pelo lixo e pelo esgoto, esta distribuição também é desigual ela tem raça, tem classe, cor e gênero, afinal, quem mora nas áreas menos valorizadas das cidades? Áreas que geralmente são os locais que recebem os “projetos de aterro” e “estações de tratamento”.

Espaço banal

A geografa Doreen Massey escreveu um livro que o título a tradução para o português ficou com título Pelo Espaço (2008). A autora realiza uma reflexão sobre a necessidade de abordar o tema do espaço a partir de outros pontos de vistas frente ao desafio que a espacialidade do mundo apresenta e a necessidade que temos em controlar. Nesta busca por controle nos utilizamos da imaginação do espaço o encarando como a superfície na qual nos encontramos, ou transformamos o espaço em tempo, ou até mesmo realizamos claras separações do local em que nos encontramos em relação a um mundo externo.

Nesta busca Massey coloca que:

> Encontros com o aparentemente familiar, mas em que algo continua a perturbar e inesperadas linhas de pensamento lentamente se desenrolam. Acima de tudo, os argumentos que se seguem tomaram forma, teórica e politicamente, no contexto pernicioso dos localismos exclusivistas e das desigualdades sombrias da atual forma hegemônica de globalização; e, também, frente às dificuldades de reação. Foi a luta com a formulação dessas questões políticas que me levou a forçar a abertura de seus modos, muitas vezes ocultos, de conceber o espaço.

No objetivo de elaborar sobre estas questões políticas, muitas vezes ocultas, em que transita o espaço, a tradução ao utilizar a preposição pelo que indica a favor de, ao longo de, através de. Embora seja preciso admitir que é pelo espaço, no sentido de através do espaço, que os processos sociais se realizam, neste exame vamos assumir o significado de a favor do espaço, mas não por qualquer espaço. Pois, seguindo os caminhos de Santos (2008) o espaço de maneira geral é um termo sempre adjetivado como em espaço econômico, espaço urbano, espaço rural, espaço político, espaço cultural etc. Porque cada ação é tomada sob um prisma de uma instância e a escolha da instância, da variável, aquilo que aparece como característica formal do seu conteúdo social, não pode ser aleatória, deve ser baseada no fenômeno estudado e a sua significação em um dado momento.

Deste modo, a instância econômica, política, cultural, urbana, agrária não são meros adjetivos, qualificadores de um nome, mas sim, elementos metafóricos a partir do qual observamos a realidade. Assim, são elementos dotados de força analítica, chaves de análise que possibilitam descrições e interpretações que levem a melhor compreensão do mundo, e que esta possibilite ações críticas e transformadoras da realidade.

Mas cada ação não constitui um dado independente, mas ela é resultado do próprio processo social, e cada conceito ou instancia só é real se é atual, se dialoga com o mundo presente. Deve estar sob aluz do presente, mas sempre acompanhado das sombras da sua história, a cada momento o valor de cada qual deve ser tomado na sua atual relação com os demais elementos e com o todo. Onde cada qual tem um valor diferente a depender do local que se encontra num determinado momento. Portanto, o movimento do conjunto é o contexto, e ele estabelece relações que não podem existir separadas, onde e quando a contradição não exclui a unidade. Santos (2008, p.31) coloca que: “Casa, edifício, loteamento, bairro estão sempre mudando de valor relativo dentro da área onde se situam, mudança que não é homogênea para todos, cuja explicação se encontra fora de cada um desses objetos e só pode ser encontrada na totalidade de relações que comandam uma área bem mais vasta. Assim também é com os homens, as firmas, as instituições.”

Assim também ocorre com a tecnologia: “O ponto que recebe um feixe de inovações correspondente a uma modernização está em posição de influenciar aqueles que não a possuem (B. Kayser, 1964, p. 334) e isto ainda mais quando esse feixe é formado pelas variáveis mais dinâmicas do sistema dominante.” (SANTOS, 2008, p. 49) a consequência da modernização é a possibilidade de especialização, e esta é uma forma de dominação, que buscamos exemplificar com o modelo paulistano de Alphaville, que desperta um conjunto de ideias que dominam as diferentes possibilidades e arranjos para as mais diversas necessidades condominiais.

Neste exame foi apresentado uma constelação de conceitos elaborados pelo geógrafo Milton Santos, ao demonstrar a preocupação com o espaço comum, o espaço da interação de todas as instâncias recorre a definição de espaço banal como a busca de retornar a discutir a totalidade, ter um espaço comum, um espaço de interação de todas as instâncias, interação de todas as pessoas, espaço da vida comum, que em nosso exame é uma arena de oposição ao mercado que singulariza generificando, ele vende o único, o exclusivo, mas que verdade é igual aos outros, as casas são cada vez mais iguais, os arruamentos, as praças, as áreas de lazer, os shoppings, os aeroportos, tudo é similar e tudo ao mesmo tempo nos é familiar. Elimina-se o desconforto do desconhecido, andar em um aeroporto ou shopping é igual em qualquer lugar. Assim também estão os condomínios onde os comportamentos são sempre acompanhados pelas câmeras de segurança, são previsíveis, não há espaço para ser jovem, para pitar escondido, afinal, sorria você está sendo filmado.

Trazer o espaço banal é retornar ao desconhecido, ao estranho. O que nos remete a celebre charge da Graúna, do cartunista Henfil (GLOBO, 27 de abril de 2003), que ao encontrar uma placa que diz: Proibida a entrada de estranhos. A graúna inocentemente diz: Viu querem nos proteger. Quando o seu companheiro responde: Os estranhos somos nós.

Figura 1: Charge Henfil Graúna



Fonte: HENFIL (GLOBO, 27 de abr. 2003).

Afinal, não somos todos Graúna? Cada qual estranho a sua forma. Mas os sistemas de opressão e subalternização que se baseiam em marcadores sociais corporificados que esperam na raça, na etnia, na cor, no gênero, na sexualidade autorizações para a violência.

Pelos espaço banal é se colocar à favor do encontro como em uma boa praça pública em que todos chegam, sem necessariamente serem consumidores ou usuários, mas apenas pessoas que se encontram, vizinhos que se veem e entre um bom dia e uma boa noite ocorra a conversa, o verso que é comum, pelo espaço banal é se colocar a favor do livre acesso que este e a conversa possibilitam a retomada das arenas políticas dos bom debates com aqueles nos são diferentes, porque falar para os iguais, como se diz... “pregar para convertido” não tem graça, ousemos quebrar as bolhas da tecnologia e seus infinitos grupos. Como diz uma velha canção: Às vezes eu falo com vida/ as vezes é ela quem diz/ qual a paz que eu não quero conservar/ para tentar ser feliz?/ as grades do condomínio/ São para trazer proteção/ Mas também trazem a dúvida/ Se é você que está na prisão (YUKA, 1999).

Para Santos a tendência atual é que os lugares se conectem verticalmente e coloquem-se a serviço do capital, mas o capital traz em si a sua contradição, tais redes erguidas pelo capital, para o capital, também possibilitam a conectividade horizontais dos diferentes grupos subalternizados e estes estabelecem as suas redes de ação. Se as redes do capital são verticais e trazem desordem para onde

se instalam, porque trazem uma ordem externa que não atende aos interesses locais, as redes dos subalternizados trazem a possibilidade de novas articulações políticas desde pequenos produtores que se unem em cooperativas, os movimentos de atingidos por barragem, até o movimento dos relesinhos.

Então o que colocar sobre os grupos de bairros, que utilizam as redes sociais para compartilhar as mais diferentes informações, desta maneira gerando circuitos alternativos para a economia, ao compartilhar informações de compra e venda de produtos e serviços, ao compartilhar informações sobre serviços públicos como segurança, transporte, trânsito, saúde, educação etc., gerando todo um campo de novos sentidos de identidades e pertencimentos. Santos (2005, p.260) diz que: “Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou ser um breve exame sobre a lógica de produção da moradia dentro da lógica do espaço urbano, mesmo que estas não estejam necessariamente dentro do espaço urbano, já que a sua lógica se espraia e amplia por meio da industrialização da agricultura e modernização do campo o que leva que o ideário propagado principalmente pela experiência do empreendimento paulistano de Alphaville, este espaço ordenado, controlado, padronizado que se opõem a lógica do descontrole representado pela violência, sentimento de insegurança e poluição presentes na cidade. Assim cria-se uma cidade ideal onde a inserção é dada pelo consumo e não pela garantia dos direitos de cidadania, uma vez que direitos são para todos, este tipo de sociedade se baseia em privilégios garantidos pela fé no consumo.

A sociedade movida pela fé no consumo, se materializa parcialmente para as classes médias e logicamente não se realiza para a maior parte da população, ou a classe trabalhadora, superexplorada pelas relações de trabalho, relações que se respaldam em marcadores sociais corporificados que esperam na raça, na etnia, na cor, no gênero e na sexualidade autorizações para a violência o que perfaz um quadro de cidadanias mutiladas, mutiladas nas educação, mutiladas nas relações de trabalho, mutiladas nos baixos salários, mutiladas nas parcas condições de moradia e alimentação.

Elementos que implicam nas relações sociais baseadas em relações de poder, por isso, recorrer ao conceito de território, elaborando sobre as diferentes formas de uso, o que implica diretamente nas formas e possibilidades do habitar, do estar do permanecer de ter o território enquanto abrigo, lugar de segurança e acolhimento. Enquanto para os grupos hegemônicos mobilizam o território enquanto recursos nas estratégias de territorialização do capital, relações verticais que mobilizam as redes estabelecendo fluxos de capitais e de informações garantindo, neste território usado, ou seja, as apropriações dos recursos provindos das relações e trabalho.

Por outro lado, as redes verticais que o capital estabelece possibilitam a articulação dos diferentes locais, lugares e grupos sociais que sofrem com as ações de territorialização e reprodução do capital. Assim possibilitando novas articulações para o espaço banal, o espaço comum de todos, que se opõem a lógica privatista e mercadológica dos condomínios possibilitando a reativação de arenas e esferas políticas que pleiteiem o direito de estar e o direito de livre circulação nos espaços da cidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. Ausência. (in) Corpo. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HENFIL, O GLOBO.; 27 abril 2003, p. A3. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/?word=henfil. Acesso em: 09/03/2025

MASSEY, Doreen. Pelo espaço –uma nova política da espacialidade. Bertrand do Brasil Editora, Rio de Janeiro, 2008.

MOREIRA, R. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. GEOgraphia: Revista de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro, n. 5, ano III, p. 43-60, set. 2001. Acesso em: 02/03/2025

MOREIRA, R. Marxismo e geografia (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias). GEOgrafhia, ano 6, n°11, 2004. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13466/8666. Acesso em: 11/03/2025

MOREIRA, R. Sociabilidade e espaço: as formas de organização geográfica das sociedades na era da terceira revolução industrial - um estudo de tendências. Agrária (São Paulo. Online), (2), 93-108, 2005 Disponível em:https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/82 Acesso em: 19/03/2025.

PREFEITURA DE BARUERI: Secretaria de Indústria e Comércio apoia evento em comemoração aos 50 anos de comemoração de Alphaville. Em 19 de outubro de 2023. Página Inicial/Notícias. Acesso em 15/03/2025. Disponível em: https://portal.barueri.sp.gov.br/noticia/19102023-secretaria-de-industria-e-comercio-apoia-evento-em-comemoracao-aos-50-anos-de-alphaville

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. - 5° ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. (in) O preconceito. (orgs) PIÑON, Nélida et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 1996/1997

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. - 7° ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. O retorno do território. (In) OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

YUKA, Marcelo. Minha Alma (A paz que eu não quero). (in) Lado B Lado A, O Rappa, Warner Music, 1999.

Capítulo 5

10.37423/260711131

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE NITERÓI

Elinton Fabio Romão *Universidade Federal Fluminense*

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a produção do espaço urbano na cidade de Niterói (RJ). Partindo do entendimento de como o espaço é socialmente produzido de forma o que lhe confere um caráter que é fragmentada e articulado, garantindo diversas formas e usos o atravessa a dimensão e diz respeito ao acesso à terra na cidade, logo, do uso para moradia que se expressa em sistemas de estratificação social.

Para este exame partindo das categorias de produtos do espaço urbano identificadas por Corrêa (1989) trabalhamos que na produção do espaço urbano se demarca um duplo movimento para grupos sociais distintos. Para o grupo hegemônico o espaço urbano é território em sua dimensão de recurso enquanto para os grupos subalternizados ele é território em sua dimensão de abrigo SANTOS (2000).

O território recurso é o território dominado pelos interesses do capital que tem sua centralidade na reprodução e nas condições sociais que garantem tal reprodução. Nesta perspectiva, domina a visão de fora a partir dos rearranjos do acontecer histórico e das densidades informacionais e técnicas (SANTOS, 1996). O tensionamento entre lógicas globais, nacionais, regionais e locais podem conferir-lhe novas formas-conteúdo.

Estas novas formas-conteúdo revelam conflitos provenientes de capacidades desiguais que os grupos sociais possuem para solucionar a questão da moradia, o que atravessa a dimensão de como e onde morar, que é um ponto basilar na tentativa de compreender a organização espacial da cidade. Tais conflitos, a apropriação do espaço e as diversas formas de uso, são uma permanente tensão entre as reais necessidades e interesses dos moradores da cidade frente as demandas do capital.

Diante disto, elaboramos uma breve análise da cidade de Niterói (RJ) tendo como centralidade a produção do espaço urbano na cidade e as disputas e tensões que se estabelecem em relação à moradia. Estabelece-se a uma dupla divisão do espaço, a primeira é a econômica e a segunda é a social. A econômica provém, em primeira análise, do próprio mercado de terras, o que já requer um enfoque histórico-geográfico crítico da formação do mercado de terras urbanas. Neste enfoque as cidades adquirem como características a capacidade de concentrar em um mesmo local diferentes funções indispensáveis a produção capitalista como a concentração de força de trabalho, mercado consumidor concentrado e livre circulação de capitais etc.

A existência de uma força de trabalho destituída dos meios de produção, pelos processos de modernização e concentração fundiária no espaço agrário que gera constantes fluxos migratórios para as cidades, proletariado moderno que só tem como alternativa vender sua força de trabalho. Então é necessário em uma análise crítica demarcar que o proletariado não existe naturalmente, e que naturalmente os grupos sociais não venderiam sua força de trabalho se tivessem acesso aos meios de produção da vida.

Na busca por legitimar a propriedade privada e naturalizar tais relações a propriedade é tratada como direito natural e inalienável ao homem e comum a todos, mesmo que tal discurso se aplique para a maioria da população como propriedade do próprio corpo. Assim naturaliza-se a mercantilização do homem quanto a da terra, o trabalho de colocar a propriedade como oriunda do trabalho inverte-se as relações reais da economia capitalista, pois o capital prove não do trabalho, mas da exploração do trabalho (SILVA, 2009).

Nesta busca Locke coloca que:

> Cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos pode-se dizer, são propriamente dele. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-a ele com o seu trabalho e lhe junta algo que é seu, transformando-a em sua propriedade. (LOCKE, 1973, p 51).

Locke, ignora a dimensão social do trabalho ao colocar a propriedade privada somente como resultado da relação do homem com a natureza, e nesta, através do trabalho ele doma a natureza e a torna parte de si, sua propriedade. Estabelecer que apenas pelo trabalho se adquire a propriedade. Portanto, quem não a possui é porque não trabalhou o suficiente. Assim o autor invisibiliza que nesta relação existe a dominação do homem pelo homem, sistemas de subalternização que visam manter e garantir a reprodução e o fluxo do capital.

Ao focar na relação homem-natureza o autor se coloca como defensor da burguesia, ao mascarar que antes mesmo de ser produzido, o fruto do trabalho, já pertencia ao burguês, porque este detém a posse dos meios de produção, e o trabalhador, produtor de fato, já estava privado antes mesmo do trabalho ser realizado.

Na busca por desmascarar tais relações, Karl Marx afirmar que:

> Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o

> trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação. (MARX, 1973, p 151)

Naturalizar a existência de uma classe trabalhadora serve ao objetivo de naturalizar a propriedade privada da terra. Ou seja, propriedade que é material e historicamente construída e objetiva privar o acesso e o uso assim obrigando, estes que o acesso foi negado, as relações de mercado, compra e venda, demanda e procura. Em um país superpopuloso a alta oferta de trabalhadores despossuídos dos meios de produção tendem a baixar o preço pago pelo trabalho, aumentando assim a mais da valia retida pelo burguês. Os baixos salários por sua vez tendem a baixar a pressão pelo mercado consumidor, afinal, uma classe trabalhadora superexplorada que na relação trabalho/salário não consegue arcar com os custos de moradia e as expectativas de lucro dos produtores imobiliários compondo assim o grupo social que Corrêa chamou de grupo sociais excluídos.

Para os grupos sociais excluídos ter acesso ao espaço urbano para exercer um trabalho superexplorado e em condições precárias não tendo condições de satisfazer as necessidades de moradia tendo que recorrer a ocupar e produzir o espaço urbano nas áreas que ainda não interessam ao capital os fundos de vale os topos do morro, as áreas suscetíveis à inundação. Para estes resta a relação com território enquanto abrigo, em seu valor de uso. Por outro lado, para os promotores imobiliários, proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e o Estado, categorias identificadas por Corrêa (1989), predomina o valor de troca.

A CIDADE DE NITERÓI

O presente artigo busca ser uma breve reflexão sobre a produção do espaço urbano na cidade de Niterói, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tendo em vista que a referida cidade aprovou recentemente uma Nova Lei Urbanística de Niterói (PL 161/2022). Este artigo, que faz parte das pesquisas iniciais do curso de mestrado em Geografia na Universidade Federal Fluminense, objetiva trazer a luz alguns aspectos acerca das liberações de obras, aumento de gabarito dos prédios, taxa de ocupação dos terrenos.

A cidade passa por um processo de ressignificação da sua imagem com a construção de um conjunto de oito obras assinadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer percorrendo onze quilômetros da faixa litorânea da cidade, o centro até o bairro de Charitas. O processo se inicia no começo dos anos 1990

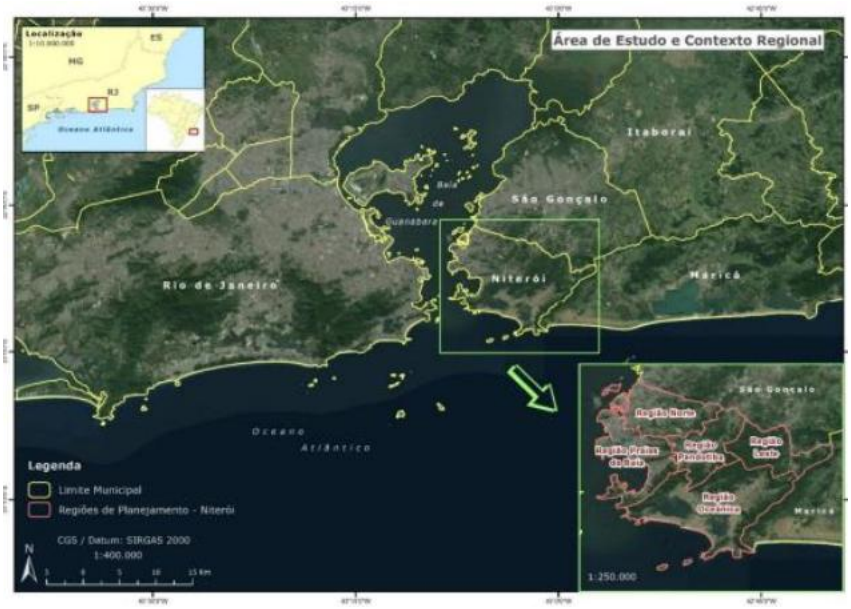
quando foram divulgados os dados do Índice de Desenvolvimento Humano e a cidade figurava como terceiro melhor índice do país e o primeiro do estado do Rio de Janeiro (segunda maior cidade e segunda maior região metropolitana do país). A primeira das obras a ficar pronta foi o Museu de Arte Contemporânea inaugurado em 1996, passando a substituir o brasão do município e projetando a imagem da cidade mundialmente. A última das obras é a estação de catamarã de Charitas que conecta as regiões Praias da Baia e Oceânica o centro da cidade do Rio de Janeiro. Os dados do IDH foram publicados no início dos anos 90. A cidade figurava como o terceiro maior IDH do ranking nacional, fato instrumentalizado para o projeto de ressignificação da cidade, inserindo-a no sistema de competitividade urbana, "a nova questão urbana" estruturada em inovadoras técnicas neoliberais de financeirização e liberalização.

Segundo Oliveira (2009):

> Este fato foi transformado, pelo grupo de poder, em mote para o marketing político, rapidamente absorvido pelos agentes empresariais que acabariam adotando a imagem do MAC (do Museu de Arte Contemporânea), inaugurado em 1996, como o novo símbolo "oficial" da cidade. Este novo movimento acabou embalando o inconsciente coletivo da população local e ressignificando a representação dominante na cidade. De signo de marca indígena e funções complementares à cidade do Rio de Janeiro, Niterói projetar-se-ia internacionalmente nos anos 1990, por meio da obra de Niemeyer. Do local ao global, a cidade seria alçada a uma nova condição, por meio de um city marketing bastante comum a muitas outras cidades do mundo, como a nova face do planejamento urbano (SÁNCHEZ, 2003).

A cidade se insere nos fluxos de capitais passando a ser literalmente "vendida" do local ao global. A cidade se torna mercadoria, ela é empresa, uma pátria. Essas lógicas erguem novos projetos de cidades quando o Estado, na escala municipal, além de atuar em um papel administrativo passa a atuar também no que ficou conhecido como empresarialmente urbano (VAINER, 2000). Lembramos os apontamentos de CORRÊA (1995, p.26), que comenta que é na escala municipal a escala em que os "interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz". O planejamento da cidade agora é direcionado a atender as demandas do mercado, seguem uma lógica global, e não mais apenas as oriundas das pessoas, provenientes de interesses locais (DRUMMOND; BIENENSTEIN, 2019).

Figura 1: Apresentação da Área de Estudos



Fonte - Base Cartográfica: IBGE. Produção: DRUMOND, R

Sánchez (2001) destaca ainda que:

> A construção da imagem da cidade está intrinsicamente ligada a representações e ideias. Trata-se, portanto, de uma construção social, subordinada à visão de mundo daqueles que, ao se imporem como atores dominantes nos processos de produção do espaço, também ocupam posição privilegiada para dar conteúdo ao discurso sobre esse espaço. (p.185)

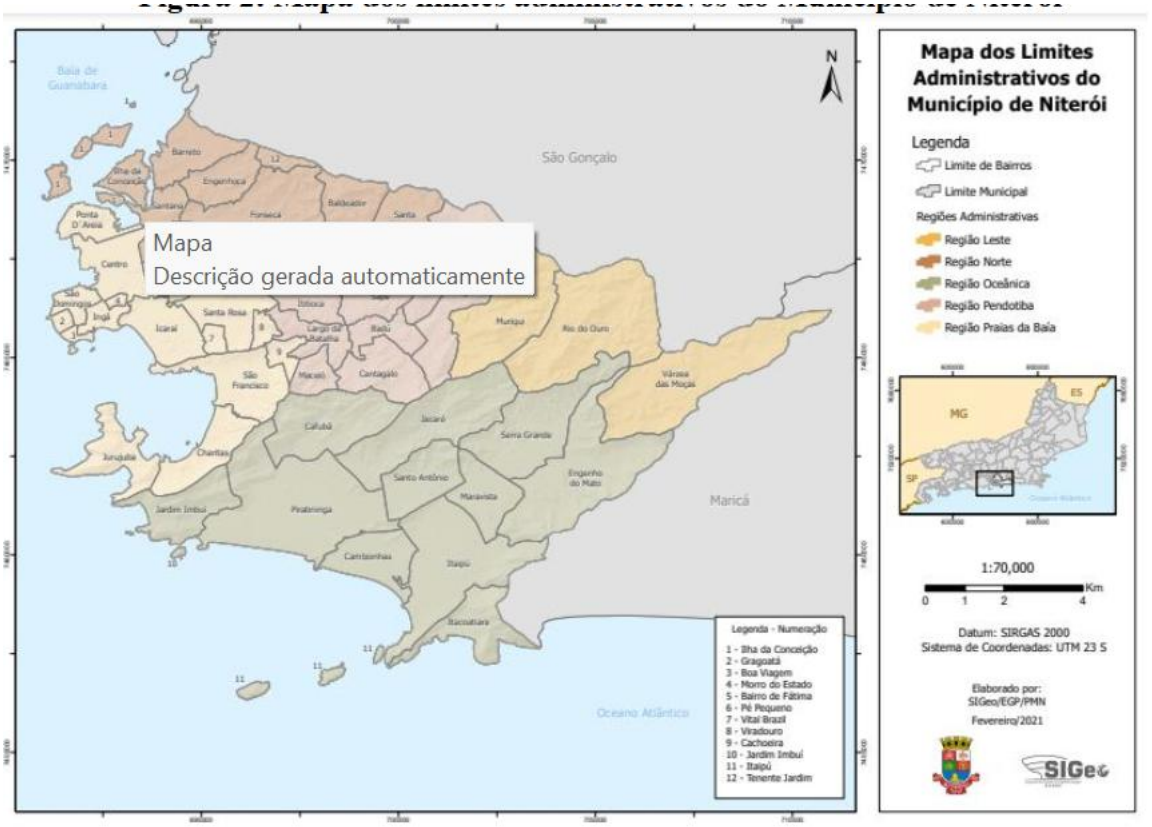
Oliveira (2009) nos relata como essa cidade se desvincula de antigas imagens. A imagem do líder indígena Arariboia; do "vazio identitário" de uma cidade que deixou de ser a capital estadual em 1975; da cidade abandonada de ruas esburacadas, esgoto a céu aberto e serviços públicos que não funcionavam; imagem de uma "cidade dormitório", em que os postos de trabalho e o lazer estão em frente, na capital Rio de Janeiro. A conexão com a capital, mundialmente famosa, pelo sistema de barcas e pela ponte Rio-Niterói, é o que mantém a funcionalidade como expansão urbana da capital.

Portanto, a edificação da cidade-modelo ou cidade-espetáculo, objetiva e demonstra a estratégia dotada de intencionalidade onde os agentes, em articulação com o Estado, lideram a construção do espaço urbano, ditando suas normas e direcionamentos. Esse processo de transformar a cidade e adotar uma imagem publicitária, projetando-a em ambientes de competição regional, nacional e global. Tal competição altera as relações dos moradores com este espaço vivido, esta imagem projetada cria novas identidades e sentidos de comunidade ao mesmo tempo que mascara as ações e intencionalidades dos grupos hegemônicos, em seus grandes empreendimentos que fragmentam o espaço. Por outro lado, invisibilizam as ações e modos de existência dos grupos sociais excluídos,

muitas vezes corroborando estratégias de estigmatizações e criminalizações que visam manter sistemas de subalternização.

Nesta perspectiva, as classes sociais não estão aleatoriamente distribuídas pela cidade. Nos locais que ainda não interessam ao capital estas conseguem se estabelecer e edificar suas moradias, moradias precárias, em áreas ambientalmente vulneráveis e carentes no acesso a serviços públicos, performando um claro quadro de vulnerabilidades socioambiental e de risco urbano, onde é preciso demarcar que tais relações tem no elemento do trabalho/salário sua centralidade e que esta é atravessada por relações de raça, etnia e gênero.

Figura 2: Mapa dos limites administrativos do Município de Niterói



Fonte: Prefeitura de Niterói

Para Singer (1982) a cidade é uma imensa concentração de gente exercendo as mais diversas atividades, relata que a demanda por solo urbano se refere a expansão do tecido urbano e as diversas formas de ocupação, o que atravessa as diversas atividades produtivas, a circulação e o comércio. Estes elementos refletem diretamente sobre a moradia e o preço desta, uma vez que é lógico que o solo urbano seja disputado para e por diversos usos, assim, conferindo ao setor imobiliário um caráter especulativo. Desta forma, o valor do solo urbano varia conforme as diferentes possibilidades de uso

que permite, e isto pode variar de acordo com a localização ou as condições do local, a existência e disponibilidade de serviços e infraestruturas; proximidade de mercado consumidor, entre outros, todas devendo estar dentro do jogo capitalista (SINGER, 1982).

O capital imobiliário é falso capital, ele é valor que se valoriza, mas não pela atividade produtiva, mas pela monopolização do acesso. A ocupação do solo é penas contingência que o seu estatuto de propriedade privada torna fonte de renda para quem o detém, portanto, a mera posse que impossibilita que outras façam uso já se torna fonte de renda para quem a detém, lucro que intensifica a acumulação do capital (SINGER, 1982) e gera uma falsa escassez de terra e por conseguinte de moradia.

Esta false escassez ou escassez induzida faz com que o solo urbano seja disputado pelos diversos segmentos da sociedade de forma diferenciada, Carlos (2008) argumenta, o que gerando conflitos entre os indivíduos e usos. Essa disputa será, por sua vez, normatizada, regulada e orientada pelo mercado, este coloca-se como mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista. Este produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Assim, o contexto do espaço urbano é que definirá a localização de uma atividade, pois ocorre uma articulação entre os lugares que conferirá a cidade uma determinada paisagem.

Figueiredo (2015), ao abordar a incorporação do espaço pela lógica capitalista, relata como o discurso do setor imobiliário atua na valorização da terra no município. A autora coloca que existem obstáculos à implantação de uma verdadeira reforma urbana, e que estas manipulam o Estado e consegue por diversas vezes se sobrepor a ele. Para ela a natureza das limitações e dos obstáculos não estão na esfera da técnica, mas sim da esfera política. Esta é dotada de rigidez proveniente dos principais grupos e classes dominantes de uma cidade, que se utiliza dos meios midiáticos para promover seus ideais de manipulação de gestão do espaço urbano atrelados aos seus interesses.

Figueiredo coloca que:

> A cidade de Niterói apresenta bons índices socioeconômicos quando comparada ao estado e município do Rio de Janeiro, é apontada com alto preço do metro quadrado, associado comumente pela escassez de ofertas pelo setor imobiliário. No entanto, a pesquisa em questão relaciona essa alta valorização não pelo baixo quantitativo de ofertas, mas sim pelo discurso do setor imobiliário com a construção ideológica auxiliada ao marketing da escassez para justificar os altos preços e a intensa verticalização da região Praias da Baía. A produção imobiliária da cidade está inserida na lógica do consumo da mercadoria (solo urbano) de forma estratificada, assim como é a sociedade, dividida em classes. O poder público municipal implementa projetos e legislações urbanísticas que favorecem a extração da renda fundiária

> urbana que se sustenta na extração de sobrelucros de localização na região Praias da Baía a partir da centralidade e forças de monopólio que permitem ao setor imobiliário inferir preços de monopólio, elevando os preços do solo urbano de determinados bairros. No entanto, o poder público municipal não canaliza recursos para o combate ao acesso desigual e hierarquizado do solo urbano, que desencadeia o processo de segregação socioespacial visualizado pelo crescimento de comunidades nas regiões administrativas da cidade. (p. 161-162)

Como consequência de tais liberalizações elaboraremos sobre o possível aumento do valor do solo urbano, possíveis criações de zonas de pressão sobre as áreas verdes, processos de gentrificação e processos de segregação socioespacial. O aumento do valor do solo se dá principalmente devido ao aumento do gabarito dos prédios e aumento da porcentagem da parcela de uso do terreno o que aumenta o potencial de uso devido ao maior aproveitamento para moradias.

A pressão sobre as áreas verdes se desenvolve com o fim ou a redução das áreas de amortecimento das áreas verdes o que leva ao aumento do efeito de borda, seja a entrada de luz solar ou da deflagração de processos de sombreamento o que leva a alteração da vegetação presente favorecendo, em muitos casos, a proliferação de espécies invasoras devido a maior debilidade do meio geobiofisico.

O aumento da pressão sobre as áreas ocupadas por comunidades de baixa renda, principalmente as favelas que se desenvolvem nas encostas dos morros da cidade, locais de alta declividade em que as construções nem sempre correspondem aos requisitos técnicos para tal tipo de ocupação que geralmente requerem obras de infraestrutura e estabilização do solo – possíveis processos de gentrificação.

Identificamos em Corrêa (1989) a categoria produtores do espaço urbano que para este exame é válida ao identificar os diferentes atores sociais que disputam. O exame trabalha principalmente com as categorias dos promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e o Estado. Pois identificamos que no caso da cidade de Niterói, no atual momento de produção do espaço urbano que está se encontra, estes são os agentes que mais se projetam no cenário político da cidade.

Os promotores imobiliários conseguiram aferir muitos terrenos para os seus empreendimentos, alguns alteram antigos planos de criação de parques e áreas de lazer, que nunca se concretizaram. O Estado se ocupa de facilitar as operações dos promotores imobiliários e atrair investimentos performando a city marketing.

> Vainer (2000) e Sanchez (2010) defendem o ponto de vista de que a cidade passa a ser mercadoria. Processo inserido no marketing urbano ou city marketing, os quais incluem as cidades em um mercado competitivo, similar ao empresarial, implicando na concorrência entre as mesmas no que tange a sua venda e promoção, tendo a imagem como meio de divulgação. Sanchez (2010) afirma que passa a ser tendência na virada do século XXI a conversão da cidade-mercadoria, transformações que fazem parte do processo de produção e concretização da sociedade urbana. A autora afirma que a política estatal no atual estágio de acumulação capitalista busca inserir as cidades nos fluxos globais, portanto, além da renovação da cidade, faz-se necessário vender a imagem de uma cidade renovada. (FIGUEIREDO, 2015, p.62)

Figueiredo (2015) coloca que a city marketing induz os governos municipais a se ocuparem com a divulgação publicitária da cidade, e no caso de Niterói, o MAC (Museu de Arte Contemporânea) é a figura que incorpora, como novo símbolo da cidade, a imagem da modernidade. A publicidade demarca uma cidade requalificada, em uma sequência de processos de revitalização, uma cidade-mercadoria a ser consumida e para tal ela deve ser vista coo atraente e competitiva se voltando para construção de um padrão financeiro não condizente com o da sua população e reais necessidades, se produz uma cidade para fora para os quadros executivos de empresas e segmentos sociais emergentes. Nestes espaços se demarcam processos de distinção/segregação social e espacial possibilitando processos de gentrificação

RESULTADOS

As análises elaboradas corroboram o pensamento eldorado por Veiner (2000) que a cidade é mercadoria a ser vendida, e os seus prefeitos se comportam como vendedores ambulantes em um mercado de competição com outras cidades. Este exame, embora seja uma análise preliminar, identifica um aumento na pressão sobre as áreas verdes da cidade e o aumento do valor do uso do solo e dos processos de gentrificação e segregação socioespacial. Neta lógica o planejamento da cidade agora é direcionado a atender as demandas do mercado, seguem uma lógica global, e não mais apenas as oriundas das pessoas, provenientes de interesses locais (DRUMMOND; BIENENSTEIN, 2019).

Em tal análise é fundamental entender que a formação de preços está diretamente relacionada com o custo da produção de uma determinada mercadoria, ou melhor, do tempo socialmente necessário para a produção, uma vez no mercado a mercadoria estará sujeita a lei da oferta e da procura. Mas o solo urbano escapa a esta lógica, o preço do metro quadrado varia de local para local, porque o seu preço não é auferido pelo solo em si, mas é atravessado pelas relações sociais. A localização é um fator atravessado por muitas questões materiais e simbólicas historicamente construídas que conferem centralidades a determinados espaços enquanto outros ficam as margens e desvalorizados.

Na análise do espaço urbano é preciso demarcar, concordando com Carlos (2012), que a sociedade ao realizar as suas atividades de reprodução, realiza isso em um espaço específico, e desta forma "a sociedade se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço-tempo determinado, aquele de sua reprodução, num momento histórico definido." (CARLOS, 2012, p.53). A condição de reprodução da sociedade está diretamente conectada e associada com a reprodução do seu espaço. O espaço condiciona as relações sociais principalmente as de produção, circulação e consumo e das estruturas que os grupos humanos estabelecem para estas atividades e para o seu habitar, produções que são materiais e concretas e implicam nas possibilidades de plenitude aos modos de vida como o fornecimento de energia e água potável, coleta de lixo e esgoto, arruamento, contenção de encostas, acesso á saúde e educação etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Petrópolis, Vozes, 2000.

CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo. Ed. Ática, 1989.

BIENENSTEIN, R. DRUMOND, R. C. O papel do Estado na produção do espaço urbano: Apontamentos sobre a política urbana de Niterói-RJ. (in) Anais, XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2019.

DRUMOND, R. A cidade de Niterói: Política urbana, valorização do solo e habitação. (in) Anais. XV Seminário de História da cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, 2018.

FIGUEIREDO, K. S. A incorporação do espaço na lógica de acumulação capitalista e a formação de novos eixos/áreas de valorização imobiliária em Niterói (RJ). Dissertação. Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Editora Abril Cultural,1973.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Coleção grandes pensadores. Editora Abril Cultural, 1973.

OLIVEIRA, M. P. de. Política urbana e o "Caminho Niemeyer" em Niterói-RJ: da re-significação da cidade a (re) valorização do espaço urbano. Mesa redonda do VIII ENANPEGE, Curitiba, set/out, 2009.

PREFEITURA DE NITERÓI. Sistema de Informação e Geoinformação. Disponível em: https://www.sigeo.niteroi.rj.gov.br/pages/mapas. Acesso em: 13 de janeiro de 2025.

SÁNCHEZ, F. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: [ACSELRAD, Henri.] (org.) A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro, Lamparina Editora, 2001, pp. [171-192].

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. Boletim Paulista De Geografia, (57), 77–92, 2017.

SILVA, O. T. da. O mercado de terras urbanas: Algumas questões para o debate. GEONORDESTE, ano 2009, n°2.

Capítulo 6

10.37423/260711132

VERTICALIZAÇÃO “PÉ NA AREIA” E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: ANÁLISE DO BAIRRO DE GUAXUMA, CIDADE DE MACEIÓ - ALAGOAS.

Adeilan Rocha Oliveira — *Universidade Federal de Alagoas - UFAL*

Paulo Rogério de Freitas Silva — *Universidade Federal de Alagoas - UFAL*

INTRODUÇÃO

O processo de verticalização das cidades brasileiras é um reflexo direto dos múltiplos fenômenos socioespaciais que se manifestam no espaço geográfico. Intrinsecamente relacionado ao uso do solo urbano, ele é resultado da profunda e, muitas vezes, contraditória relação entre os agentes produtores do espaço.

Esses agentes, ao engendrar ações que se acumulam ao longo do tempo, produzem e consomem o espaço urbano para atender as suas demandas e realizar as tarefas diárias. Contudo, cabe ressaltar que as ações promovidas por todos os agentes espaciais sempre objetivam satisfazer os interesses de suas respectivas classes, promovendo conflitos pelo uso e ocupação do solo urbano (CORRÊA, 2002). Desta maneira, a luta de classes evidenciada nas cidades acaba por influenciar consideravelmente o processo de verticalização, resultando em moradias verticalizadas que respondam aos interesses de quem a efetivou.

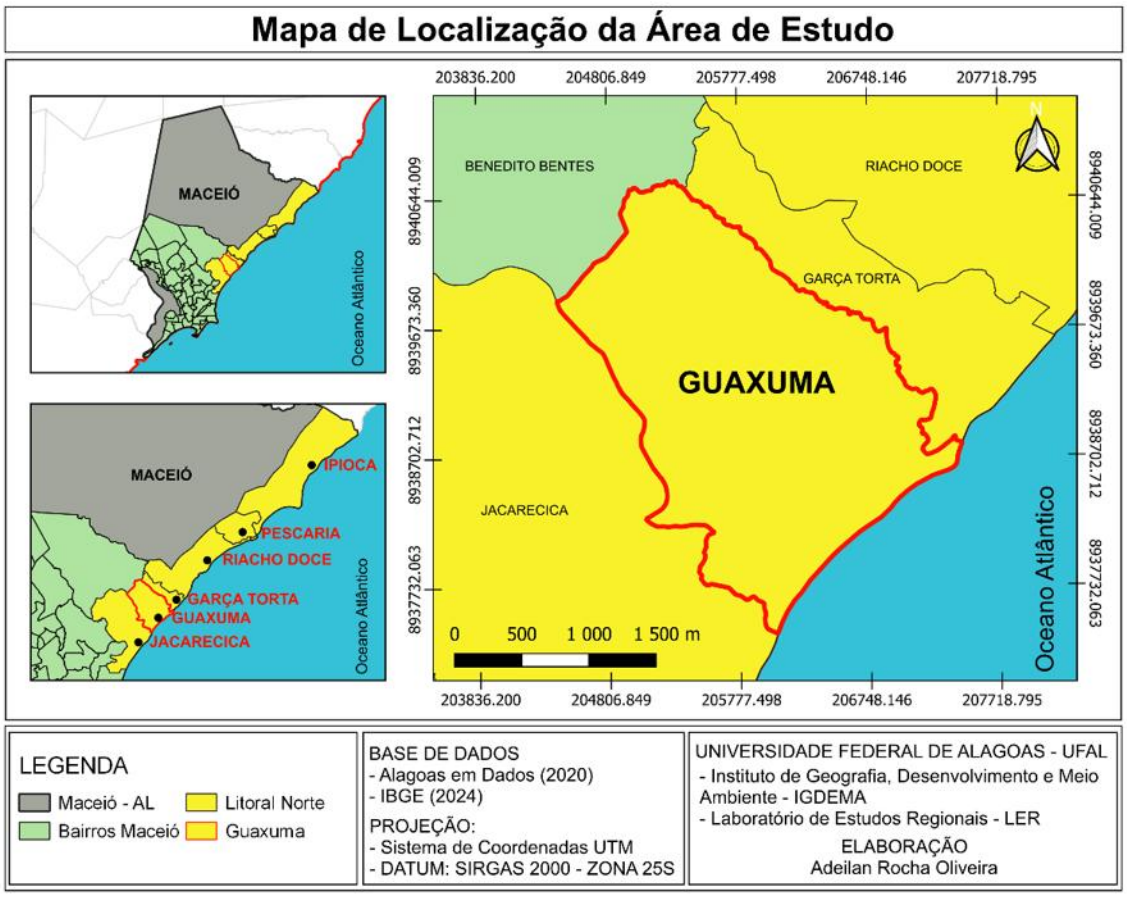
Nesse contexto, o processo de verticalização pode assumir diversos fins, entre eles: a verticalização voltada para a prestação de serviços comerciais, caso do Edifício Breda, primeira construção verticalizada elevada na cidade de Maceió – Alagoas; a verticalização popular, fundada na perspectiva de moradia destinada à população de baixa renda; e a verticalização capitalista, especulativa e segregadora, pautada na construção de empreendimentos de auto padrão e direcionados às classes de maior poder aquisitivo. Nesse trabalho, propomo-nos a analisar como a verticalização especulativa e capitalista resulta em uma produção do espaço urbano segregado e excludente no bairro de Guaxuma, cidade de Maceió - Alagoas.

Villaça (2009), ao abordar o conceito de localização na produção do espaço urbano, enfatiza como a produção imobiliária vertical pode propiciar ou intensificar o processo de segregação socioespacial. De acordo com o referido autor, os promotores imobiliários, por meio da construção de edifícios de altos gabaritos, convertem as localidades dotadas de “amenidades naturais” em produto especulativo de alta rentabilidade para suas finanças. Porém, para que a lógica especulativa promova os resultados financeiros esperados, torna-se necessário que o uso desses equipamentos verticais seja restrito apenas a grupos dotados de maior poder aquisitivo, resultando na exclusão de um importante agente produtor do espaço, “os grupos sociais excluídos” (Corrêa, 2002). É a partir dessa condição que o processo de verticalização excludente promove uma reorganização espacial que se expressa de duas

maneiras intimamente relacionadas na cidade: a autossegregação e a segregação socioespacial induzida.

Nessa perspectiva, a realidade vivenciada pela população do bairro de Guaxuma, localizado na cidade de Maceió – Alagoas, credencia-se como um propício objeto de análise para o tema em destaque. O bairro de Guaxuma – juntamente aos bairros de Jacarecica, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipioca – integra a Região denominada Litoral Norte de Maceió (Figura 1). No período de 2010 a 2022 o respectivo bairro evidenciou um crescimento populacional de 445,34% (ALAGOAS EM DADOS, 2025), algo que reflete a dinâmica atual de Maceió, que direciona sua expansão urbana para o Litoral Norte, alterando significativamente as suas condições espaciais e, consequentemente, do respectivo bairro.

Figura 1: Localização do Bairro Guaxuma, cidade de Maceió – Alagoas.



O Litoral Norte de Maceió é caracterizado pela presença de uma planície costeira com sedimentos quaternários e altitudes que variam de 2 a 8 metros, além de tabuleiros localizados sobre os sedimentos terciários do Grupo Barreira com altitude de aproximadamente 60 metros. O fato de estar localizado em uma Planície Flúvio Marinha (também conhecida como planície costeira) com a

existência de praias de areias claras se tornou um fator preponderante na escolha desse bairro pelo mercado imobiliário. As belezas paisagísticas locais somadas ao uso massivo de propaganda promovem as condições necessárias para a implantação de um padrão de construção verticalizada e baseada em uma condição singular de moradia: a “moradia pé na areia”, proposta essa amplamente divulgada pelo marketing das incorporadoras imobiliárias que atuam no bairro.

Nesse contexto, essa pesquisa visou compreender como os diferentes sujeitos atuam na produção do espaço geográfico e como a produção do espaço urbano no bairro de Guaxuma está condicionada a uma proposta de desenvolvimento significativamente determinada pelos interesses dos agentes imobiliários.

METODOLOGIA

A estruturação do trabalho científico deve ser apoiada no uso de métodos, abordagens e técnicas de pesquisa que propiciem a sustentação e a fundamentação para a pesquisa realizada. O método, enquanto conjunto de atividades sistemáticas e racionais, proporciona à pesquisa maior segurança e economia, convertendo-a em conhecimentos válidos e verdadeiros para apoiar as decisões do cientista (MARCONI e LAKATOS, 2017). Trata-se do procedimento determinado pelo pesquisador para ampliar os conhecimentos sobre determinado objeto, fato ou fenômeno (ZANELLA, 2011); condição essencial para a efetivação prática uma série de procedimentos intelectuais e técnicos para atingir os fins científicos.

O presente trabalho optou pelo método dialético e pela abordagem qualitativa para orientar os caminhos da pesquisa. Essa escolha foi condicionada pelas contradições percebidas no espaço geográfico do respectivo bairro e na tarefa de compreender como a ação dos agentes produtores do espaço se materializa nesse ambiente urbano socialmente desigual.

Marconi e Lakatos (2017), ao definir a “interpenetração dos contrários” como uma das leis fundamentais da dialética, possibilitou-nos entender como a ação e reação provenientes do Estado, do mercado imobiliário e dos grupos sociais excluídos promovem a contínua produção e reprodução da cidade.

A análise empírica e bibliográfica do objeto de estudo, bem como a utilização de técnicas auxiliares, a exemplo da observação sistemática e análises documentais, também foram adotados nessa pesquisa

para compreender como uso da propaganda aliada à infraestrutura estatal fortaleceram a especulação imobiliária local.

Cabe também destaque à escolha da escala de análise intra-urbana (Villaça, 2012) como referência para essa pesquisa. Essa escala, por entender a cidade como um espaço segregado, busca compreender como a atuação do Estado e do mercado imobiliário atuam concretamente na produção do espaço. A escala intra-urbana concebe ao pesquisador uma gama de ferramentas que possibilitam ao pesquisador realizar uma análise fiel das especificidades da cidade; ela também permite-nos relacionar como os agentes produtores do espaço criam e recriam concretas formas espaciais para estabelecimento de suas relações.

Para Ferreto (2020), as localizações intraurbanas surgem como resultado direto da produção do espaço; essa produção envolve a participação efetiva dos diversos agentes atuantes no espaço e resulta nos mais diversos produtos sociais, cabendo destaque para o processo de segregação socioespacial.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DO BAIRRO DE GUAXUMA

Em sua concepção teórica, a “cidade vertical” envolve a noção de edifício alto, de arranha-céu. A verticalização foi definida como a multiplicação efetiva do solo urbano, possibilitada pelo uso do elevador” (SOMEKH, 1997, p.20). Trata-se do processo de apropriação do espaço urbano pautado na sobreposição do solo por meio de construções a partir de 4 pavimentos que se associa às inovações tecnológicas e que altera significativamente a paisagem urbana.

Apesar de se apresentar como algo consolidado, esse processo somente teve início no Brasil por volta dos primeiros anos do século XX nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir desse período ele rapidamente atingiu todo o território nacional, não se restringindo às metrópoles e grandes centro urbanos e atingindo também as médias cidades (OLIVEIRA E SILVEIRA, 2011).

Cabe salientar que o Brasil vem se tornando um país de destaque nesse tipo de edificação, pois o ritmo e acelerado de construções apresentado no país assume condição de destaque em todo o mundo. Mendes (2003) evidencia essa condição do Brasil ao constatar que o país é na atualidade um expressivo promotor desse tipo de edificação diversos estados.

A realidade do município de Maceió também possuiu um percurso bastante peculiar. Cavalcante (2015), evidencia que o respectivo município iniciou sua urbanização vertical de modo relativamente

atrasado em relação as outras capitais brasileiras. O mesmo autor constatou que na cidade de Maceió “o processo de verticalização se iniciou com os edifícios verticais para o setor terciário (comerciais, escritórios e institucionais), destacando como primeiro edifício vertical com elevador em Maceió, o edifício Breda (1957), no centro da cidade (...)” (CAVALCANTE, 2015, p. 62). O primeiro edifício familiar (edifício São Carlos), localizado na praia da avenida, somente seria construído em 1960. Foi a partir desse edifício que se inaugurou o processo de verticalização da orla central da cidade.

Contudo, a verticalização do bairro Guaxuma somente seria concretizado a partir da década de 2012. Para (Silva 2020) essa realidade foi reflexo de duas condições específicas que possuem íntima relação: a necessidade estratégica de novas áreas dotadas de condições mercadológicas para a construção de edifícios de alto padrão; e o adensamento populacional ocorrido em outras regiões da cidade, algo que redirecionou os olhares do mercado para o Litoral Norte. Foi nesse contexto que o Bairro de Guaxuma foi inserido na proposta de verticalização especulativa apresentada na atualidade.

Desta maneira, a pavimentação de condomínios verticalizados em Guaxuma teve como marco inicial a implantação do complexo de edifícios Paradise Beach Residence, que possui treze pavimentos e está localizado nas proximidades da divisa com o bairro Garça Torta. Esse edifício, que foi lançado em 2018 e entregue em 2021 pela construtora Cerutti Engenharia. Ele tem como proposta a construção de três torres, no qual duas torres foram entregues e uma, até o presente momento, encontra-se inacabada. O segundo edifício construído no bairro de Guaxuma foi o Green Village que conta com uma torre única de 20 pavimentos e cobertura. Esse edifício consolidou a proposta de construções verticais no bairro, evidenciando a nova proposta de moradia que seria intensamente implantado na região.

Posteriormente ao Green Village, surge o Edifício Gran Marine, lançado em 2014 e entregue em 2019 pela V2 Construções. Esse edifício tem como característica apresentar elevada escala construtiva, contando com 240 unidades habitacionais distribuídas em duas torres com vinte pavimentos cada.

Somados aos empreendimentos entregues, o bairro conta até o momento com mais 3 empreendimentos e fase de lançamento ou pré-venda: o Edifício Rivage, o Salsa Home Resort e o Píer Norte Residence, todos eles com previsão de entrega entre os anos de 2025 e 2029. A figura 2 evidencia a localização e organização espacial desses empreendimentos entregues e dos empreendimentos em processo de construção no bairro do Guaxuma.

Assim, a distribuição atual desses empreendimentos, bem como a proposta para as futuras construções com essa magnitude, evidencia claramente como a estratégia de construção vertical de alto gabarito se apresenta como uma tendência marcante no respectivo bairro. A figura 2 evidencia a localização dos empreendimentos verticais em Guaxuma no ano de 2025.

Outro fator de destaque é que o Bairro Guaxuma, por possuir atualmente baixo adensamento urbano e populacional, apresenta condições mercadológicas favoráveis para a construção de empreendimentos com características similares. Essa realidade é corroborada pela presença de placas e letreiros em pontos estratégicos do respectivo bairro anunciando futuras construções de prédios de alto padrão.

Figura 2: Localização dos empreendimentos verticais no bairro Guaxuma.



ATORES E PRÁTICAS ESPACIAIS NO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DO BAIRRO GUAXUMA

A verticalização do bairro de Guaxuma, apesar de recente, já pode ser considerada um evento de grande expressão no respectivo bairro. Esse processo é resultado prático da intensa teia de relações

que permeia a produção do solo urbano e que envolve os diversos agentes produtores do espaço urbano.

Para Corrêa (2002), a produção do espaço urbano capitalista é realizada por agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. São esses agentes que produzem e reproduzem o espaço urbano para satisfazer as suas necessidades financeiras, sociais, culturais, econômicas.

De acordo com o referido autor, esses agentes são: (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos. Cabe salientar que existem diferenças estratégicas entre os três primeiros agentes citados, porém, quando o objetivo é atender os interesses das classes dominantes, esses atores podem agir de maneira uníssona para satisfazer os seus interesses em comum.

Outro aspecto de destaque é que as tipologias apresentadas pelo autor se apresentam muito mais com natureza analítica do que efetivamente absoluta, pois no estágio atual do capitalismo, muitos desses agentes podem estar integrados direta ou indiretamente em grandes corporações. De toda forma, a divisão proposta de analisá-los individualmente foi muito valiosa para essa pesquisa, pois foi por meio dessa condição que se tornou possível analisar como se relacionam o Estado, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos no processo de verticalização do bairro Guaxuma. De modo similar, é também por meio dessa análise que se torna possível compreender como esses grupos agem e reagem ao consequente processo de segregação socioespacial que surgem como reflexo da especulação imobiliária no local.

O fato de não analisar a ação dos proprietários dos meios de produção e os proprietários fundiários nessa pesquisa não indica a inação desses atores no processo de verticalização; ao contrário, as digitais desses importantes produtores do espaço urbano se mostram muito presentes em todas as condições expostas por esse estudo. Porém, a intenção desse trabalho foi focar como a ação do Estado, dos promotores imobiliários e dos grupos sociais excluídos repercutem diretamente na realidade do respectivo bairro. Essa proposta, apesar de limitar a análise a três agentes, mostrou-se eficiente por abordar com detalhes as atuações desses atores propiciadas por demandas, interesses e maneiras distintas de conceber na cidade.

Santos (1977) ao definir os circuitos superior e inferior da economia nos mostra como a ação dos atores de cada circuito é sempre orientada para os próprios interesses. Nas ideias do respectivo autor, podemos definir a atuação dos “promotores imobiliários” como do circuito superior; do “Estado” como pertencente aos dois circuitos, podendo atuar de acordo com as demandas; e dos “grupos sociais excluídos” que tem por objetivo atender as demandas das camadas populares e que, nessa escala de análise, pertencem ao circuito inferior da economia.

A raiz desse trabalho, que é a análise do processo de verticalização como condição inicial do processo de segregação socioespacial, permite-nos compreender como o respectivo processo possui sustentáculos em práticas espaciais realizadas por agentes produtores do espaço na busca de satisfazer seus interesses: a escolha do local para a realização dos projetos (seletividade espacial); a compra de lotes a preços baixos antes das posteriores valorizações (antecipação espacial); e uso intensivo de propaganda para promover o consumo atual e futuro de suas edificações (reprodução da região produtora) são estratégias constantes utilizadas pelos promotores imobiliários nesse processo. Porém, como nenhuma ação ocorre de modo isolado no espaço, torna-se necessário também analisar como o estado e os grupos sociais excluídos são inseridos nessa condição.

Será a partir dessa perspectiva que abordaremos como a ação estatal, que apesar de pertencer aos dois circuitos, notadamente tem propiciado condições que favorecem os agentes do circuito superior no processo de verticalização do bairro de Guaxuma.

A atuação do Estado no processo de verticalização do bairro Guaxuma

A escolha do Estado como o primeiro agente a ser analisado ocorreu pela magnitude de sua influência na produção do espaço da cidade. Por mais que o resultado dos eventos ocorridos no solo urbano tenha participação efetiva de todos os agentes, é por meio do Estado que toda ação se torna possível; a sua participação permite que os interesses de classe adquiram concretude na cidade. Trata-se do agente que carrega consigo as condições de propor soluções para as mais diversas demandas, independentemente de quais outros agentes as proponham.

Corrêa (2000), afirma que os agentes produtores do espaço promovem suas decisões a partir do marco jurídico regulatório proposto pelo Estado. Para esse autor:

> (...) a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se,

> em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante. (CORRÊA, 2000. p. 11).

Cabe salientar que o conceito de estado adotado nesse trabalho compreende o limite espectral relacionado ao processo de gestão de dado limite territorial. A concepção aqui adotada compreende o Estado enquanto ente definidor de normas e produtor das ações que determinam os rumos dos processos socioeconômicos. Assim, o Estado não se limita ao ente federativo chefiado pelo governador. Para Corrêa (2000, p. 26) “é preciso considerar que a ação do Estado se processa-se em três níveis políticos-administrativos: federal, estadual e municipal”.

No plano da geografia urbana, inúmeros trabalhos analisam a participação do Estado na gestão das cidades. Porém, quando relacionamos ao processo de verticalização, cabe destaque ao trabalho de Somekh que evidenciou como esse agente “desenvolve o monopólio das ideias sobre o planejamento territorial, constituído por regulamentos e normativas, e sobre investimentos determinantes na organização da cidade” (SOMEKH, 1997, p. 29). Para essa autora, o arranjo espacial das cidades se adapta às funções do Estado enquanto ente coordenador das demais instancias que produzem do espaço urbano.

Desta maneira, o objetivo desse capítulo foi evidenciar como o Estado de modo direto (pela instituição de novas leis) e de modo indireto (por meio de investimentos estruturais) produz condições que corroboram com os interesses do mercado imobiliário na formatação do quadro atual de verticalização no bairro de Guaxuma.

Nesse contexto, a primeira ação direta do Estado em relação ao processo ocorreu pela instituição da lei 4952/2000, marco legal que deu origem ao respectivo bairro. Silva (2020) relata essa condição ao analisar o processo de composição municipal de Maceió na criação dos novos bairros a partir dos anos 2000. De acordo com a respectiva autora, a região denominada de Litoral Norte de Maceió que hoje é composta pelos bairros de Cruz das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipioca, passou a ter essa configuração a partir de demandas recentes da cidade. (...) “Até 1980, quando foi lançado o primeiro Código de Edificações e Urbanismo apenas Cruz das Almas fazia parte do perímetro urbano, tornando os demais bairros do Litoral Norte em área rural da cidade.” (SILVA, 2020, p. 84). Antes da lei 4952/2000, o bairro de Guaxuma fazia parte da zona rural do município de Maceió e por esse motivo havia uma limitação de gabarito em relação a construção de moradias no litoral.

Porém, as mudanças significativas do processo de edificação da região iniciariam a partir dos anos 2004, com a atualização do código de urbanismo e edificações do município (lei 5354/2004). Entre outros aspectos, foi a partir da instituição dessa lei que a quantidade de pavimentos dos prédios localizados na região litorânea passou para 20 gabaritos, condição que permanece até o momento atual.

Com a elaboração do Plano Diretor de 2005 o município passou a adotar o “coeficiente de aproveitamento” para diferentes zonas da cidade, algo que proporcionou mais flexibilidade na construção dos prédios ao permitir maior densidade construtiva em determinadas zonas. Porém, em 2007, por meio da lei 5593/2007, algumas restrições foram instituídas para tentar frear a elevação de prédios em locais demasiadamente próximos à faixa litorânea. Foi por meio dessa lei que o estabelecimento de novas construções ficou restrito a uma faixa mínima de 33 metros da preamar média da planície costeira flúvio-lagunar.

Contudo, a instituição dessa norma legal não foi suficiente para impedir o desenfreado e crescente processo de verticalização capitalista no bairro de Guaxuma. Na atualidade, setores representantes da sociedade civil participam ativamente da atualização do Plano Diretor com o objetivo de propor um novo regimento legal que contenha esse processo de verticalização especulativo que está causando sérios problemas socioambientais tanto para o bairro de Guaxuma quanto para todo o Litoral Norte da cidade.

Além do benefício direto evidenciado por meio da atualização do Plano Diretor e dos Códigos de Edificação e Urbanismo, o Estado também beneficia indiretamente o mercado imobiliário por meio de investimentos na implantação e requalificação da infraestrutura local. Dois exemplos são marcantes nessa condição: o primeiro deles foram as obras de duplicação da AL – 101 que liga os bairros de Garça torta a Jacarecica, trecho que compreende também o bairro de Guaxuma. Com orçamento inicial de R$: 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), essa duplicação tem o objetivo de otimizar a mobilidade no Litoral Norte de Maceió, incentivando o turismo e a atração de novos investimentos para a região (Costa, 2009).

Figura 3: Atuação estatal no bairro Guaxuma.



O segundo exemplo de melhorias das condições de acesso e infraestrutura do bairro partiu do governo municipal com a construção, em 2002, da Ecovia Norte (Avenida Rota do Mar). Essa importante avenida possui 5,9 Km de extensão e estabelece uma conexão estratégica entre o bairro Benedito Bentes (parte alta da cidade) com o entroncamento da AL – 101 Norte, localizado no Bairro Guaxuma (Figura 2). Além dessa obra, o ente municipal também propiciou a valorização do bairro ao instalar 458 novas luminárias na AL – 101 Norte. Essa instalação, que ajudou a elevar o preço do metro quadrado da região, teve um custo de 2,73 milhões de reais aos cofres públicos municipais (ROCHA, 2024).

A figura 3 evidencia um resumo dos eventos que levaram o atual bairro de Guaxuma de zona rural do município de Maceió à condição de objeto de consumo do processo de verticalização especulativa da cidade.

Os Promotores Imobiliários e suas estratégias empresariais

Outro importante agente produtor do espaço urbano são os promotores imobiliários. Para Corrêa (2002) esse grupo é compreendido por agentes que realizam, parcial ou totalmente as seguintes atividades:

> a) incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária (...). b) financiamento, ou seja, a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas a e jurídicas, verifica-se, de acordo com o incorporador, o investimento visando à compra e à construção do imóvel; c) estudo técnico, realizado por economistas e arquitetos, visando verificar a viabilidade técnica da obra (...). d) construção e produção física do imóvel (...). e) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro; agora acrescido de lucros; (...) (CORRÊA, 2002, p. 20-21)

A escolha por ambientes dotados de “amenidades naturais” (CORRÊA, 2002) e baseados em localização com condições proveitosas para a reprodução do capital (VILLAÇA, 2009) é um aspecto necessário para a reprodução das estratégias financeiras dos promotores imobiliários. Uma prática notável desses agentes caracteriza-se por evitar construções de imóveis populares de baixo custo para focar na construção de residências de alto padrão que promova a solvência de capital necessária aos seus objetivos. É nesse contexto que as construções verticalizadas em zonas com potencial de valorização surgem com ótima opção.

Contudo essa “seletividade espacial” não é a única estratégia utilizada pelos incorporadores imobiliários para atingir os seus objetivos capitalistas. Santos (1977) proporcionou um amplo entendimento de como o circuito superior utiliza de diversas ferramentas, entre elas a propaganda, para produzir o espaço geográfico. Para esse autor, basta entender que “a atividade do sistema superior está grandemente baseada em anúncios, uma das armas ofensivas usadas para alterar os gostos e modificar o perfil normal da demanda.” (SANTOS, 1977, p.45).

Carvalho (2019) contribui nesse aspecto ao realizar uma análise da psicosfera publicitária no contexto da rede urbana brasileira. Esse autor, fundamentado nas concepções de Milton Santos acerca da tecnosfera e psicosfera, propõe que o processo de construção vertical especulativa está fortemente vinculado ao fomento da mentalidade consumista, seja ela do ponto de vista estrutural (moradia em edifícios modernos e dotados de objetos técnicos) ou da necessidade simbólica de lazer, segurança, conforto.

Considerando essa perspectiva, Silva (2020) foi assertivo ao analisar peças publicitárias da Construtora Mendonça e Engenharia durante a construção do Edifício Green Village no Bairro de Guaxuma; a

propaganda dizia: “toda a diversão aos seus pés, inclusive a praia.”. Outra proposta de caráter semelhante em Guaxuma foi encampada pela V2 Construtora, quando ao promover o Edifício Gran Marine, evidenciava as vantagens “de morar com os pés na areia (...) de frente para o mar de Guaxuma, o novo horizonte de Maceió”. Esse são exemplos claros no qual o estímulo ao consumo promove a reprodução do capital a partir dos interesses dos clientes. Porém, como toda ação engendrada por um agente reflete diretamente na condição existencial de outros, o resultado contraditório dessa atividade é o processo de segregação socioespacial.

Cabe salientar que esse tipo de propaganda funciona em duas frentes muito importantes para o setor imobiliário: 1) como recurso para expressar e valorizar as amenidades locacionais para as vendas momentâneas; 2) para garantir solvência e liquidez em projetos futuros baseados em uma proposta semelhante. Trata-se da prática de “reprodução espacial da região produtora” no qual a propaganda bem elaborada desse tipo de moradia já garante a continuidade dessa proposta em empreendimentos futuros.

Outra característica marcante do mercado imobiliário é sua intensa relação com o ente público estatal. Essa realidade é facilmente compreendida ao entendermos que “as atividades do circuito superior se beneficiam direta ou indiretamente da ajuda governamental” (SANTOS, 1977, p.45). Toda a infraestrutura construída e todas as alterações dos dispositivos legais realizadas pelos entes estatais (figura 3) são utilizados como estratégia especulativa por parte dos incorporadores imobiliários para promover a valorização de seus empreendimentos.

Ou seja, além da extensa capacidade financeira própria de suas atividades, os promotores imobiliários ainda catalisam direta ou indiretamente a iniciativa estatal ao seu favor, capitalizando o máximo possível de suas atividades e induzindo cada vez mais os grupos sociais excluídos ao processo de segregação socioespacial.

Os grupos sociais excluídos e a segregação socioespacial

A partir da composição dessa teia de relações do processo de verticalização especulativa no bairro de Guaxuma, fica evidente que a atuação estatal somada às estratégias dos promotores imobiliários promove um processo de exclusão seletiva que elimina gradativamente determinadas classes sociais das “vantagens” das moradias “pé na areia”. Os grupos sociais excluídos são expostos a uma condição de segregação socioespacial que desconsidera todos os vínculos e valores construídos historicamente

desses moradores com o local. Contudo, para realmente compreender essa verticalização segregacionista, é necessário entender inicialmente qual é o tipo de segregação está presente no Bairro de Guaxuma e como ele afeta as relações socioespaciais do local.

Corrêa (2022), ao analisar a segregação residencial – entendida como sinônimo de segregação socioespacial – distingue esse processo em três tipos: 1) a autossegregação, caracterizada por uma separação voluntária do grupo que escolhe viver em áreas separadas. Trata-se de grupos que podem arcar financeiramente com o prestígio, segurança e conforto que determinadas localizações propiciam; 2) a segregação imposta, característica dos grupos sociais que são forçados a viver em locais distantes devido a fatores como pobreza e falta de políticas pública; 3) a segregação induzida, que resulta das ações disfarçadas do poder público que, em sintonia com diversos agentes, a exemplo do mercado imobiliário, especula o solo urbano de modo a influenciar diretamente onde certos grupos sociais podem morar e estabelecer suas relações. Nessa condição, as famílias buscam localizações com custo de vida menos elevado por não conseguirem arcar com o custo de vida das localidades hipervalorizadas. Trata-se de um tipo de expulsão que remove a identidade do local a partir do momento que promove a saída dos moradores tradicionais. O tipo de segregação analisada nessa pesquisa será a “autossegregação” e a “segregação induzida”.

Oliveira (2017) estabelece a íntima relação entre a autossegregação e a segregação induzida ao expor que expulsão dos mais pobres dos locais socialmente privilegiados nem sempre ocorre por meio da segregação imposta. Para o autor, as novas formas de excluir estão condicionadas à produção de construções exclusivas, dotadas de uma gama de sistemas que garantem a separação entre os que residem nesses novos empreendimentos e o que estão do lado de fora. Trata-se de um modo refinado de segregação que combina dois processos de naturezas distintas na produção do espaço urbano: 1) os interesses dos que produzem esse espaço (aqui sintetizado nos promotores imobiliários) que se interessam em oferecer um produto diferente (moradia pé na areia) com características únicas e voltadas para o imaginário de um cliente exclusivo dotado de poder aquisitivo; 2) aqueles que consomem esse produto (pessoas que buscam a autossegregação ou que possuem condições financeiras de arcar com os custos desse tipo de moradia) e que redefinem sua maneira de se relacionar com a cidade. Essa condição promove reiteradamente a distinção social catalizadora do processo de verticalização desigual, impossibilitando que grupos sem condições financeiras participem dessa nova forma de moradia especulativa.

A partir dessa concepção:

> A forte presença da autossegregação consta como um novo tipo de segregação socioespacial, onde em determinados locais são constituídos verdadeiros oásis residenciais, com toda pompa e requinte exigidos pelos mais favorecidos. Cria-se assim um isolamento da circunvizinhança, apresentando uma forte tendência à ruptura do tecido espacial da cidade. (OLIVEIRA, 2017, p. 110)

Esses “oásis residenciais” são promovidos por meio das diferentes maneiras de se apropriar e de separar quem dela não é convidado à participação: um exemplo notável é o isolamento pelo custo de compra ou utilização de determinado produto. Essa condição se torna evidente ao constatarmos que os empreendimentos entregues no bairro (figura 2) se enquadram em uma proposta do segmento de luxo, baseando na oferta de serviços de lazer, conforto e segurança de alto custo. Essa realidade promove a construção de equipamentos de elevado valor na qual a relação de preços já funciona como um componente segregador em sua gênese.

Podemos tomar como referência o relatório de inteligência imobiliária publicado em janeiro de 2025 pela APSA. Esse relatório evidencia que o bairro de Guaxuma tem um dos metros quadrados mais caros da cidade de Maceió, sendo contado em janeiro de 2025 a um valor de R$:10.818 por metro quadrado. Já em relação aos preços dos imóveis, constata-se atualmente uma variação de R$: 425.300,00 (quatrocentos e vinte cinco mil e trezentos reais) a R$: 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte cinco mil reais) por imóvel. Outro aspecto de destaque são os valores das taxas de condomínio, no qual os valores variavam de R$: 400,00 (quatrocentos reais) a R$: 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

Nota-se que a autossegregação não é um processo autônomo e que anda de mãos dadas com a diferenciação espacial. A busca constante das elites pelo isolamento exige dos promotores imobiliários a construção de novos empreendimentos propícios a esse afastamento. Nesse contexto, a verticalização de áreas dotadas de amenidades naturais também pode ser entendida como uma resposta prática do mercado imobiliário às demandas introduzidas pelas classes de maior poder aquisitivo (OLIVEIRA, 2017).

Essas condições intensificam o processo de autossegregação que funciona como um condicionante específico da segregação induzida no respectivo bairro, algo que pode ocorrer de diversas maneiras, desde a ocorrência da gentrificação, alteração da organização espacial que leva à impossibilidade de acesso a alguns ambientes públicos, aumento dos preços dos aluguéis e perda de identidade local com a saída dos moradores tradicionais.

Silva (2020) contribui de modo significativo para essa análise em seus estudos sobre o processo de verticalização do Litoral Norte da cidade de Maceió. Um dos aspectos marcantes da pesquisa proposta por essa autora foi a presença de restrições de acesso à praia em decorrência do cercamento de terrenos para as futuras construções verticais. No Bairro de Guaxuma, essa condição já é uma realidade para os atuais moradores lotados nas vizinhanças das futuras construções, pois a delimitação dos terrenos por meio de cercamentos e muros faz com que o acesso anteriormente liberado por essas regiões seja reduzido. Outro aspecto de destaque é que esses terrenos ficam localizados ao lado dos empreendimentos já instalados, evidenciando que a continuidade dessa prática irá tornar o acesso a esses locais ainda mais restrito em momentos futuros.

Nesse contexto, nota-se que a verticalização impulsionada pelo mercado imobiliário no bairro de Guaxuma promove sérios entraves sociais no local. O “paraíso da moradia pé na areia” proposto pela propaganda das incorporadoras imobiliárias contrasta com uma realidade excludente que cria uma série de fatores que levam à segregação socioespacial dos moradores tradicionais do bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão encampada nesse estudo, fica evidente que o processo de verticalização ocorrido no bairro de Guaxuma é essencial para entender o processo de segregação socioespacial induzida presente no local. Entender como a especulação imobiliária atua em consonância com o Estado nos possibilita compreender como as práticas espaciais, quando efetivadas por agentes capitalistas, são componentes íntimos do processo de segregação que exclui famílias de menor poder aquisitivo das vantagens locacionais do bairro. Fato maior é que essas práticas promovem uma restruturação do espaço urbano rentável ao capital imobiliário, algo que nos possibilita projetar a sua continuidade, independentemente dos condicionantes sociais negativos que ela proporciona.

Nesse contexto, o presente trabalho se apresenta como um esforço intelectual na busca de entendermos como se dão as práticas capitalistas de verticalização especulativa no bairro Guaxuma. A partir das análises e contribuições teóricas propostas nessa pesquisa, buscaremos desenvolver ferramentas capazes de confrontar esse processo e assim conduzir uma ação estatal que atenda as demandas de todos os agentes produtores do espaço.

REFEÊNCIAS

ALAGOAS EM DADOS. Bairros de Alagoas. Maceió 2025. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/pt_PT/dataset/bairros-de-alagoas. Acesso em: 14 de julho 2025.

APSA. Relatório de inteligência imobiliária 2025. Maceió 2025. Disponível em: https://apsa.com.br/relatorios-de-inteligencia-imobiliaria/?e-filter-042b14a-ano=2025. Acesso em: 10 de julho 2025.

CARVALHO, Ronaldo Cerqueira. A psicosfera publicitária do ponto de vista da rede urbana brasileira e influência estrangeira. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB, v. 1, p. 1160-1174, 2019.

CAVALCANTE, Morgana Maria Pitta Duarte. Diálogos da forma na orla de Maceió: edifícios verticais 1980-2012. EDUFAL, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Princípios).

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PITAUDI, Silvana Maria (Orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial – 1ª ed., 2ª reimpressão –. São Paulo: Contexto, 2022.

COSTA, KAUE. Obras da duplicação da AL-101 Norte avançam entre Jacarecica e Garça Torta. Tribuna Hoje, Maceió – Al, 16 outubro 2019. Disponível em: https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/10/16/73922-obras-da-duplicacao-da-al-101-norte-avancam-entre-jacarecica-e-garca-torta. Acesso em: 4 abril 2025.

ENGENHARIA, DLT. Píer Norte Residence. Disponível em: https://www.engematltda.com.br/piernorte. Acesso em: 12 de julho 2025.

EMPREENDIMENTOS, Uchôa. Edifício Rivage. Disponível em: https://www.uchoaempreendimentos.com.br/empreendimento/rivage. Acesso em: 12 de julho 2025.

FERRETTO, Diego. Categorias de análise intraurbanas na perspectiva teórica da produção do espaço. Terra Livre, v. 1, n. 54, p. 170-197, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, José Roberto; MÉNDES, César Miranda. O processo de verticalização do centro de Maringá-PR, Brasil. Investigaciones geográficas, n. 52, p. 53-71, 2003.

NASCIMENTO, F, do N. Estudo da Capacidade do Adensamento Urbano no Litoral Norte de Maceió, nos Bairros de Jacarecica e Guaxuma. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

OLIVEIRA, GAS de; SILVEIRA, RLL da. O Processo de Verticalização em Cidades Médias: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul-RS, no período de 1970 a 2009. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, v. 5, p. 1-22, 2011.

RESORT, Salsa Home. Salsa Home Resort. Disponível em: https://salsahomeresort.com.br/?gad_source=1. Acesso em: 12 de julho 2025.

ROCHA, VINÍCIUS. Trecho da AL-101 Norte, em Guaxuma, começa a receber iluminação em LED. Prefeitura de Maceió, Maceió - AL, 6 março 2024. Disponível em: https://maceio.al.gov.br/noticias/ilumina/trecho-da-al-101-norte-em-guaxuma-comeca-a-receber-iluminacao-em-led. Acesso em: 5 abril 2025.

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. Boletim Paulista de Geografia, n. 53, p. 35-60, 1977.

SILVA, S, S da S. Verticalização no Litoral Norte de Maceió: Patrimônio e Meio Ambiente em Destruição. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

SOMEKH, Nádia. A cidade vertical e o urbanismo modernizador. São Paulo: Editora Mackenzie e Romano Guerra Editora, 1997.

VILAÇA, F. O espaço intra-urbano no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel. 2001. 373p.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa/Liane Carly Hermes Zanella.–2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

Capítulo 7

10.37423/260711135

VALORACIÓN FUNCIONAL DE LOS ECOSISTEMAS NATURALES COSTEROS EN CINCO MUNICIPIOS DE CUBA COMO BASE PARA MEDIDAS DE ADAPTACIÓN AL CAMBIO CLIMÁTICO

María Mercedes León Rodríguez — *Instituto de Ecología y Sistemática, CITMA*

Idalmis Almeida Martínez — *Instituto de Geografía Tropical, CITMA*

Yudelsy Carrillo Betancourt — *Instituto de Geografía Tropical, CITMA*

Miguel Ribot Guzmán — *Instituto de Geografía Tropical, CITMA*

Karina Velazco — *Instituto de Ecología y Sistemática, CITMA*

Wendy Arredondo Argudin — *Instituto de Geografía Tropical, CITMA*

Adilson Tadeu Basquerote — *Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí*

RESUMEN

La adaptación al cambio climático en zonas costeras depende en gran medida del estado y funcionamiento de los ecosistemas naturales, los cuales proveen servicios ecosistémicos esenciales para la seguridad alimentaria, la protección costera y la resiliencia territorial. En este estudio se realizó la delimitación espacial y la valoración funcional de los ecosistemas naturales presentes en cinco municipios costeros de Cuba: Consolación del Sur, San Cristóbal, Batabanó, La Sierpe y Baracoa. El análisis se desarrolló en el marco del proyecto sectorial "Medidas de adaptación al cambio climático para contribuir a la seguridad alimentaria en municipios costeros de Cuba", mediante un enfoque participativo y el uso de herramientas de Sistemas de Información Geográfica. Se identificaron los principales ecosistemas emergidos y sumergidos, se evaluaron los servicios ecosistémicos que estos proveen y se analizaron las presiones antrópicas que inciden sobre su estado. Los resultados indican que el 52,94 % de los ecosistemas evaluados presentan una valoración funcional buena, el 35,30 % moderada y el 11,76 % baja, lo que evidencia la necesidad de fortalecer las medidas de manejo y restauración ecológica como base para la adaptación al cambio climático.

Palabras claves: Ecosistemas, presión antrópica, cambio climático y valoración funcional.

INTRODUCCIÓN

Los ecosistemas naturales desempeñan un papel fundamental en el bienestar humano al proveer bienes y servicios esenciales que sustentan la vida, la economía y la seguridad alimentaria. En las zonas costeras, estos ecosistemas adquieren una importancia estratégica debido a su capacidad para amortiguar los impactos de eventos meteorológicos extremos, regular procesos ecológicos clave y mantener la biodiversidad. En el contexto del cambio climático, los ecosistemas costeros como los manglares, humedales, pastos marinos y arrecifes coralinos actúan como barreras naturales frente a la erosión costera, la intrusión salina y el aumento del nivel del mar, En el bosque la cubierta vegetal, atenúa el viento y las raíces mantienen fijo el suelo, por tanto, lo preserva contra la erosión (Convención Ramsar, 2007). Los bosques reducen el impacto de emisiones de gases; son reservorios de biodiversidad y muy importantes en el saneamiento del ecosistema (Gottle y Sene, 1997).

La degradación de estos ecosistemas incrementa la vulnerabilidad de las comunidades humanas asentadas en zonas costeras. Cuba, como pequeño Estado insular en desarrollo, se encuentra entre los países más vulnerables a los efectos del cambio climático. La alta exposición a huracanes, inundaciones costeras y procesos de erosión hace imprescindible la evaluación sistemática del estado funcional de sus ecosistemas naturales costeros, con el fin de orientar políticas públicas y medidas de adaptación basadas en ecosistemas. El presente trabajo tiene como objetivos seleccionar y delimitar espacialmente los ecosistemas naturales de los 5 municipios costeros involucrados, así como valorar funcionalmente el estado de los mismos.

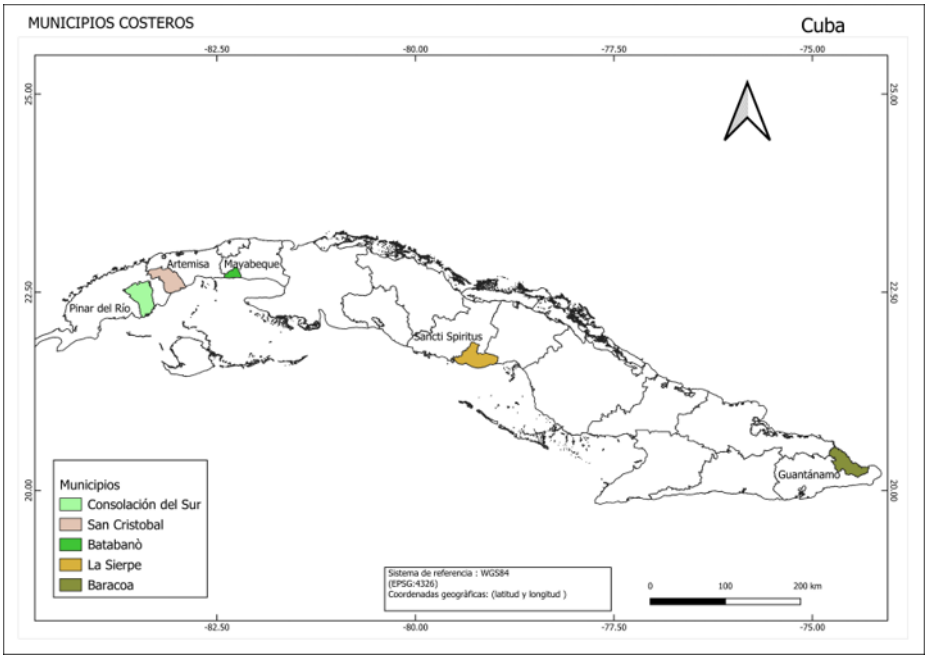
MATERIALES Y MÉTODOS

Área de estudio

La investigación se desarrolló en cinco municipios costeros de Cuba que presentan diferentes condiciones geomorfológicas, ecológicas y socioeconómicas: Consolación del Sur, ubicado en la provincia de Pinar del Río; San Cristóbal, ubicado en la provincia de Artemisa; Batabanó, ubicado en la provincia de Mayabeque; La Sierpe, ubicado en la provincia de Sancti Spiritus y Baracoa, ubicado en la provincia de Guantánamo (Figura 1). Estos territorios fueron seleccionados por su relevancia en términos de seguridad alimentaria y vulnerabilidad al cambio climático. La delimitación de los ecosistemas naturales se realizó mediante talleres participativos con actores locales y especialistas,

apoyados en el análisis de imágenes satelitales, cartografía temática y herramientas de Sistemas de Información Geográfica.

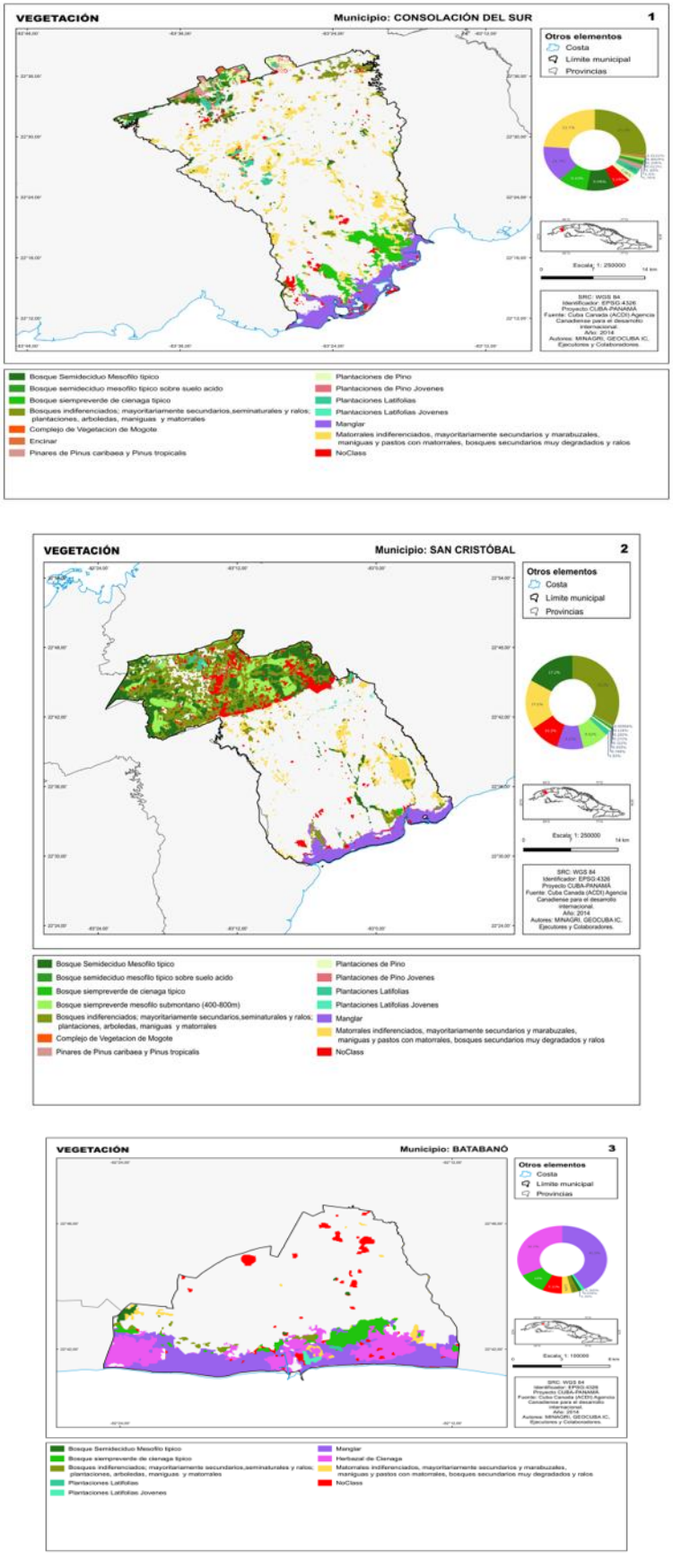
Figura 1: Representación espacial de los 5 municipios costeros seleccionados.

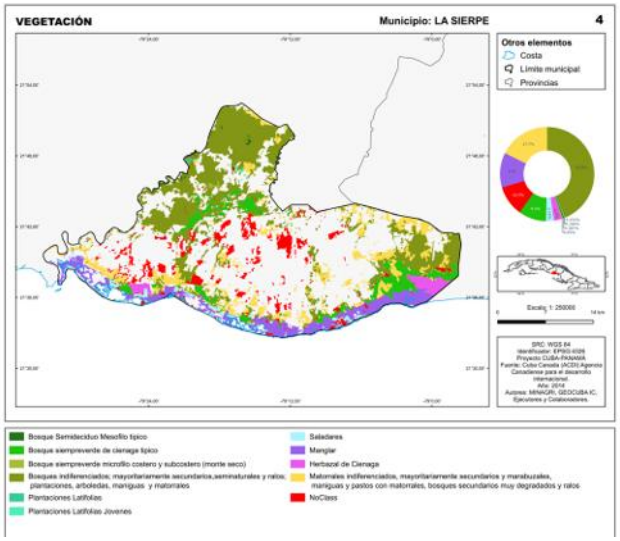


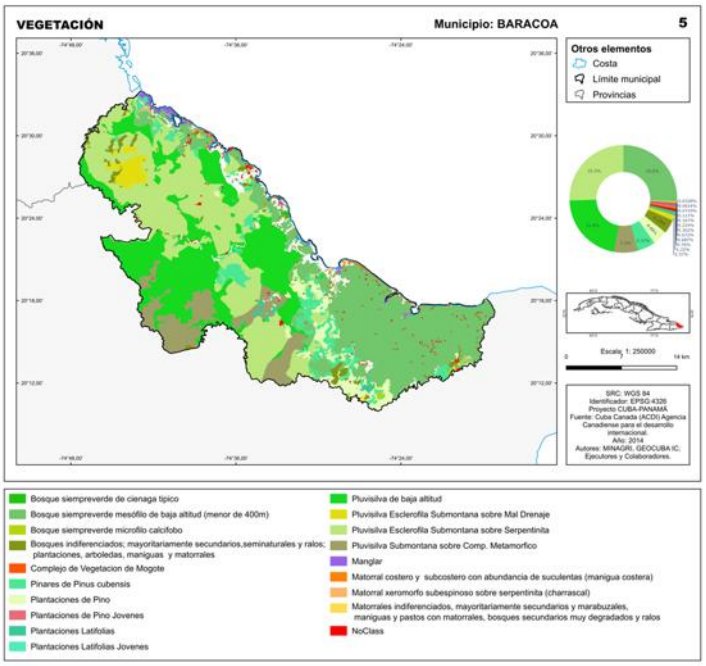
Fuente: Datos de la pesquisa.

La investigación se desarrolló en cinco municipios costeros de Cuba que presentan diferentes condiciones geomorfológicas, ecológicas y socioeconómicas: Consolación del Sur, ubicado en la provincia de Pinar del Río; San Cristóbal, ubicado en la provincia de Artemisa; Batabanó, ubicado en la provincia de Mayabeque; La Sierpe, ubicado en la provincia de Sancti Spiritus y Baracoa, ubicado en la provincia de Guantánamo. Estos territorios fueron seleccionados por su relevancia en términos de seguridad alimentaria y vulnerabilidad al cambio climático. La delimitación de los ecosistemas naturales se realizó mediante talleres participativos con actores locales y especialistas, apoyados en el análisis de imágenes satelitales, cartografía temática y herramientas de Sistemas de Información Geográfica. Se identificaron ecosistemas emergidos y sumergidos, así como su distribución espacial. (Fig. 2).

Figura 2: Ecosistemas naturales presentes en los municipios Consolación del Sur, San Cristóbal, Batabanó, La Sierpe y Baracoa. Cuba.







La valoración funcional se basó en la evaluación de los servicios ecosistémicos de provisión, regulación, soporte y culturales, el análisis de las presiones antrópicas y el grado de representatividad de la vegetación original. A cada indicador se le asignó un peso relativo, obteniéndose un índice integrado de valoración funcional.

Se tomaron los ecosistemas naturales presentes en los municipios costeros seleccionados en el proyecto “Medidas de adaptación al cambio climático para contribuir a la seguridad alimentaria en municipios costeros de Cuba”. Estos municipios son Consolación del Sur, provincia Pinar del Río; San Cristóbal, provincia Artemisa; Batabanó, provincia Mayabeque; La Sierpe, provincia Sancti Spíritus y Baracoa, provincia Guantánamo. Los servicios ecosistémicos se tomaron de acuerdo con los criterios

de Gottle y Sene (1997), MA (2003, 2005), Alcolado et al. (2007) y la Convención Ramsar (2007). Los ecosistemas emergidos se delimitaron y nombraron de acuerdo con Capote y Berazaín (1984) y Menéndez et al., (2007b); los ecosistemas sumergidos, según Alcolado et al. (2007).

Para el análisis de la valoración funcional en los ecosistemas naturales, presentes en los municipios seleccionados, se tuvieron en cuenta los SE, las presiones que inciden en cada uno de ellos, el peso de cada presión por ecosistema y el grado de representatividad del ecosistema original. Los ecosistemas se tomaron de acuerdo con los mapas de cobertura vegetal de la República de Cuba (Fig. 4). El grado de representatividad original de los ecosistemas se tomó según análisis de cobertura de la vegetación (GEOCUBA, 2012). Para el análisis de las presiones se tuvieron en cuenta los mapas de cobertura vegetal de la República de Cuba (GEOCUBA, 2012) y los mapas cartográficos on-line openstreet map. La cartografía digital se realizó en plataforma SIG.

Tabla 1. Valoración funcional de los ecosistemas naturales por municipio.

Municipio	Ecosistema	VF	Categoría
Consolación del Sur	Bosque siempreverde de mangler	3,74	Buena
San Cristóbal	Bosque siempreverde de ciénaga	10,74	Baja
Batabanó	Bosque semideciduo mesófilo	10,79	Baja
La Sierpe	Bosque siempreverde de mangler	3,74	Buena
Baracoa	Arrecife coralino	1,00	Buena

Fuente: Datos de la pesquisa.

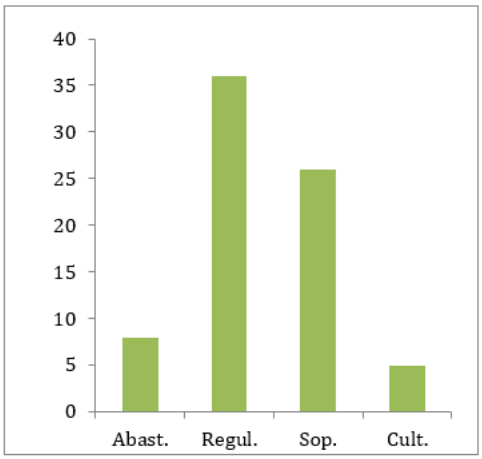
RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Los ecosistemas son multifuncionales y proveen a la sociedad de un amplio rango de servicios (Onaindia, 2010). Los servicios ecosistémicos son de gran importancia en los territorios costeros, debido a que forman parte del capital natural que se necesita para el desarrollo de la sociedad humana (Rosales & Olmos-Martínez, 2020). Los ecosistemas marino costeros, son esenciales en la mitigación de los efectos del cambio climático, pues ayudan a reducir tanto el nivel de las emisiones de gases de efecto invernadero, como los efectos del calentamiento mundial (Convención Ramsar, 2007). Los resultados evidencian una elevada diversidad de ecosistemas naturales en los municipios estudiados, con predominio de manglares, humedales, pastos marinos y arrecifes coralinos. Estos ecosistemas presentan una alta capacidad para la provisión de servicios ecosistémicos de regulación y soporte, especialmente en la protección costera y el mantenimiento de la productividad biológica. Los manglares se destacaron como los ecosistemas con mayor número de servicios ecosistémicos, incluyendo la protección frente a eventos extremos, la captura de carbono y el soporte a la pesca

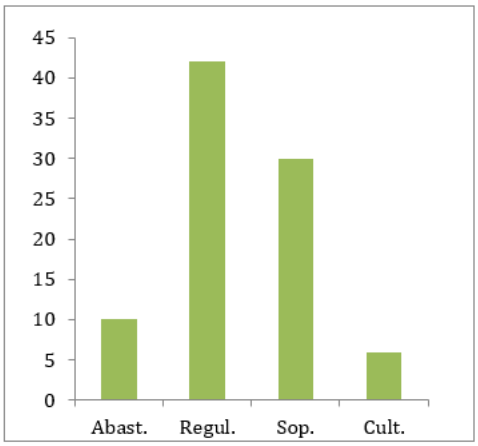
artesanal. En contraste, los ecosistemas terrestres emergidos presentaron mayores niveles de presión antrópica asociados a la actividad agropecuaria, la deforestación y el desarrollo de infraestructura.

Los ecosistemas de manglar son los que cumplen con la mayoría de los SE, seguidos de los pastos marinos y arrecifes coralinos. Le continúan el bosque y el herbazal de ciénaga, así como los matorrales xeromorfos. Le siguen los bosques semideciduo mesófilo, simepreverdes mesófilo y micrófilo, así como los pinares y pluvisilvas, además del complejo de vegetación de mogotes. (Fig. 4).

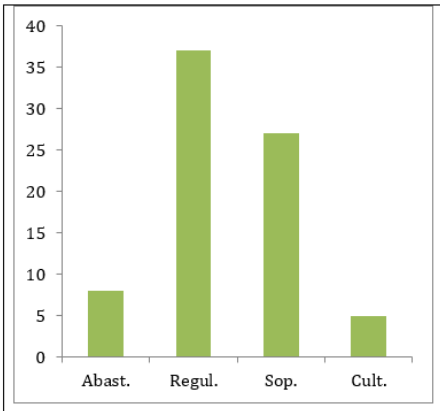
Figura 3. Servicios ecosistémicos identificados por tipo de ecosistema. Consolación del Sur, San Cristóbal, Batabanó, La Sierpe y Baracoa. (Leyenda: Abast: Abastecimiento; Regul: Regulación; Sop: Soporte; Cult: Cuturales).



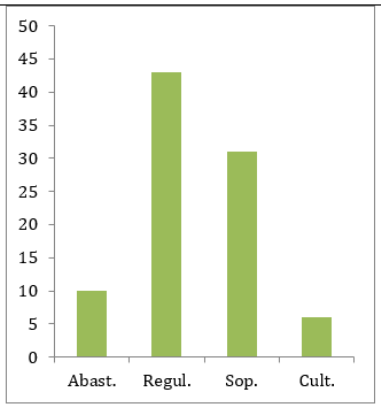
Municipio Consolación del Sur
(Pinar del Río).



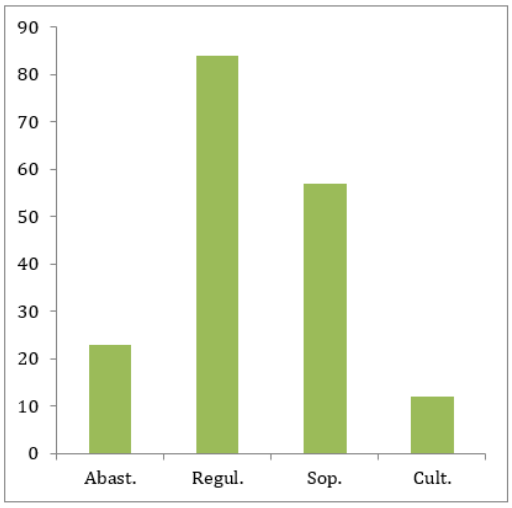
Municipio San Cristóbal
(Artemisa).



Municipio Batabanó
(Mayabeque)



Municipio La Sierpe
(Sancti Spíritus)

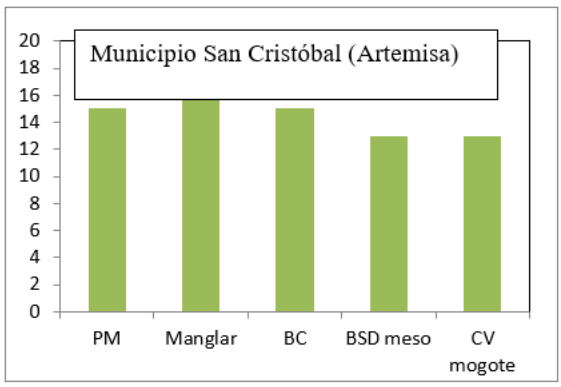


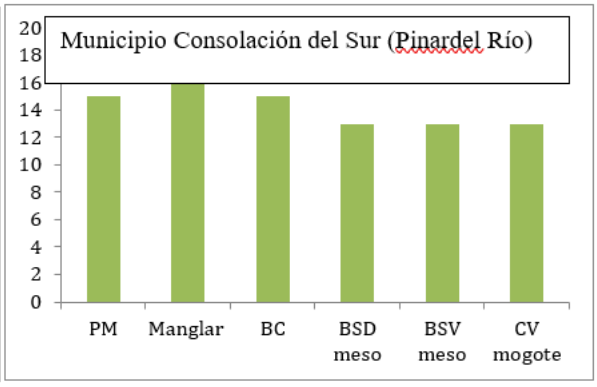
Municipio Baracoa (Guantánamo).

En los ecosistemas tratados, hay servicios que son comunes a todos los ecosistemas naturales, son dentro de los reguladores: captura y almacenamiento de carbono, regulación del clima, componentes de la trama trófica, interacción biológica y saneamiento de los ecosistemas; mientras que en los de soporte se hallan: dispersión y reciclaje de nutrientes, reservorio de la biodiversidad y productividad primaria; en el de abastecimiento se encuentran los recursos genéticos con las especies promisorias, y en los culturales el valor

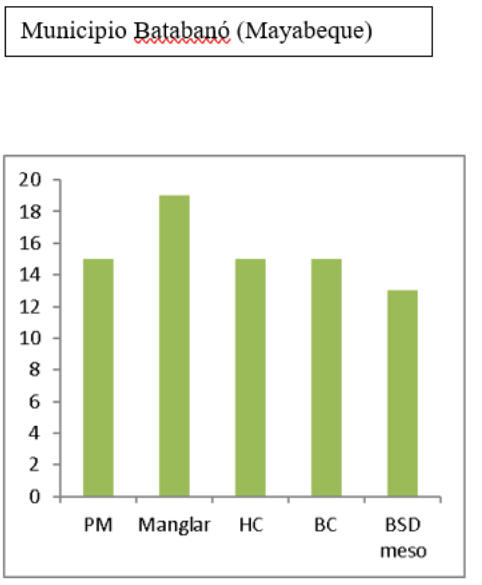
Figura 4. Ecosistemas naturales presentes en los municipios Consolación del Sur, San Cristóbal, Batabanó, La Sierpe y Baracoa. (Leyenda: PM: AC: arrecifes coralinos; Pastos marinos; Manglar: Bosque siempreverde de manglar; BC: Bosque siempreverde de ciénaga; HC: Herbazal de Ciénaga; BSD meso: Bosque semideciduo mesófilo; BSV meso: Bosque siempreverde mesófilo; BSV micro: Bosque siempreverde micrófilo; CV mogote: Complejo de vegetación de mogote; Pi: Pinares; PVba: Pluvisilva de baja altitud; PVmd: Pluvisilva submontana sobre mal drenaje; PVser: Pluvisilva submontana

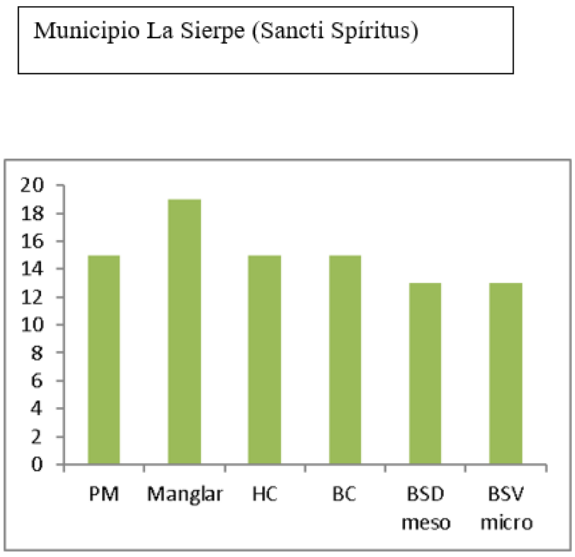
sobre serpentinita; PVcm: Pluvisilva submontana sobre complejo metamórfico; MXC: Matorral xeromorfo costero (manigua costera); MXS: Matorral xeromorfo sobre serpentinita (charrascal)).

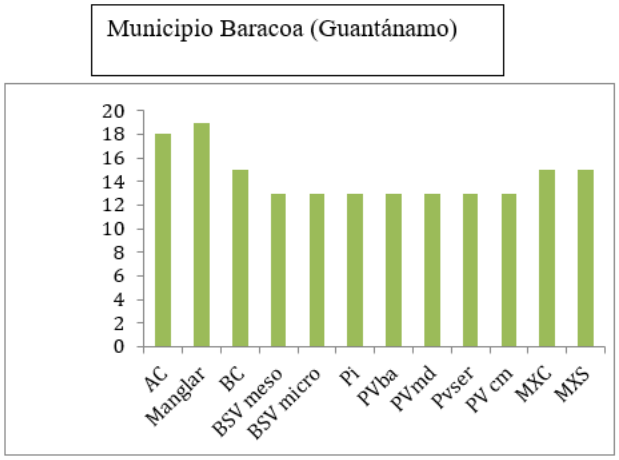




estético y paisajístico.







Las diferencias observadas entre municipios reflejan la influencia de factores socioeconómicos y de manejo territorial. Baracoa presentó los mejores indicadores de funcionalidad, mientras que Batabanó

y San Cristóbal mostraron mayores niveles de degradación, lo que coincide con estudios previos realizados en zonas costeras cubanas.

Análisis de las presiones

Las presiones que se identificaron en el área de estudio son fragmentación del hábitat por el efecto que provocan los viales y diques, presencia de vegetación secundaria, cambio de uso de suelo por actividad agropecuaria o forestal y las infraestructuras, por asentamientos humanos. También se evaluaron las presiones que afectan los SE en los cinco municipios (Tablas 1 y 9)

Se definieron indicadores para hallar el peso de las presiones que inciden en los ecosistemas naturales (Tablas 2 a 5), así como para determinar el grado de representatividad de los ecosistemas de los municipios seleccionados en el proyecto (Tabla 6).

En Consolación del Sur todos los ecosistemas emergidos se encuentran afectados por la presencia de viales, vegetación secundaria y asimilación socieoeconómica por la agricultura. Al manglar lo atraviesa un vial hasta Playa El Guanal; al bosque de ciénaga, dos viales y al bosque semideciduo, una carretera. Los asentamientos más importantes en el municipio son Consolación del Sur y Alonso Rojas.

En San Cristóbal los ecosistemas boscosos están afectados por viales, vegetación secundaria, agricultura y asentamientos. Las carreteras que conectan las comunidades Sabanilla, Niceto Pérez y Ciro Redondo atraviesan el bosque siempreverde y semideciduo. Dentro del manglar hay una zanja y un vial que conecta el Club de Cazadores, aledaño a éste y hay un pequeño vial dentro del bosque de ciénaga. Aproximadamente dos tercios del municipio está asimilado por la agricultura. Los asentamientos más importantes son San Cristóbal y Santa Cruz de los Pinos, dentro del manglar hay una pequeña infraestructura, el Edificio Casa de Botes. Los asentamientos más importantes son Consolación del Sur y Alonso Rojas.

En Batabanó la mayoría de los ecosistemas emergidos sufren el impacto de las presiones por la presencia de viales, vegetación secundaria, cambio de uso de suelos por actividades agropecuarias e infraestructuras por asentamientos. Los humedales son los que más afectaciones tienen, al manglar y al herbazal de ciénaga los atraviesan el Dique Sur y un desagüe; los asentamientos que inciden en ambos ecosistemas son Surgidero de Batabanó y Playa del Cajío; además la comunidad de Playita incide en el manglar. Hay una carretera que atraviesa el herbazal de ciénaga y que da acceso a la comunidad

de Playa del Cajío y un vial que atraviesa el bosque de ciénaga. Los asentamientos más importantes en el municipio son Batabanó y Surgidero de Batabanó.

En La Sierpe los ecosistemas emergidos se encuentran afectados por la presencia de viales, vegetación secundaria y asimilación socieoeconómica por la agricultura. Es muy importante la Empresa Arrocera Sur del Jíbaro, como parte del plan arrocero hay viales que impactan al manglar, herbazal de ciénaga y bosque de ciénaga. Al bosque semideciduo lo atraviesa una carretera. El asentamiento más importante en el municipio es La Sierpe.

En Baracoa hay un mosaico de ecosistemas emergidos que van desde pluvisilvas, bosques siempreverdes, pinares, matorrales como manigua costera y charrascales, humedales como son los manglares y bosque de ciénaga, y los arrecifes de coral, en los ecosistemas sumergidos. El asentamiento más importante es Baracoa.

El bosque siempreverde mesófilo tiene viales importantes como La Farola que conecta a Baracoa con las comunidades Cabocú, Los Hoyos, Sabanilla y Paso de Agua. Otras comunidades que se hallan en este bosque son La Alegría, Mariana, Mosquitero, Mandinga, Soledad y Guagüi además de una red vial que las conecta. A la pluvisilva de baja altitud la atraviesa una carretera.

En el litoral es importante la carretera Moa-Baracoa que enlaza la cabecera municipal con los poblados costeros. De este a oeste se hallan las comunidades Jaraguá, Santa María, La Vega de Taco Taco, Nibujón, Maguana, Cayo Güin, Mabujabo, Baracoa, Mata y Barigua. Estas comunidades y la carretera impactan al manglar, manigua costera, así como bosques siempreverde mesófilo y micrófilo. Otros viales menores enlazan a poblados y asentamientos rurales (Tablas 1 a 5).

Tabla 2. Evaluación de las presiones y representatividad de la vegetación original en los ecosistemas naturales de los municipios Consolación del Sur, San Cristóbal, Batabanó, La Sierpe y Baracoa.

Municipio / Ecosistema natural	Peso de las Presiones				Representatividad de la vegetación original
01. Municipio Consolación del Sur, provincia Pinar Río	Fragmentación del hábitat Vegetación secundaria Cambio de uso de suelo (agropecuaria o forestal) Asentamientos humanos				
Bosque siempreverde de manglar	1	1	1	0	1
Bosque siempreverde de ciénaga	1	2	3	0	2

Bosque semideciduo mesófilo	1	2	2	0	2
Complejo de vegetación de mogote	0	1	1	0	1
Pastos marinos	0	0	0	0	1
02. Municipio San Cristóbal, provincia Artemisa					
Bosque siempreverde de manglar	1	1	3	1	2
Bosque siempreverde de ciénaga	2	3	3	0	3
Bosque semideciduo mesófilo	1	3	1	1	2
Bosque siempreverde mesófilo	1	3	1	1	2
Complejo de vegetación de mogote	0	1	0	0	1
Pastos marinos	0	0	0	0	1
03. Municipio Batabanó, provincia Mayabeque					
Bosque semideciduo mesófilo	0	3	3	2	3
Bosque siempreverde de mang	3	1	1	3	1
Herbazal de ciénaga	2	2	2	3	1
Bosque siempreverde de ciénaga	1	2	2	0	2
Pastos marinos	0	0	0	0	1
04. Municipio La Sierpe, provincia Sancti Spíritus					
Bosque siempreverde de manglar	1	1	1	0	1
Herbazal de ciénaga	1	1	1	0	1
Bosque siempreverde de ciénaga	1	2	2	0	2
Bosque semideciduo mesófilo	1	3	3	0	3
Bosque siempreverde micrófilo costero y subcostero	1	3	3	0	3
Pastos marinos	0	0	0	0	1
05. Municipio Baracoa, provincia Guantánamo					
Bosque siempreverde de ciénaga	0	1	2	0	2

Bosque siempreverde mesófilo	2	1	3	2	2
Bosque siempreverde micrófilo	0	0	0	0	1
Pinares	0	1	1	1	1
Pluvisilva de baja altitud	1	0	1	0	1
Pluvisilva submontana sobre mal drenaje	0	2	0	0	1
Pluvisilva submontana sobre serpentinita	0	1	1	0	1
Pluvisilva submontana sobre complejo metamórfico	0	1	1	0	1
Bosque siempreverde de manglar	2	1	0	2	2
Matorral xeromorfo costero (manigua costera)	3	1	0	1	2
Matorral xeromorfo sobre serpentinita (charrascal)	0	1	0	0	1
Arrecife coralino	0	0	0	0	1

Tabla 3. Fragmentación del hábitat

Área de incidencia por el efecto de viales o diques	**Peso de la Presión (PPr)**
>50 %	3
26-50 %	2
1-25 %	1
0 %	0

Fuente: Elaborado por León y Pavón (2021) con modificaciones.

Tabla 4. Presencia de vegetación secundaria.

Área de incidencia por el efecto de vegetación secundaria	***Peso de la Presión (PPr)***
>50 %	3
26-50 %	2
1-25 %	1
0 %	0

Fuente: Elaborado por los autores.

Tabla 5. Cambio de uso de suelo

Asimilación socio-económica de los ecosistemas naturales	***Peso de la Presión (PPr)***
La asimilación agropecuaria o forestal ocupa más del 50 % del ecosistema natural original	3
La asimilación agropecuaria o forestal ocupa 26-50 % del ecosistema natural original	2
La asimilación agropecuaria o forestal ocupa 1-25 % del ecosistema natural original	1
No hay asimilación agropecuaria ni forestal	0

Fuente: Elaborado por los autores

Tabla 6. Asentamientos humanos

Grado de incidencia de los asentamientos humanos	**Peso de la Presión (PPr)**
Presencia de viviendas dentro del ecosistema.	3
Presencia de viviendas adyacentes al ecosistema.	2
Presencia de viviendas alejadas del ecosistema pero con incidencias.	1
Ausencia de viviendas que tengan incidencia en el ecosistema.	0

Fuente: Elaborado por los autores.

Tabla 6. Representatividad del ecosistema original

Vegetación original	***Grado de representatividad (RepENO)***
La vegetación original está representada en más del 50 %	1
La vegetación original está representada en 26-50 %	2
La vegetación original está representada en 0,5-25 %	3

Fuente: Elaborado por los autores

Valoración funcional de los ecosistemas

A partir del análisis de los SE representados en el área del proyecto, la identificación de las presiones y el grado de representatividad de los ecosistemas naturales, se obtuvo una fórmula para hallar la valoración funcional:

$$VF\ (ecosist) = \Sigma\ (EvSE * PPr) + RepENO$$

$$EvSE = \frac{\text{No. SE afectados por presiones (ecosist)}}{\text{No. Total de SE (ecosist)}}$$

Donde:

- **VF** (ecosist) es valoración funcional del ecosistema
- **EvSE** es Evaluación de los servicios ecosistémicos
- **PPr** es Peso de las Presiones (Ver indicadores Tablas 2 a 5)
- **RepENO** es Representatividad del Ecosistema Natural Original (Ver indicadores Tabla 6)
- **SE** es servicios ecosistémicos
- **ecosist** es ecosistema

Se obtuvo la Valoración Funcional de los ecosistemas naturales en los cinco municipios y se establecieron clases para categorizar la VF en buena, moderada y baja. Se obtuvieron mapas de VF como salida cartográfica de estos resultados (Tablas 7, 8 y 10).

Tabla 7. Valoración Funcional de los ecosistemas naturales en los municipios Consolación del Sur, San Cristóbal, Batabanó, La Sierpe y Baracoa.

Municipio / Ecosistema natural	Valoración Funcional (VF)	Categoría
01. Municipio Consolación del Sur, provincia Pinar del Río		
Bosque siempreverde de mangler	3,74	Buena
Bosque siempreverde de ciénaga	7,87	Moderada
Bosque semideciduo mesófilo	6,63	Moderada
Complejo de vegetación de mogote	2,69	Buena
Pastos marinos	1,0	Buena
02. Municipio San Cristóbal, provincia Artemisa		
Bosque siempreverde de mangler	7,64	Moderada
Bosque siempreverde de ciénaga	10,74	Baja
Bosque semideciduo mesófilo	7,56	Moderada
Bosque siempreverde mesófilo submontano	7,56	Moderada
Complejo de vegetación de mogote	1,77	Buena
Pastos marinos	1,0	Buena
03. Municipio Batabanó, provincia Mayabeque		
Bosque semideciduo mesófilo	10,79	Baja
Bosque siempreverde de mangler	8, 42	Moderada
Herbazal de ciénaga	9, 74	Moderada
Bosque siempreverde de ciénaga	6, 87	Moderada
Pastos marinos	1,0	Buena
04. Municipio La Sierpe, provincia Sancti Spíritus		
Bosque siempreverde de mangler	3,74	Buena
Herbazal de ciénaga	3,87	Buena
Bosque siempreverde de ciénaga	6,87	Moderada
Bosque semideciduo mesófilo	10,0	Baja
Bosque siempreverde micrófilo costero y subcostero	10,0	Baja
Pastos marinos	1,0	Buena
05. Municipio Baracoa, provincia Guantánamo		
Bosque siempreverde de ciénaga	5,0	Buena
Bosque siempreverde mesófilo	9,47	Moderada

CONCLUSIONES

La valoración funcional de los ecosistemas naturales costeros permitió identificar diferencias significativas en su estado de conservación, su nivel de integridad ecológica y su capacidad para proveer servicios ecosistémicos en los municipios estudiados. Estos resultados reflejan la existencia de distintos niveles de funcionalidad entre los territorios evaluados, lo que evidencia la influencia de las condiciones ambientales, las presiones antrópicas y las dinámicas de uso del suelo sobre el desempeño de estos ecosistemas y los beneficios que brindan a las comunidades locales.

Los resultados obtenidos evidencian la necesidad de priorizar acciones de conservación, manejo sostenible y restauración ecológica en aquellos territorios que presentan menores niveles de funcionalidad ecosistémica. La implementación de estas acciones resulta fundamental para fortalecer la resiliencia de los ecosistemas y de las poblaciones que dependen de ellos, constituyendo un componente estratégico dentro de las medidas de adaptación al cambio climático y de la gestión sostenible de las zonas costeras.

• Los ecosistemas con mayor frecuencia de ocurrencia en el área de estudio corresponden a los pastos marinos y a los bosques siempreverdes de manglar, los cuales, junto con el bosque siempreverde de ciénaga y el herbazal de ciénaga, conforman un conjunto de humedales de gran importancia ecológica. Estos ecosistemas desempeñan funciones esenciales, como la regulación hídrica, la protección de la línea de costa, el almacenamiento de carbono, el mantenimiento de la biodiversidad y la provisión de hábitats para numerosas especies de importancia ecológica y socioeconómica.

• La metodología aplicada constituye una herramienta útil y robusta para apoyar los procesos de planificación territorial y la toma de decisiones relacionadas con la gestión ambiental de las zonas costeras. Su principal fortaleza radica en la integración de información ecológica y social mediante un enfoque de adaptación basada en ecosistemas, lo que facilita la identificación de prioridades de intervención, la evaluación de la funcionalidad ecosistémica y el diseño de estrategias orientadas a fortalecer la conservación, la restauración y el uso sostenible de los recursos naturales.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcolado, P.M.; E.E. García y M. Arellano D. (2007): "Estado actual, avances y desafíos de la protección y uso sostenible de la biodiversidad". Ed. Academia. La Habana.

GEOCUBA, Agencia de Teledetección de la Unidad Científico-Técnica. 2012. Mapa de cobertura forestal de la República de Cuba. Escala 1:100 000. Proyecto Cuba-Canadá "Desarrollo del Sector Forestal en Cuba".

Agraz, C.M. (1999): "Reforestación experimental de manglares en ecosistemas lagunares estuarinos de la costa noroccidental de México", Tesis en opción al grado de doctor en Ciencias Biológicas, Universidad Autónoma de Nuevo León.

Aldana-Gutiérrez, G., Ruiz-Fernández, A.C., Pérez-Bernal, L.H., Flores-Verdugo, F., Cuellar-Martinez, T. & Sanchez-Cabeza, J.A. (2021). Flujos e inventarios de carbono azul en manglares asociados a una laguna costera antropizada. Geofísica Internacional, 60 (1), 13-30.

Ávila, D., Guimaraes, M. & Cárdenas, R. (2013). Variación espacio-temporal de grupos morfo-funcionales de macroalgas en pastos marinos al norte de Ciego de Ávila, Cuba. Revista de Investigaciones Marinas, (33)1, 14-22.

Cambers, G.; R. Claro, R. Juman and S. Scott (2007): "Climate change impacts on coastal and marine biodiversity." En: Climate Change Impacts and Biodiversity in the Insular Caribbean (CCBIC), McArthur Foundation, WWW-Canada, CANARI. 87 pp.

Capote, R. P. y R. Berazaín (1984): "Clasificación de las formaciones vegetales de Cuba". En: Revista Jard. Bot. Nac. 5(2): 27–76.

Capote, R. y L. Menéndez (2002): "Ecosistemas de manglares y cambios globales" En: L. Menéndez y J.M. Guzmán (Coords.), Ecosistemas de manglar en el Archipiélago Cubano. Editorial Academia. La Habana. pp. 315-322.

Convención Ramsar (2007): Funciones de los ecosistemas de humedales: Disponible en www.ramsar.org , Consultado en 26/1/2011, 13:05.

Del Valle, R.; Z. Marcos, J. Espinosa, J.C. Martínez, A. Hernández, M. Abreu, G. Hidalgo, S. González, C. López, K. Cantelar, R. Claro, M.E. Chávez, L. Hernández, F. Pina, A. Quirós, R. Arias, R. Sánchez, P.M. Alcolado. (2007): "Fauna Marina". En: P.M. Alcolado, E.E. García y M. Arellano (Coords.), Estado actual, avances y desafíos de la protección y uso sostenible de la biodiversidad. Ed. Academia. La Habana.pp 14-19

Fernández, M. D.; Llanio, M., Arteaga, F., Dajas, F., Echeverry, Cabrera, B., Rodríguez, M., Valdés, O., Aneiros, A., Abad, M. J. y Bermejo, P. (2004): "Thalassia testudinum: Propiedades anti-inflamatoria-analgésica y antioxidante de su extracto." En: Rev. Cub. Farmac., 38

Gottle, A.y E-H.N. Sene (1997): Funciones Protectoras y Ambientales de los bosques. XI Congreso Forestal Mundial. 13 a 22 de Octubre, Antalya: Turquía. Disponible en http://www.fao.org/docrep/w6251s/w6251s06.htm , Consultado en 10/9/2018, 11:43.

León, M.M. & Pavón, G. (2021): "Evaluación de la conservación de los manglares de la comunidad Santa Cruz del Sur, Camagüey, Cuba.", Revista Observatorio de las Ciencias Sociales en Iberoamérica, ISSN: 2660-5554 (Vol 2, Número 8, marzo 2021, pp. 143-158).

MA (Millennium Ecosystem Assessment) (2003): Ecosystems and Human Well-Being: A Framework for Assessment, Island Press, Washington D.C.

MA (Millennium Ecosystem Assessment) (2005): Ecosystems and Human Well-Being. A Framework for Assessment, Island Press, Washington D.C.

Martínez-Daranas, B., Perdomo, M.E., Guimarais, M. (2016). Protección y aprovechamiento sostenible de los pastos marinos

Martínez-Daranas, B.; M. Cano, M.E. Perdomo, L. Clero, J. Díaz, M. Guimaraes, D. Zuñiga, P.M. Alcolado, C.M. Duarte y S. Siret (2007): "Estado de los pastos marinos". En: P.M. Alcolado, E.E. García y M. Arellano (Coords.), Estado actual, avances y desafíos de la protección y uso sostenible de la biodiversidad. Ed. Academia. La Habana. pp 51-56.

Menéndez, L.; J.M. Guzmán, R. Gómez, R.T. Capote y L. Rodríguez. (2007a): "Estado del ecosistema de manglar". En: P.M. Alcolado, E.E. García y M. Arellano (Coords.), Estado actual, avances y desafíos de la protección y uso sostenible de la biodiversidad. Ed. Academia. La Habana. pp 62-67.

Menéndez, L.; P.P. Herrera, R. Oviedo y J.M. Guzmán (2007b): "Flora terrestre". En: P.M. Alcolado, E.E. García y M. Arellano (Coords.), Estado actual, avances y desafíos de la protección y uso sostenible de la biodiversidad. Ed. Academia. La Habana. pp 21-55.

Onaindia, M. (2010): "Biodiversidad y servicios de los ecosistemas". En: N. Viota; M. Maraña (Coords.), Servicios de los ecosistemas y el bienestar humano. La contribución de la Evaluación de los Ecosistemas del Milenio. Editorial UNESCO Etxea. Bilbao. pp. 9-14.

Palacios, I; I. Casado; M. Onaindia; M. Madariaga; X. Arana (2010): "La evaluación de los ecosistemas del Milenio en Bizkaia: trabajando de lo local a lo global y viceversa". En: N. Viota; M. Maraña (Coords.), Servicios de los ecosistemas y el bienestar humano. La contribución de la Evaluación de los Ecosistemas del Milenio. Editorial UNESCO Etxea. Bilbao. pp. 9-14.

Reyes, B.G. (2007): Los arrecifes de coral. Disponible en http://www.monografias.com . Consultado 26/01/2011, 10:40.

Rivera, M. (2009): Uso racional de los humedales en Las Américas. Disponible en http://www.mma.gov.br/estruturas/25/_arquivos/brazilvisit29.pdf Consultado 12/02/2018,13:45

Rodríguez-Crespo, G. C; Afre Socorro M. A., Domínguez Junco O., Rojas Permuy Y., Pérez Troche A. (2017): "Servicios ecosistémicos en manglares: potencialidad para seguridad alimentaria en comunidades costeras" En: Revista Cubana de Ciencias Forestales 7(1):56-71.

Capítulo 8

10.37423/260711140

ENERGIA EÓLICA E SUSTENTABILIDADE SOCIOESPACIAL NO ALTO SERTÃO DA BAHIA

Sofia Rebouças Neta Pereira — *Instituto Federal Baiano - Campus Guanambi*

Polliana Bezerra de Oliveira — *Instituto Federal Baiano - Campus Guanambi*



RESUMO

A energia eólica cresceu exponencialmente no Brasil na última década e provocou significativas transformações espaciais e ambientais nas localidades envolvidas. O objetivo deste trabalho é analisar os processos de implantação e operacionalização dos projetos de energia eólica no Alto Sertão da Bahia e suas implicações para a sustentabilidade socioespacial local. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo/quantitativo no qual foram adotados pesquisa bibliográfica, observação in loco e entrevistas com pessoas das comunidades atingidas pelo empreendimento. Como resultado, foi possível detectar problemas oriundos da instalação e expansão dos parques, tais como a transformação da paisagem, a falta de clareza dos estudos em relação às informações sociais e físicas dos lugares/regiões onde seriam instalados, a grande "flexibilidade" em relação às normas concernentes ao meio ambiente, a poluição sonora e visual, a morte de animais, erosão dos solos, alteração da qualidade da água e a falta de participação da sociedade nas decisões relacionadas a implantação dos parques.

PALAVRAS-CHAVES: Energia renovável. Impactos ambientais. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A energia eólica, oriunda da força dos ventos e considerada uma fonte renovável e abundante, apresentou uma grande expansão nas últimas décadas, tanto em países desenvolvidos como em países subdesenvolvidos. As demandas geradas pelo avanço da industrialização e pelo crescimento populacional provocaram a urgência em diversificar e ampliar a oferta de fontes de energia capazes de suprir as necessidades da sociedade, bem como reduzir os impactos ambientais causados pelas fontes tradicionais não renováveis, altamente poluentes e muito utilizadas no planeta. Essa situação contribuiu para alavancar os investimentos na geração de fontes renováveis de energia no mundo, entre elas, a eólica.

No Brasil, a crise de racionamento deflagrada em 2001 devido ao baixo nível dos reservatórios que abasteciam as hidrelétricas, ao incremento do consumo de energia entre os anos 1990 e 2000 e ao baixo investimento no setor nesse período, condicionaram ações, comportamentos e decisões que impulsionaram o crescimento da geração de energia eólica no país. Fonte que responde atualmente por 13,4% da matriz energética do país, ficando atrás apenas das hidrelétricas com 54,1%, e produz mais que as demais fontes: gás natural (9,1%), biomassa (8,7%), óleo (4,4%), fotovoltaica (3,8%), PCH (3,4%), carvão mineral (1,9%) e nuclear (1,0%) (ABEEÓLICA, 2022).

À medida que os territórios rurais são reconhecidos pelo vasto potencial de aproveitamento de recursos energéticos renováveis (vento, sol e biomassa), ganham importância para os usos corporativos pelos agentes hegemônicos que não medem esforços para investimentos em projetos de geração de eletricidade, transformando-os em espaços fluidos e atrativos aos capitais, atividades econômicas e tecnologias. A esse conjunto de inovações, surge uma contradição, na medida em que os grupos populacionais rurais com severos problemas socioeconômicos e ambientais seguem sem acesso aos benefícios da eletricidade e, muitas vezes, são afetados diretamente pelos projetos. Isso confirma que o aproveitamento dessas fontes renováveis não combina com a promoção da sustentabilidade socioespacial, pois a expansão do setor tem intensificado os problemas socioeconômicos e ambientais de parte da população.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar os processos de implantação e operacionalização dos projetos de energia eólica no Alto Sertão da Bahia e suas implicações para a sustentabilidade socioespacial local. Serão mostrados os resultados de uma pesquisa realizada na microrregião de Guanambi, especificamente, os parques eólicos implantados no espaço geográfico dos municípios de

Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí, localizados no Estado da Bahia, no período compreendido entre a criação do PROINFA em 2002 e o ano de 2019.

SUSTENTABILIDADE SOCIOESPACIAL

O modelo de desenvolvimento em curso requer cada vez mais recursos naturais, o que resulta em aumento da pressão sobre o meio ambiente com impactos sociais, culturais, poluição, lixo e outros. De acordo com Porto-Gonçalves (2012), o "desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-ocidental. Afinal, a ideia de progresso, em sua versão mais atual, desenvolvimento, é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza" (p. 61).

Em consequência disso, a humanidade tem experimentado uma grave perda da qualidade de vida e testemunhado alterações ambientais globais incontestáveis, cujos impactos gerais são difíceis de prever, mas podem trazer obstáculos ao futuro das próximas gerações. Diante dessa situação, surge a necessidade de buscar a sustentabilidade ambiental, no sentido de compatibilizar desenvolvimento com preservação da natureza, contemplando equidade social e qualidade de vida dessa geração e das próximas.

A questão ambiental tem sido discutida em todo o mundo através de conferências e reuniões como: Reunião do Clube de Roma (1968), 1ª Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano (1972), Rio-92 (1992), Copenhague (2009) e outras. A despeito das convenções, acordos e tratados internacionais assinados nos últimos anos, sobre diversas questões ambientais, e dos relativos progressos em algumas áreas, muitos problemas continuam acontecendo.

A principal preocupação no tocante à dimensão ambiental refere-se ao dilema de como conciliar a exploração dos recursos naturais, que não se encontram em abundância no planeta, com a necessidade de satisfazer as demandas populacionais e a busca desenfreada pelo lucro, sem colocar em risco a existência desses recursos. Nesse contexto, o principal desafio ambiental está em promover um desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente sustentável, construindo condições para assegurar maior qualidade de vida para toda a sociedade e uso da racionalidade econômica em escalas locais, nacionais e internacionais.

Sachs (2004) propõe a união entre as variáveis de crescimento e desenvolvimento econômico, inserindo também o bem-estar social e sua relação com a preservação ambiental. Aponta cinco pilares

para o desenvolvimento sustentável estruturados em fatores sociais, ambientais, territoriais, econômicos e políticos. Para o referido autor, é imprescindível que a multidisciplinaridade entre economia, ecologia, antropologia, cultura e ciência política seja fortalecida. Conforme Sachs:

> Igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor. [...] Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância. [...] O conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta outra dimensão – a sustentabilidade ambiental – à dimensão da sustentabilidade social. (SACHS, 2004 p. 14 - 15).

Para o referido autor, o conjunto da população deveria ter iguais oportunidades de acesso a serviços públicos, tais como: educação, proteção à saúde, programas de assistência e moradia. Na sua opinião, os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material; o crescimento econômico é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. Sachs defende a necessidade de um desenvolvimento includente, aquele que se opõe ao padrão de crescimento perverso caracterizado por ser excludente (do mercado de consumo) e concentrador (de renda e riqueza). O desenvolvimento includente, requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos.

Muitos compreendem o desenvolvimento associado apenas à ideia de crescimento econômico, por isso focam suas ações no incentivo à entrada de empresas que possam gerar emprego e renda em detrimento de outras dimensões imprescindíveis à sociedade. Contrapondo esse entendimento, ressaltamos que o desenvolvimento deve ser compreendido de forma abrangente, de modo que não seja reduzido apenas à dimensão econômica, mas que seja articulado a diversas outras dimensões (sociais, ambientais e políticas), que, de fato, configuram a realidade socioespacial. Ou seja, que busque a sustentabilidade socioespacial.

Licenciamento Ambiental de Parques Eólicos

O licenciamento ambiental é o instrumento mais adequado para a defesa do meio ambiente à disposição da sociedade e do poder público, capaz de conciliar os interesses ambientais, econômicos e sociais e encontrar o ponto de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais, o crescimento econômico e a equidade social. No entanto, diante da maior crise de energia elétrica que atingiu o país em 2001, o governo aprovou medidas de caráter emergencial com o objetivo de conciliar a demanda

com a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas de fornecimento de energia. Nesse contexto, adotou a simplificação do processo de licenciamento para empreendimentos energéticos considerados de baixo impacto ambiental, incluindo nessa relação as usinas eólicas e outros empreendimentos da matriz renovável.

Desse modo, pela Resolução nº 279, de 27 de julho de 2001, autorizou a apresentação do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para habilitar a participação de empreendimentos eólicos em leilões de contratação de energia, e o estabelecimento do prazo máximo de 60 dias de tramitação para os empreendimentos considerados necessários ao incremento da oferta de energia elétrica no país. Esse documento deveria abordar os aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação do empreendimento de energia, como subsídio para a concessão da licença prévia requerida. E deveria conter também as informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, mitigação e compensação (GORAYEB; BRANNSTROM, 2016).

Ao se considerar o meio ambiente e a vulnerabilidade de muitos ecossistemas utilizados pelos empreendimentos eólicos, percebe-se que exigir apenas o RAS fez com que a questão ambiental fosse preterida perante a questão econômica, principalmente porque muitos parques eólicos foram instalados em regiões costeiras de dinâmica ambiental frágil, ou em locais de vivência de comunidades tradicionais e produziu grandes impactos nessas localidades. Gorayeb; Brannstrom (2016); Meireles (2011); e Mendes (2016), relatam que no Ceará os parques eólicos foram instalados em áreas de instabilidade ambiental acentuada (complexos litorâneos em campos de dunas móveis, estuários, faixas de praia, etc.), de grande concentração populacional, dentro de territórios de comunidades tradicionais de pescadores, quilombolas, agricultores familiares e aldeias indígenas, o que causou danos à dinâmica natural do meio físico e ao modo de vida das comunidades tradicionais.

Essa norma substituiu uma resolução de 1997 que previa a elaboração de estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental para as usinas eólicas e permitiu ao empreendedor apresentar apenas um relatório ambiental simplificado (RAS) com a declaração do técnico responsável enquadrando o empreendimento como de pequeno potencial de impacto ambiental (GORAYEB; BRANNSTROM, 2016). Desse modo, percebe-se que essa política se configurou como um instrumento facilitador para o empreendedor.

De acordo com a Abeeólica (2020) os empreendimentos de energia eólica são de baixo potencial poluidor e têm um papel imprescindível na contribuição para uma matriz energética nacional mais limpa. Sendo assim, o Brasil assumiu o compromisso de reduzir as emissões de gases poluentes até 2020, e de expandir a oferta de fontes alternativas renováveis, especialmente da energia eólica, a fim de cumprir as metas estipuladas para o setor. No entanto, observamos que o país adota políticas essencialmente favoráveis aos empreendedores do setor eólico ao flexibilizar as legislações e conceder facilidades para a instalação de parques eólicos, muitas vezes em detrimento da população local e da conservação ambiental.

A lógica do estado, pactuado com as corporações, cria dispositivos que permitem as intervenções econômicas de grandes projetos, como no caso da geração de energia eólica, sob a ótica da segurança no abastecimento e do desenvolvimento econômico. Dessa forma, as decisões político-institucionais criam as condições necessárias para garantir a inserção e a manutenção daqueles projetos, mesmo que não se coadunem com as dimensões do desenvolvimento sustentável proposto por Sachs (2002). No quadro 1, tem-se uma síntese das principais proposições da legislação ambiental brasileira para a energia.

Quadro 1 - Resoluções ambientais com diretrizes para as fontes de energia

Legislação	**Diretriz principal**	**Proposições direcionadas à energia**
Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental	Art. 2º Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como: VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV; XI - Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW;
Resolução CONAMA nº 6, de 16 de setembro de 1987	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica	Art. 8º Caso o empreendimento esteja enquadrado entre as atividades exemplificadas no artigo 2º da Resolução CONAMA nº 1/86, o estudo de impacto ambiental deverá ser encetado, de forma que, quando da solicitação da Licença Prévia (LP) e concessionária tenha condições de apresentar ao(s) órgão(s) estadual(ais) competente(s) um relatório sobre o planejamento dos estudos a serem executados (...)
Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997	Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos	Artigo 12º O órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação; §1º – Poderão ser estabelecidos procedimentos

	Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.	simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, que deverão ser aprovados pelos respectivos Conselhos de Meio Ambiente.
Resolução CONAMA nº 279, de 27 de junho de 2001	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental	Art. 1º Os procedimentos e prazos estabelecidos nesta Resolução aplicam-se, em qualquer nível de competência, ao licenciamento ambiental simplificado (RAS) de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental, aí incluídos: I - Usinas hidrelétricas e sistemas associados; II - Usinas termelétricas e sistemas associados; III - Sistemas de transmissão de energia elétrica (linhas de transmissão e subestações); IV - Usinas Eólicas e outras fontes alternativas de energia. Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Resolução, os sistemas associados serão analisados conjuntamente aos empreendimentos principais.
Instrução Normativa (IBAMA) nº 184, de 17/072008	Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental federal.	Art. 39º. Para empreendimentos de impacto pouco significativo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) exigirá Estudo Ambiental Simplificado e Plano de Controle Ambiental, sendo que estes poderão ser licenciados integralmente pelos Núcleos de Licenciamentos Ambientais (NLAs).

Resolução CONAMA nº 462, de 24 de julho de 2014	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre, altera o art. 1º da Resolução CONAMA n.º 279, de 27 de julho de 2001, e dá outras providências.	Art. 3º Caberá ao órgão licenciador o enquadramento quanto ao impacto ambiental dos empreendimentos de geração de energia eólica, considerando o porte, a localização e o baixo potencial poluidor da atividade. § 2º O licenciamento ambiental de empreendimentos eólicos considerados de baixo impacto ambiental será realizado mediante procedimento simplificado, observado o Anexo II, dispensada a exigência do EIA/RIMA. § 3º Não será considerado de baixo impacto, exigindo a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), além de audiências públicas, nos termos da legislação vigente, os empreendimentos eólicos que estejam localizados: I – em formações dunares, planícies fluviais e de deflação, mangues e demais áreas úmidas; II – no bioma Mata Atlântica e implicar corte e supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração, conforme dispõe a Lei n° 11.428/2006; III – na Zona Costeira e implicar alterações significativas das suas características naturais, conforme dispõe a Lei n° 7.661, de 16 de maio de 1988; IV – em zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral, adotando-se o limite de 3 km (três quilômetros) a partir do limite da unidade de conservação, cuja zona de amortecimento não esteja ainda estabelecida; V – em áreas regulares de rota, pousio, descanso, alimentação e reprodução de aves migratórias constantes de Relatório Anual de Rotas e Áreas de Concentração de Aves Migratórias no Brasil a ser emitido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, em até 90 dias; VI – em locais em que venham a gerar impactos socioculturais diretos que impliquem inviabilização de comunidades ou sua completa remoção; VII – em áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção e áreas de endemismo restrito, conforme listas.

Fonte: PEREIRA, 2020

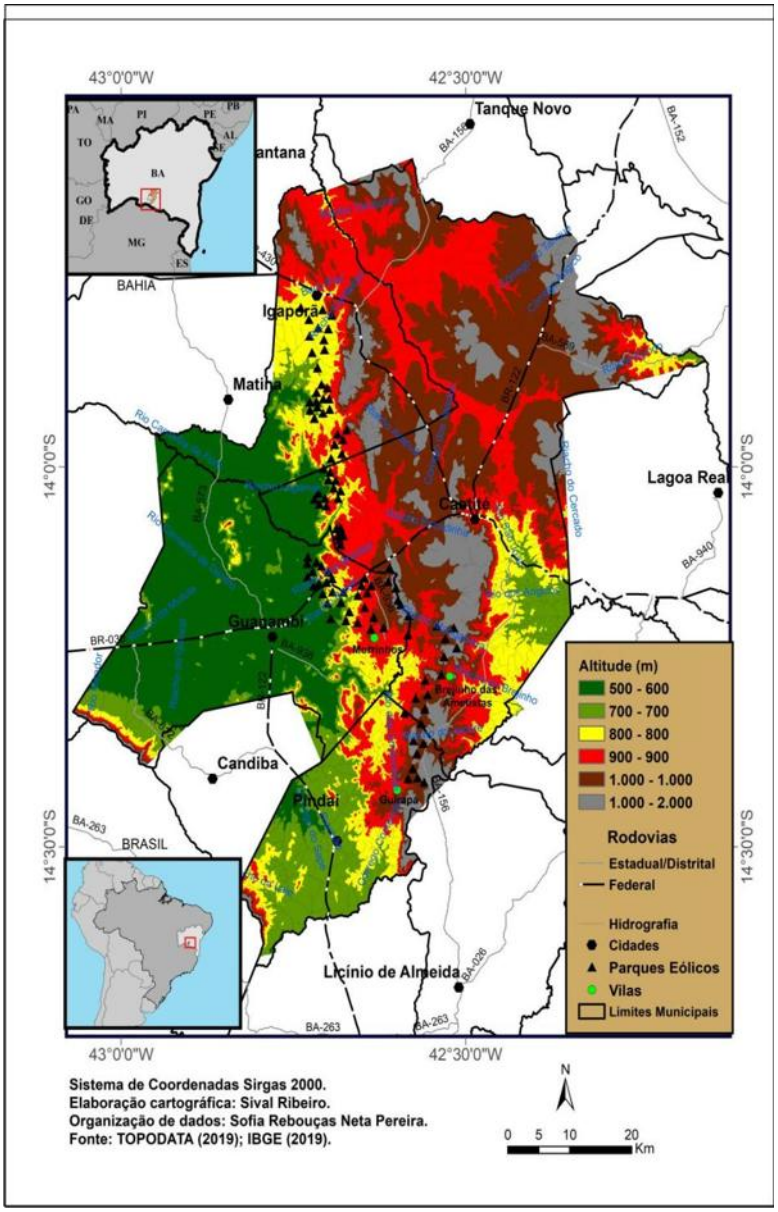
Mesmo quando adotada uma Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA nº 462/2014), que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, impõem-se restrições: aplica-se apenas a empreendimentos terrestres e determina quais as condições de localização dos empreendimentos eólicos dos quais serão exigidos o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), além de audiências públicas, nos termos da legislação vigente. Apesar de a legislação vigente estabelecer procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração

de energia elétrica a partir da fonte eólica, não são exigidos os EIA/RIMA da maioria dos empreendimentos instalados no país.

Caracterização da área de estudos, metodologia e impactos da fonte eólica

No mapa 1 a seguir, temos a representação geomorfológica da área estudada enfatizando os domínios da Serra do Espinhaço e os pontos de distribuição dos parques eólicos nos municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí.

Mapa 1 - Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí –BA: Domínio da Serra do Espinhaço e pontos de distribuição dos parques eólicos, 2019



A área de estudos fica localizada a sudoeste do estado da Bahia e corresponde aos municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí. Tradicionalmente conhecida como Alto Sertão da Bahia[1], essa região tem como limites o Médio São Francisco a oeste, o estado de Minas Gerais ao sul, ao norte, a Chapada Diamantina e a leste, a região de Vitória da Conquista. Numa alusão à denominação histórica local, o primeiro conjunto de parques aí instalado foi chamado de Complexo Eólico do Alto Sertão, selecionados para este estudo, por serem pioneiros na geração de energia eólica na Serra do

[1] O termo Alto Sertão possui uma alusão voltada mais para uma região imaginária que se inclina para evidenciar a paisagem, o espaço geográfico, as ações humanas e os fatores físicos do que propriamente os limites e fronteiras geográficas determinados por órgãos federais ou estaduais (LIMA, 2016, p. 23).

Espinhaço, uma das áreas de elevado potencial eólico no estado. A implantação dos parques eólicos nessa região iniciou-se a partir dos leilões de energia realizados em 2009.

A metodologia utilizada nesse estudo baseou-se em análise de informações secundárias como documentos, artigos, dissertações e notícias veiculadas em jornais de relevante circulação; além de informações primárias obtidas por meio de observação in loco e entrevistas semiestruturadas e informais realizadas com comunidades atingidas pelo empreendimento.

Foi no contexto da implantação desse grande empreendimento, com vistas à exploração de um recurso abundante e infinito, que os moradores dos municípios em estudo tiveram seu meio ambiente e seu modo de vida profundamente alterados. Foram gerados benefícios e lucros para alguns, mas, para muitos outros, restou a face negativa do progresso e do crescimento econômico. Mudanças significativas ocorreram nesses espaços, desde o recebimento de divisas pelos municípios, até transformações ambientais e sociais, não apenas nos lugares onde foram instaladas as torres, mas em toda a área de influência do empreendimento.

Muitas expectativas foram geradas com a chegada desses empreendimentos; propagaram a geração de muitos empregos, alocação de renda para os proprietários rurais que arrendassem suas terras, indenizações e melhorias para os municípios. Mas sobre a duração desses empregos e sobre os efeitos da chegada desse empreendimento no meio ambiente e no modo de vida das comunidades, não foi falado. Constata-se que, apesar dos aspectos positivos da fonte eólica, não podemos omitir aspectos negativos como a “imposição” desta matriz energética sem a devida compensação ou mitigação social e ambiental.

Sendo assim, apontaremos no quadro 2 a seguir, os efeitos da implantação dos parques eólicos para os municípios em estudo a partir da sustentabilidade socioespacial.

Quadro 2 - Impactos socioeconômicos e ambientais identificados nos municípios de Guanambi, Caetité, Igaporã e Pindaí

Tipo de Impacto	Principais alterações identificadas
Impactos Ambientais	Desmatamentos em áreas montanhosas dos municípios, destruindo parcelas dos biomas caatinga, cerrado e trechos de matas (ecótonos), que se encontram nos topos das serras para abertura de estradas e da base do aerogerador; A supressão vegetal provoca a perda de indivíduos da flora e afeta populações de espécies ameaçadas de extinção e/ou imunes de corte; A vegetação nativa representa para a fauna local fonte direta de habitat e recursos, além de oferecer locais de reprodução, nidificação, alimentação e abrigo. Com o desmatamento ocorre afugentamento de animais e choques de aves nas pás do aerogerador. Nos municípios em estudo, foi identificado o choque e morte de morcegos;

	O preparo do solo provoca a compactação e impermeabilização do mesmo e aumento dos processos erosivos nos períodos de chuvas; Os sedimentos produzidos são carreados para as drenagens mais próximas, gerando o aumento de sólidos na água superficial (turbidez) e diminuição da transparência da água; A maior demanda por água para a implantação dos aerogeradores leva a exploração de poços e reservatórios da localidade, provocando o esgotamento deles; A transformação da paisagem local.
Impactos Socioeconômicos	Aumento da poeira decorrente do intenso fluxo de automóveis transportando funcionários, equipamentos e materiais para a montagem do aerogerador incomoda a população local, acostumada a um ambiente tranquilo e de pouco movimento, além de provocar doenças respiratórias, como alergias e pneumonia; A chegada de trabalhadores não residentes sobrecarrega a oferta de serviços públicos, especialmente da área de saúde, que terá que absorver o crescimento da demanda por atendimento; Crescimento demográfico da população masculina durante as obras de instalação, agrava as vulnerabilidades às juventudes e às mulheres como exploração sexual, gravidez indesejada e uso abusivo de drogas lícitas e/ou criminalizadas e disseminação de doenças contagiosas e ISTs. Aumento da poluição sonora provocada pelo barulho na fase de construção e pelos ruídos na fase de operação; O impacto da circulação de grandes máquinas, da detonação de pedras e outros, causa comprometimento das estruturas das edificações (casas, caixas d'água) e gera riscos de desabamentos e outros prejuízos domésticos e comunitários. A demanda por terra e território para arrendamento às eólicas, incrementa os históricos conflitos fundiários e a especulação imobiliária da região, e protela a regularização de territórios tradicionais; Ocorre a redução dos espaços para uso comunitário ou para outras iniciativas de autogestão comunitária; A geração de empregos temporários e precarizados durante a implantação de infraestrutura e esporadicamente para sua manutenção, não compensa as perdas socioambientais; Altera-se também a rotina e modo de viver, principalmente, das mulheres e das crianças. Ir à escola, brincar, por exemplo, passam a ser uma preocupação por conta do fluxo intenso de veículos; As empresas passam a ditar o acesso e o uso do território ocupado ou que estão sob sua influência e/ou vigilância; Falta de clareza dos estudos em relação às informações sociais e físicas dos lugares/regiões onde são instalados os parques eólicos; Falta de participação da sociedade nas decisões relacionadas a implantação dos parques; Pagamento de baixos valores pelo arrendamento das terras; Contratos de arrendamentos com cláusulas sigilosas e previsibilidade de renovação automática após 30 a 35 anos, com condições extensíveis aos herdeiros, além de serem irrevogáveis e irretratáveis; Reassentamentos de moradores para priorizar a localização do aerogerador; Ocorrência de casos de depressão e ansiedade entre os moradores rurais;

Fonte: Elaborado pelas autoras

O fato de ser renovável e não emitir gases do efeito estufa na atmosfera, não isenta a fonte eólica de provocar impactos socioambientais para as comunidades envolvidas com o empreendimento. Conforme quadro acima, foram identificados vários impactos às comunidades envolvidas com o empreendimento, seja na fase de implantação ou de operação dos parques eólicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que há uma minimização do impacto ambiental para facilitar o licenciamento. Na maioria dos estados produtores de energia eólica, exige-se apenas o relatório ambiental simplificado. E como existe uma "disputa" por atração de maiores investimentos entre os estados, muitas secretarias de infraestrutura optam por estabelecerem regras ambientais mais flexíveis, redução ou eliminação de impostos para favorecerem a entrada de investidores. Com isso, o estado perde em arrecadação de impostos e aos municípios restam os impactos socioambientais. Concordamos com Traldi (2018), quando afirma que o discurso ambiental, somado ao discurso do progresso e da modernização do território, impulsiona a expansão do uso da fonte eólica no mundo, e tem servido para escamotear práticas socialmente injustas como invasão de propriedades, apropriação de territórios tradicionais, desmatamentos desenfreados, perfuração de poços, comprometimento de corpos hídricos e contratos duvidosos, que se têm configurado como práticas comuns das empresas do setor eólico nas comunidades rurais brasileiras.

A energia eólica é utilizada como sinônimo de desenvolvimento sustentável, interpretação que possui abrangência internacional. No entanto, ao se considerarem os aspectos socioeconômicos e culturais dos locais onde ela foi implantada, pode-se perceber que ela não atende a boa parte dos preceitos de sustentabilidade, beneficiando a minoria envolvida e interessada nos lucros gerados pela implantação do parque.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA (ABEEÓLICA). Boletim de Geração Eólica 2022. 2022. Disponível em: chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Boletim-de-Geracao-Eolica-2022.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA (ABEEÓLICA). Agência Abeeólica. 2020. Disponível em: https://abeeolica.org.br/category/noticias/agencia-abeeolica/ Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 462, de 24 de julho de 2014. Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre, altera o art. 1º da Resolução CONAMA n.º 279, de 27 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: http://www.mma.gov.br/ port/conama/legiabre.cfm?codlegi=703. Acesso em: 12 ago. 2018.

GORAYEB, A.; BRANNSTROM, C. Caminhos para uma gestão participativa dos recursos energéticos de matriz renovável (parques eólicos) no Nordeste do Brasil. Mercator, Fortaleza, v.15, n.1, p. 101-115, jan./mar., 2016.

LIMA, Zamana Brisa Souza. Museu do Alto Sertão da Bahia: diálogos entre museu de território e culturas digitais. 2016, 213 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MEIRELES, A. J. A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locacionais. Confins [Online], v. 11, 2011. Disponível em: http://journals. openedition.org/confins/6970. DOI: 10.4000. Acesso em: 26 abr. 2018.

MENDES, Jociclea de Souza. Parque eólicos e comunidades tradicionais no Nordeste brasileiro: Estudo de caso da comunidade Xavier, litoral oeste do Ceará, por meio da abordagem ecológica/participativa. 2016. 160 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências, PPG Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

PEREIRA, Sofia Rebouças Neta. Políticas energéticas e desenvolvimento sócio-espacial: as transformações geradas pela energia eólica no semiárido baiano. 2020. 254 f. Tese (Doutorado em geografia) – Instituto de Geociências, UFBA. Salvador, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 3 ed, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152 p.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

TRALDI, Mariana. Os impactos socioeconômicos e territoriais resultantes da implantação e operação de parques eólicos no semiárido brasileiro. Geocrítica Scripta Nova. Barcelona, vol. XXII, nº 589, 2018. ISSN: 1138-97.

Capítulo 9

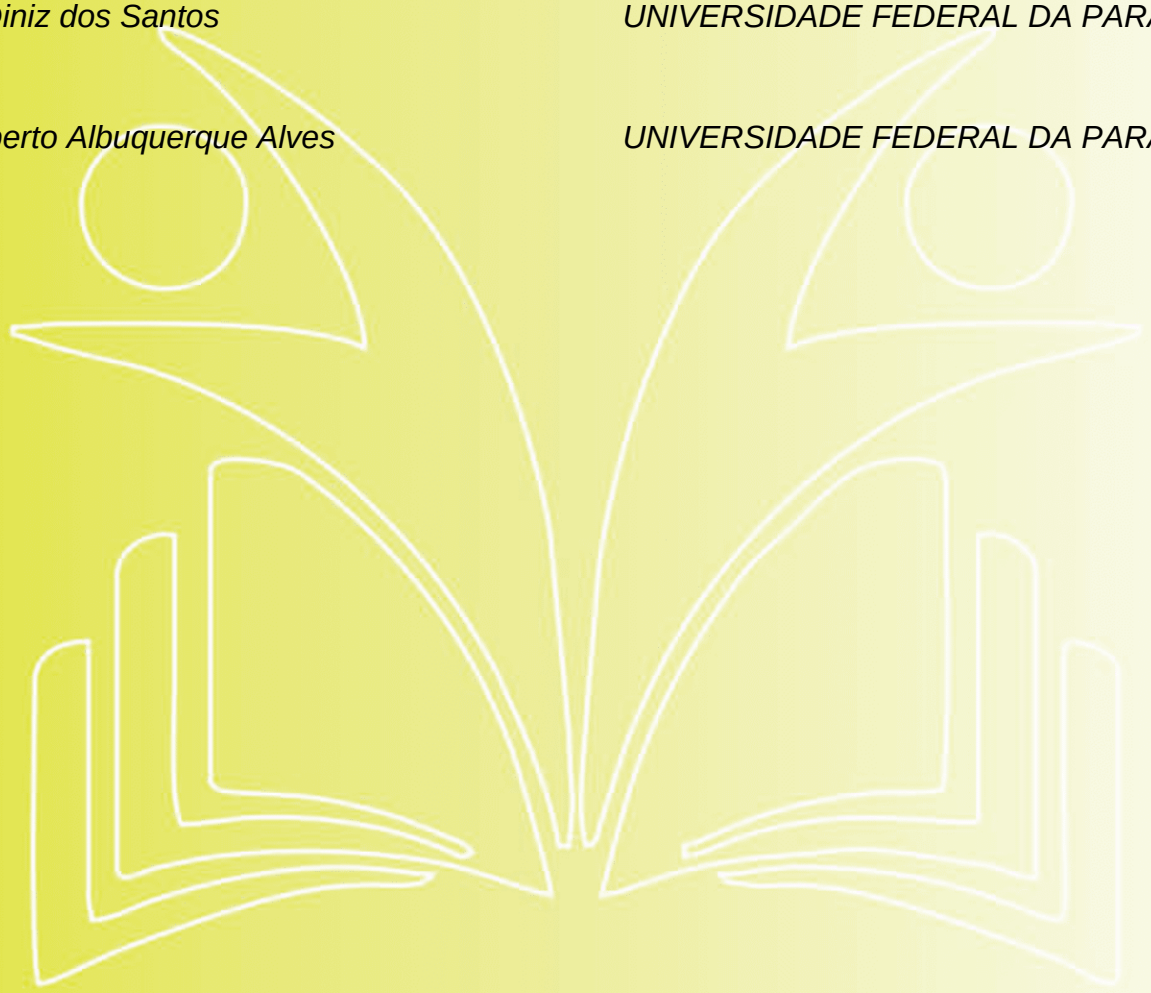
10.37423/260711141

RELATO DE EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL E TERRITORIAL NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO IFPB-CAMPUS CABEDELO-PB

Venâncio Severiano Dantas Neto — *UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA*

Gabrielle Diniz dos Santos — *UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA*

Carlos Roberto Albuquerque Alves — *UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA*



RESUMO

O presente trabalho se trata de relato de experiência que pôde ser vivenciado a partir da participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Cabedelo. Esse programa é uma iniciativa do Ministério da Educação, o qual visa aprimorar a formação de professores e contribuir para a melhoria da educação básica pública no Brasil. A participação no programa permite uma imersão no cotidiano escolar, proporcionando uma compreensão mais profunda da dinâmica entre professores e alunos, bem como do funcionamento das escolas públicas. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo relatar as atividades realizadas, incluindo visitas a escolas, aulas práticas em laboratórios, participação em eventos educacionais e a realização de um estudo do meio para compreender a realidade dos alunos que se deslocam de Lucena para Cabedelo. A experiência evidenciou a importância do planejamento de aulas, da relação professor-aluno e da necessidade de considerar o contexto socioeconômico dos estudantes no processo educativo. Tendo em vista que o professor não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas assume o papel de facilitador na construção do saber para os alunos, assim o PIBID se torna uma ferramenta valiosa para a formação dos futuros professores.

Palavras-Chave: PIBID. Educação Básica. Escolas Públicas. Construção do saber. Educação.

INTRODUÇÃO

A sala de aula é um ambiente que se torna parte da vida dos jovens, pelo fato de passarem a maior parte de suas vidas dentro dela, adquirindo conhecimento e novas vivências. Nesse sentido, Almeida (1994) nos diz a seguinte afirmação:

> O cotidiano da sala de aula caracteriza-se como fonte inesgotável de conhecimentos, e desta fonte que deverão ser retirados os elementos teóricos que permitem compreender e direcionar uma ação consciente que procure superar as deficiências encontradas, e recuperar o real significado do papel do professor, no sentido de apropriar-se de um "fazer" e de um "saber fazer" adequados ao momento que vive a escola atual (Almeida, 1994, p.39).

Nesse pensamento, podemos dizer que a docência é construída a partir dos saberes e vivências refletidas que engendram uma "personalidade" docente, podendo ter o seu início entendido "como um continuum, do qual faz parte a experiência acumulada durante a passagem

Dentro desse contexto, é possível citar como um grande apoio para a formação desses profissionais, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o qual faz parte da Política Nacional de Formação de Professores, sendo promovido pelo Ministério da Educação com o objetivo de incentivar a iniciação à docência para estudantes de licenciatura.

O programa busca melhorar a formação de professores em nível superior, além de contribuir para a qualidade do ensino na educação básica pública brasileira. Através desse programa, os alunos de licenciatura têm a oportunidade de vivenciar o cotidiano das escolas públicas de educação básica, tornando-se uma oportunidade que capacita e enriquece sua formação. Segundo Pimenta & Lima (2012), o PIBID é fundamental para a formação docente, pois permite aos licenciandos vivenciar o ambiente escolar, observar as relações educativas e refletir criticamente sobre a prática pedagógica, articulando teoria e prática.

Podemos então afirmar que a educação de qualidade é um direito fundamental, mas, muitas vezes, o acesso a essa educação é marcado por desafios diários, especialmente para estudantes que vivem em áreas mais afastadas dos centros urbanos.

Sendo assim, esse relato de caso tem a finalidade de evidenciar as vivências e as atividades realizadas no Instituto Federal da Paraíba campus Cabedelo a partir da participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a qual proporcionou momentos de intensos ensinamentos, ter contato com o âmbito escolar e observar a relação professor e aluno, proporcionando uma visão acadêmica elencando o futuro profissional da educação e podendo observar essas dinâmicas e

situações vividas pelo professor, observando também o comportamento dos alunos, acompanhar esse processo de aprendizagem e entender mais sobre o espaço da escola e seu funcionamento, a trajetória de cada aluno e suas relações sociais.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho se enquadra em uma pesquisa qualitativa com relato de caso e pesquisa bibliográfica. Diante dos conceitos de Minayo (2014), os estudos qualitativos permitem compreender os fenômenos educacionais em sua complexidade, valorizando especialmente a perspectiva dos participantes e o contexto social em que estão inseridos. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de buscas em plataformas digitais, buscando sempre artigos e livros em periódicos que permeassem o tema da presente pesquisa (GIL, 2002).

O local de realização das atividades propostas é Instituto Federal da Paraíba (IFPB) - Campus de Cabedelo, que se localiza na Rua Santa Rita de Cássia, 1900 – Jardim Camboinha, Cabedelo-PB, 58103-772.

O instituto oferece cursos técnicos com duração de 3 anos, como recursos pesqueiros, designer, entre outros que promovem uma maior qualificação na vida dos estudantes que podem se engajar nos projetos de pesquisa e nos projetos de extensão.

Num primeiro contato, foi possível entender o perfil socioeconômico dos alunos que fazem parte do corpo de estudantes do instituto. Esse ato foi primordial, “pois o diagnóstico da realidade dos estudantes e constitui etapa fundamental para o planejamento de ações pedagógicas significativas, pois permite ao educador estabelecer pontes entre o conteúdo escolar e o universo vivido pelos alunos” (CHARLOT, 2000, p. 56).

Os encontros semanais aconteceram no Departamento de Geociências no Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), na Universidade Federal da Paraíba, onde os alunos do PIBID de Geografia se reuniam juntamente com a coordenadora para rodas de conversas para que todos pudessem relatar as experiências semanais dentro da sala de aula por meio da observação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o resultado das observações sobre a realidade socioeconômica dos alunos do instituto, foi possível entender que uma grande quantidade de alunos reside e se desloca da cidade de Lucena-PB até a cidade de Cabedelo-PB para estudar.

Através do trabalho de campo, pôde-se observar a distância e o trajeto feito por esses alunos diariamente, buscando entender a realidade desses estudantes que precisam se locomover de Lucena até a cidade de Cabedelo em busca de uma melhor educação, evidenciando a precarização dos transportes públicos e até mesmo da educação.

Foi possível observar, graças ao projeto, a relação professor e aluno, entender melhor essa dinâmica, mudando a percepção que já não é mais de um aluno do ensino médio, agora como licenciando, é possível entender melhor essas relações; entender que é muito importante passar conteúdo, e que existe também o método que vai direcionar a forma como vai ser transmitido esse saber (Pimenta; Lima, 2012). Entender o funcionamento orgânico das escolas e, claro, observar as atividades e a importância da partilha de vivências.

Foi fundamental para o desenvolvimento de uma melhor comunicação com os alunos, diante de todas as atividades realizadas e rodas de conversa e com o estudo do meio, podendo se colocar no lugar de alguns estudantes que percorrem longos trajetos até a escola, pois parte dos alunos do instituto reside na cidade de Lucena-PB. Essas duas cidades possuem uma média de 60 km de distância entre si, pelo rio Paraíba que as separa, e uma média de 20km pela BR-230 e PB-025. Entender esse percurso é também entender o aluno e a realidade na qual ele está inserido. Para Pimenta & Lima (2012), as rodas de conversa entre licenciandos e educadores experientes configuram-se como espaços privilegiados de formação docente, onde a reflexão sobre a prática possibilita a reconstrução de saberes pedagógicos.

Foi observado que muitos desses alunos podem chegar já cansados na escola e talvez não tenham um bom desempenho por questões exteriores. Entender também que cada aluno é único, mas que ali é um espaço coletivo do qual todos devem se sentir abertos a compartilhar experiências e fazer contribuições. Nesse contexto, é possível resgatar a fala de Paulo Freire, em que ele diz: “O verdadeiro ato educativo só se completa quando o educador se coloca no lugar do educando, compreendendo seu universo sociocultural e as condições materiais que influenciam seu processo de aprendizagem" (Freire, 1996, p. 47).

Portanto, se torna fundamental entender que o professor não é o único que detém conhecimento, que de fato existe uma troca de saberes que, se for incentivada, gera grandes debates e fortes ideias que auxiliam para que os alunos consigam se expressar mais e melhor, se sentirem mais seguros de falar e de expor seus pensamentos.

Quanto a Paulo Freire, ele disse certa vez: "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (Freire, 1996, p. 25). Essa ideia ressoa, mostrando que ser professor é mais do que dar informações, é incentivar os alunos a construir seu próprio entendimento, suas próprias ideias, ajudar no crescimento dos alunos como seres críticos na nossa sociedade para que possam observar e, se necessário, questionar, ter um olhar mais crítico.

As rodas de conversa realizadas semanalmente no Departamento de Geociências do CCEN/UFPB constituíram espaços fundamentais para a formação docente, permitindo aos bolsistas do PIBID de Geografia refletirem coletivamente sobre suas observações em sala de aula. Essa prática dialoga com o pressuposto de que “a observação participante permite ao futuro professor desenvolver um olhar investigativo sobre as dinâmicas escolares” (Lüdke; André, 1986, p. 34)."

Contamos também com o evento nacional de rede de pesquisa, espaço, sujeito e existência; recebemos na UFPB o grupo “Dona Alzira” (Espaço, Sujeito e Existência - CNPq), professores da UFG de Goiás e alguns professores da UFPE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer parte do projeto foi fundamental para proporcionar melhores percepções em relação ao ato de educar por meio da observação e entender que ser professor vai muito além de passar conteúdos e realizar avaliações, é um ato de conexão, é se conectar com os alunos e com o ambiente de ensino onde se desenvolve a prática do saber, além de trazer o despertar para que eles possam entender como devem seguir seus passos na vida acadêmica.

A partir de tudo que foi realizado, foi possível, enquanto aluno de graduação, entender melhor o planejamento de aulas, bem como o funcionamento das escolas e, após o estudo do meio, também entender o trajeto dos alunos até o instituto.

O PIBID, sem dúvidas, auxiliou muito no desenvolvimento como licenciando, permitindo ter esse contato com os alunos, professores, espaços, reuniões e eventos. Todo conhecimento debatido e

adquirido, ao longo do projeto, fará parte da caminhada como licenciando, afinal, tudo isso faz parte da construção pessoal como professor em formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João da Silva. Estágio supervisionado em prática de ensino: relevância para a formação ou mera atividade curricular. Revista ANDE, São Paulo, v. 13, n. 20, p. [s.p.], 1994.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 144 p.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Elmo Ferreira. A construção do início da docência: reflexões a partir de pesquisas brasileiras. Revista do Centro de Educação, Santa Maria, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Capítulo 10

10.37423/260711144

A POLARIZAÇÃO REGIONAL E A IMPORTÂNCIA FUNCIONAL DA CIDADE DE CERES NO TERRITÓRIO GOIANO

Wagner Abadio de Freitas — *Instituto Federal Goiano Campus Ceres*

Fernando Luiz Araújo Sobrinho — *Universidade de Brasília*



RESUMO

A constituição da centralidade da cidade de Ceres estabelecida no território goiano a partir da institucionalização da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) possibilitou a inserção de objetos técnicos e ampliou gradativamente a área de influência da Colônia Agrícola. Nesse contexto, no ínicio da década de 1950, a Colônia Agrícola foi emancipada politicamente originando assim o município de Ceres que absorveu o legado herdado e deu continuidade às potencialidades e funcionalidades produtivas existentes. Em face destes propósitos, a organização deste artigo foi pautada em algumas etapas metodológicas que foram compostas por leitura e levantamento bibliográfico que versam e dialogam com os sujeitos e objetos intrínsecos à pesquisa; trabalho de campo realizado no espaço intraurbano da cidade de Ceres; levantamento de dados primários e secundários e interpretação geográfica da dinâmica regional. Nesse sentido, a centralidade de Ceres deve ser compreendida sob a ótica regional pois o papel funcional desempenhado por esta cidade difere da maioria das cidades de pequeno porte existentes no país. Esta diferença revela a singularidade da cidade de Ceres que mesmo caracterizada como uma cidade pequena consegue expressar sua influência regional sendo referência na oferta de serviços de saúde e educação.

Palavras-chave: Centralidade, Funcionalidade, Território Cidade Pequena, Serviços.

INTRODUÇÃO

Ocupar o Planalto Central brasileiro a partir do discurso ideológico "A Marcha para o Oeste", difundido pelo Governo Federal no final da década de 1930, foi uma ação de grande envergadura. Criar instrumentos legais e institucionais para viabilizar a criação das Colônias Agrícolas Nacionais implantadas em diferentes regiões do território nacional materializou parte deste discurso. Consequentemente, ocupar os "vazios" demográficos no interior do país, integrou de forma mais efetiva as regiões brasileiras ao centro de comando econômico sediado na região sudeste do país à época.

Deste modo, as interações sociais, culturais, políticas e econômicas manifestadas no espaço geográfico podem ser vistas como heranças de tempos rápidos e lentos compreendidas como produto da ação intencional da sociedade no território onde são inseridas. Assim, a constituição da centralidade da cidade de Ceres estabelecida no território goiano a partir da institucionalização da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) possibilitou a inserção de objetos técnicos e ampliou gradativamente a área de influência da Colônia Agrícola. Nesse contexto, no ínicio da década de 1950, a Colônia Agrícola foi emancipada politicamente originando assim o município de Ceres que absorveu o legado herdado e deu continuidade às potencialidades e funcionalidades produtivas existentes.

Com os avanços na produção agrícola impulsionados desde a implantação da CANG na década de 1940, e um gradual incremento do setor terciário potencializado a partir da década de 1970, a cidade de Ceres promoveu uma participação mais efetiva no cenário regional. A diversificação das atividades econômicas, em especial dos serviços relacionados aos setores de saúde e educação, possibilitou uma dinâmica mais relevante e complexa na rede urbana tornando-se, simultaneamente, centro e centralidade baseado em um movimento centrípeto dos munícipios do entorno em busca dos serviços ofertados em Ceres.

Portanto, a proposta deste estudo visa abordar a polarização regional e a importância funcional da cidade de Ceres no território goiano. Deste modo, para compreender esta interface e estabelecer um diálogo relacionado com a temática proposta é importante destacar as zonas de influência que são capilarizadas pela cidade polo ou centro de referência pois a influência regional depende das funcionalidades e do grau de polarização desempenhado no âmbito político, econômico, cultural e social.

Destarte, para corroborar com o presente estudo alguns autores e pesquisas são basilares: Beaujeu-Garnier (1980), Castells (1983), Corrêa (1997), Lefebvre (1999), Rafestin (1993), REGIC (2018), Santos (1959), Spostito (2001) e Whitaker (2017). As contribuições existentes nos referidos estudos reitera que a produção material e imaterial da cidade está intrinsicamente articulada aos arranjos produtivos locais potencializados pelos agentes públicos e privados cuja intencionalidade visa atender demandas impostas pelo capital.

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos para o desenvolvimento e organização deste processo investigativo pautraram-se em algumas etapas compostas por leitura e levantamento bibliográfico que versam e dialogam com os sujeitos e objetos intrínsecos à pesquisa; trabalho de campo realizado no espaço intraurbano da cidade de Ceres; levantamento de dados primários e secundários e interpretação geográfica da dinâmica regional.

Assim, o estudo proposto está organizado da seguinte forma: uma parte introdutória contendo um breve resgate histórico e contextualização da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, a origem do município de Ceres e a constituição da centralidade. Em seguida, uma análise envovendo conceitos precípuos sobre centro, centralidade, funcionalidade e polarização regional para sedimentar uma abordagem mais crítica do papel exercido por Ceres no território goiano e finalmente, após o diálogo teórico e o estudo empírico da pesquisa segue-se algumas considerações relativas à conjutura socioespacial da rede urbana local e regional onde o município de Ceres está inserido.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para iniciar o diálogo teórico e conceitual o ponto de partida foi estabelecer a distinção entre duas terminologias: centro e centralidade. Nessa perspectiva, Sposito (2001, p. 235) esclarece que existe uma diferença conceitual entre centro e centralidade. Para a autora, “o centro se revela pelo que se localiza no território e a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território”. Nesse sentido, Castells (1983, p. 314) destaca que “o centro urbano não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana”. Seguindo esta lógica conceitual Whitaker (2003, p. 128), destaca que

> [...] não existe cidade sem centralidade, por isso se compreende que a única categoria que possa ser utilizada para definir a cidade em todos os tempos é o centro. Mas deve-se procurar compreender o conteúdo da centralidade nos diferentes momentos históricos e recortes empreendidos para sua apreensão, na perspectiva de entender como se realiza no âmbito de diferentes formações sociais.

Todavia, a centralidade deve ser percebida como um atributo de uma área central e que possibilita conexões e interações entre o espaço intraurbano e interurbano das cidades. Esta relação ocorre em diferentes escalas espaciais (local, regional, nacional e global). Suas conexões escalares e funcionais demonstram a materialidade das dinâmicas decorrentes dos fluxos expressos nas relações socioeconômicas constituídas na rede urbana seguindo os parâmetros e os níveis de centralidade.

Na análise de Olanda (2010), centro e centralidade, estão diretamente associados, ou seja, um não existe sem o outro. Complementando esta discussão, Lefebvre (1999) destaca que a centralidade deve ser considerada como um movimento dialético e contraditório de constituição e destruição, que dinamiza os fluxos materiais e imateriais em direção às suas áreas de influência.

Deste modo, com a evolução dos sistemas técnicos a rede urbana goiana tornou-se mais flexível e complexa. Algumas cidades passaram a exercer determinadas funções que normalmente eram realizadas apenas pela capital do Estado – Goiânia – ou mesmo por outras metrópoles brasileiras. O progressivo processo de integração e incorporação de “novas” regiões à divisão territorial do trabalho potencializou as dinâmicas socioeconômicas no Estado de Goiás.

Estas dinâmicas, aliadas às políticas públicas de desenvolvimento regional, atraíram investimentos produtivos diretos e indiretos e acelerou o processo de urbanização e industrialização no Estado nas últimas décadas do século XX.

Várias cidades goianas ampliaram suas áreas de influência e suas bases econômicas. A oferta de empregos, a concentração de serviços ligados à saúde e educação, o suporte às atividades agrícolas, entre outras atividades, potencializa cidades de porte médio e em alguns casos as cidades de pequeno porte a se tornarem um típico polo regional.

Nesse sentido, entende-se que não existem cidades isoladas haja vista que as relações de interdependência são constituídas seguindo a lógica de produção e organização do território. Segundo Santos (1959, p. 07), “a cidade possui uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem e, por outro lado, preside às relações de um espaço maior em seu derredor, que é a sua zona de influência”.

Esta zona, área ou região de influência é definida pelo raio de eficiência da oferta de um bem ou serviço disponível no núcleo urbano e depende da distância percorrida pela população de uma determinada cidade que carece do bem ou serviço ofertado. Assim, esta relação de dependência e interdependência na rede urbana, estabelece a importância relativa de um lugar em relação à região ou área de influência.

Entretanto, compreender o processo de constituição da centralidade de Ceres no território goiano exige cuidado teórico e metodológico considerando-se que parte relevante das pesquisas que abordam esta temática têm como recorte espacial cidades médias e regiões metropolitanas e nesse contexto, é possível encontrar no espaço intraurbano destas cidades várias centralidades.

Contudo, em cidades pequenas, a concentração de determinados serviços que potencializam a constituição da centralidade, geralmente se encontra localizada na porção central da mancha urbana, sendo que nesta tipologia de cidade verifica-se um único centro e uma única centralidade. Em alguns casos a centralidade ocorre com maior frequência entre o núcleo urbano e a zona rural do município. Em outros, a influência atinge um número maior de municípios e esta área depende da capacidade e complexidade dos bens e serviços ofertados.

Destarte, a cidade de Ceres aproxima-se deste último exemplo pois entende-se que a área de influência exercida não se limita à escala espacial local transpondo esta dimensão espacial e polarizando várias cidades da Microrregião de Ceres e do norte goiano. Nesse contexto, a cidade de referência – Ceres – estabelece seu raio de influência e a "forma de atividade" que sustenta a cadeia produtiva local.

O conhecimento destas atividades, indicam relações com um espaço mais amplo gerando um movimento centrífugo e centrípeto que paulatinamente definem e redefinem as zonas de influência capilarizada pela cidade polo. Assim, a centralidade pode ser parcial ou total e depende das funcionalidades e do grau de polarização desempenhado no âmbito político, econômico, cultural e social. Portanto, a produção material e imaterial da cidade está intrinsicamente articulada aos arranjos produtivos locais potencializados pelos agentes públicos e privados para atender às demandas impostas pelo capital.

Para Gaspar (1981, p. 52) a centralidade é o "índice que representa a extensão, o valor do exercício das funções centrais do lugar na área que serve". Nesse sentido, Rafestin (1993, p. 187) destaca que "a centralidade é, portanto, na sua essência, uma entidade com duas faces: um 'topos' e uma 'tensão'.

Topos e tensão que persistem, enquanto estiverem ligados, e que dinamicamente se traduzem por movimentos centrípetos ou centrífugos". Estes movimentos são relativos pois cada região passa por reconfiguração temporal e espacial conduzida pelos centros de comando ou cidades de referência.

Nessa perspectiva, Corrêa (1997, p. 21), destaca que "a rede de localidades centrais constitui-se em uma estrutura territorial", cuja análise possibilita a compreensão do sistema urbano e do grau de polarização que este sistema exerce regionalmente, pois a região é uma forma de ver o espaço em diferentes perspectivas. Para Lefebvre (1999, p. 46), esta perspectiva é vista como um processo duplo mediante organização de vazios, de dispersão e concentração. Segundo o autor:

> Esse espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições. O centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode. Às vezes, invertendo seu sentido, ele organiza em torno de si e o vazio, a raridade. Com mais frequência, ele supõe e propõe a concentração de tudo o que existe no mundo, na natureza, no cosmos: frutos da terra, produtos da indústria, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos. Em que ponto? Qualquer ponto pode tornar-se foco, a convergência, o lugar privilegiado. De sorte que todo o espaço carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é, e será, concentrado e poli(multi)cêntrico. A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e essa dispersão.

Porém, as considerações relativas aos fenômenos urbanos com esta natureza não são marcadas pela simplicidade, pois os objetos e sistemas técnicos inseridos no território tornam-se mais complexos e repletos de contradições potencializados pelos agentes produtores do espaço.

Logo, os equipamentos de saúde e educação instalados e território ceresino (hospitais, clínicas médicas, laboratórios de diagnósticos e de análise clínica, clínicas de fisioterapia, consultórios e clínicas odontológicas, farmácias, instituições de ensino superior, entre outros), desempenham papel central nos serviços ofertados e consumidos pela população local e regional. Nesse caminho teórico Whitacher (2017, p. 170) destaca que:

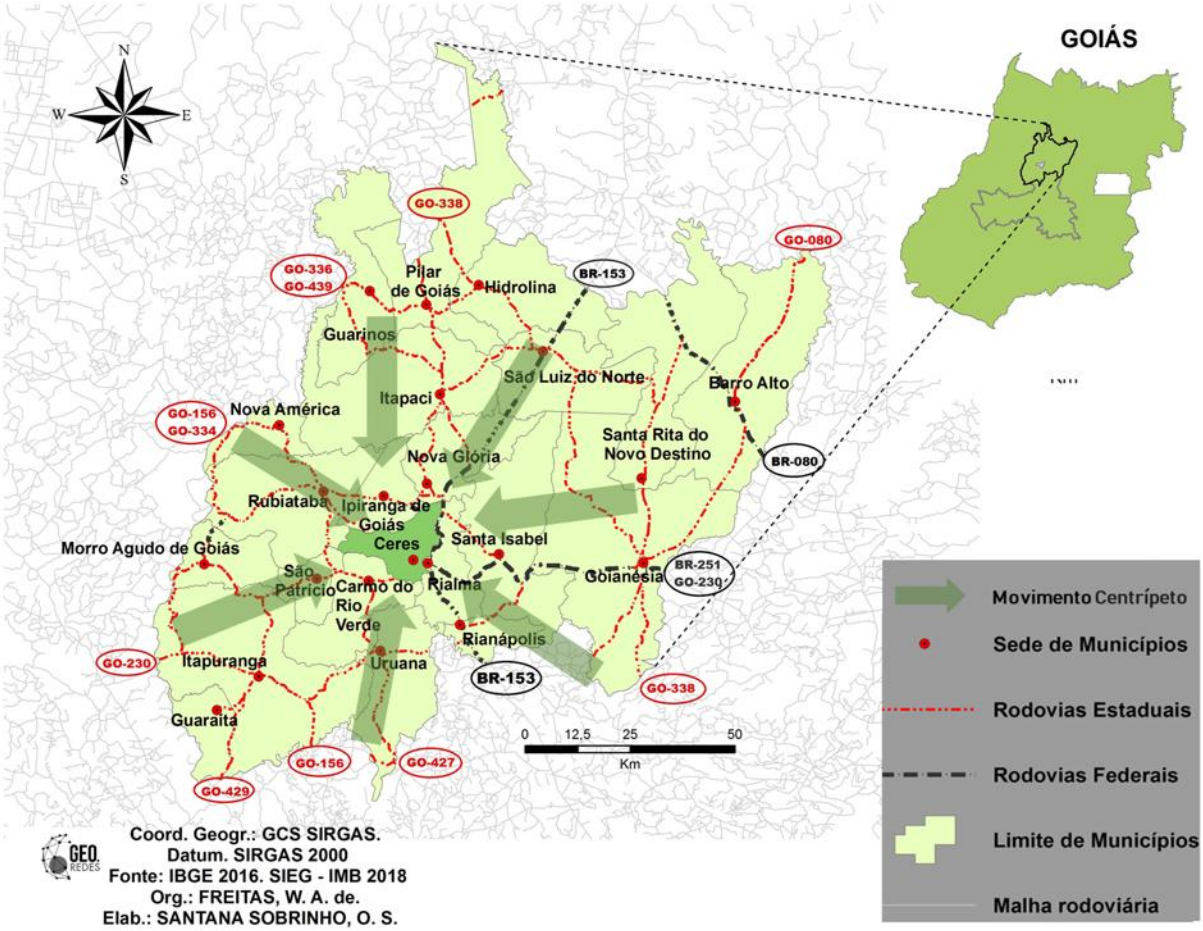
> A centralidade é cambiante, na medida em que não se define pela localização, mas pelo movimento e pela articulação das diferentes localizações. Não se define também apenas no nível intraurbano, visto resultar da articulação de diferentes níveis, dimensões e escalas, sobretudo quando não se restringe a elaboração do modelo teórico à concepção de hierarquia urbana, mas se compreende a constituição de redes num padrão não necessariamente concêntrico, nas quais as articulações são estabelecidas por fluxos. A centralidade, portanto, não só é dinâmica e definida no tecido urbano pelos fluxos, mas é também pensada na escala da rede, podendo estas duas escalas se sobreporem, conforme características e tempos.

Assim, a influência que uma cidade exerce regionalmente é definida e redefinida a cada momento, solicitando novas leituras do território em que a centralidade é exercida. Deste modo, pode-se avaliar as metamorfoses nos arranjos produtivos locais, haja vista que a constituição da centralidade é relativa

e depende dos objetos e sistemas técnicos instalados além dos equipamentos urbanos necessários para atender, com eficiência, às demandas socioeconômicas da cidade e da região.

Na Microrregião de Ceres, composta por 22 municípios, a população destes municípios recorre com frequência aos serviços de saúde e educação ofertados na cidade de Ceres que é o município de referência da microrregião.

Mapa 01: A centralidade de Ceres na Microrregião de Ceres-GO, 2020.



Fonte: IBGE, 2016. SIEG – IMB, 2018.

Nesse sentido, a centralidade de Ceres deve ser compreendida sob a ótica regional pois o papel funcional desempenhado por esta cidade difere da maioria das cidades de pequeno porte existentes no país. Esta diferença revela a singularidade da cidade de Ceres que mesmo caracterizada como uma cidade pequena consegue expressar sua influência regional sendo referência na oferta de serviços de saúde e educação.

A oferta de bens e serviços entre as cidades faz com que a população dos municípios do entorno desloque em diferentes escalas de tempo (diária, semanal, mensal etc.) para Ceres, cidade de

referência, para adquirirem serviços de saúde, educação, entre outros. Conhecer e analisar esta dinâmica na Microrregião de Ceres com base nos fluxos de bens, serviços e gestão é um importante instrumento para realizar escolhas locacionais, tais como decidir a localização de uma universidade, de um hospital ou mesmo a localização de uma filial de empresa.

Os estudos relacionados às Regiões de Influência das Cidades (REGIC), desenvolvido pelo IBGE a partir da década de 1970, revelam importantes cenários regionais relacionados à hierarquia urbana e as áreas de influências dos centros urbanos tendo em vista a oferta de determinados equipamentos e serviços que atraem populações de outras localidades.

No ano de 2020, o IBGE publicou mais uma edição intitulada "Regiões de Influência das cidades 2018 - REGIC". O estudo atualizou as relações estabelecidas na rede urbana nacional e apresentou a subordinação entre as cidades e as áreas de influência exercida no território. Nesse sentido, diante do cenário nacional e global relacionado a pandemia do "Coronavírus" (COVID-19[1]), no início do ano de 2020, o presente estudo divulgou informações relevantes relacionadas aos deslocamentos populacionais em busca de serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade assim como o comportamento da rede de cidades que ofertam tais serviços.

No entanto, consta no referido documento a análise dos arranjos populacionais que foram sistematizados e mapeados a partir da análise e coleta de dados obtidos através da realizadação e aplicação de questionários . Nesse contexto, o questionário da pesquisa REGIC 2018,

> Possui dois quesitos que investigam o deslocamento de pessoas partindo de seus municípios com destino a outros com o propósito de acesso a serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade. Os resultados provenientes da base de dados desses quesitos permitem a visualização do comportamento da rede urbana do país na área de saúde, contribuindo para a identificação de regiões de atendimento e cidades polarizadoras de serviços de saúde. (IBGE. 2020).

Corroborando com a temática defendida no presente estudo, o REGIC 2018, apresentou a relação de cidades e a centralidade exercida no território. Assim, a equipe técnica do IBGE classificou o "Arranjo Populacional de Ceres – Rialma/GO" como deslocamento para serviços de baixa e média complexidade.

[1] É uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.

Todavia, é importante ressaltar que o REGIC, contempla toda a dimensão do território nacional, e nesse sentido, o recorte espacial do presente estudo, com foco na Microrregião de Ceres, revela dados empíricos mais específicos e detalhados possibilitando compreeder com mais profundidade algumas especificidades e particularidades inerentes à oferta de serviços médico-hospitalares existentes na cidade de Ceres.

Portanto, correlacionar a constituição da centralidade de Ceres no território goiano torna-se relevante tendo em vista que este diálogo revela contribuições acerca do processo de polarização regional e funcional e reforça e papel desempenhado por Ceres na área de influência direta e indireta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As cidades, independentemente da classificação hierárquica, são definidas ou mesmo classificadas de acordo com os vínculos que estabelecem com o exterior na rede urbana onde estão inseridas. Assim, as relações de comando exercidas em sua área de polarização são, em certa medida, dependentes da natureza, da extensão, da importância e da intensidade das relações difundidas no território.

Nessa perspectiva a cidade é a base da vida regional e está pautada no poder oficial, administrativo, na densidade e importância dos equipamentos públicos e nos recursos da população. Estas relações variam no tempo e no espaço e são constituídas entre uma cidade e sua região ou zona de influência. Para Beaujeu-Garnier (1980, p. 399) a área de influência da cidade pode variar “em dimensão, em franjas, ou ao longo de certos eixos ligados a transportes preferenciais”.

Deste modo, o grau de integração entre cidades pertencentes a uma determinada região, demonstra a interação ou mesmo a conexão intrarregional. Esta interação está diretamente relacionada com suas funcionalidades produtivas desempenhadas em sua área de influência. Esta complementariedade estabelecida entre as cidades na rede urbana regional é denominada por Brown e Holmes (1978), como “Região Funcional”. Seguindo este raciocínio, Cabugueira (2000, p. 105) destaca que as regiões funcionais são

> Áreas geográficas dotadas de coerência funcional a avaliar a partir das relações de interdependência. Na base da definição de regiões funcionais estão preocupações associadas à natureza e intensidade das interacções de ordem econômica, em regra identificadas no espaço por polos (industriais), nós (de comunicação) ou centros (de serviços), “pontos” de elevada intensidade de relações.

Complementado esta análise, referente aos espaços polarizados, Hansen (1978, p.149) enfatiza que "uma região polarizada é um espaço heterogêneo, cujas diferentes partes se complementam e suportam umas às outras, e onde elas mantêm maior troca de artigos e serviços com um centro ou polo urbano intra-regional dominante do que com as regiões vizinhas".

Nessa lógica de produção do espaço urbano e regional entende-se que a cidade de Ceres, ao longo de sua formação socioespacial, paulatinamente materializou sua identidade regional. Primeiramente, por meio da produção agrícola e, posteriormente, ofertando serviços relacionados aos setores de saúde, de educação e comercial os quais foram balizadores na constituição da centralidade de Ceres no território goiano.

Assim, ocupar o Planalto Central brasileiro a partir do discurso ideológico "A Marcha para o Oeste", difundido pelo Governo Federal no final da década de 1930 foi uma ação de grande envergadura. Criar instrumentos legais e institucionais para viabilizar a criação das Colônias Agrícolas Nacionais implantadas em diferentes regiões do território nacional materializou parte deste discurso. Consequentemente, ocupar os "vazios" demográficos no interior do território nacional, integrou de forma mais efetiva as regiões brasileiras ao centro de comando econômico sediado na região sudeste do país à época.

Nessa perspectiva, seguindo a análise feita por François Perroux em 1955 referente aos polos de desenvolvimento e apresentada por Hansen (1978, p.146), é possível perceber que "o crescimento não aparece em todo lugar e de uma vez; aparece em determinados pontos ou polos de desenvolvimento, de intensidade variável; espalha-se ao longo de diversos canais e com efeitos terminais variáveis para o conjunto da economia". Este caminho ou mesmo estratégia utilizada pelos agentes públicos e privados apropriam-se e incorporam determinadas regiões com potencial para a reprodução do capital visando atingir os seus interesses.

Um dos exemplos desse processo de produção e incorporação de novos territórios à dinâmica capitalista nacional foi a criação das Colônica Agrícolas Nacionais ao longo da década de 1940. Das oito Colônia Agrícolas Nacionais implantadas no país, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, alcançou, em vários aspectos (político, econômico e social), os objetivos propostos, tornando-se uma referência regional na produção de alimentos e disponibilizando aos colonos e pioneiros serviços básicos de saúde e educação, conforme as especificações contidas no Decreto Federal nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941.

Com a instalação de um hospital e de escolas no núcleo urbano e também na zona rural da CANG, para atender à população local e regional, o fluxo de pessoas em busca dos serviços médico-hospitalar e também educacionais, instaurou um processo embrionário de polarização regional. Nesta perspectiva, a localização onde foram instalados os equipamentos de saúde e educação são frutos de ações políticas de períodos anteriores, ou seja, historicamente construídas.

Nesse percurso de construção social, histórica e geográfica, a cidade de Ceres, se tornou uma referência regional, pois o legado recebido da CANG ao longo da década de 1940, subsidiou a implantação de equipamentos urbanos necessários para difundir suas funcionalidades e potencialidades produtivas. Durante a segunda metade do século XX, vários pesquisadores desenvolveram estudos sistemáticos acerca do desenvolvimento regional. Vale destacar Rostow (1960), Schumpeter (1961 e 1982), Celso Furtado (1961, 1981 e 1991), Hirchman (1961), Myrdal (1968), além de Perroux (1975).

Para tanto, resgatar a origem do conceito de polarização regional amplia o entendimento das relações intrínsecas acerca do desenvolvimento regional vivenciado pela cidade de Ceres no território goiano pois as temáticas abordadas pelos pesquisadores mencionados anteriormente transpõem o tempo e o espaço e possibilitam novas leituras dos processos socioespaciais da contemporaneidade.

No livro Urbanização e Regionalização publicado em 1978, e organizado pelo geógrafo Speridião Faissol que na época trabalhava no IBGE, há um capítulo produzido pelo professor da Universidade Autônoma de Madri J. R. Lasuen cujo título do trabalho é “A respeito de polos de crescimento”. Neste trabalho, o autor inicia a análise a partir do conceito de “pôle de croissance” (polo de crescimento), relacionando-o aos conceitos conexos de: centros de crescimento, polos de desenvolvimento, regiões “core” e centros regionais. Nessa concepção, centrar-se-a o diálogo aqui apresentado com foco na polarização regional exercida pela cidade de Ceres no território goiano.

Nesse caminho teórico envolvendo o processo de polarização, Lasuen (1978, p. 124), apresenta considerações relevantes sobre a origem etimológica da palavra “polo” atribuindo o sentido utilizado por François Perroux na década de 1950. Para Lasuen,

> A imagem que o termo transmite, em seu significado comum da língua inglesa, é o de um ente contínuo que é gradualmente estirado na direção de seus extremos opostos; a de dois polos opostos gerando forças que alteram pouco a pouco a ordenação dos elementos, no espaço existente entre eles, atraindo-os. No significado de Perroux, a imagem é de uma sucessão de campos de forças diferentes que geram uma sequencial mutável de vetores diferentes sobre o espaço funcional e geográfico. A confusão semântica deriva, essencialmente, do fato de que

> em inglês, em francês e em espanhol o termo polo (pole, pôle, polo), transmite os significados das duas raízes diferentes de onde derivam os termos latinos “palus” (estaca) e “polus” (eixo). Os dois diferentes significados originais e seus sentidos conexos (vetores e extremos, respectivamente), foram mantidos como palavras separadas por tanto tempo quanto durou a grafia diferente das duas palavras. Elas se misturam sob a forma de “pole”, quando a grafia das palavras se tornou igual. Por exemplo (vide Webster), no inglês intermediário, “palus” mudou para “pol” (do inglês antigo, “pal”), enquanto “polus” era “pool”.

Diante da exposição apresentada por Lasuen (1978) o qual aborda as derivações do termo “polo”, é possível perceber que as forças existentes em cada unidade geográfica (cidade, região), estão susceptíveis à dominância econômica de uma unidade sobre a outra em razão de suas dimensões geográficas, da sua capacidade de negociação e das atividades ofertadas tanto em nível intraurbano, intrarregional e até mesmo inter-regional.

Assim, com a evolução e propulsão das instituições de saúde e educação na cidade de Ceres entende-se que as forças que atuaram e atuam onde estes equipamentos urbanos estão instalados geram forças centrífugas e centrípetas no espaço funcional e estas forças estão diretamente relacionadas com a distribuição espacial e distância dos municípios que recorrem aos serviços ofertados em Ceres. A tabela 01 destaca a distância das cidades pertencentes à Microrregião de Ceres em relação à cidade de Ceres.

Tabela 01: Distância das cidades pertencentes à Microrregião de Ceres em relação à cidade de Ceres-GO, 2025.

Município	Distância Km
Rialma	3,2
Carmo do Rio Verde	15,2
Rianápolis	20,3
Santa Isabel	24,7
Nova Glória	27,1
São Patrício	28,9
Uruana	33,7
Ipiranga de Goiás	38,0
Rubiataba	44,6
Itapaci	51,1
Morro Agudo de Goiás	61,6
Goianésia	63,9
São Luiz do Norte	64,2
Nova América	67,5
Itapuranga	68,0
Pilar de Goiás	73,5
Santa Rita do Novo Destino	84,4
Guaraíta	84,7
Guarinos	91,4
Hidrolina	88,0
Barro Alto	113,3

Fonte: Organizado pelo autor (2025).

Conforme as informações expostas na tabela 01, é possível verificar que apenas o município de Barro Alto, localizado na porção nordeste da Microrregião de Ceres, ultrapassa os 100 km de distância em relação à cidade de Ceres. Nesse sentido, a população residente nas cidades pertencentes à Microrregião de Ceres realiza, com frequência, o deslocamento em busca dos serviços de saúde e educação ofertados em Ceres pois a distância facilita, em um curto espaço de tempo, o traslado destas pessoas e o fluxo ocorre normalmente por meio do transporte rodoviário intermunicipal utilizando transportes coletivos, veículos particulares, ambulâncias ou veículos disponibilizados pelas prefeituras de cada cidade. A figura 01 destaca esta dinâmica no espaço urbano e regional polarizado pela cidade de Ceres.

Figura 01: Concentração de veículos na região central da cidade de Ceres nas proximidades de Clínicas e Hospitais no mês de junho de 2020.



Fonte: Organizado pelo autor (2020).

Este movimento pendular, impacta diretamente no espaço urbano ceresino, visto que o acréscimo no número de automóveis, ambulâncias e ônibus intensifica o fluxo na região central da cidade onde estão concentradas a maiorias das clínicas, laboratórios e hospitais ou mesmo nas proximidades das instituições de ensino superior.

Contudo, ressalta-se que o aumento da população circulando pela cidade ao longo da semana, se deve aos acompanhantes das pessoas que vem consultar, realizar exames laboratoriais, de imagens ou

mesmo procedimentos cirúrgicos. Estes acompanhantes aproveitam a oportunidade para fazer compras no comércio local diante da carência ou mesmo ausência de alguns serviços em suas cidades de origem.

Entre os segmentos comerciais destacam-se os relacionados à telefonia móvel, assistência técnica de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, concessionárias de automóveis e motocicletas, lojas de autopeças, lojas de produtos agrícolas, supermercados, farmácias, consultórios odontológicos, entre outros serviços.

Portanto, é possível perceber que a polarização regional exercida pela cidade de Ceres na região se deve mediante a oferta de serviços relacionados às atividades comerciais, aos serviços de saúde e educacionais. No caso dos serviços educacionais o percentual de alunos que passam a residir na cidade durante o período de vigência dos cursos de graduação, impacta de forma direta na economia local, proporcionando uma dinamização do setor imobiliário.

Para entender este comportamento funcional dos serviços ofertados na cidade de Ceres, torna-se necessário pontuar, em uma perspectiva escalar, as particularidades das cidades de pequeno porte pois as cidades que recorrem aos serviços disponíveis em Ceres também são cidades pequenas, mas a diferença entre elas encontra-se na oferta de determinados serviços especializados.

Portanto, as generalizações e simplificações socioespaciais destas cidades pode gerar equívocos e nesse sentido, devem ser analisadas com prudência para revelar a significância e funcionalidade na rede urbana regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender o comportamento funcional dos serviços ofertados na cidade de Ceres no território goiano, torna-se necessário pontuar, em uma perspectiva escalar, as particularidades das cidades e suas dinâmicas intrarregional e inter-regional.

Estas relações socioeconômicas estabelecidas principalmente entre cidades de pequeno porte e que fazem parte da área de influência direta da cidade de Ceres, evidenciam a importância e a polarização regional que os serviços de saúde, educação e atividades comerciais em geral fomentam na região.

A verticalização destes serviços e o nível de complexidade mais elevado, diferencia o papel funcional da cidade pois a oferta de serviços de saúde de média e alta complexidade além dos serviços educacionais, em especial, com a oferta de cursos de pós-graduação latu-senso e stricto-senso ampliam raio de polarização da cidade de Ceres.

Contudo, no presente artigo, foi possível refletir sobre a importância que a cidade de Ceres exerce no território goiano. Os diálogos e considerações acerca da centralidade e polarização regional e os impactos desta lógica de produção e reprodução do espaço urbano e regional atribuído a Ceres evidenciam o papel desta cidade colocando-a como uma referência em serviços de saúde e educação.

REFERÊNCIAS

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia urbana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. p. 444.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto Lei no 3.059, de 14 fev. 1941a. Dispõe sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10 set. 2025.

BROWN. L. A & HOLMES, J. Delimitação de Regiões Nodais e Hierarquias por uma medida de distância. In: FAISSOL, S. Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 143 – 160.

CASTELLS, M. A questão urbana. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 590p.

CORRÊA, R. L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997. 304p.

GASPAR, J. A área de influência de Évora: sistema de funções e lugares centrais. 2. Ed. Lisboa, 1981.

HANSEN. N. M. Teoria dos polos de desenvolvimento em um contexto regional. In: FAISSOL, S. Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 143 – 160.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades: 2018/IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. 2020, 192 p.

LASUEN, J. R. A Respeito dos Polos de Crescimento. In: FAISSOL, S. Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 111 – 142.

LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p.

OLANDA, E. R. Sanclerlândia-GO: Do Povoado do Cruzeiro às novas centralidades. 2010. Tese (Doutorado em Ciências e Tecnologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, M. A Cidade como centro de região: Definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959. 28p.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____ (Org.). Textos e contexto para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: UNESP, 2001. 311p.

WHITACKER, A. M. Centro da cidade, centralidade intraurbana e cidades médias. In: MAIA, Doralice Sátyro; SILVA, William Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon (org.). Centro e centralidade em cidades médias. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. 285p.

WHITACKER, A. M. Centro urbano e centralidade urbana. In: Restruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP. 2003. 223f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. f. 121-223.

Capítulo 11

10.37423/260711148

AS CONTRIBUIÇÕES DAS IDEIAS DE JOSUÉ DE CASTRO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DIANTE DAS MÚLTIPLAS FORMAS DE FOME

Clézia Aquino de Braga

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE, Campus Recife

Nielson da Silva Bezerra

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE, Campus Recife



RESUMO

Nossa ação educativa apresenta uma proposta de formação continuada para professores da educação básica inspirada na obra de Josué de Castro, destacando a importância de uma educação crítica e sensível às múltiplas formas de fome. A formação foi desenvolvida de modo participativo, articulando teoria e prática em quatro etapas, sendo elas: estudo da obra de Josué de Castro; análise do Almanaque Histórico que aborda a inovação pedagógica no período de redemocratização do Brasil; exposição do Projeto Memória e uma provocação reflexiva com os docentes. As atividades estimularam o pensamento crítico, a interdisciplinaridade e a escuta sensível, promovendo reflexões sobre a fome material, simbólica e profissional. A pergunta "você tem fome de quê?" funcionou como disparadora de sentidos, fortalecendo vínculos e possibilitando a elaboração de propostas pedagógicas comprometidas com a transformação social. A experiência culminou na implementação do projeto "Descasque Mais e Desembrulhe Menos", que envolveu professores, alunos e famílias na promoção da educação alimentar. A iniciativa também articulou saberes da agroecologia e educação do campo.

Palavras-chave: Formação Continuada, Ensino de Geografia, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Nosso relato de experiência apresenta uma proposta de formação continuada para professores de Geografia inspirada na obra de Josué de Castro (1948, 1958), cujo legado ainda ecoa fortemente na luta contra a fome e pela justiça social. O objetivo foi promover um espaço de escuta, diálogo e reflexão crítica sobre as múltiplas formas de fome que atravessam o cotidiano dos educadores, indo além da dimensão biológica, para abarcar também as esferas simbólicas, afetivas e sociais. A formação buscou articular, de modo interdisciplinar, a realidade local e os direitos humanos, contribuindo para práticas pedagógicas mais conscientes, integradoras e transformadoras.

Ao compreender a fome não como um fenômeno natural, mas como um problema político e histórico, Josué de Castro contribuiu para uma visão crítica do espaço geográfico, que rompe com abordagens meramente descritivas e neutras. Essa perspectiva é essencial para a formação de professores conscientes do seu papel como agentes de mudança. Ao trabalhar com as categorias de espaço, território e exclusão social, o educador pode utilizar os aportes de Josué de Castro para desenvolver práticas que estimulem o pensamento crítico dos estudantes e a leitura da realidade em sua complexidade.

METODOLOGIA

Nossa formação foi do tipo participante, desenvolvida em quatro fases. Durante a primeira fase, foi feita a apresentação da obra de Josué de Castro, destacando sua teoria sobre a fome, os diferentes tipos de fome identificados pelo autor, além de suas propostas de soluções para erradicar esse problema em escala global. Na segunda fase, realizamos o estudo coletivo do Almanaque Histórico de Josué de Castro, que aborda a inovação pedagógica de sua obra no período de redemocratização do Brasil. Essa fase permitiu discutir formas de trabalhar as ideias do autor sob a perspectiva da interdisciplinaridade, por meio de propostas aplicáveis à educação básica. A terceira fase consistiu na exposição do Projeto Memória: vida e obra de Josué de Castro, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre sua trajetória e fortalecer a valorização de seu legado no campo da Geografia, das Ciências Sociais e da Educação. Por fim, na quarta fase, realizamos uma provocação reflexiva com os professores, a partir da pergunta: Você tem fome de quê?

Organizados em grupos, os docentes compartilharam suas respostas, revelando não apenas carências materiais, mas também necessidades simbólicas, sociais e profissionais. Esse momento foi essencial para promover a escuta sensível, o acolhimento e o fortalecimento do vínculo entre os participantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo da fome no Brasil e no mundo ganhou novos olhares a partir da obra de Josué de Castro, médico, geógrafo e intelectual pernambucano. Seu estudo apresentou a fome não como algo natural, biológico, mas como um fenômeno social e político. Sua análise inovadora denunciou e comprovou que a fome tem raízes estruturais profundas, vinculadas à desigualdade, à má distribuição de renda e às injustiças históricas.

A fome é um problema crônico no mundo onde emergem grandes desigualdades sociais, concentração de renda, baixo nível de escolaridade e sociedade em situação de vulnerabilidade. Segundo a FAO (2024), cerca de 735 milhões de pessoas no mundo ainda sofrem com a fome, revelando que o problema persiste como uma das maiores expressões das desigualdades globais.

Castro (1948) elaborou uma teoria explicativa sobre as realidades do subdesenvolvimento marcadas pela pobreza, miséria e violência, buscando compreender e transformar as condições de vida das populações afetadas. Classificou a fome em duas dimensões principais:

- fome quantitativa ou total (aguda) – quando há falta absoluta de alimentos para sustentar a vida humana;

- fome qualitativa (crônica, oculta ou disfarçada) – relacionada à má alimentação e à carência de nutrientes essenciais à saúde.

Ao mapear o território brasileiro, Josué de Castro identificou diferentes “Brasis alimentares”, um país evidenciando que as desigualdades regionais não se explicam apenas por fatores naturais, mas sobretudo pela estrutura fundiária e pelo modo de apropriação dos recursos. Para ele, “não se trata de uma fome de comida apenas, mas também de fome de justiça, de conhecimento e de autonomia” (Castro, 1948, p.15), mostrando que o fenômeno da fome atravessa dimensões físicas, políticas e simbólicas.

Em relação à fome qualitativa que Castro chamou de crônica, oculta, disfarçada, esta age de maneira que as pessoas não percebem, porém seus impactos são grandes na saúde. Geralmente esse tipo de fome está relacionada a uma má alimentação, ou seja, à falta de nutrientes essenciais à qualidade da saúde e bem-estar. Crítico e reflexivo, Castro advertiu que a humanidade só começou a discutir seriamente a fome após duas guerras mundiais e a Revolução Russa:

> Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a revolução russa – nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercebesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo. (Castro, 1948, p.13).

Na atualidade discutir sobre fome ainda é um tema de resistência. Pouco atrativo. É interessante que essa temática seja trabalhada nas escolas e universidades, pois mesmo com a saída do Brasil do mapa da fome, é emergente discutir e trabalhar essa temática principalmente nas escolas, pois a fome oculta é uma realidade.

Em Geografia da Fome, Castro (1948) denunciou as contradições do crescimento econômico brasileiro durante a industrialização, mostrando que o desenvolvimento material não eliminava a fome. A criação de órgãos como o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) não foram suficientes para corrigir os desequilíbrios estruturais que mantinham a pobreza e a exclusão.

Posteriormente, em Geopolítica da Fome, Castro (1958) ampliou sua análise para o plano mundial, demonstrando que a fome não é de responsabilidade da natureza nem da escassez de alimentos, mas da má distribuição dos recursos e das estruturas de poder. Defendeu transformações profundas, como a reforma agrária, buscando justiça social e o acesso democrático aos recursos naturais, antecipando debates que hoje são centrais na Geografia crítica e ambiental.

Em 1964, durante o regime militar, Josué de Castro foi cassado e suas ideias foram consideradas subversivas. Seu exílio representou o silenciamento de uma voz que articulava ciência, ética e política. Apenas após a redemocratização do país, intelectuais e instituições buscaram resgatar seu pensamento. A Fundação Banco do Brasil, na década de 1990, por meio do Projeto Memória, incluiu Josué de Castro entre as personalidades que transformaram o país, resgatando seu legado e publicando o Almanaque Histórico e o Guia do Professor com base em suas ideias.

Através de suas contribuições Castro, construiu uma análise que nos permite importantes relações entre a tríade fome, ensino e comida. Ele defendia a ideia de que o tema fome deveria ser inserido nos currículos escolares. Castro, inclusive, foi responsável pela organização do primeiro programa de alimentação escolar do país, segundo Leme (2025). O autor de Geografia da Fome defendia a interdisciplinaridade do conhecimento e ações concretas de combate à fome. Essas temáticas foram e continuam sendo objeto de formação de professores que são transformadas em ações pedagógicas, planejadas dentro de uma concepção coletiva, fundamentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na BNCC, com disciplinas eletivas, projetos escolares, mostra de exposição, sob as lentes da interdisciplinaridade.

Nesse sentido, sabemos que os conhecimentos que aprendemos na escola têm uma organização diferente daqueles que fazem parte das ciências. Essa ideia é apoiada por autores como Chervel (1988) e Chassot (2003), que destacam que o saber escolar é produzido de maneira própria, a partir das práticas e finalidades educativas.

Vivemos em um espaço geográfico complexo, marcado por ilusões, desencontros e desinformações. A escola tem uma função social essencial, e a formação continuada dos professores é fundamental para o êxito de todos os sujeitos envolvidos, como afirma Nóvoa (2022, p. 11), “os novos ambientes educativos definem-se numa diversidade de espaços e tempos e fazem apelo a um trabalho conjunto entre os professores”.

Diante do exposto, compreender a obra de Josué de Castro é compreender também o papel social do ensino de Geografia como campo de resistência e emancipação. Ao propor uma leitura crítica da fome, da pobreza e das desigualdades, Castro convoca educadores a integrar suas ideias nos currículos, promovendo uma educação voltada à cidadania e à transformação do território. Resgatar sua obra é reafirmar que ensinar é um ato político, e que discutir a formação em todas as suas dimensões permanece como um compromisso ético com a vida, a dignidade humana e a esperança.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência mostrou-se importante por integrar sentido, escuta e ação pedagógica. Ao refletirem sobre suas “fomes”, os professores não apenas revelaram inquietações, mas também reafirmaram seu papel como agentes de transformação. Os professores foram instigados a responder a seguinte pergunta: Você tem forme de quê?

Ao trazer essa pergunta para o centro do debate, o projeto buscou romper com o silêncio e promover a escuta sensível, valorizando o lugar de fala dos professores e apontando para a urgência de políticas e práticas que combatam todas as formas de fome – visíveis ou invisíveis que atravessam o espaço escolar.

Os professores que participam dessa prática são fundamentais na formação das pessoas, ajudando-as a entender e valorizar as experiências diferentes que cada um traz, de uma forma clara e concreta, através do conhecimento, Braga (2016).

Fazenda (1979) nos aponta que ao incluir a interdisciplinaridade, ocorre uma mudança importante nos conhecimentos pedagógicos, porque o diálogo entre as disciplinas amplia os horizontes da formação dos professores e assim também contribui para uma prática pedagógica mais próxima da realidade dos estudantes.

Apresentar a obra de Josué de Castro e compreender, em conjunto com os professores, que sua contribuição continua atual, abre importantes possibilidades de discussão acerca do tempo e espaço em que vivemos.

Durante o processo formativo, os professores identificaram a presença da fome oculta nas escolas, evidenciada por sinais como baixa aprendizagem, indisposição, sonolência, adoecimento frequente, por parte das crianças e de seus familiares. Observou-se que os alimentos ultraprocessados fazem parte do cotidiano das famílias, dificultando a adesão a hábitos alimentares mais saudáveis oferecidos nas escolas.

Outro aspecto importante na trajetória da formação docente foi nossa participação no Programa Escola da Terra, quando participamos do VIII Seminário de Agroecologia e o VII Seminário de Educação do Campo, onde contribuímos com oficinas pedagógicas sobre a temática em foco e podemos participar da Exposição sobre Josué de Castro.

Essas experiências ampliaram o debate sobre segurança alimentar e nutrição no contexto escolar, articulando saberes da educação do campo, agroecologia e saúde.

Do ponto de vista educacional, os resultados foram promissores. Houve engajamento dos docentes que participaram da formação em eventos externos e continuidade do projeto através da ação educativa Descasque Mais e Desembrulhe Menos, em duas escolas. Os professores, por meio da

participação ativa das famílias, desenvolveram oficinas de educação alimentar, atraindo mães e responsáveis, e fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade.

Essas ações reafirmaram o potencial transformador da formação docente quando alicerçada em práticas coletivas e reflexivas. O diálogo com a obra de Josué de Castro contribuiu para despertar nos professores a consciência crítica sobre as desigualdades alimentares e educativas, fortalecendo o compromisso ético com uma educação que promova a dignidade e o direito à vida. Assim, a experiência formativa extrapolou o espaço da escola, alcançando a comunidade e inspirando novas práticas pedagógicas voltadas para a sustentabilidade e a justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas ao longo da formação mostraram que o legado de Josué de Castro permanece atual e necessário para compreender e enfrentar as múltiplas formas de fome que atravessam a sociedade contemporânea.

O diálogo entre suas ideias e a prática docente revelou-se fértil para repensar a educação como um espaço de emancipação, solidariedade e transformação social.

Os resultados obtidos evidenciam que a formação continuada, quando pautada na interdisciplinaridade e na escuta sensível, pode fortalecer o protagonismo docente e estimular a criação de projetos pedagógicos comprometidos com o bem comum.

O projeto Descasque Mais e Desembrulhe Menos, desdobramento dessa experiência, simboliza a articulação entre teoria e prática, entre conhecimento científico e saberes da vida cotidiana.

A partir dessa vivência, compreende-se que educar é também um ato político e ético, que requer coragem para questionar, sensibilidade para acolher e compromisso para transformar. A valorização da obra de Josué de Castro nas escolas representa uma forma de manter viva sua luta contra a fome, a desigualdade e o silenciamento.

Como prospecção, propõe-se o aprofundamento de novas pesquisas e formações que integrem educação, agroecologia e segurança alimentar, ampliando o alcance dessas discussões.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Clézia de. A percepção dos professores do IFPE na contribuição do ensino da geografia: a aula de campo como mediação pedagógica. (Dissertação) Mestrado em Geografia, UFPE, 2016.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome: o dilema brasileiro, pão ou aço. Rio de Janeiro, Editora Brasiliense, 1948.

CASTRO, Josué de. Geopolítica da Fome. São Paulo, Edição Brasiliense, 1958.

CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. Revista Brasileira de Educação, n. 22, jan./fev./mar./abr. 2003. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gZX6NW4YCy6fCWFQdWJ3KJh/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 17 out. 2025.

CHERVEL, André. La culture scolarie: une appoche historique. Paris, 1988.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FAZENDA, Ivani. O que é interdisciplinaridade? São Paulo, Cortez, 2008.

LEME, Adriana Salay. Josué de Castro e as operações políticas de combate à fome no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, n. 6, p.1-10, 2025. Disponível em https://www.scielo.br/j/csc/a/jwLTkmZfvf7gT5tzdMwP5xQ/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 18 out. 2025.

NÓVOA, António. Conhecimento profissional docente e formação de professores. Revista Brasileira de Educação, v. 27, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TBsRtWkP7hx9ZZNWywbLjny/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 17 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). World Food and Agriculture – Statistical Yearbook 2024. Disponível em: https://www.fao.org/north-america/resources/publications/world-food-and-agriculture---statistical-yearbook-2024/en Acesso em: 17 out. 2025.

Capítulo 12

10.37423/260711154

CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS FINAIS DO CURSO DE GEOGRAFIA PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL

Lucas Paulo Ngulube

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Carlitos Luiz Sitoie

Universidade Save- Extensão da Massinga



RESUMO

Este capítulo analisa a gestão da produção académica na Universidade Save – Extensão de Massinga (UniSave), buscando compreender seu potencial para contribuir com o enfrentamento de problemas socioambientais no distrito de Massinga, Moçambique. A análise fundamenta-se na concepção do espaço geográfico proposta por Henri Lefebvre, compreendendo a produção do conhecimento como resultado da articulação entre o espaço percebido, concebido e vivido. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter documental, baseada na análise das monografias produzidas entre 2012 e 2021. Os resultados identificaram oito categorias temáticas, com destaque para Meio Ambiente e Recursos Naturais e Agricultura e Extrativismo, evidenciando que a produção acadêmica aborda desafios relevantes, como erosão, queimadas, gestão dos recursos hídricos e degradação dos ecossistemas. Constatou-se, entretanto, que a ausência de mecanismos institucionais de sistematização, difusão e aplicação desse conhecimento limita sua contribuição para o desenvolvimento territorial. Conclui-se que a literatura cinzenta representa um importante instrumento de articulação entre universidade, sociedade e território, podendo fortalecer a formulação de ações voltadas à justiça socioambiental, desde que integrada a estratégias institucionais que promovam sua valorização, circulação e aplicação em diálogo com as demandas da sociedade.

Palavras-chave: Literatura cinzenta; Desenvolvimento territorial; Justiça climática.

INTRODUÇÃO

A Geografia, desde suas origens, tem sido uma ciência essencial para a compreensão das relações entre sociedade e o espaço, fornecendo subsídios para o planejamento territorial e o desenvolvimento sustentável. Isso é, o espaço para a geografia em outro ponto de vista é o espaço habitado, transformado e utilizado pelo ser humano, envolvendo as relações humanas, suas produções materiais e simbólicas, o que gere a dinâmica espacial. Dentro dessa perspetiva, diversos problemas têm se observados nesse espaço que Lefebvre denomina "Vécu" ou vivido, tornando-se foco da Geografia e de suas áreas afins, como um espaço dinâmico, onde diversos autores têm desenvolvido teorias para a sua percepção, como exemplo, Milton Santos (2006), David Harvey (2006) e o próprio Henri Lefebvre (1974).

Sendo a Geografia uma ciência analítica e explicativa da dinâmica do espaço, no contexto acadêmico moçambicano, a produção de literatura cinzenta é pautada na instituição governamental como um instrumento que desempenha um papel central na formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento local. Essas produções acadêmicas contribuem significativamente para o avanço regional e estão alinhadas ao tripé universitário: Ensino, Pesquisa e Extensão.

A partir desse princípio, é notório que as pesquisas desenvolvidas buscam a melhoria das condições de vida nos territórios analisados, considerando suas dinâmicas espaciais e os desafios que delas emergem. Nesse pressuposto, podemos denominar essa dinâmica como o resultado do conjunto indissociável de sistemas de ação e o conjunto de sistemas de objetos, descrito pelo Santos (2006), que pode ser analisado como percebido "Perçu", concebido "Conçu" e Vivido "Vécu" (Lefebvre, 1974).

O sistema de ação ela gera objetos, portanto são indissociáveis. A ação também é o desenvolvimento de projetos e leis que condicionam a construção de objetos (universidades) enquanto força orgânica e política, capaz de intervir para o melhoramento da qualidade de vida, sob a tríade dialética do Lefebvre. Entretanto, dentro desses sistemas, emergem problemas que Lefebvre, (1974) designa contradições sócias, que exigem análise detalhada, de modo a identificar suas causas e os modos de enfrentamento.

Foi nesse contexto que a Universidade Save – Extensão de Massinga foi concebida, como o território da espacialidade ou objeto-fixo, com o propósito fundamental de impulsionar o desenvolvimento local por meio das produções de literaturas cinzentas como uma ação de estudo da temporalidade (dinâmica) e as suas contradições socioambientais. A instituição foi estruturada para que suas

investigações não apenas gerem conhecimento acadêmico, mas também resultem em aplicações concretas capazes de auxiliar na solução de problemas enfrentados pela comunidade.

Tal perspectiva dialoga com a concepção freireana de universidade, que, conforme Freire (1986), crítica a limitada comunicação entre as instituições de ensino superior brasileiras e a sociedade, sobretudo no que tange às comunidades rurais e periféricas. Freire (1983) propõe uma universidade progressista, sustentada pela comunicação como ação dialógica, na qual sujeitos ativos compartilham saberes e experiências para construir novas bases de conhecimento.

Nesta pesquisa, propõe-se uma análise crítica do papel da universidade a partir do seu tripé fundamental (ensino, pesquisa e extensão), com destaque para o campo da Geografia e sua produção de Investigações científicas diante das emergências climáticas. Observa-se que, em muitos casos, movimentos ambientais e ecologistas, frequentemente alinhados a partidos políticos verdes ou a organizações não governamentais, têm priorizado estratégias adaptativas em detrimento de ações efetivas de mitigação. Em fóruns como a COP30, as discussões tendem a se concentrar em soluções generalistas e pouco contextualizadas, enquanto se negligência a potencialidade das universidades como agentes de transformação direta territorial.

Neste estudo, a universidade é compreendida não apenas como espaço de formação crítica, mas também como agentes-pesquisadores pragmáticos, isto é, como um espaço em que o seu objetivo extrapola a lógica restrita ao desenvolvimento de competências competitivas no contexto capitalista e na divulgação científica, engajando-se como agentes ativo em ações microrregionais que contribuam tanto para a mitigação quanto para a adaptação climática.

Com base no compromisso universitário, fundamentado no tripé, a universidade Save oferece cursos de graduação em Geografia e Gestão Ambiental, além do programa de pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades, cujo foco é à análise da dinâmica do espaço geográfico moçambicano. Dessa forma fortalece-se a interação entre academia e sociedade, promovendo soluções efetivas para os desafios socioambientais da região.

A título de produções das monografias, dissertações e teses que abordam problemas enfrentados pelas comunidades locais. Como exemplos emblemáticos, podem ser citados a monografia de Tchaina Lissai Muhave, intitulada Educação ambiental como estratégia para a mitigação da erosão pluvial no bairro 21 de Abril, no município de Massinga; a dissertação de Delmiro Lúcia Nhamane, Mapeamento

do Povoado de Nhambele: uma estratégia de avaliação dos níveis de degradação; e a tese de Carlitos Luís Sitoie, Geografia de espaços marginalizados e conhecimentos escondidos. Essas produções, assim como as demais 24 trabalhos finais de curso analisadas, evidenciam o potencial da pesquisa acadêmica para compreender e propor soluções concretas aos desafios enfrentados pelas comunidades locais.

Diante desse contexto, este capítulo tem como objetivo apresentar a compreensão da gestão da literatura cinzenta na Universidade Save – Extensão de Massinga (UniSave), analisando sua articulação com a comunidade e o governo na busca por soluções para problemas locais. Para tanto, adotou-se uma abordagem de métodos mistos (qualitativa e quantitativa), integrando o método documental, por meio da análise de relatórios institucionais e das literaturas cinzentas disponíveis no repositório da UniSave, e o método bibliográfico. Este último foi fundamentado na teoria da produção do espaço, proposta por Henri Lefebvre (1974), segundo a qual o espaço é compreendido a partir de três dimensões interdependentes: o percebido (Perçu), o concebido (Conçu) e o vivido (Vécu). Essa tríade relaciona-se diretamente às categorias do espaço geográfico (lugar, região, paisagem e território) permitindo articular a dimensão acadêmico-científica à dimensão social, produzida material e simbolicamente nos territórios.

O espaço percebido “Perçu” está associado à paisagem, que representa a dimensão sensorial e visível do espaço. É por meio dela que os problemas reais se tornam perceptíveis, possibilitando ao geógrafo compreender a espacialidade/materialidade dos elementos que o constituem e propor intervenções adequadas.

O espaço concebido “Conçu” refere-se ao território, aqui entendido como o espaço resultante da construção de identidades materiais e simbólicas, constituído por professores, estudantes e pela própria produção da Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Este território reflete as regras e normas que orientam a produção científica e organizam a concepção acadêmica. Por fim, o espaço vivido “Vécu” corresponde ao lugar, onde ocorrem as práticas cotidianas da população. É nesse plano que emergem problemas inatos e involuntários do dia a dia, como o depósito de lixo em locais impróprios, a ocorrência de crimes, acidentes e a construção desordenada, que refletem a vivência direta dos habitantes numa dada região.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa a revisão bibliográfica foi fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da Geografia e das Ciências Sociais, com destaque para Henri Lefebvre (1995), por meio da teoria da "dialética da dupla complexidade", Milton Santos, (2006), Malcom Ferdinand (2022), e FREIRE, P. (1983) e incluiu uma análise documental, que consistiu na leitura exploratória dos relatórios anuais das atividades universitária (2012, 2015 e 2022), fornecidos pelo Departamento de Registro Acadêmico e na análise detalhada de 24 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) defendidos entre 2012 e 2021. Desses, 19 pertencem à graduação em Geografia e Gestão Ambiental e 5 ao programa de pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades, abordando diagnósticos de problemas socioambientais, dinâmicas territoriais e práticas de desenvolvimento local.

A análise detalhada das Produção académica foi acompanhada por uma avaliação diagnóstica que orientou a seleção dos trabalhos, considerando a afinidade temática com os eixos de desenvolvimento territorial e a disponibilidade dos materiais no acervo físico da instituição. Por fim, a análise seguiu uma abordagem qualitativa, com a identificação de categorias centrais a partir da leitura flutuante e da posterior codificação dos conteúdos, destacando-se as seguintes dimensões: relação universidade-comunidade; diagnóstico territorial; propostas de intervenção e participação dos atores locais, fundamentando-se na concepção freireana apresentada em Extensão ou comunicação? (FREIRE, 1983).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A temporalidade e a espacialidade constituem dimensões fundamentais da organização do espaço geográfico. Em diálogo com a concepção de Santos (2006), a espacialidade expressa a materialidade e a configuração territorial, correspondendo ao conjunto de fixos, isto é, aos objetos, como as infraestruturas de transporte, as edificações da universidade e outros elementos que dão suporte às práticas sociais. Nessa dimensão, insere-se a tríade dialética proposta por Lefebvre (1974), que compreende o espaço a partir das categorias do percebido (Perçu), concebido (Conçu) e vivido (Vécu). Por sua vez, a temporalidade traduz as sucessivas apropriações, práticas e transformações que o espaço experimenta ao longo do tempo, correspondendo aos fluxos, ou seja, às ações que dinamizam e ressignificam os fixos. Assim, concorda-se com Santos (2006) ao afirmar que fixos e fluxos são indissociáveis e fundamentais para a compreensão da produção do espaço geográfico.

No que se refere às universidades, estas podem ser observados como espacialidades / materialidade / fixos ou objetos cujo papel, segundo Buron (2016) “extrapola a simples tarefa de formar jovens para o mercado de trabalho, incluindo em seus planos de ensino e suas metodologias a tarefa de atribuir a eles o senso crítico, e prepará-los para uma sociedade em transformação, uma sociedade competitiva e capitalista” (Capitalismo, não é?) por outra, podemos afirmar que, as universidades surgiram em conjunto com a sociedade, na ótica de sua dimensão política, ela tem o papel de configurar o espaço de disputa entre grupos dominantes e dominados, como ressaltam (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 23–24 apud NGULUBE, 2026, p. 32).

> […] Os dominantes são os que definem o capital social legítimo do campo – objeto de disputa entre seus participantes – e, portanto, as regras do jogo. Tendem à ortodoxia e desenvolvem estratégias de conservação; enquanto os dominados tendem à heterodoxia e ao uso de estratégias de subversão da ordem (Layrargues; Lima, 2014, p. 23–24 apud Ngulube, 2026, p. 32).

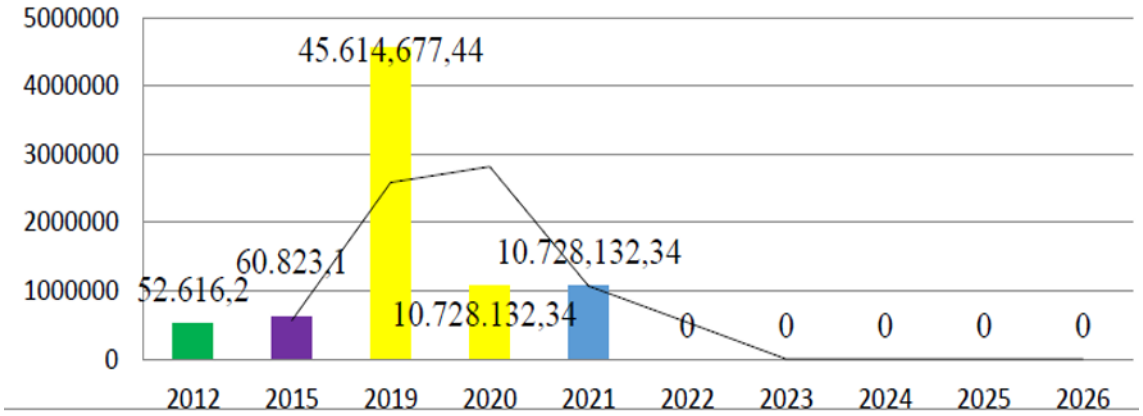
A Universidade Save Extensão de Massinga, por meio de seu tripé universitário: Ensino, Pesquisa e Extensão, especialmente no curso de Geografia, têm desenvolvido pesquisas voltadas ao diagnóstico de problemas socioambientais, às dinâmicas territoriais e às práticas de desenvolvimento local. Paulo Freire (2005), em sua obra Pedagogia do Oprimido, destaca a importância de uma educação que promova a conscientização e a transformação social. Aqui propõem-se uma universidade como agente articulador-pragmático das suas pesquisas. Para alcançar os objetivos deste estudo, iniciou-se a análise pela identificação do nível de financiamento das pesquisas desenvolvidas, considerando os valores investidos em meticais, moeda oficial de Moçambique.

Conforme apresentado na Figura 1, o financiamento público destinado à pesquisa na Universidade Save apresentou uma trajetória de crescimento ao longo do período analisado. Entre 2012 (52.616,20 MZN) e 2015 (60.823,10 MZN), observou-se um aumento de aproximadamente 15,5%. O crescimento mais expressivo ocorreu entre 2015 e 2019, quando os recursos destinados à pesquisa aumentaram cerca de 7.493,6%, refletindo o processo de transição da Universidade Pedagógica para a Universidade Save e a incorporação da extensão da Maxixe ao orçamento institucional.

Nos anos subsequentes, verificou-se uma estabilização dos investimentos, indicando a consolidação do novo patamar de financiamento da pesquisa. No conjunto do período analisado (2012–2021), a variação acumulada foi de aproximadamente 20.300%, evidenciando um crescimento significativo dos recursos públicos destinados às atividades de pesquisa.

Considerando o período compreendido entre 2012, ano das primeiras defesas de monografias, e 2021, ano de realização desta pesquisa, estima-se que o governo tenha investido aproximadamente 670.812.374,00 MZN, o equivalente a cerca de 10.506.720,00 dólares norte-americanos (USD), demonstrando a relevância do investimento público para o fortalecimento da produção científica na Universidade Save.

Figura 1: Evolução orçamental na área da pesquisa 2012-2021



Fonte: Elaboração própria 2022.

Como etapa subsequente, realizou-se a análise qualitativa de 24 monografias e 6 dissertações produzidas entre 2020 e 2021 pelos cursos de Geografia e Gestão Ambiental e pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades da Universidade Save. A análise detalhada dos títulos e dos objetivos dos trabalhos possibilitou a identificação de oito categorias temáticas centrais, apresentadas na Figura 2. As categorias identificadas foram: (A) Meio ambiente e recursos naturais; (B) Conflitos territoriais e uso da terra; (C) Agricultura e extrativismo; (D) Infraestrutura e serviços urbanos; (E) Saúde e questões sociais; (F) Educação e avaliação escolar; (G) Cultura e práticas tradicionais; e (H) Turismo e conservação ambiental.

Figura 2: Distribuição dos trabalhos analisados por categoria temática



Fonte: Elaboração própria 2022.

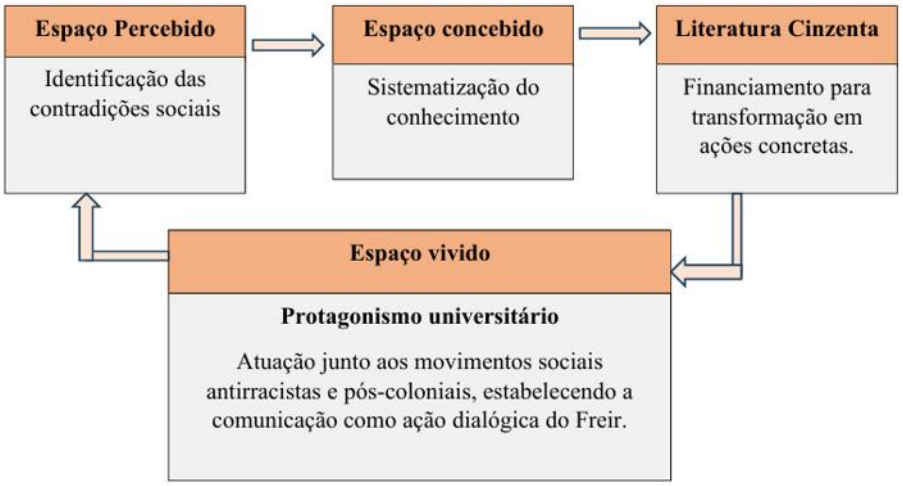
A categoria mais recorrente foi Meio Ambiente e Recursos Naturais, com oito trabalhos, evidenciando a preocupação dos estudantes com questões como erosão, queimadas, gestão hídrica e degradação dos ecossistemas. Em seguida, destaca-se Agricultura e Extrativismo, com cinco ocorrências, refletindo a relevância do setor primário para a subsistência e a organização econômica das comunidades locais.

Em análise crítica, destacando a proposta universidade articuladora-pragmática, esses trabalhos podem ser aplicados de modo a contribuir diretamente para a resolução de problemas ambientais, com a universidade atuando como protagonista, em parceria com movimentos pós coloniais, antirracistas e heterodoxos, estabelecendo o que Freire (1983) designa de “comunicação como ação dialógica, na qual sujeitos ativos compartilham saberes e experiências para construir novas bases de conhecimento” e resolver problemas que a mesma ciência trás em busca de desenvolvimento e de sustentabilidade que degradam o meio ambiente a favor dos ortodoxos.

A análise da literatura cinzenta, interpretada à luz da tríade espacial de Lefebvre, evidencia que a produção do conhecimento resulta da articulação entre espacialidade e temporalidade. Esse processo envolve o espaço percebido (perçu), onde emergem os problemas sociais; o espaço concebido (conçu), representado pela universidade, que sistematiza essas demandas por meio da pesquisa científica; e o espaço vivido (vécu), no qual o conhecimento pode orientar práticas, políticas públicas e intervenções territoriais. Nesse contexto, a literatura cinzenta atua como elemento mediador entre sociedade e universidade, registrando problemas concretos e propondo alternativas capazes de subsidiar ações voltadas ao enfrentamento das desigualdades socioambientais.

Diante das transformações intensificadas pela ação antrópica, torna-se necessário fortalecer o papel social da universidade para além da produção científica voltada aos indicadores acadêmicos. Os resultados identificados na literatura cinzenta podem subsidiar ações institucionais e iniciativas desenvolvidas em parceria com organizações e movimentos sociais, ampliando a contribuição da universidade para o desenvolvimento territorial e para a construção de respostas fundamentadas às demandas da sociedade, conforme sintetizado na Figura 3.

Figura 3: Integração entre espaço percebido, concebido e vivido na resolução de problemas real na sociedade



Fonte: Elaboração própria 2022

Nessa perspectiva, a universidade é chamada a fortalecer sua função social, atuando como agente de produção e articulação do conhecimento comprometido com a resolução de problemas concretos, especialmente aqueles relacionados às mudanças climáticas e às desigualdades socioambientais em escala local e regional. Para tanto, torna-se fundamental ampliar o diálogo com movimentos pós-coloniais, antirracistas e heterodoxos, favorecendo a construção coletiva de ações territorialmente contextualizadas e socialmente comprometidas. Essa perspectiva converge com a reflexão de Ferdinand (2022, p. 23), ao evidenciar que a persistência da dupla fratura colonial e ambiental constitui um dos principais fundamentos das desigualdades contemporâneas, reforçando a necessidade de respostas orientadas por princípios de justiça social e climática que transcendam os modelos convencionais de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste capítulo reforçam que a literatura cinzenta constitui um importante instrumento de aproximação entre universidade, sociedade e território. Interpretada à luz da tríade espacial de Lefebvre, sua produção evidencia que os problemas identificados no espaço percebido podem ser sistematizados no espaço concebido e convertidos em ações concretas no espaço vivido, ampliando a capacidade de intervenção da universidade sobre as dinâmicas territoriais.

Nessa perspectiva, propõe-se que as universidades fortaleçam seu papel como agentes articuladores da produção e da aplicação do conhecimento, instituindo mecanismos que permitam identificar, selecionar e transformar resultados de monografias, dissertações e teses em projetos de extensão, inovação e intervenção territorial. Essa articulação, construída em diálogo com organizações e movimentos sociais comprometidos com a justiça socioambiental, amplia o potencial transformador da literatura cinzenta e reafirma a universidade como protagonista na construção de respostas concretas aos desafios ambientais e sociais contemporâneos.

REFERENCIAS

BURON, R.; MONTAGNER. O papel da universidade na formação do perfil profissional. 2016.

FREIRE, P. O compromisso popular da universidade. In: FREIRE, P.; NOGUEIRA, A.; MAZZA, D. (org.). Universidade e compromisso popular. Campinas: Papirus, 1986.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

MUHAVE, T. L. Educação ambiental como estratégia para a mitigação da erosão pluvial no bairro 21 de Abril, município de Massinga. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Save, Extensão de Massinga, Massinga, 2023.

NHAMANE, D. L. Mapeamento do povoado de Nhambele: uma estratégia de avaliação dos níveis de degradação. Dissertação (Mestrado em Programa) – Universidade, Inhambane.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SITOIE, C. L. Geografia de espaços marginalizados e conhecimentos escondidos.

NGULUBE, Lucas Paulo. O campesinato e o desenvolvimento desigual nos territórios: um estudo comparativo entre o grupo étnico Changana em Chókwè, Moçambique, e o Quilombo do Jaó no município de Itapeva, SP/Brasil. 2026. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2026. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/324957. Acesso em: 20 jul. 2026.

Capítulo 13

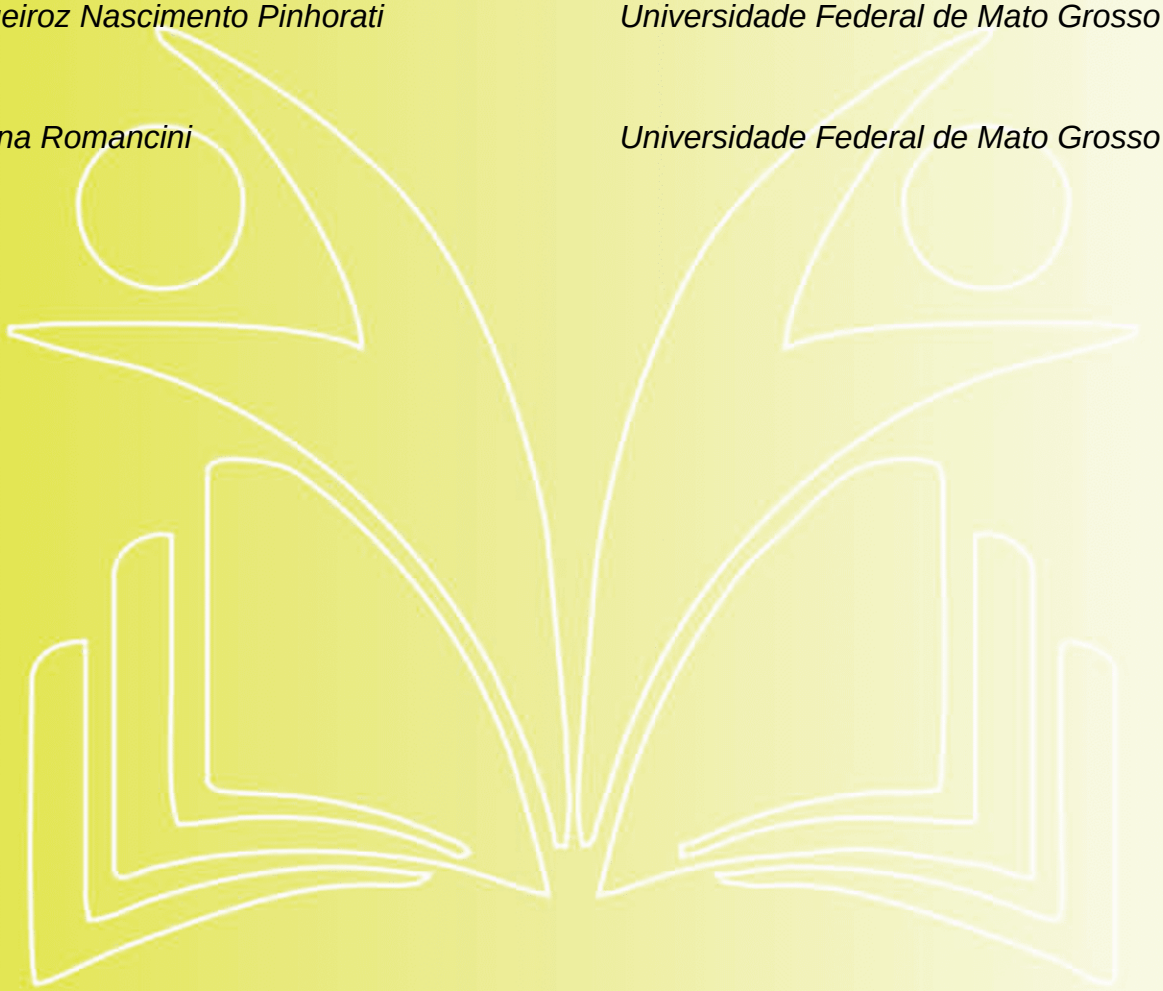
10.37423/260711156

PERSPECTIVAS DA REESTRUTURAÇÃO URBANA NO BAIRRO JARDIM DAS AMÉRICAS EM CUIABÁ - MT

Astor Träsel Junior — *Universidade Federal de Mato Grosso*

Adriana Queiroz Nascimento Pinhorati — *Universidade Federal de Mato Grosso*

Sônia Regina Romancini — *Universidade Federal de Mato Grosso*



INTRODUÇÃO

Entender como está se configurando o bairro Jardim das Américas em Cuiabá é importante para analisarmos esses novos elementos da cidade e na estrutura urbana da capital. O Jardim das Américas é um bairro em destaque na cidade por seus múltiplos aspectos, principalmente por ser uma centralidade urbana em transformação na cidade de Cuiabá. Quem vive, trabalha ou simplesmente passa pela região consegue perceber o ritmo de expansão e mudanças que vem acontecendo no espaço, com muitos comércios e serviços sendo instalados em antigas casas do bairro, assim como a construção de edifícios verticais e novos empreendimentos. Para entender melhor a relação do espaço geográfico ocorridas nesse local, este trabalho propõe analisar essas mudanças reais no bairro Jardim das Américas em Cuiabá - MT.

O trabalho tem como objetivo investigar os impactos causados pelas mudanças no bairro, desde os fluxos das vias, assim como a construção da nova avenida do Parque do Barbado, como a criação de novos corredores de comércio, a reestruturação urbana e as problemáticas causadas por essas transformações. Todos esses objetos juntos formando um dinâmico ambiente geográfico urbano em constantes mudanças e necessidades.

Assim, enquanto metodologia para este trabalho, partiu-se de uma pesquisa qualitativa onde foi realizada a análise do espaço, definida por sua estrutura, forma, função e processo, defendida por Milton Santos (1988) em seu livro Espaço e Método, servindo assim de “base teórica e metodológica para analisar os fenômenos espaciais em sua totalidade”. Ainda como técnicas escolhidas para a elaboração do trabalho será dividido em dois blocos com técnicas diferentes de acordo com Lakatos (2003), a primeira é a documentação indireta através de fontes primárias e secundárias, a segunda técnica de pesquisa é a observação direta intensiva, que compreende de observação in loco e de uma entrevista não padronizada.

A partir desses levantamentos e discussões, pode-se observar como essas mudanças vem acontecendo ao longo da evolução do bairro, e assim fazendo referências às transformações do espaço urbano apresentando algumas perspectivas dentro da geografia urbana e das vivências do cotidiano no bairro.

OBJETIVOS

O processo de reestruturação urbana já vem ocorrendo a um tempo na região do Bairro Jardim das Américas em Cuiabá-MT, ora impulsionadas por uma lógica da reprodução do consumo, ou pelos promotores imobiliários e os proprietários privados. Esse processo existe a partir desses sujeitos e do Estado, que é o maior responsável nesses processos em que redefinem a forma como os solos urbanos passam a ser utilizados, estabelecendo também essa configuração capitalista do espaço urbano como um grande produto das cidades atuais. Assim, a discussão sobre essa problemática é relevante diante dos processos que vem acontecendo em decorrência dessas reestruturações urbanas e dessa produção capitalista do espaço urbano, como vem sendo estruturado e devido aos impactos que são gerados através desses processos.

Através da discussão sobre a reestruturação urbana como um processo que vem acontecendo no Bairro Jardim das Américas, podemos entender dialeticamente esses fenômenos urbanos a partir dessa escala local, essas configurações do bairro e do seu entorno, sua centralidade e sua disparidade com outras regiões da cidade. Portanto, existe a relevância da pesquisa para um estudo mais aprofundado, relacionando conceitos e processos urbanos da geografia através dos fenômenos intra-urbanos na cidade de Cuiabá.

Este trabalho tem a proposta de exemplificar os olhares e vivências do Bairro Jardim das Américas, situado na região leste do município de Cuiabá – MT, diante das transformações urbanas que vem acontecendo como a reestruturação urbana, a produção do espaço a partir dos seus agentes, a especulação imobiliária, a influência do comércio e seus limites, a verticalização e a densidade populacional do bairro.

METODOLOGIA

Enquanto metodologia para este trabalho será realizada pela análise do espaço, definida por sua estrutura, forma, função e processo, defendida por Milton Santos (1988) em seu livro Espaço e Método, servindo assim de “base teórica e metodológica para analisar os fenômenos espaciais em sua totalidade”.

A metodologia escolhida para este projeto é a pesquisa qualitativa definida por Minayo 2007, onde destaca que essa pesquisa:

> Que trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2007).

Para mostrar essa interação e realidade existente no bairro a pesquisa será dividida em dois blocos de técnicas diferentes. O primeiro bloco será através da documental indireta com fontes primárias e secundárias e o segundo bloco através da observação direta intensiva. No caso da observação foi escolhida a observação na vida real, sendo toda metodologia de técnicas definidas por Lakatos (2003).

No primeiro bloco de pesquisa documental indireta, será feito um levantamento do acervo documental e bibliográfico de fontes primárias como arquivos públicos e prefeitura, e de fontes secundárias desde livros, trabalhos de conclusão de curso da área de geografia, artigos periódicos, e materiais disponíveis na internet e o que mais for pertinente a pesquisa para a produção do trabalho. No segundo bloco a técnica escolhida é a observação direta intensiva, a observação. Na observação foi escolhida a técnica de observação na vida real, onde será feito um passeio pelo bairro passando pelos principais pontos de destaque para a identificação de problemáticas e soluções encontradas vivenciando a realidade do dia a dia do bairro.

RESULTADOS

Para entendermos as transformações ocorridas e toda a estrutura do bairro Jardim das Américas (figura 1), aqui considerado como uma centralidade na cidade de Cuiabá, precisamos entender como ele se formou e como foi seu processo de desenvolvimento.

Figura 1 - Bairro Jardim das Américas



Fonte: Google Earth Organização: Astor Träsel Junior, 2021.

Toda essa transformação e caracterização do bairro entra em confronto com o seu desenvolvimento, onde

> O meio ambiente urbano pode ser compreendido pelo conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infraestrutura e os equipamentos de consumo coletivos [...]. Ao mesmo tempo significa imagens, símbolos e representações subjetivas e/ou objetivas [...]. Compreende também o conjunto de normas jurídicas que envolvem o conjunto das atividades exercidas na cidade, incluindo as atividades públicas e políticas, podendo também ser representado pela problemática ambiental, o que torna cada vez mais fundamental pensar o passado, o presente e o futuro, pautado na análise da produção socioespacial (Rodrigues, 1998, p. 104-106).

Assim essas transformações moldam e influenciam os modos de viver, interrelacionando-se com a produção do espaço através do tempo com o cotidiano dos moradores. O bairro sofreu e vem sofrendo com muitas mudanças e intervenções, das quais algumas são benéficas, já outras tem problemáticas que diante do repertório de interesse imobiliário e do Estado servem de investigação e estudos mais aprofundados.

O bairro se localiza na regional leste no município, tendo como limítrofes os seguintes bairros: Boa Esperança (UFMT) ao sul, Pico do Amor e Jardim Kennedy a oeste, Jardim Guanabara e Jardim Leblon ao norte e Jardim Itália e Jardim Renascer a leste.

De acordo com o Perfil Socioeconômico dos Bairros de Cuiabá de 2007 do IPDU (Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), o bairro tem uma área 110,70 hectares em declive para o

vale e várzea, às margens do córrego do Barbado, hoje canalizado em um trecho para a construção da avenida Parque do Barbado.

De acordo com a Lei de Zoneamento Urbano da cidade de Cuiabá, o bairro Jardim das Américas está parte numa (ZCR) Zona de Centros Regionais ou Subcentros e parte numa (ZPR) Zona Predominantemente Residencial e tem como coordenadas geográficas, 15º 35'00'' e 16º 37' 30'' de latitude S e 56º 05' 00'' e 56º 02' 30'' de Longitude W de Gr., tendo como limites: ao Norte – avenida Archimedes Pereira Lima, ao Sul – avenida Fernando Corrêa da Costa, a Leste – o Córrego Barbado e a Universidade Federal de Mato Grosso e, a Oeste – avenida Miguel Sutil.

Consolidação histórica

A história do bairro vai de encontro com a construção do campus da UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso, e junto também com "As políticas de integração nacional implantadas pelo governo militar, tendo como ponto a inserção da Amazônia à economia na década de 1970, possibilitaram estas e outras transformações no espaço urbano de Cuiabá, considerada Portal da Amazônia" (Vilarinho Neto apud Souza, 2011).

Para Abreu (2005), na região Sudoeste da capital temos como transformação, na década de 1960, o asfaltamento da avenida Fernando Correa da Costa e, na década seguinte, sua duplicação, formando um corredor de acesso ao Distrito do Coxipó da Ponte e a expansão da cidade, principalmente após a implantação da Universidade Federal de Mato Grosso, na década de 1970. Dados de MATO GROSSO, citados por Abreu (2005, p. 57), esclarecem que:

> [...] A implantação do Campus Universitário em área praticamente não edificada abriu uma grande brecha aos capitais financeiro e imobiliário que passaram a ser indutores da descentralização já iniciada. [...] Começa assim, a abertura de inúmeros loteamentos, a exemplo do Boa Esperança, Shangrilá, etc, que gradativamente foram sendo ocupados pelas classes média e alta transferidas do centro e pelos migrantes de maior poder aquisitivo que nesta cidade se fixaram. (Abreu, 2005, p. 57)

O bairro Jardim das Américas foi criado no final da década de 1970, com uma infraestrutura bem planejada, o que atraiu novos moradores a região que estava em crescente valorização. De acordo com Souza (2011), a "área onde se encontra o bairro Jardim das Américas e a Universidade Federal de Mato Grosso foi uma extensa área desvalorizada e pouco habitada na década de 1960". Foi assim, na década de 70 que o governo do Estado de Mato Grosso comprou parte do terreno para a construção do campus da UFMT. Para Abreu (2005), "a área total era de 410 hectares, onde os irmãos Nigro

adquiriram 240 hectares para dar início no loteamento Jardim das Américas, criando em 1978 a Construtora Centauro, para dar início às obras" (figura 2).

Figura 2 - Vista aérea da UFMT e parcial do Jardim das Américas (à direita).

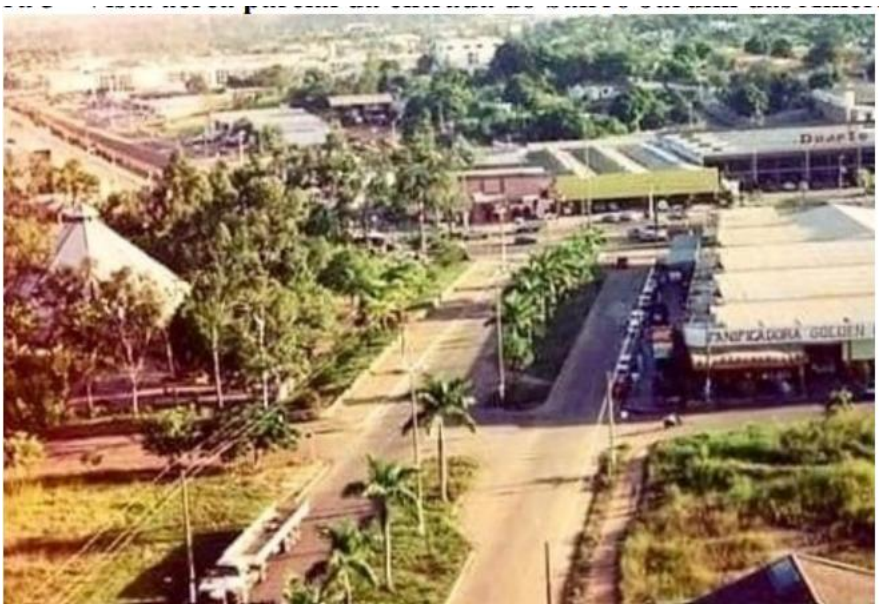


Fonte: Cuiabá das Antigas (Instagram), autor e data não informados.

O bairro possui uma área de 110,7 hectares, e se localiza na região Leste de Cuiabá, fazendo divisa com a avenida Miguel Sutil, avenida Archimedes Pereira Lima e avenida Gov. Fernando Correa da Costa. É considerado um bairro de renda alta, com uma renda média que supera 30 salários-mínimos, e alto nível de escolaridade da população: 55,89% estudaram 15 anos ou mais (Cuiabá, 2010). A iniciativa de modificar a área somente foi possível através da ação do governo do Estado, na época, de adquirir parte do terreno para a construção da futura UFMT, na década de 1970, o que foi a "galinha dos ovos de ouro" para os irmãos Nigro que adquiriram outra parte da área para a construção de um loteamento, uma vez que viram o quanto iria valorizar aquela região futuramente.

Souza (2009) destaca que o loteamento foi dividido em etapas, onde a primeira etapa (Jardim das Américas I) foi a única que permitia outros tipos de funções além da residencial, com destaque para a avenida Brasília (figura 3), onde há uma ampla rede de comércio e serviços; a segunda etapa (Jardim das Américas II); e terceira Etapa (Jardim das Américas III). "A iniciativa foi tão bem-sucedida que, em 1980, praticamente já haviam sido vendidos todos os terrenos" (Abreu, 2005, p. 66).

Figura 3 - Vista aérea parcial da entrada do bairro Jardim das Américas.



Fonte: Cuiabá das Antigas (Instagram) - Foto Uir Figueiredo - 1989.

Na entrevista com a senhora Maria Isabel, moradora do bairro a aproximadamente 40 anos, pode-se perceber alguns fatos interessantes sobre como era visto o bairro em suas origens, um exemplo deles era de que havia um presídio e posteriormente funcionou a Delegacia de Roubos e Furtos de Cuiabá. Então, a moradora diz "que sentia medo de vir morar num bairro onde havia um presídio, imagina se algum detento cava um túnel e surge dentro da sua sala?" Outro fator que a moradora tinha receio em se estabelecer na área era de que o "bairro era inteiro um potreiro[1], alagado da UFMT, atrás do ginásio de esportes, tudo empossado, tudo só água".

De acordo com a moradora desde quando começou a construir sua casa em 1980 o engenheiro já falava "que o presídio seria desativado e que o bairro ganharia um Shopping Center, porém a cidade ainda não comportava um espaço de tal porte". Podemos perceber então, que a produção do espaço muitas vezes é pensada e arquitetada com ideias e projetos futuros de estruturação de uma região dentro da cidade, onde as próprias construtoras alimentam essas definições de espaços e construções visando lucro e valorização dos seus empreendimentos.

Para compreender melhor essa ascensão da região temos como exemplo dois vetores da produção socioespacial e econômico, a universidade e o shopping center, onde o Shopping Três Américas foi um produtor dessa centralidade no bairro, assim

[1] Dic. Michaelis: REG (s.) Um campo cercado com pasto e água, onde os animais podem ficar em segurança.

> Em Cuiabá, observa-se a centralidade provocada pelos Shoppings Centers através da edificação dos condomínios, se antes era o Shopping Center Goiabeiras, com o surgimento do segundo Shopping Center, "Três Américas", na década de 1990, a construção dos novos condomínios encontrou uma nova área, no bairro Jardim das Américas. (OLIVEIRA e SIQUEIRA, s.d.)

O bairro está em constante transformações, no início dos anos 1980 era predominantemente residencial com a construção de casas de médio a alto padrão e dividido pelas 3 etapas do loteamento, hoje já se encontra vários edifícios residenciais através do processo de verticalização e uma grande quantidade de serviços e comércio.

Criado para ser um bairro que atendesse a demanda dos servidores da Universidade Federal de Mato Grosso, começou seu processo de verticalização ao final da década de 1980, porém com a instalação do Shopping 3 Américas na década de 1990 esse processo se intensificou, surgindo assim outros comércios e serviços que atendesse à população que ali se instalava, o que possibilitou torná-lo uma nova centralidade na capital.

O bairro como uma centralidade

O bairro Jardim das Américas tem uma população de 3.865 pessoas (Censo IBGE – 2010), e o maior número de moradores situa-se entre as ruas Buenos Aires, avenida Haiti e avenida Brasília, onde há a maior concentração de condomínios verticais. Essas mudanças que estão ocorrendo no bairro Jardim das Américas (figura 04) são processos de reestruturação urbana do seu planejamento inicial, principalmente as vias urbanas de todo o bairro, assim como o comércio impulsionado pelo Shopping 3 Américas, e hoje espalhando-se por todo o bairro para atender o consumo local e da cidade, como supermercados, restaurantes, bares, sorveterias, padarias, escola de línguas, advocacia, clínicas, laboratórios, consultórios, farmácias, academias, salões de beleza, pet shops, entre outros setores e serviços.

Figura 4 - Áreas de maior relevância no bairro.



Fonte: Google Earth Organização: Astor Träsel Junior, 2022.

O bairro hoje concentra uma grande gama de serviços (figura 4), como restaurantes, lanchonetes, cafés e padarias, academias, shopping, bancos, supermercados, clínicas de estética e bem-estar, clínicas laboratoriais, clínicas médicas e odontológicas, farmácias, salões de beleza, pet shops, escola de idiomas, concessionárias, escritórios de contabilidade e advocacia, entre outros serviços que estão se espalhando pelo bairro. Essa pluralidade de serviços em conjunto com residências multifamiliares e unifamiliares.

Todo esse movimento também foi impulsionado com a transferência do supermercado Big Lar, que se encontrava atrás do Shopping 3 Américas e se deslocou para outra área, na rotatória da avenida Brasília e da nova avenida Parque do Barbado, assim forçando o replanejamento da área e a finalização da mesma, como a instalação de equipamentos urbanos para o local, onde até uma praça foi criada – a praça foi instalada na principal avenida do bairro, a avenida Brasília, com a avenida Parque do Barbado, próximo do supermercado Big Lar. O bairro vem recebendo intervenções em sua estrutura viária, como ruas que antes eram de circulação em mão dupla, e hoje são de mão única, afetando moradores, comércio e quem circula pelo bairro.

Nesta perspectiva conseguimos identificar a área do bairro, em vermelho alguns serviços locais como supermercados, shopping e hotéis, em verde praças do bairro (figura 5), algumas delas bem recentes, em azul a Igreja de Santa Rita de Cássia (figura 6), e em amarelo as vias que concentram mais serviços.

A praça do Jardim das Américas, hoje representa uma nova centralidade do bairro, e determina novos movimentos de atividades como feiras, eventos e lazer da população.

Figura 5 e 6- Praça do Jardim das Américas e Praça Santa Rita de Cássia.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Estas novas centralidades que se consolidam constituem os subcentros, que apresentam uma variedade de serviços e equipamentos que, em menor escala, atendem às necessidades locais de uma parte da população da cidade.

Podemos observar nesses processos das novas centralidades (figura 7 e 8) o surgimento dos shoppings centers, e que após sua instalação permitem a valorização dos espaços no entorno a estes empreendimentos, concentrando serviços e comércios, criando assim uma centralidade com as mesmas finalidades e necessidades do centro (Beltrão Sposito, 1991).

Figura 7 e 8 - Vista da av. Brasília no Jardim das Américas e Shopping 3 Américas.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Para Abreu (2005) os shopping centers, através de seu comércio varejista, propiciam aos consumidores de classe média a alta, produtos que o centro principal já não mais oferece, além de contribuírem para

a alteração da paisagem formando novas dinâmicas na cidade. Além dos shoppings centers, que contribuem para essa valorização do espaço urbano, temos que citar a importância das universidades na produção do espaço urbano. O shopping center associado a universidade vem sendo utilizados por alguns agentes produtores do espaço urbano como artifício para uma maior valorização imobiliária e chamariz dos empreendimentos imobiliários na capital.

De acordo com Santos (2008, p. 28) “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de quem participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. A partir dessa afirmação temos a compreensão de que o espaço urbano é para a sociedade que nela vive, a partir do conjunto de objetos geográficos, naturais e sociais, ou seja, a união dessa sociedade para com esses meios urbanos existentes.

Assim, esses novos conjuntos, se formam a partir de uma configuração fragmentada do espaço, estabelecidas pela concentração de comércio e da valorização do solo urbano pelos agentes imobiliários. As grandes incorporadoras (figura 9 e 10) que atuam em Cuiabá têm sido beneficiadas por ações de cunho político na decisão da construção de avenidas ou mesmo da retirada da população de baixa renda de locais estratégicos a fim de atender aos seus próprios interesses econômicos

Figura 9 e 10 - Novos empreendimentos no bairro (Const. São Benedito e Plaenge).



Fonte: Acervo do autor, 2021.

A avenida Brasília é um corredor comercial no bairro, sendo a principal via de deslocamento cruzando toda sua extensão, interligando a avenida Fernando Correia da Costa e a avenida Archimedes Pereira Lima (Moinho), porém hoje com a construção da avenida Parque do Barbado (figura 11 e 12) esse

deslocamento foi alterado. Um novo eixo comercial no bairro está sendo consolidado na avenida Haiti, que cruza ao lado da Praça do Jardim das Américas, com variados comércios no local.

Figura 11 e 12 - Vista da construção do primeiro trecho da av. Parque do Barbado.



Fonte: SINFRA - Governo de MT, 2021.

Um detalhe importante sobre o bairro é que ele se localiza no curso médio do Córrego do Barbado que, "localizado na microbacia do Barbado, na porção centro leste na cidade de Cuiabá, percorrendo uma média de 9.500 metros de extensão, encontrando atualmente um elevado grau de modificação por ações antrópicas, e estas modificações trazem diversos problemas socioambientais" (Rodrigues, 2016). A área já sofreu e ainda sofre com intensos alagamentos na época das chuvas na capital, região está consolidada e grande parte do leito do córrego canalizado, retilinizado e margeado pelas avenidas Tancredo Neves, e mais recente com a avenida Parque do Barbado (figura 13 e 14).

Figura 13 e 14 - Vista da av. Parque do Barbado (primeiro trecho finalizado).



Fonte: SINFRA - Governo de MT, 2022.

De acordo com Nascimento (2015) em seus estudos, foi relacionado que "a avenida Parque do Barbado (figura 15 e 16) potencializaria comercialmente a ligação entre esses dois shopping center e rotas entre a região Norte e Leste podendo reestruturar uma extensa área urbana em que o mercado imobiliário

vem investindo na privatização de espaços tais como na construção de apartamentos voltados ao público com alto poder aquisitivo".

Figura 15 e 16 - Avenida Parque do Barbado (próximo ao supermercado Big Lar).



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Ainda que de forma sucinta, a implantação de avenidas construídas e implementadas em áreas de APPs – Áreas de Preservação Permanente que é o caso de um córrego urbano, onde foi retificado em alguns trechos e canalizado em outros. A avenida Parque do Barbado, para sua implementação foram retiradas todas as árvores de mata ciliar que havia e hoje se tornou uma avenida sem árvores, restando apenas uma borda ao norte da avenida, como referência ao parque. Na imagem abaixo consegue ver a área de vegetação que sobrou da APP (figura 17).

Figura 17 - Av. Parque do Barbado (antes e depois).



Fonte: SINFRA – Governo do Estado de MT, 2022.

A primeira parte da avenida Parque do Barbado (com 1,6 km de extensão) foi originalmente planejada dentro do pacote de obras para a Copa do Mundo de 2014. Licitada em 2012, a obra não foi entregue no prazo e ficou paralisada por alguns anos. As obras foram retomadas em 2019 e entregues em janeiro de 2020.

O projeto da avenida prevê uma nova via, projeto esse que estava dentro do pacote de obras da Copa de 2014, porém nunca foi executada. Hoje esse segundo trecho (figura 18 e 19) está em execução, contando com 700 metros de extensão e ligando a avenida Edna Affi (Av. das Torres) até a avenida Archimedes Pereira Lima (Estrada do Moinho), além da canalização do córrego do Barbado nesse trecho. Quando estiver finalizada, a avenida Parque do Barbado irá ligar diretamente as avenidas das Torres, Archimedes Pereira Lima e Fernando Corrêa da Costa formando um eixo transversal entre essas avenidas.

Figura 18 e 19 - Av. Parque do Barbado (segundo trecho em execução).



Fonte: SINFRA – Governo do Estado de MT, 2023.

Este segundo trecho é a divisão do bairro Pedregal e Renascer (ainda não regularizado como bairro), onde todo o córrego do Barbado será canalizado para a construção da avenida. Toda a vegetação ciliar foi removida, a base concretada e as canaletas já instaladas. A previsão é que a obra seja entregue ainda este ano, porém alguns impasses ainda vêm ocorrendo. A ponte que liga dos dois bairros precisa ser demolida e criado uma rotatória que não está no projeto inicial.

Essas transformações do espaço influenciam muito na dinâmica da região, favorecendo os grandes empreendimentos de interesse privado e agentes produtores do espaço como construtoras e comércio, se apropriando da obra como a avenida Parque do Barbado para a valorização o metro quadrado do solo e fomentando ainda mais a expulsão da população que já estão vivendo nesses locais por muitos anos, renegando seu direito por moradia e pelo seu espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolvimento, percebeu-se uma influência significativa dos agentes imobiliários nessa reestruturação urbana ocorrida no bairro, onde percebeu-se dois períodos principais de grandes mudanças o primeiro período ocorreu com a implantação do shopping center e o segundo com as obras da Copa de 2014, tendo em vista que Estado atuou como facilitador desse processo, potencializando os empreendimentos na região.

Outro fator relevante para o processo de reestruturação foi a construção da avenida Parque do Barbado ao longo do córrego do Barbado. Um projeto estruturante para a cidade de Cuiabá, pois consolidou a ligação de duas grandes regiões da cidade Norte e Leste, mas que permitiu deslocamentos facilitados dos moradores da região Sul para o centro principal de Cuiabá, além disso, também permite a ligação entre dois shoppings centers na capital e também a ligação com a cidade de Várzea Grande, cidade que compõe a região metropolitana de Cuiabá. Em uma das extremidades desta avenida está o bairro Jardim das Américas tendo enquanto principal área comercial o Shopping 3 Américas, supermercado, áreas de atendimentos comerciais e consolidação de diferentes investimentos no mercado imobiliário com apartamentos sendo comercializados por 8 mil reais o m², e na outra extremidade há uma região que também vem sofrendo transformações e que existe grande fluxo comercial, onde está situado o Pantanal Shopping, próximo ao Centro Político Administrativo do Estado.

A avenida Parque do Barbado que margeia o Córrego do Barbado, faz essa interligação dessas duas grandes centralidades de grande fluxo urbano, passando por bairros que sofreram e ainda sofrem essas interferências da desapropriação devido ao planejamento desta via estruturante, como o bairro Renascer e Pedregal bairros que compõem a periferia social de Cuiabá e que estão situados próximo ao Shopping 3 Américas. Essas duas centralidades na cidade são regiões que vem sofrendo intervenções e uma reestruturação urbana significativa, com uma série de serviços estabelecidos diante das dinâmicas de expansão e consumo, assim como uma produção do uso do solo definido pelos agentes imobiliários de especulação e grande presença de verticalização e condomínios fechados horizontais.

Com a pesquisa realizada, verificamos que há um processo de reestruturação urbana em curso no Bairro Jardim das Américas, áreas residenciais tem cedido espaço para áreas comerciais, a construção da avenida tem atendido também aos investimentos imobiliários verticais, elevando o valor do m² do

bairro ao mesmo tempo que segrega população nos bairros adjacentes que não recebem a mesma infraestrutura. Todos esses elementos juntos tornam esse espaço geográfico único e desafiador quando se trata do desenvolvimento urbano mais adequado para a sua população.

As pesquisas aqui apresentadas ainda são de forma sucinta em suas definições, tornando o trabalho base para pesquisas mais aprofundadas no futuro.

Entender os interesses das frações da classe dominante e sua forma de organização que pautam a formação desta estrutura urbana é um desafio urgente, aberto aos diversos ramos do pensamento crítico ao qual este trabalho almeja ser uma pequena contribuição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Elídia de. Shopping Três Américas: um estudo sobre a (re)estruturação urbana do bairro Jardim das Américas, Cuiabá – MT. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2005.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. In: Revista de Geografia, São Paulo, v. 10, p. 1-18, 1991.

BRENNER, Neil. Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re) Produção do Espaço Urbano. 1. ed. 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. Perfil socioeconômico dos bairros de Cuiabá.

IPDU – Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Cuiabá, 2007.

GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. 2. ed. 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. (Coleção Geografia e Adjacências) - São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Trad. Rubens Eduardo Frias. 5 ed. 3 reimpr. São Paulo: Centauro, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.).; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 26ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2007.

NASCIMENTO, Adriana Queiroz do. (Org.). Cuiabá: os impactos da Copa do Mundo de 2014. Cuiabá: KCM Editora e EdUFMT, 2015.

NASCIMENTO-PINHORATI, Adriana Queiroz do. As resistências à cidade de exceção: reestruturação urbana em Cuiabá no contexto da copa do mundo da FIFA de 2014. Orientador: Edvaldo César Moretti. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências – Campinas, SP: [s.n.], 2016.

OLIVEIRA, Márcia Borges; SIQUEIRA, Euzemar Fátima Lopes. Expansão de Cuiabá, Novas centralidades, Novas territorialidades. UFMT [s.d]. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/049.pdf. Acessado em: 21/09/2023.

PEREIRA, Elson Manoel (Org.) et al. Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. CADERNOS METRÓPOLE, n. 12, pp. 9-25, 2º sem. 2004.

ROMANCINI, Sônia Regina (Org) et al. Reestruturação urbana e novos territórios em Cuiabá. Cuiabá: EdUFMT, 2008, p. 53-76.

SILVA, F. P; TAKATA, R. T.; RODRIGUES, D.V.B. Problemas Socioambientais no Córrego do Barbado, trecho do Bairro Jardim das Américas, Cuiabá – MT. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – São Luís / MA, 2016.

SINFRA. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. Cuiabá – MT, 2023. Disponível em: https://www.sinfra.mt.gov.br/inicio Acesso em: 20 set. 2023.

SOJA, Edward W. Para além do Postmetropolis. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

SOUZA, Josemara de Brito. A influência da Universidade Federal de Mato Grosso na dinâmica do mercado imobiliário nos bairros Jardim das Américas e Boa Esperança em Cuiabá-MT. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMT – Cuiabá, 2011.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP. Lincoln Institute, 2001.

Capítulo 14

10.37423/260711174

AS CIDADES MÉDIAS NA REDE URBANA DA AMAZÔNIA:UMA ANÁLISE DE MACAPÁ-AP

Antonio Carlos Rodrigues dos Santos *Universidade Federal da Bahia - UFBA*

RESUMO

O artigo objetiva discutir diferentes concepções acerca de cidades médias e o papel destas na rede urbana da Amazônia, com ênfase para Macapá, capital do Estado do Amapá. O estudo faz uma abordagem a propósito da centralidade desta cidade na sub-região norte do Marajó e no próprio Amapá. O papel desempenhado por esta cidade média na rede urbana regional é produto da ocupação recente da região a partir da década de 1960 que tem o Estado como principal agente indutor. Os fluxos migratórios aliados ao crescimento vegetativo, resultaram em um acentuado incremento populacional deste núcleo urbano, que passou a apresentar um quadro de segregação espacial urbana materializado, principalmente, na favelização em áreas úmidas conhecidas localmente como "ressacas". A metodologia deste estudo é de caráter interdisciplinar e envolveu análise de dados estatísticos, levantamento bibliográfico e documental. O mesmo revelou que o crescimento da centralidade de Macapá é acompanhado de uma acentuação das contradições inerentes à produção do espaço urbano capitalista.

Palavras-chave: Cidades Médias, Rede Urbana, Segregação, Áreas de Ressaca, Macapá.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as cidades são diversos e sob as mais diversas óticas e, no caso das cidades médias, deve-se levar em conta a combinação entre as variáveis: demografia, funções e organização do espaço intraurbano, as quais devem ser analisadas de forma articuladas e relativizadas, uma vez que ainda reina dificuldades conceituais impregnadas de significados e de imprecisões.

O conceito de cidade média deve ser visto dentro de uma escala temporal e espacial, diante dos contrastes regionais e socioeconômicos do país, pois, a natureza das interações espaciais intraurbana e interurbana são complexas. Portanto, é preciso evidenciar algumas características como a concentração e a oferta de bens e serviços para uma hinterlândia regional, o que lhe garante centralidade e polarização em uma rede urbana, mesmo com papéis secundários àqueles desempenhados pelas metrópoles.

Entende-se que as cidades médias são núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores. Logo, classificar Macapá, capital do estado do Amapá, como uma cidade média na hierarquia urbana regional significa que esta desempenha funções atrativas e de mediações entre as pequenas cidades da região, assim como em relação à Belém, metrópole regional na porção oriental da Amazônia. Esta cidade vem apresentando um acelerado crescimento populacional e urbano decorrente do processo de ocupação recente da Amazônia, impulsionado pelos incentivos aos grandes empreendimentos produtivos sob o comando do Estado, os quais exercem influências nos fluxos migratórios das últimas três décadas.

2 CIDADES MÉDIAS: CONCEITOS E PRINCIPAIS ABORDAGENS

A década de 1990 iniciou um período de transformações socioespaciais no Brasil ocasionadas pelas novas formas de reprodução do capital através da descentralização da atividade produtiva em escala inter-regional. Regiões consideradas periféricas na divisão regional do trabalho e mais distantes dos centros mais dinâmicos do país passaram a atrair investimentos motivados por diversos fatores, como por exemplo vantagens comparativas ou por políticas de desenvolvimento regional, como é o caso de algumas ações do Estado brasileiro na Amazônia[1].

[1] Uma dessas ações na Amazônia foi a criação de Áreas de Livre Comércio, a exemplo da ALCMS (Área de Livre Comércio de Macapá/Santana), a qual segundo Porto e Theis (2015), representou a possibilidade da abertura de um leque de oportunidades e perspectivas de negócios para a economia do Estado, tendo em vista as vantagens oferecidas pelos

Nesse contexto, surgiram novos padrões de fluxos migratórios, relocalização da população em centros urbanos e crescimento de cidades médias. Este último fenômeno tem sido objeto de debate e estudos, pois estas cidades passaram a desempenhar novas funções em suas respectivas redes urbanas e também implicações que um acelerado crescimento populacional e urbano poderia provocar.

Apesar dos anos 1990 terem trazido debates acadêmicos sobre os novos papéis das cidades médias na realidade urbana brasileira, as discussões acerca dessa tipologia de cidades vinham ocorrendo desde a década de 1970 no âmbito da Geografia. Sobre esse aspecto, Rodrigues (2015) destaca as contribuições de Amorim Filho (1973) e também aquelas de Andrade e Lodder (1979) acerca da evolução dos estudos sobre as cidades médias no campo do planejamento urbano regional brasileiro.

O primeiro utilizava como critério na definição de cidades médias os limiares demográficos, organização interna e as relações externas que elas apresentam. Os outros dois autores definem cidades médias como aquelas que possuem entre 50 mil e 250 mil habitantes (Rodrigues, 2015, p.74). Esses autores, ao contribuírem para o início dos debates e definições de cidades médias no Brasil, procuraram dar ênfase para o patamar demográfico apresentado pelas mesmas.

Na atualidade, o patamar demográfico se torna insuficiente ao ser utilizado como principal critério de definição de cidades médias, pois os diferentes organismos, instituições e Estados-Nações não possuem quantitativos demográficos padronizados para nessa classificação. Rodrigues (2015) exemplifica essa dissonância ao afirmar que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera o limiar demográfico para definição de cidades médias entre 100 e 2 a 3 milhões de habitantes, na França usa-se o patamar entre 30 mil e 200 mil habitantes; na Itália entre 140 e 270 mil habitantes e em Portugal oscila entre 100 mil e 250 mil habitantes (Rodrigues, 2015, p. 75).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define cidades médias como sendo aquelas que possuem entre 100 mil até 500 mil habitantes. Este último parâmetro faz com que todas as cidades médias sejam obrigadas a adotar o Plano Diretor Urbano, que é um instrumento da política urbana instituído pela Constituição Federal de 1988, que o define como “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”. Ele é regulamentado pela Lei Federal nº10.257/01, mais

incentivos fiscais federais constantes do Decreto n.517 de 1992, que a regulamentou.

conhecida como Estatuto da Cidade, pelo Código Florestal (Lei nº 4.771/65) e pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79)[2].

Nesse contexto, o Plano Diretor é obrigatório para cidades: a) com mais de vinte mil habitantes (art. 41, I), b) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (art. 41, II), c) onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumento previstos no § 4º do artigo 182, da CF/88, qualquer que seja a população (art. 41, III), d) integrantes de áreas de especial interesse turístico (art. 41, IV) e, e) inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto de âmbito regional ou nacional (art. 41, V). Cidade com menos de 20 mil habitantes não está obrigada a aprovação de plano diretor a não ser que se enquadre em um dos incisos II a V do artigo 41[3].

A diversidade numérica do parâmetro demográfico, como critério de definição da cidade média em diversos países e instituições, pode ser observada no quadro 1:

Quadro 1: Classificação demográfica das cidades médias em outros países.

País/Instituição	Faixa de tamanho demográfico (habitantes)
Alemanha	150.000 – 600.000
Argentina	50.000 – 1.000.000
Banco Mundial	Até 1.000.000
Brasil (IBGE)	100.000 – 500.000
Dinamarca	Menor que 100.000
Espanha	30.000 – 130.000
Estados Unidos	200.000 – 500.000
França	20.000 – 100.000
Grécia	10.000 – 100.000
Irlanda	50.000 – 100.000
Itália	50.000 – 300.000
ONU	100.000 – 3.000.000
Paquistão	20.000 – 100.000
Portugal	20.000 – 100.000
Reino Unido	150.000 – 600.000
Suécia	50.000 – 200.000
União Europeia	20.000 – 500.000

Fonte: Lima; Silveira, 2018.

Cabe ressaltar que o critério demográfico não é homogêneo em função da diversidade de objetivos de especialistas e de políticas públicas. Essa heterogeneidade numérica nos coloca diante da necessidade de buscar outros critérios de classificação além da dimensão demográfica. Essa questão foi evidenciada

[2] Fonte: https://www.infoescola.com/administracao_/plano-diretor/
[3] Fonte: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/plano-diretor/

em 1994 por Milton Santos em seu livro A Urbanização Brasileira, onde mostra o obstáculo na classificação dessas cidades tomando exclusivamente o parâmetro demográfico:

> Cabe, todavia, levantar uma questão: podemos classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas ciências humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. O que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes... Isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação (Santos, 1994, p. 70-71).

Sobre esse aspecto, Conte (2013) destaca que "a maior parte dos estudiosos afirma ser de extrema importância na análise das cidades médias, o cruzamento de dados de outra natureza, como posição regional e na rede urbana, estrutura econômica, relações funcionais externas, alcance de influência polarizadora, além de características socioeconômicas e demográfica da área, entre outros aspectos". Nesse sentido, Santos e Silveira (2001) afirmam que o sistema de cidades constitui uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global. Esses mesmos autores elucidam que "as cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e, desse modo, se constituem em intérpretes da técnica e do mundo. Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional" (Santos; Silveira, 2001, p. 281).

Também fugindo ao padrão demográfico como único critério para dimensionar ou classificar o porte das cidades, Sposito (2010) define "cidades médias como aquelas que desempenham papéis de intermediação no âmbito dos sistemas urbanos simples ou complexos, o que as distingue de "cidades de porte médio", que são aquelas assim classificadas em função de um dado tamanho demográfico, que num determinado país, é considerado médio segundo esta ou aquela classificação ou tipologia." (Sposito, 2010, p. 52).

No que se refere às transformações do papel das cidades médias e suas relações com outras cidades, no contexto das redes urbanas regionais e em escala (inter)nacional na economia globalizada, Sposito (2010) ainda destaca:

> Assim, tanto a aproximação entre cidades pequenas ou médias e empresas transnacionais pode alterar a escala das relações que se estabelecem a partir dessas cidades e até elas, como os interesse de consumo impostos por essa economia incidem nessas relações hierárquicas e as alteram. Tais relações eram predominantemente realizadas no âmbito da região, entre as cidades pequenas e médias, colocando em xeque a própria ideia de um espaço regional. Por

> outro lado, também se alteram as relações entre as cidades maiores, metropolitanas ou não, porque os novos vetores da economia – grandes conglomerados financeiros e/ou industriais - não operam restritamente numa região ou no âmbito de uma rede. Isso significa que as cidades pequenas ou médias têm se tornado economicamente (e de certo modo política e culturalmente) tributárias de espaços que lhe são distantes e de cidades que não são constitutivas da mesma rede urbana a que pertencem (SPOSITO,2010, p. 54).

Por sua vez, Trindade Jr. (2011) estabelece diferenciação entre cidade de porte médio, cidade intermediária e cidade média no contexto urbano amazônico:

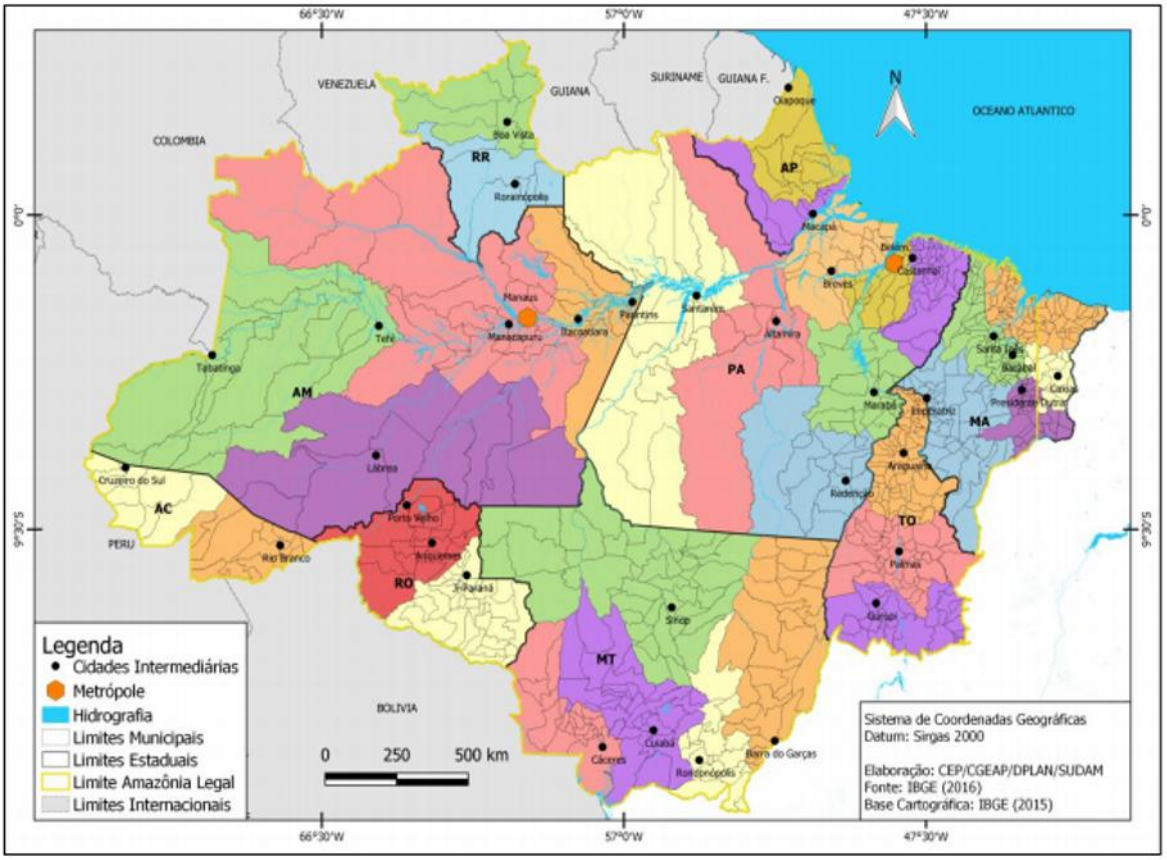
> No primeiro caso, considera-se o patamar populacional para reconhecer tão simplesmente o tamanho demográfico das cidades. As cidades intermediárias, por sua vez, são definidas tendo em vista sua posição relativa e intermediária (entre as pequenas cidades e as metrópoles regionais), independentemente de sua expressividade político-econômica no contexto hierárquico de uma rede urbana. São noções, portanto, que se diferenciam daquela que identifica o que seja a cidade média. Esta última leva em conta a importância sub-regional apresentada por uma dada cidade intermediária, ipso facto, pelas fortes centralidades que aí se materializam por meio de fluxos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem (TRINDADE JR., 2011, p. 136).

Ressalta-se a contribuição deste último autor nos estudos das cidades médias da Amazônia, considerando que esta região apresenta uma urbanização profundamente ligada à lógica intencional do Estado, principalmente a partir da década de 1960. Neste caso, Trindade Jr. (2011) destaca que "o controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo poder público e o incentivo a grandes empreendimentos, asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana"[4] (Trindade Jr., 2011, p. 137).

No que se refere ao conceito de cidades intermediárias, é válido destacar que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM define que as mesmas são entendidas como espaços de relações entre cidades e entre cidades e regiões estruturadas em nós e fluxos, caracterizando-se como ponto de encontro e passagem obrigatória. Essas cidades atuam como unidades de atração dos pequenos centros urbanos, intermediação entre seu entorno e os grandes centros, recebendo e emanando fluxos materiais e imateriais, bem como, fornecendo fluxos de serviços e produtos que as pequenas cidades não dispõem (SUDAM, 2019). De acordo com esta última definição, a distribuição das cidades intermediárias na Amazônia Legal pode ser observada na figura 1.

[4] Becker (1990) define a fronteira urbana como a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, implicando em proliferação e crescimento de cidades, bem como em difusão do modo de vida urbano. (retirar os parágrafos entre as citações).

Figura 1: Regiões geográficas e cidades intermediárias da Amazônia Legal



Fonte: SUDAM (2019).

Entende-se que esta classificação valoriza a função que a cidade cumpre na estruturação do território, pois é através de uma cidade intermediária que a produção, circulação e consumo se realizam na escala regional.

Nesse sentido, este conceito de cidade intermediária também é válido na análise da rede urbana da Amazônia, considerando-se que neste caso, o mesmo ultrapassa esquemas clássicos de cidades médias pautados unicamente em aspectos quantitativos da dimensão demográfica, ajudando na compreensão da realidade atual das articulações internas entre os núcleos urbanos. Essa noção de cidade média na rede urbana da região será abordada a seguir.

3 AS CIDADES MÉDIAS NA REDE URBANA DA AMAZÔNIA

A rede urbana amazônica, com padrão espacial dendrítico[5], tendo Belém e Manaus como os dois maiores núcleos urbanos exercendo polarização sobre outros menores, distribuídos nas margens dos

[5] Sobre esse tipo de rede, Corrêa (2011) afirma que: Trata-se de rede de origem colonial, com a principal cidade localizada

principais rios da região, se manteve sem grandes alterações até o início da segunda metade do século XX. A partir da década de 1960, o processo de ocupação regional tendo o Estado como principal agente norteador, provocou transformações nesse cenário. A abertura de grandes eixos rodoviários como a Transamazônica, a Cuiabá-Porto Velho, que vieram a somar com outras poucas rodovias já existentes, aceleraram os fluxos de ocupação regional e provocaram o aparecimento de novos núcleos urbanos nas suas margens. Sobre essas mudanças, Corrêa (1987) afirma que:

> Tais transformações referem-se ao aparecimento, em escala mais ampla, de outros modelos de gênese de cidades e de novas funções urbanas, à dependência da rede urbana a um maior número de produtos e às alterações no tipo de sítio, paisagem urbana e no padrão espacial de rede de cidades: a localização no "centro", em áreas de "terra firme", em detrimento da "beira", em um terraço ou várzea alta, junto a um rio navegável, constituem mudanças que significam, simultaneamente, a valorização de um outro sítio e a ruptura do tradicional padrão espacial dendrítico da rede urbana (Corrêa, 1987, p.58).

O padrão de organização do espaço amazônico que valorizava os elementos dos ecossistemas existentes, denominado por Porto-Gonçalves (2001) de rio-várzea-floresta foi alterado para estrada-terra firme-subsolo. Estes dois padrões, contraditórios entre si, são elucidados por este mesmo autor ao afirmar que:

> Até a década de 1960 foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocam para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar o espaço amazônico ao resto do país, protagonizado pelos gestores territoriais civis e militares. O regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica (Porto-Gonçalves, 2001, p.79).

Nesse contexto, as cidades amazônicas tornaram-se bases logísticas para as políticas de desenvolvimento regional e para a ressocialização da população migrante (Becker, 1990). O desenvolvimento econômico planejado para atender aos interesses do grande capital, motivou migrações para a região, onde trabalhadores do Nordeste e de regiões menos desenvolvidas do Centro-Sul vieram para a Amazônia, movidos pela ideia de progresso regional que estes grandes empreendimentos criaram ou atraídos pelo Estado através dos projetos de colonização dirigida[6].

Ao utilizar o acesso à terra como fator de indução a movimentos migratórios, o Estado promove a atração em massa de migrantes, condiciona os fluxos migratórios, e as políticas de terras e de crédito

em estuário de ampla via de circulação fluvial, por onde se fará a ocupação e, a seguir, o escoamento dos produtos primários da hinterlândia. As interações espaciais seguem os cursos da rede fluvial, tornando-se mais intensas de montante para jusante. Desse modo, a importância dos centros aumenta na mesma direção, culminando com a cidade-primaz no estuário (Corrêa,2011, p214-215).

[6] Colonização dirigida é uma denominação oficial e indica que a ocupação das terras seria encaminhada pelas instituições do governo brasileiro na década de 1970 (Soares, 2019, P. 142).

seletivo resultam na apropriação/expropriação e no processo de proletarização/diferenciação do campesinato (Becker, 1990).

Como consequência desse processo, a região passou a ter um rápido crescimento populacional, que se fez notar principalmente nos centros urbanos, redefinindo novas tendências em sua urbanização, assim descritas por Trindade Jr. (2011): a valorização dos centros localizados às margens das rodovias; a reprodução de pequenos núcleos dispersos vinculados à mobilidade do trabalho; a retração de núcleos antigos, que ficaram isolados à margem das novas formas de circulação; a implantação de franjas urbanas avançadas, correspondentes às cidades das companhias; e a concentração nas capitais estaduais.

Trindade Jr. (2011) busca inspiração no raciocínio de Sposito (2001b) para definir as cidades médias amazônicas como sendo aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores, funcionando como anteparos e suportes às metrópoles regionais. Ao estabelecer esta definição, este autor procura separar cidade média de "cidade intermediária", pois esta última é aquela que se coloca em um intervalo da hierarquia urbana entre as principais cidades regionais e as cidades locais, podendo ou não assumir importância regional, enquanto que cidade média precisa ter esta última característica (Trindade Jr,2011, p. 137). Destarte, toda cidade média é uma cidade intermediária, mas nem toda cidade intermediária pode ser considerada cidade média.

Este último conceito será utilizado para inserir Macapá como cidade média na hierarquia urbana regional, fato que será abordado a seguir.

4 MACAPÁ COMO CIDADE MÉDIA AMAZÔNICA

Macapá, capital do Estado do Amapá, desempenha funções servem de mediação entre pequenas cidades da região e Belém, que é classificada como metrópole regional na porção oriental da Amazônia. Esta cidade também possui importância e centralidade na sub-região norte do Marajó[7]. Este último aspecto é destacado nos estudos de Silva (2016), ao afirmar que:

[7] Para definir centralidade, Corrêa (1994) busca a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller, ao afirmar que todas as cidades são dotadas de funções centrais através da oferta de bens e serviços para uma população do seu entorno. Quanto maior essa oferta, maior a sua centralidade e mais significativo aquilo que Santos (1996) define como sistema de

> Podemos compreender essa centralidade a partir da identificação da importância da hierarquia e do papel que Macapá tem construído sobre a condição de capital de Estado, na condição de cidade média; a partir das transformações no contexto regional, dos agentes e fluxos que congregou nos últimos anos. Os fluxos nada mais são que resultados da ação de velhos e —novos‖ agentes que atuam em Macapá, criando, reafirmando a posição e a polarização de serviços públicos e econômicos da capital amapaense em relação às cidades da sub-região norte do Marajó, como Gurupá e Afuá (Silva, 2016, p.56).

Essa polarização exercida por Macapá em relação às cidades da sub-região norte do Marajó é notada principalmente a partir de sua condição de capital do Estado do Amapá em 1988 e posterior expansão do sistema de serviços públicos e atividades econômicas. Nos anos 1990, merece destaque a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana que ampliou a urbanização no entorno de Macapá. Esses fatores também provocaram um expressivo crescimento populacional de Macapá, o que é destacado por Amorim e Santana (2019):

> (...) Após a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), em 1991, a população passa de 179.252 para 398.204 habitantes em 2010, segundo dados do IBGE. Durante esse período, a população macapaense mais que dobrou, pois agregada à criação da ALCMS, adiciona-se também a transformação do Território Federal do Amapá em estado, a partir da Constituição de 1988, o que acarreta migrações inter-regionais nesse período para o recém-criado estado do Amapá (Amorim; Santana, 2019, p. 11).

Nesse cenário, nota-se que essa cidade passa a ter um incremento expressivo em sua população urbana. Os dados da tabela 1 que retratam a evolução da população urbana de Macapá de 1940 a 2022, ilustram o que está sendo afirmado.

Tabela 1: Evolução da População Urbana de Macapá 1940 a 2022.

Período	População Total	População Urbana	População Rural	% População Urbana
1940	16.234	1.012	15.222	6,23
1950	20.594	10.068	10.526	48,88
1960	46.777	28.835	17.942	61,64
1970	86.097	54.740	31.357	63,57
1980	137.451	93.132	44.319	67,75
1991	153.572	132.668	20.904	86,38
2000	283.308	270.628	12.680	95,52
2010	398.204	381.214	16.990	95,73
2022	442.933	418.800	24.133	94,50

Fontes: Anuários estatísticos do IBGE, Anuários estatísticos do Amapá, Censos do IBGE, 1980 a 2022.

fluxos.

Observa-se que no período entre 1991 e 2000, a população mais que duplicou, saltando de 132,668 para 270.628 habitantes, apresentando uma taxa de crescimento de 103,98%. Neste intervalo, o crescimento populacional urbano de Macapá é reflexo direto da estadualização ocorrida em 1988 e também da ALCMS implantada na primeira metade da década de 1990. Esses fatores direcionaram fortes fluxos migratórios para Macapá, que somado ao crescimento vegetativo, desencadearam os índices de expansão populacional apresentados na tabela 1. No último Censo, a população de Macapá correspondeu a 442. 933 habitantes (IBGE, 2022).

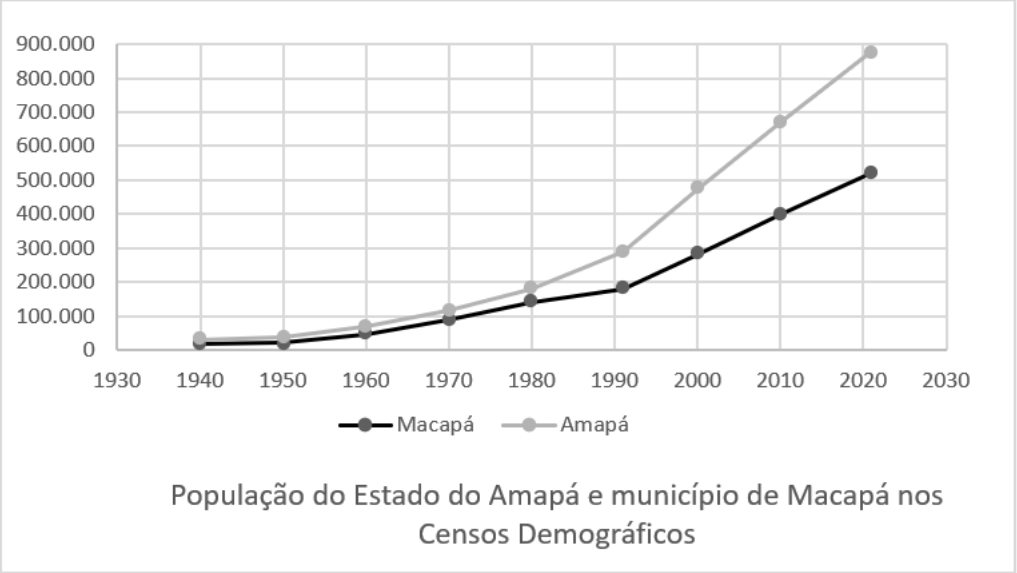
Vale destacar que de acordo com os dados do IBGE, a taxa de urbanização no período retratado foi uma das maiores entre as capitais da Região Norte. Ressalta-se, ainda, que a cidade de Macapá e Santana apresentam um tecido urbano integrado por duas rodovias (AP-010 e AP-020) que constituem com eixos de expansão entre as duas cidades, onde as mesmas concentram 75% da população do Estado, ou seja: 550.551 dos 733.759 mil habitantes do Amapá (IBGE 2022).

Destarte, a condição de Macapá como capital de Estado a partir de 1988 afirmou seu papel de cidade média e sua centralidade também sobre municípios do interior do Amapá, pois segundo Amorim e Santana (2019), como não possuíam infraestrutura e atividades econômicas intensas, eles estavam atrelados de forma direta à produção econômica da capital amapaense.

Portanto, a mesma dinâmica da população não foi observada nos demais municípios amapaenses, e tal situação acompanha a tendência de Macapá concentrar grande parcela da população do estado (Lobato, 2013; Pirot, 2017).

Ressalta-se que o aumento acentuado da população macapaense já era notado desde a década de 1950, quando a instalação do projeto de exploração do manganês pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios) em Serra do Navio (que na época era distrito de Macapá) também se tornou um estímulo às migrações para a capital. Apesar disso, esse aumento se apresenta de forma expressiva nas últimas três décadas, conforme retratado no gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução demográfica de Macapá (1940-2020).



Fonte: Censos do IBGE 1940-2010 e estimativas 2020.

Desde a década de 1990 essa posição de Macapá na rede urbana amazônica ficou ainda mais evidente. Novos agentes na produção do espaço urbano e transformações socioespaciais resultado da implantação de objetos e serviços ligados ao meio técnico-científico-informacional[8] reforçaram sua centralidade e polarização sub-regional.

Paralelamente, as contradições inerentes ao seu crescimento urbano desordenado se acentuaram. Merece, neste caso, a multiplicação das favelas[9] nas áreas úmidas conhecidas localmente como "ressacas" coexistindo com condomínios ou edifícios de alto padrão para a população de alta renda (figuras 2 e 3).

[8] O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação (Santos, 1993, p. 20).

[9] Em 2022, o IBGE retomou o conceito de favela em substituição ao termo "aglomerados subnormais" que vinha sendo adotado pelo instituto em seus censos e pesquisas desde 1991. Segundo esse órgão, favelas são locais com predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posso e, pelo menos, um dos demais critérios: ausência ou oferta incompleta de serviços públicos, predominância de edificações e arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística (IBGE, 2022).

Figura 2: Ocupação em área de ressaca



Fonte: acervo dos autores (2025).

Figura 03: Edifício Costa Norte



Fonte: acervo dos autores (2025).

Sobre esse cenário, Santos (2022), ressalta que a intensidade dos fluxos migratórios para Macapá e a falta de planejamento urbano em sintonia com esse crescimento populacional, desencadeou invasões e ocupações irregulares nas áreas de ressaca, originando um processo de favelização nesses espaços. Esta se tornou a mais explícita forma de segregação socioespacial impressa na paisagem de Macapá, fruto da produção social desigual e diferenciada do espaço e do tempo (Lefebvre, 1974; Harvey, 1996).

Esse cenário também é reflexo do déficit habitacional que tem sido motivo de ações do poder público no sentido de minimizá-lo, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Por meio desse programa, o Estado atua para reduzir a falta de habitação para população de baixa renda e favorece a expansão urbana de Macapá principalmente nas áreas periféricas onde os principais conjuntos habitacionais são construídos. Sobre essa política habitacional, Santos (2022) também destaca que ela

tem tido pouca proximidade com a realidade vivenciada pelos moradores das áreas de ressaca, pois ela atende mais ao setor financeiro/imobiliário do que as reais necessidades da população.

Cabe destacar que como as áreas de ressaca são drenadas por igarapés que desaguam no rio Amazonas, estando sujeitas aos movimentos das marés e o padrão típico das habitações é de palafitas, a população nelas residente pode ser classificada como "ribeirinhos urbanos"[10]. Este aspecto singulariza a cidade de Macapá no âmbito das formações urbano-regionais amazônicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto regional, Macapá passou a exercer um importante papel na rede urbana regional, sem, no entanto, apresentar um grande contingente demográfico e com carência em infraestrutura para grande parcela de sua população, que cresceu acentuadamente nas últimas décadas. O crescimento dessa cidade média é reflexo dos fatores políticos e econômicos que marcam a dinâmica de ocupação,

Por fim, conclui-se que a cidade de Macapá, no contexto da rede urbana da Amazônia, embora não possua o status de metrópole, vem apresentando um intenso crescimento populacional e urbano nas últimas três décadas. Sua inserção na hierarquia urbana como cidade média é resultado de capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores, funcionando como anteparos e suportes em relação à Belém, metrópole na porção oriental da região.

Esse quadro é acompanhado pela segregação e precárias condições em que vive a população das áreas de ressaca, com ausência de infraestrutura e prestações de serviços públicos com qualidade, ficando à margem de um planejamento urbano efetivo que concretize o direito à cidade de forma igualitária.

[10] Segundo Takiyama et al. (2012), as ressacas constituem sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligados a um curso principal d`água, influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo vegetação herbácea. Essas áreas úmidas existentes no sítio urbano de Macapá estão ligadas à bacia hidrográfica do igarapé da Fortaleza.

REFERÊNCIAS

AMORIM, J. P. A.; SANTANA, E. J. M. Reflexões sobre a centralidade urbana de Macapá-AP-Brasil. InterEspaço, Grajaú/MA v. 5, n. 17 p. 01-16. maio/ago. 2019.

BECKER, Bertha K. Amazônia. São Paulo: Ática,1990.

CONTE, Cláudia Heloiza. Cidades médias: discutindo o tema. Sociedade e Território. Natal: V.25, n.1, p. 45-61, jan-jun., 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Periodização da rede urbana da Amazônia. In: Revista Brasileira de Geografia. N.3, p. 39-68. Rio de Janeiro: 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. Revista Cidades, Volume 9, Número 16. São Paulo: 2011.

HARVEY, D. Justice, nature and the geography of difference. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará. 255 f. Tese de Doutorado em Geografia-Universidade Estadual Paulista Júlio de mesquita Filho FCT/UNESP-Presidente Prudente- SP, 2015.

LIMA, Juscelino Gomes; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Cidades médias brasileiras a partir de um novo olhar denominal e conceitual: cidades de comando regional. Desenvolvimento em Questão, vol. 16, núm. 42, Porto Alegre: 2018.

LOBATO, Sidney da Silva; PIROT, Françoise. Trôpega integração: A transformação de Macapá em cidade média da Amazônia Oriental (1944-1988). Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 10, n. 1, p. 260-289. jan-jul., 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Antonio Carlos Rodrigues dos. Segregação socioespacial na produção do urbano: o caso da área de ressaca do Canal do Jandiá em Macapá-AP. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amapá, Macapá-AP: 2022.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-cientifico informacional. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Jonas Pastana da. Centralidade política e econômica de Macapá na sub-região Norte do Marajó entre 1990 a 2015: Gurupá e Afuá. Dissertação de Mestrado, UFPA, Belém, 2016.

SOARES, Felipe Menezes. Histórias de beira de estrada" – memória e história da ditadura na Amazônia da década de 1970. Contraponto - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 8, n. 2, jul./dez. 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. Geografia. Rio claro, RJ: v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

SUDAM. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Cidades intermediárias da Amazônia Legal. Belém, PA: 2019.

TAKIYAMA, Luís. et al. Relatório Técnico final do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá. Macapá: 2012.

TRINDADE JR., S. C. Cidades Médias na Amazônia Oriental: Das novas centralidades à fragmentação do território. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.13, n.2, p.135 a 151. Novembro de 2011.

Capítulo 15

10.37423/260711176

CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ASSENTAMENTO RURAL AMARELINHA DE CIMA NO MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS - PB

Vivaldo Luis de França — *Universidade Federal de Campina Grande*

Lincoln da Silva Diniz — *Universidade Federal de Campina Grande*



RESUMO

Este trabalho pesquisou a influência das políticas públicas com o objetivo principal de analisar os seus impactos no desenvolvimento socioeconômico do Assentamento Amarelinha de Cima no município de Pilõezinhos-PB. Para isso, foram utilizadas metodologias envolvendo o uso de questionários, observações, pesquisas bibliográficas, visitas a órgãos públicos, fotografias e confecção de tabelas e gráficos. Os resultados estão apresentados em texto corrido auxiliados pelas figuras. Esse tipo de levantamento acerca das condições de vida dos assentados da reforma agrária é importante para o desenvolvimento e aprimoramento de novas políticas. O atual trabalho mostrou que, apesar da satisfação das famílias em serem assentadas da reforma agrária, os seus rendimentos advindos da agropecuária diminuíram vertiginosamente entre os anos de 2012 e 2024. O número de pessoas que se dedicavam à agropecuária também diminuiu, dando conta que as políticas públicas para o assentamento em estudo não estão surtindo os efeitos esperados.

Palavras-chave: Políticas públicas, Assentamento rural, Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Estudar os assentamentos rurais e os impactos causados pelas práticas desenvolvidas pelos agentes estatais é fundamental para entender como as políticas públicas estão chegando no seu público-alvo. A Reforma Agrária é uma política pública conflitante, tipificada por Lowi (1964, p. 62) e Wilson (2012, p. 19) como política redistributiva, ou seja, envolve dois lados que lutam por objetivos diferentes. No Brasil, esse antagonismo tem gerado conflitos violentos, levando à morte de pessoas inocentes que lutam por direito a um pedaço de terra. Tudo isso devido a uma grande concentração de terras existente em nosso País, resultado de uma má formação em sua estrutura fundiária durante a invasão portuguesa e mateve continuidade durante o Brasil República, com se vê atualmente.

Da invasão portuguesa até os dias atuais, o Estado brasileiro não foi capaz de realizar uma política de distribuição/redistribuição de terras capaz de satisfazer a grande massa de trabalhadores rurais. As ocupações de terras sempre foram as maiores responsáveis pelo aumento do número de assentamentos rurais no Brasil, assim afirma Fernandes (2000, p. 49), ou seja, os assentamentos que sairam do papel foram frutos de luta e resistência. Isso exige do governo uma resposta rápida. Bergamasco (1996, p. 16) chega a dizer que a desilusão pela reforma agrária foi tão forte que os Governos Estaduais entraram no tema em meados de 1959 para promover assentamentos dentro de seus estados. Porém, limitados pela Lei que só permite que os estados apenas comprem terras para redistribuir, já que é o Goveno Federal o responsável legal pela desapropriação de terras improdutivas.

Neste sentido, existem forças contrárias à implementação da reforma agraria. Os latifundiários não medem esforços para fazer valer a força em busca da manutenção de suas vastas propriedades. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal em 1988, o que se vê é o desrespeito às leis trabalhistas e principalmente a falta da aplicação da função social da terra. Notadamente observa-se que o aumento de famílias assentadas nas últimas décadas se deu devido à pressão do MST sobre os governos. A partir dos anos oitenta, a redemocratização do Brasil deu margem ao crescimento das ocupações por todo território brasileiro, fazendo com que o governo desse uma resposta às organizações de trabalhadores, que ganhavam forças em todo o País. Apesar do Estatuto da Terra, homologado em pleno regime militar pela Lei nº 4.504/64, trazer em seu texto vários artigos tratando da reforma agrária, ela não saiu do papel.

A Lei nº 4.504/64 criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Este

último, com o objetivo de realizar a Reforma Agrária, manter o cadastro nacional das propriedades rurais e administrar as terras públicas (FARIA, 2010, p. 11). Outro reforço para os assentados foi a criação da Lei nº 8.171/1991, denominada Lei Agrícola de 1991, determinando a União manter serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER públicos e gratuitos para os pequenos produtores. A Reforma Agrária brasileira está baseada no Estatuto da Terra, criado pela Lei nº 4.504/64, sendo o primeiro documento oficial a tratar da temática no Brasil.

Com a preocupação de levar dignidade para os camponeses, o INCRA, em conformidade com os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, criou o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental -ATES, que através de convênios com entidades de ATER tem levado assessoria aos assentamentos da Reforma Agrária com vistas ao alcance de uma produção ambientalmente sustentável, melhoria na oraganização social, melhoria no acesso aos mercados institucionais, aumento da produtividade, transição para uma produção agroecológica e consequentemente a melhoria nos rendimentos.

No ano de 1995 (mil, novecentos e noventa e cinco), a agricultura familiar foi introduzida na agenda do Estado com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Através desse programa, as políticas agrícolas priorizaram a questão social e, harmoniosamente com o Banco Mundial, direcionaram seus investimentos para o pequeno produtor rural (MDA, 2016). Outro reforço para Reforma Agrária no Brasil foi a criação da Lei Agrícola de 1991, determinando à União manter serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER públicos e gratuitos para os pequenos produtores. Baseando-se nessas leis, os trabalhadores rurais organizaram o MST que, através de manifestações e ocupações, pressionam o governo para acelerar a Reforma Agrária (FERNANDES, 2001, p. 78).

A Reforma Agrária, através dos assentamentos rurais, é uma forma de o governo gerar divisas com pouco investimento, diminuindo a pobreza e provendo a igualdade social com geração de empregos e promoção de desenvolvimento. Quando a Reforma Agrária não acontece de maneira eficaz, as comunidades ficam com a terra, mas declinam das condições encontradas no campo e promovem um novo êxodo rural. A falta de instalação mínima para a melhoria da qualidade de vida dos assentados como estradas, saúde, educação, terras de boa qualidade, energia elétrica, transporte, moradia, entre outros, fazem com que surjam novas lutas.

Este trabalho analisou a influência das políticas públicas dentro da área do Assentamento Rural Amarelinha de Cima no Município de Pilõezinhos, na Paraíba. O principal objetivo do estudo foi analisar os impactos das políticas públicas no desenvolvimento socioeconômico dos assentados e do assentamento. As principais metodologias envolveram o uso de questionários, observações, pesquisas bibliográficas, visitas e pesquisas em órgãos públicos e registros fotográficos. Os resultados foram apresentados em texto corrido acompanhados das discussões pertinentes.

O trabalho mostrou que, apesar da satisfação das famílias em ser assentadas da reforma agrária, os seus rendimentos advindos da agropecuária diminuíram significativamente. O número de pessoas que se dedicavam à agropecuária também foi bastante reduzido em relação às pesquisas realizadas em 2011 (dois mil e onze) e em 2012 (dois mil e doze). Os resultados deste estudo contrastaram com outros levantamentos feitos em 2011 (dois mil e onze) e em 2012 (dois mil e doze), pelo mesmo autor, quando existia dentro do assentamento o Programa de Assessora Técnica, Social e Ambiental - ATES fomentado pelo INCRA.

Diferentemente do estudo atual, as pesquisas anteriores demonstraram crescimentos na produção agropecuária, melhoria no trato com o ambiente, diminuição do uso de agrotóxicos e amadurecimento social. Porém, a satisfação em ser assentado da reforma agrária continua inabalada, ainda que as políticas públicas dentro do Assentamento Amarelinha de Cima, não estejam surtindo os efeitos esperados pelos assentados, sobretudo, no que diz respeito a sucessão familiar, o que colaboraria para a manutenção da familia no campo.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos para uma compreensão abrangente do fenômeno estudado. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários estruturados para obter informações quantificáveis, observação direta para contextualizar a realidade do assentamento e entrevistas não estruturadas com as 17 (dezessete) famílias assentadas. As entrevistas, gravadas em áudio durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2024, permitiram aprofundar as percepções e experiências dos participantes.

Durante a transcrição das entrevistas, a linguagem foi adaptada para facilitar a leitura, mantendo a fidelidade às falas originais. Para assegurar o anonimato dos participantes, as famílias foram identificadas por números cardinais de um a 17 (dezessete). Do total de famílias entrevistadas, a

maioria (13) já residia na localidade antes da criação do assentamento, enquanto uma minoria (quatro) veio de outras áreas rurais do município. A participação sindical e o acesso à assistência técnica, em algum momento, foram características comuns a todas as famílias.

A análise dos dados envolveu etapas de tratamento, organização e categorização das informações coletadas. Para a análise qualitativa, utilizou-se o método de julgamento de conteúdo e análise descritiva, buscando identificar padrões, temas e significados nas falas dos entrevistados. A análise de conteúdo permitiu inferir sobre as condições de produção e recepção das mensagens. O formulário de pesquisa foi dividido em nove seções temáticas, abrangendo desde o perfil do produtor até as percepções sobre políticas específicas para assentamentos, incluindo aspectos como organização social, acesso a políticas sociais e serviços básicos, crédito, assistência técnica, força de trabalho, rendimentos e formas de comercialização.

CONSIDERAÇÕES REFERENCIAIS SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

Estudar os assentamentos rurais e os impactos causados pelas práticas desenvolvidas pelos agentes públicos, assim como pelos agentes sociais é fundamental para o entendimento de como as Políticas Públicas setoriais estão chegando até o seu público-alvo, ainda mais quando tratamos de um tema tão conflitante que envolve distinções próprias durante o planejamento e a execução. A Reforma Agrária é uma política pública tipificada por Lowi (1964, p. 62) e Wilson (2012, p. 19) como política redistributiva, ou seja, envolve dois lados que lutam por objetivos diferentes. No Brasil, esse antagonismo quase sempre tem gerado conflitos violentos que levaram à morte vários líderes camponeses que queriam uma redistribuição das terras mais justa e equitativa.

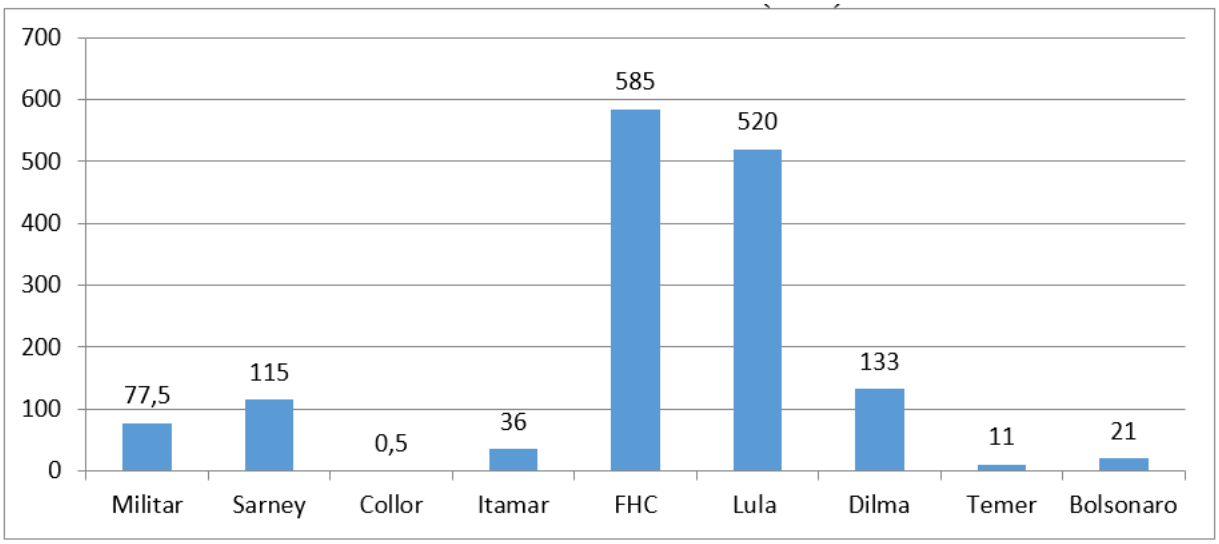
O Brasil tem a segunda maior concentração de terras existentes entre todas as nações e está entre os dez países com maior índice de desigualdade social e econômica do globo terrestre (Dossiê no 27 Instituto Tricontinental de Pesquisa Social Abril de 2020). Resultado de uma má formação em sua estrutura fundiária desde a invasão portuguesa, o Brasil amarga a tristeza da inexistência de políticas agrária capazes de contribuir eficazmente para o desenvolvimento da agricultura camponesa brasileira. Fernandes (2000, p. 49), afirma que nunca existiu uma política de reforma agrária brasileira de maneira efetiva, sendo as ocupações de terras os maiores responsáveis pelo aumento do número de assentamentos rurais no Brasil. E, só depois do surgimento das Ligas Camponesas e mais tarde o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, os quais sempre estiveram organizando os

trabalhadores para as manifestações, pressionaram e pressionam o governo para acelerar a reforma agrária.

Como se trata de uma política redistributiva, esse processo tem gerado inúmeros conflitos entre a classe dominante e a classe dominada, derivados de lutas pela terra. Os esforços de alguns Governadores para amenização dos conflitos agrários não têm mostrado os resultados esperados, pois os latifundiários não medem esforços para fazer valer a força em busca tão somente de dividendos. Esses utilizam suas propriedades para o monocultivo e a especulação. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal em 1988, o que se vê é o desrespeito às leis trabalhistas e principalmente a falta da aplicação da função social da terra. Essas distorções existentes entre o que está escrito e o que de fato se pratica têm gerado motivações cada vez mais fortes para as ocupações de terras, o que as grandes mídias chamam de invasões.

O gráfico 1 traz um panorama de como se deu ou se dá o processo de reforma agrária no Brasil. As informações nele contidas são recortes da histórica luta pela redistribuição de terras no País. É importante observar que foi com o fortalecimento do MST, resistindo às opressões e mantendo-se como elo de organização entre os trabalhadores assalariados sem terra e outras organizações de classe como a Comissão Pastoral da Terra e a Igreja Católica e Luterana, que os governos promoveram os poucos assentamentos que existem hoje.

Gráfico 1: Brasil: número de família assentadas (1000).



Fonte: Sobreira (2011, p. 17); INCRA, (2024, com adaptações).

Notadamente observa-se que o aumento de famílias assentadas nas últimas décadas se deu devido a pressão do MST sobre os governos. A partir dos anos oitenta, a redemocratização do Brasil deu margem ao crescimento das ocupações por todo território brasileiro, fazendo com que o governo desse uma resposta às organizações de trabalhadores, que ganhavam forças em todo o País. Apesar do Estatuto da Terra, homologado em pleno regime militar pela Lei nº 4.504/64, trazer em seu texto vários artigos tratando da Reforma Agrária, ela não saiu do papel. Isso fez com que o documento se tornasse letra morta. Mas, serviu de incentivo para o camponês cada vez mais integrar-se na luta pela terra e pela reforma.

A partir da criação da Lei Agrícola deu para notar que os instrumentos constitucionais garantindo o direito a terra estavam atados. A interpretação do gráfico 1 delata que o regime militar assentou pouco mais de 77 mil famílias, sendo que muitas delas, em área de colonização em terras do governo, ou seja, a medida em pouco alterou, ou em nada, a estrutura fundiária do Brasil. Os militares estavam mais interessados na expansão da agricultura mecanizada e do monopólio, direcionando vultosos recursos para as grandes empresas agrícolas desenvolverem suas práticas de monocultivo e de criação extensiva de gado (SOBREIRA, 2011, p. 23).

Ao INCRA coube coordenar a divisão de terras no Brasil dentro dos parâmetros da legislação, respeitando a propriedade privada e os direitos constituídos. O órgão não visa apenas distribuir terras, mas sim garantir aos pequenos agricultores condições de desenvolvimento agrário e produtividade, proporcionando a geração renda e a melhoria das condições de vida das famílias assentadas. O público-alvo do INCRA é o camponês sem terra, pessoas com pouca terra, e, até pessoas que nunca viveram da agricultura, mas que pretendem mudar de vida saindo do sofrimento dos grandes bolsões habitacionais para levar uma vida digna no campo, (INCRA, 2024).

Diante de todos os esforços do INCRA para consolidar uma estrutura minimamente favorável a Reforma agrária, outras forças atual para impedí-la. Mas, Andrade (2000, p. 81) chega a dizer que a agricultura camponesa brasileira avançou quando foi reconhecida como fator importante no desenvolvimento do Brasil quando o Governo Federal reassumiu em 2003, a responsabilidade pelos serviços públicos de Assistência técnica e Extensão Rural - ATER. O Decreto Presidencial nº 4.739, de 13 de junho de 2003, transferiu o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, para a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA. Isso significou um grande

avanço para a agricultura campesina, haja vista o nascimento de órgãos ligados ao setor agrário, propriamente dito.

No mesmo ano é instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que é totalmente voltada para os diversos públicos da agricultura camponesa, incluindo agricultores familiares tradicionais, assentados da Reforma Agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas, ribeirinhos, entre outros. Além disso, estabeleceu uma gestão social, apoiada por conselhos representativos do governo e da sociedade. Isso tem gerado um sistema descentralizado de execução das políticas públicas. A participação social na formação de políticas públicas, segundo a PNATER, leva em conta a situação econômica, social, ambiental e cultural das localidades em desenvolvimento agrário (MDA, 2016).

A PNATER se apresenta como uma estratégia política moderna e inovadora. Ela leva em conta a diversidade da agricultura Brasileira, os princípios e conceitos do desenvolvimento rural sustentável e estabelece as normas para os serviços públicos de ATER. Além de primar pela coerência, a democracia e a participação dos povos nos momentos de debates. Inclui as organizações governamentais e não-governamentais na prestação dos serviços de ATER, integrando vocações, conhecimentos e papéis na promoção do desenvolvimento, tratando de forma muito orientada as questões de gênero, geração, raça e etnia e a inclusão da população rural mais pobre (ASBRAER, 2010, p. 6).

Desta forma, a criação dos assentamentos rurais tem o objetivo de contribuir para a melhoria social do campesinato, promover a estabilidade econômico-financeira e oferecer oportunidade de trabalho digno a uma grande massa de trabalhadores sem terra, inclusive àqueles que desejam voltar a viver da agricultura, tirando dela o seu sustento e o de sua família. Portanto, é visível que a luta pela posse da terra em nosso território ainda está longe de acontecer. Prova disso são as inquietações dos movimentos sociais que vez por outra estão aparecendo na mídia nacional e, principalmente, nas mídias alternativas como os blogs e os jornais locais de pequena circulação. Ademais, os assassinatos de líderes comunitários ativistas pela redemocratização das terras do Brasil ainda não persistem.

Tudo isso ressignifica o recomeço de uma luta incessante por uma política voltada para o desenvolvimento rural (BERGAMASCO, 1996, p. 50) mais justo e solidário. Portanto, a luta pela terra não para com o assentamento de algumas famílias, como já foi visto durante a Primeira Comissão Revisora de Títulos de Terra em 1938, durante o governo Vargas. Essa medida, segundo Bergamasco

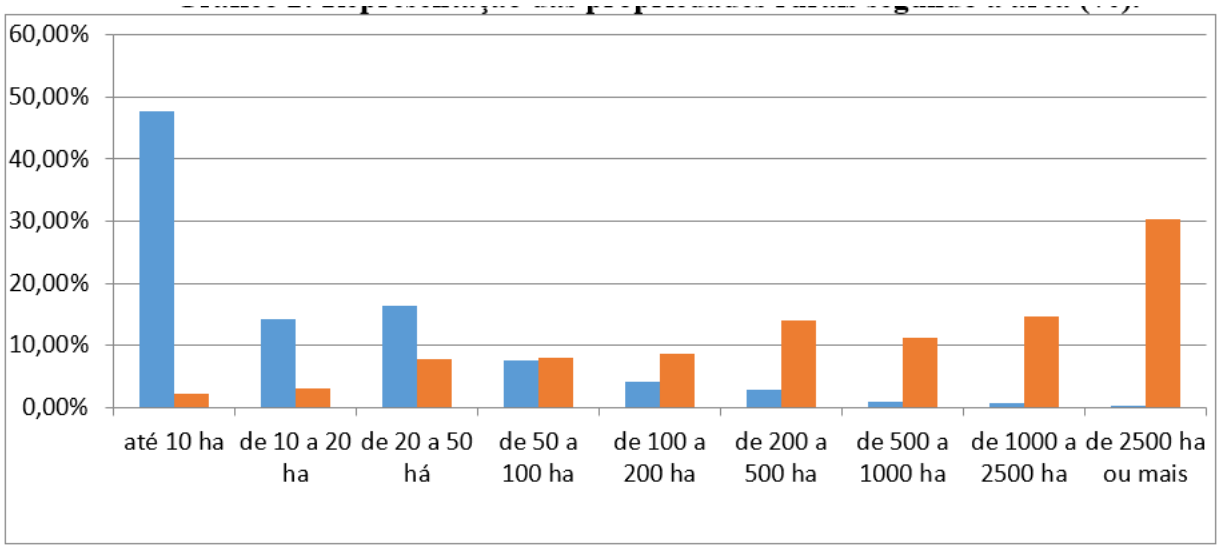
(1996, p. 18) visava eliminar a apropriação indébita de grandes extensões de terra em vários pontos do país e reanimar a agricultura das regiões atingidas.

Mesmo que não ocorreu de fato, haja vista os inúmeros conflitos apontados e a grande concentração de riquezas nas mãos de uma pequena parte da população Brasileira, a Reforma Agrária é uma forma de o governo gerar riquezas com pouco investimento. Os assentamentos diminuem a pobreza e prove a igualdade social, gerando empregos e promovendo o desenvolvimento local. Porém, é importante que a decisão de assentar nasça do governo, com políticas agrárias e agrícolas planejadas em conformidade com as vontades e participação total dos movimentos sociais. Quando isso não acontece, as comunidades ficam com a terra, mas declinam das condições encontradas no campo e promovem um novo êxodo rural. A falta de instalações estruturais minimas para a melhoria da qualidade de vida dos assentados como: estradas, saúde, educação, terras de boa qualidade, energia elétrica, transporte, moradia, entre outros, fazem com que surjam novas lutas e mais conflitos

4 REFORMA AGRÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE GOVERNO

Como frisado nesta pesquisa, a reforma agrária é uma política pública, certamente a maior política de governo elaborada para amenizar o desconforto de um País onde 1% (UM por cento) das propriedades correspondem as extensões de terras com mais de um mil hectares (IBGE, 2017). Esses latifúndios concentram quase metade das terras agricultáveis do Brasil, proporcionando a desigualdade e a fome. O gráfico. 2 retrata a concentração de terras:

Gráfico 2: Representação das propriedades rurais segundo a área (%).



Fonte: Oxfam Brasil, (2019, com adaptações).

De acordo com o IBGE, em 1995-1996, os imóveis rurais no Brasil eram em torno de 353 milhões de hectares divididos em 4,8 milhões de propriedades, das quais 2,4 milhões tinham menos de dez hectares e representavam quase metade do total de hectares, ocupando 2,2% da área total. Enquanto as propriedades com mais de 1000 hectares representavam apenas 49 mil e ocupavam 45% da área. O Relatório Oxfam, 2024, corrobora com as conclusões do IBGE, atentando para o censo 2017 que apontou nenhuma mudança significativa nesse cenário de concentração de terras no Brasil. A exemplo disso, o gráfico 2 mostra que 0,3% dos estabelecimentos rurais no Brasil correspondem à áreas de 2.500 hectares ou mais, ocupando pouco mais de 30% do total de áreas rurais brasileiras.

Ao compararmos os dados dos censos agropecuários de 1985, 1995, 2006 e 2017, notamos uma forte tendência para a concentração de terras. O que deveria ser justamente ao contrário, já que os números são apresentados pelo governo. É o governo que tem a obrigação de promover a reforma agrária, amparado por um sistema de leis e decretos homologados em função da promoção da justiça social, diminuição da pobreza, independência econômica e justiça política. Contudo, a análise da tabela 1, abaixo mostra a timidez dos governos quando o assunto é reestruturação fundiária.

Tabela 1: Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil – 1985/1995/2006/2017.

	1985	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	9.986.637	7.882.194	4.798.607	7.798.777
De 10 ha a menos de 100 ha	69.565.161	62.693.585	62.893.091	62.893.979
De 100 ha menos de 1000 ha	131.432.667	123.541.517	112.696.478	112.844.186
1000 ha a mais	163.940.667	159.493.949	146.553.218	150.143.096
Total	374.924.421	353.611.246	329.941.393	333.680.038

Fonte: Morissawa (2001, p. 27); IBGE (2017, com adaptações).

É visível que as políticas fundiárias não deram os resultados esperados ao longo da Nova República, período que se apresentava como um divisor de águas entre o latifúndio e o acesso a terra pelos agricultores. Isso ratifica o processo de lutas entre camponeses e latifundiários, os camponeses pelo direito a terra e ao trabalho, e os latifundiários pelo poder e o lucro sem limite. O que parecia ameaçado pelo novo governo democrático.

Em 1985, o governo Sarney esboçou um rompimento com a resistência da agricultura patronal, elaborando estratégias de redirecionamento da estrutura agrária do Brasil. Nesse momento, o governo contava com o apoio da Igreja Católica e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Todavia, a pressão exercida pelos ruralistas não deixou que o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, instituído pelo Decreto nº 91 766, de 10 de outubro de 1985, assentasse sequer 10% do que foi proposto em sua redação. (CAUME, 2006, p. 74). A previsão era o assentamento de 1,4 milhões de famílias até o ano de 1989. Mas, o INCRA aponta que apenas noventa mil famílias foram assentadas durante todo o governo Sarney.

Nos governos seguintes, apenas Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma assentaram mais famílias do que Sarney. O governo comandado por Collor e depois por Itamar Franco assentou só 36.500 (trinta e seis mil e quinhentas) familias. Já os Governos de Temer e Bolsonaro foram responsáveis por 33 mil familias assentadas. Isso no universo de 1.421.500 (um milhão, quatrocentas e vinte uma mil e quinhentas) familias assentadas, excetuando-se os assentamentos do regime militar.

Diante dos esforços para O INCRA implementar uma reforma agrária nos moldes do Estatuto da Terra, afim de revolucionar o método da política agrária brasileira, a intervenção patronal sempre conseguiu impedir os avanços planejados. Os patrões e expeculadores imbiliarios se utilizaram dos meios de comunicaçaõ para disseminar a falsa ideia de perigo, iminente, de invasões (BERGAMASCO, 1996, p.53), dificultando o processo de ocupação de terras improdutivas e criando resistência a criação demais assentamntos.

So para se ter uma ideia do poderio dessas organizações contrárias à reforma agrária, a União Democrática Ruralista - UDR financiou a campanha de partidos políticos para defender seus ideais dentro da assembleia constituinte. O fruto dessa investido foi o acréscimo de uma enxurrada de artifícios legais para burocratizar a redistribuição de terras, levando processos de desapropriação anos a fio atá no judiciário brasileiro (PEIXOTO, 2002, p. 121).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos assentamentos rurais e dos impactos das políticas públicas é fundamental para avaliar a efetividade dessas ações no desenvolvimento do campesinato. A Reforma Agrária, classificada como política redistributiva, historicamente gerou conflitos no Brasil devido à disputa pela terra entre a classe dominante e a classe dominada. A persistente concentração fundiária no país, resultado de uma má formação estrutural desde o período colonial, demonstra a limitada eficácia das políticas agrárias em promover o desenvolvimento da agricultura camponesa. As ocupações de terras, impulsionadas por movimentos sociais como as Ligas Camponesas e o MST, foram cruciais para a criação de assentamentos rurais, exercendo pressão sobre o governo para acelerar a Reforma Agrária.

Apesar dos esforços de alguns governos, a resistência dos latifundiários e a falta de aplicação da função social da terra continuam a gerar conflitos e motivações para as ocupações. O aumento do número de famílias assentadas nas últimas décadas reflete a pressão do MST. A redemocratização dos anos oitenta permitiu o crescimento das ocupações e uma resposta governamental, ainda tímida. O Estatuto da Terra, embora contendo dispositivos sobre a Reforma Agrária, teve implementação limitada. A criação do INCRA (Lei nº 4.504/64) e a Lei Agrícola de 1991 (Lei nº 8.171), que determinou a ATER pública e gratuita, representaram marcos legais importantes. Contudo, a implementação da Reforma Agrária enfrentou resistências, como a atuação da UDR durante o governo Sarney. O INCRA, responsável pela divisão de terras, busca garantir condições de desenvolvimento para os pequenos agricultores. Programas como o ATES, em consonância com a PNATER, visam promover a produção agroecológica nos assentamentos. O PRONAF (1995) introduziu a agricultura familiar na agenda estatal. A retomada da responsabilidade pela ATER pelo governo federal em 2003 e a instituição da PNATER representaram avanços significativos para a agricultura camponesa, com uma gestão mais descentralizada e participativa.

Entretanto, a descontinuidade da ATES no assentamento significou a queda na produção de grãos entre 2012, 5.086 (cinco mil e oitenta e seis) quilos, quase 300 (trezentos) quilos per capita e 2024, 4.812 (quatro mil, oitocentos e doze) quilos, aproximadamente 100 (cem) quilos per capita. Apesar do clima favorável e da biodiversidade local, a população do assentamento diminuiu 52% (cinquenta e dois por cento) desde 1998 e 36% (trinta e seis por cento) desde 2012, refletindo a falta de apoio eficaz aos agricultores. Em contrapartida, o assentamento demonstra avanços em áreas como a educação, tendo em vista que todas as crianças em idade escolar frequentam a escola, o analfabetismo é baixo, e a infraestrutura das moradias é boa (energia elétrica e água encanada). O acesso está melhorando com a pavimentação da estrada e a chegada de internet e telefonia móvel. O acesso à saúde básica através do PSF foi apontado pelos entrevistados como muito bom, embora o acesso a serviços mais complexos sejam problemáticos.

Os dados indicam que 33% (trinta e três por cento) da renda dos produtores do assentamento provêm da pecuária, sendo a renda agropecuária essencial para a manutenção das famílias, geralmente compostas por quatro pessoas. A renda per capita familiar diminuiu de 1,23 salários-mínimos em 2012 para 0,95 salários-mínimos em 2024, sendo que o valor de 2012 considerava apenas a renda agropecuária, enquanto o de 2024 engloba todas as fontes de renda da familia. Houve também uma redução no número de animais entre 2012 e 2024 (gado bovino de 88 cabeças para 64 cabeças, aves de 234 cabeças para 200 cbeças e caprinos de 23 cabeças para 10 cabeças), evidenciando a queda nos rendimentos.

Desde 2012, não se observou a adoção de tecnologias para a criação de animais, que é predominantemente extensiva (gado a pasto). Os criadores vacinam o gado contra a febre aftosa e utilizam produtos químicos para combater doenças e parasitas. Essa prática diverge dos princípios agroecológicos da Política Nacional de ATER, promovida pela equipe técnica local até 2012, através do Programa de ATES em parceria com o INCRA. Apesar de tudo isso, quando questionados sobre a satisfação em ser assentado da Reforma Agrária, todos responderam que estão satisfeitos com a situação de assentados e afirmaram que suas vidas melhoraram depois que passaram a ter o seu pedaço de terra para trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de assentamentos rurais representa uma estratégia para melhorar as condições sociais do campesinato, promover a estabilidade econômica e oferecer oportunidades de trabalho. No entanto, a luta pela posse da terra no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, como evidenciado pelas mobilizações sociais e pela violência no campo. A busca por políticas de desenvolvimento rural de qualidade, que incluam infraestrutura, saúde, educação e condições de produção adequadas é uma demanda constante dos assentados.

A Reforma Agrária, implementada de forma efetiva e com a participação dos movimentos sociais, possui o potencial de gerar desenvolvimento, reduzir a pobreza e promover a igualdade social. A experiência do Assentamento Amarelinha de Cima, detalhada nos resultados específicos da pesquisa, poderá oferecer informações valiosas sobre os desafios e as potencialidades da Reforma Agrária como política de desenvolvimento. A análise dos dados coletados junto aos assentados permitirá uma avaliação mais precisa dos impactos das políticas públicas em sua realidade socioeconômica.

Este tipo de trabalho contribue para a reflexão sobre o desenvolvimento de novas ações governamentais para os assentamentos rurais. É preciso mais levantamentos que englobem outros fatores considerados importantes para a sociologia do assentamento em questão. Portanto, este documento não exaure as curiosidades que a política de pública para a ruralidade desperta nos estudantes, sobretudo, os de Geografia. Espera-se, no entanto, que este documento possa contribuir com novas pesquisas acadêmicas sobe o tema.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. A. L. PRONAF: Quando a Parceria Faz a Diferença. Natal, 2000 (Prelo).

ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. PNATER. Disponível em: http://www.asbraer.org.br/. Acesso: 12 jan. 2024.

BERGAMASCO, Sônia Maria. O que são assentamentos rurais / Sônia Maria Bergamasco, Luiz Antônio Cabello Norber. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos; 301).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 103/2019 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Transfere a competência que menciona, referida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/6/2003, Página 2 (Publicação Original). Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/10/1985, Página 14903. Coleção de Leis do Brasil - 1985, Página 32 Vol. 8 (Publicação Original). Brasília, DF, 1985.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 1991. Brasília, DF, 1991.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 30 de janeiro de 1991. Dispõe sobre princípios de Política Agrícola, estabelecendo atribuições ao Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), tributação compensatória de produtos agrícolas, amparo ao pequeno produtor e regras de fixação e liberação dos estoques públicos. Diário Oficial da União de 30 de novembro de 1964. Brasília, DF, 1964.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER. 2010. Disponível em: http://www.pronaf.gov.br/ater/seap/Pronater.doc. Acesso: 10 maio 2024.

CARTILHA PRONAF: Plano Safra da Agricultura Familiar 2022-2023. FETAEP. Curitiba, Paraná, 2022.

CAUME, David José. O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares. Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 2006. 304p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 05 maio 2024.

EMPAER-PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba. Relatório de ATER 2023. Disponível em: http://emater.no-ip.org/v2/index.php. Acesso: 09 maio 2024.

FARIA, Caroline. Reforma Agrária Brasileira. Disponível em: http://www.infoescola.com/geografia/reforma-agrária-brasileira. Acesso: 10 junho 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

FRANÇA, V. L.; TACCONI NETO, E. A.; SOARES, R. P. Políticas Públicas e Desenvolvimento: o caso do Assentamento Rural Amarelinha de Cima no Município de Pilõezinhos/PB. In: Luciene Vieira de Arruda; Belarmino Mariano Neto (Org.). Geografia e Território: Planejamento urbano, rural e ambiental. 1.ª ed. João Pessoa: Ideia, 2015, v. II, p. 19-32.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa de ATES. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/. Acesso: 20 maio 2024.

INSTITUTO TRICONTINENTAL. Dossiê nº 27 de Pesquisa Social - Abril de 2020. Disponível em: https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-27-terra. Acesso: 10 junho 2024.

LOWI, T. J. American business, public policy, case studies, and political theory. World Politics, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

MDA/SAF. Cartilha de Acesso ao Pronaf – 2011/2012: saiba como obter crédito para a agricultura familiar. Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Secretaria da Agricultura Familiar – SAF. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (2016).

MORISSAWA, Mitsue. A História da Luta pela Terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.: il.

MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS-PB. Secretaria Municipal de Agricultura. 2024.

MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS-PB. Secretaria Municipal de Educação. 2024.

MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS-PB. Secretaria Municipal de Saúde. 2024.

OXFAM BRASIL. Mais Justiça, Menos Desigualdades. Relatório, 2019. Disponível em: <www.oxfam.org.br/publicacao>. Acesso em: 10 junho 2024.

PEIXOTO, Marcus. O Planejamento do Desenvolvimento de Assentamentos Rurais: Experiências no Estado do Rio de Janeiro. Artigo. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Ver. Univ. Rural, Ser. Ciênc. Humanas. Vol. 24(1-2): 159-172, jan./jun. 2002.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento Amarelinha de Cima – Pilõezinhos-PB. MDA/INCRA/EMATER/ATRAAC, 2000.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOBREIRA FILHO, José. Ocupações de Terra no Brasil (1988-2010): Uma Leitura Geográfica e a Conjuntura Política da Luta pela Terra. Artigo. Universidade Estadual Paulista, 2011. Disponível em:

http://web.ua.es/es/revista-geographosgiecryal/documentos/articulos/sobreiro2011.pdf?noCache=1316261573948. Acesso: 01 maio 2024.

WILSON, James Q. Bureaucracy: what government agencies do and why they do it. New York: Basic Books, 2012.

Capítulo 16

10.37423/260711193

MERCADO DA REPARAÇÃO: CAPITALISMO DE DESASTRE E REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NO DESASTRE DA SAMARCO

Matheus Alfradique Tinoco Gomes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores

RESUMO

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015, desencadeou um amplo processo institucional de reparação coordenado pela Fundação Renova, criada a partir do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Este artigo analisa como a governança da reparação estruturou uma economia específica em torno da administração dos danos, denominada mercado da reparação. Fundamentado nas contribuições da Geografia Política e da Economia Política, especialmente nos debates sobre território, capitalismo de desastre e circulação do capital, o estudo busca compreender como a reparação ultrapassou sua função compensatória para constituir um novo circuito de acumulação. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em análise documental de relatórios anuais e demonstrações financeiras da Fundação Renova, documentos do Comitê Interfederativo (CIF), do Ministério Público Federal, da Fundação Getúlio Vargas e de outras instituições envolvidas na reparação, além do levantamento e classificação das empresas contratadas entre 2016 e 2023. Os resultados evidenciam que a reparação mobilizou bilhões de reais, estruturou uma ampla rede empresarial composta por 163 organizações de diferentes setores e reorganizou a circulação do capital em múltiplas escalas territoriais. Conclui-se que a Fundação Renova desempenhou papel central na constituição de um mercado da reparação, no qual empresas privadas, consultorias, universidades e organizações da sociedade civil passaram a disputar recursos originalmente destinados às ações reparatórias. A principal contribuição do artigo consiste em propor a categoria analítica mercado da reparação, demonstrando que a gestão institucional do desastre também produz novas territorialidades e circuitos econômicos, ampliando o debate sobre capitalismo de desastre e governança de desastres socioambientais.

Palavras-chave: capitalismo de desastre; mercado da reparação; Fundação Renova; território; governança; desastre da Samarco

1 INTRODUÇÃO

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, pertencente à Samarco Mineração S.A. — empresa controlada pela Vale S.A. e pela BHP Billiton Brasil Ltda. —, ocorrido em 5 de novembro de 2015, inaugurou um dos episódios mais emblemáticos da mineração contemporânea no Brasil. A liberação de aproximadamente 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos atingiu diretamente dezenas de comunidades, comprometeu ecossistemas ao longo da bacia do rio Doce e provocou impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais cujos efeitos permanecem presentes quase uma década após o desastre (IBAMA, 2015; Zhouri et al., 2018; FGV, 2020a).

As consequências do rompimento ultrapassaram a destruição física dos territórios atingidos. O desastre desencadeou um complexo processo institucional de reparação, regulamentado inicialmente pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado em março de 2016 entre a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas responsáveis pelo rompimento. Como principal inovação institucional, o acordo criou a Fundação Renova, entidade privada incumbida de elaborar, executar e administrar os programas de reparação socioeconômica e ambiental previstos no TTAC (Brasil, 2016).

Desde sua criação, a Fundação Renova tornou-se objeto de intenso debate acadêmico e político. Diversos estudos evidenciaram problemas relacionados à participação limitada das populações atingidas, à morosidade dos processos indenizatórios, à centralização das decisões, à assimetria de poder entre empresas e atingidos e à privatização da governança da reparação (Zhouri et al., 2018; Laschefski, 2020; Penido, 2023). Outros autores destacaram como a arquitetura institucional criada pelo TTAC transferiu às próprias empresas responsáveis pelo desastre grande parte da condução das medidas reparatórias, conferindo-lhes significativo controle sobre os recursos financeiros e sobre a implementação das políticas destinadas às populações atingidas (Milanez et al., 2018; Dias, 2024).

Embora essas pesquisas tenham produzido importantes contribuições para a compreensão da governança do desastre, permanece relativamente pouco explorada uma dimensão fundamental desse processo: a economia produzida pela própria reparação. A implementação de dezenas de programas ambientais, sociais e indenizatórios mobilizou bilhões de reais e envolveu centenas de empresas nacionais e internacionais especializadas em engenharia, consultoria, auditoria, tecnologia da informação, comunicação, assessoria jurídica, recuperação ambiental, logística, saúde ocupacional, gestão de projetos e prestação de serviços diversos. Assim, paralelamente aos territórios devastados

pelo rompimento da barragem, constituiu-se um amplo circuito econômico sustentado pelos recursos destinados à reparação.

Partindo dessa constatação, este artigo propõe compreender a reparação não apenas como um conjunto de políticas voltadas à mitigação dos danos, mas também como um processo de reorganização econômica capaz de produzir novas formas de circulação de capitais. Argumenta-se que a gestão institucional do desastre estruturou aquilo que se denomina neste trabalho de mercado da reparação, entendido como o conjunto de relações econômicas, institucionais e territoriais constituídas em torno da administração dos danos produzidos pelo rompimento da barragem. Nesse mercado, empresas privadas, escritórios de advocacia, consultorias especializadas, organizações não governamentais, universidades e diversos prestadores de serviços passaram a disputar contratos financiados pelos recursos destinados à reparação, convertendo o desastre em uma nova frente de acumulação de capital.

Essa interpretação dialoga diretamente com a literatura sobre capitalismo de desastre. Para Klein (2008), grandes crises frequentemente criam condições favoráveis para a expansão de mercados anteriormente inexistentes, permitindo que empresas privadas transformem situações de calamidade em oportunidades de negócios. Harvey (2005) demonstra que a expansão do capitalismo depende continuamente da incorporação de novos espaços de acumulação, enquanto Santos (1996) e Santos e Silveira (2001) evidenciam que a circulação do capital reorganiza permanentemente os usos do território. Sob essa perspectiva, a reparação do desastre do rio Doce pode ser compreendida não apenas como resposta institucional aos danos produzidos pelo rompimento da barragem, mas também como mecanismo de reorganização territorial capaz de constituir novos circuitos econômicos articulados à lógica contemporânea da acumulação capitalista.

O objetivo deste artigo é analisar como a Fundação Renova organizou e operacionalizou esse mercado da reparação entre 2016 e 2023, identificando os principais setores econômicos beneficiados, os fluxos financeiros mobilizados e as implicações territoriais decorrentes desse processo. Defende-se que a reparação ultrapassou sua função compensatória original e passou a desempenhar papel estratégico na constituição de uma economia específica organizada em torno da administração dos danos, configurando uma manifestação particular do capitalismo de desastre.

Para alcançar esse objetivo, realizou-se pesquisa documental baseada na análise de relatórios anuais, demonstrações financeiras, atas do Conselho Curador da Fundação Renova, documentos oficiais

produzidos pelo Comitê Interfederativo (CIF), Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais, Fundação Getulio Vargas, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e demais instituições envolvidas na reparação. Complementarmente, foi elaborado um levantamento sistemático das empresas contratadas pela Fundação Renova, classificadas segundo seus ramos de atuação, localização geográfica e inserção nos diferentes nichos econômicos constituídos durante a reparação. A combinação dessas fontes permitiu identificar não apenas os principais fluxos financeiros administrados pela Fundação, mas também a estrutura econômica formada em torno da gestão do desastre.

Ao propor a categoria mercado da reparação, este artigo pretende contribuir para o debate sobre governança de desastres e economia política da mineração, oferecendo uma interpretação que articula território, circulação do capital e reparação socioambiental. Mais do que descrever a atuação da Fundação Renova, busca-se demonstrar que a institucionalização da reparação constituiu um novo espaço de acumulação, no qual a administração dos danos tornou-se ela própria um importante vetor de dinamização econômica.

2 CAPITALISMO DE DESASTRE, TERRITÓRIO CORPORATIVO E MERCADO DA REPARAÇÃO

A compreensão da reparação do desastre do rio Doce exige ultrapassar abordagens que a interpretam apenas como um conjunto de políticas públicas destinadas à compensação de danos. Embora a reparação envolva medidas ambientais, sociais e econômicas voltadas à recomposição dos territórios atingidos, ela também constitui um processo de reorganização institucional e econômica capaz de produzir novas relações de poder, novos fluxos financeiros e novas formas de apropriação do território. Nesse sentido, a reparação não representa simplesmente uma resposta posterior ao desastre, mas integra um conjunto mais amplo de mecanismos por meio dos quais o capital reorganiza suas estratégias de acumulação diante das crises que ele próprio produz.

Essa perspectiva encontra respaldo na formulação de Naomi Klein (2008), para quem grandes crises – guerras, desastres naturais, colapsos econômicos ou acidentes tecnológicos – frequentemente são acompanhadas pela expansão de mercados privados que passam a explorar oportunidades inexistentes antes da ocorrência desses eventos. Em sua interpretação, os desastres deixam de representar apenas momentos de destruição para converterem-se em circunstâncias favoráveis à implementação de políticas de privatização, terceirização e abertura de novos nichos de mercado. A

crise, portanto, não constitui uma interrupção do capitalismo, mas uma oportunidade para sua reconfiguração.

No caso brasileiro, essa interpretação mostra-se particularmente relevante para compreender os grandes desastres associados ao setor mineral. Conforme observam Milanez et al. (2018), o rompimento da barragem de Fundão revelou profundas fragilidades regulatórias construídas historicamente pela estreita relação entre Estado e grandes corporações mineradoras. Em vez de promover uma ruptura com esse modelo institucional, a resposta estatal consolidou mecanismos de governança que preservaram elevado grau de autonomia das empresas responsáveis sobre a condução da reparação. A criação da Fundação Renova constitui a principal expressão dessa arquitetura institucional, uma vez que transferiu para uma entidade privada a execução de programas financiados pelas próprias empresas responsáveis pelo desastre (BRASIL, 2016).

Entretanto, compreender essa dinâmica exclusivamente sob a perspectiva institucional seria insuficiente. A reparação também deve ser analisada como um fenômeno territorial. Para Santos (1996), o território não corresponde apenas ao espaço físico delimitado pelo Estado, mas ao resultado das relações sociais, econômicas, técnicas e políticas que nele se materializam. O autor destaca que o território usado constitui a expressão concreta das práticas dos diferentes agentes que nele atuam, sendo permanentemente reorganizado pelos fluxos do capital, pelas infraestruturas técnicas e pelas estratégias corporativas.

Essa interpretação permite compreender que o desastre da Samarco produziu duas territorialidades simultâneas. A primeira corresponde aos territórios diretamente atingidos pela lama de rejeitos, marcados pela destruição de ecossistemas, pela perda das atividades produtivas e pelo comprometimento das formas tradicionais de reprodução social. Diversos estudos demonstram que comunidades pesqueiras, agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas sofreram profundas transformações em seus modos de vida, cujos efeitos persistem até o presente (ZHOURI et al., 2018; FGV, 2020a; PENIDO, 2023).

A segunda territorialidade, menos evidente, emerge da própria gestão institucional da reparação. A constituição da Fundação Renova implicou a formação de uma extensa rede de empresas, consultorias, escritórios jurídicos, organizações ambientais, universidades e instituições financeiras distribuídas por diferentes regiões do país e do exterior. Enquanto os impactos ambientais permaneceram concentrados na bacia do rio Doce, parcela significativa dos recursos financeiros destinados à

reparação passou a circular por centros corporativos localizados principalmente em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, além de alcançar empresas multinacionais sediadas na Europa, América do Norte e Austrália. Essa dissociação entre o território onde os danos se materializam e os territórios onde circulam os recursos evidencia a existência de uma geografia específica da reparação.

Essa leitura dialoga diretamente com a noção de território corporativo desenvolvida por Santos e Silveira (2001). Para os autores, a globalização fortalece a atuação de grandes corporações capazes de reorganizar seletivamente o território conforme suas estratégias de acumulação. O território passa a ser apropriado por meio de redes técnicas, sistemas de informação, contratos, infraestruturas e instituições que permitem coordenar fluxos econômicos em múltiplas escalas. Nessa perspectiva, a Fundação Renova pode ser compreendida como um agente de coordenação territorial responsável por articular uma complexa rede de relações econômicas voltadas à administração do desastre.

A atuação dessa rede também pode ser interpretada à luz do conceito de território corporativo formulado por Gaviria (2018), segundo o qual grandes empreendimentos econômicos não controlam apenas áreas de exploração produtiva, mas constroem sistemas de governança capazes de influenciar instituições públicas, produzir consensos sociais e reorganizar as relações entre Estado, empresas e sociedade civil. A reparação do desastre do rio Doce evidencia precisamente esse movimento. A Fundação Renova não administrou somente programas ambientais ou indenizatórios; ela estruturou uma complexa arquitetura institucional responsável por coordenar centenas de contratos, definir prioridades de investimento, contratar fornecedores, estabelecer critérios técnicos e organizar a circulação de recursos financeiros em escala nacional e internacional.

Essa interpretação aproxima-se igualmente das contribuições de Harvey (2005) acerca da acumulação por espoliação. Para o autor, o capitalismo contemporâneo amplia continuamente suas fronteiras de valorização mediante a incorporação de novos ativos, novos mercados e novas formas de mercantilização. Embora Harvey discuta prioritariamente processos como privatizações, financeirização e apropriação de bens públicos, sua formulação oferece importantes elementos para compreender a economia constituída em torno da reparação. Os recursos destinados à compensação dos danos passaram a financiar uma ampla cadeia de prestação de serviços privados, convertendo a gestão do desastre em oportunidade de expansão para diversos segmentos empresariais.

Contudo, o caso do rio Doce apresenta uma especificidade que ultrapassa a noção clássica de acumulação por espoliação. A pesquisa realizada demonstra que a reparação não apenas ampliou

mercados previamente existentes, mas estruturou um circuito econômico relativamente autônomo, organizado em torno da administração dos próprios danos produzidos pelo rompimento da barragem. Empresas de engenharia ambiental, auditorias independentes, escritórios de advocacia especializados em indenizações, companhias de tecnologia da informação, consultorias socioambientais, organizações não governamentais e universidades passaram a disputar contratos financiados por recursos originalmente destinados à reparação das populações atingidas. Em outras palavras, consolidou-se uma economia cuja existência depende diretamente da gestão institucional do desastre.

É precisamente nesse contexto que se propõe, neste artigo, a categoria analítica mercado da reparação. Entende-se por mercado da reparação o conjunto de relações econômicas, institucionais e territoriais constituídas em torno da administração dos danos provocados por um desastre, envolvendo empresas privadas, consultorias, escritórios de advocacia, universidades, organizações da sociedade civil, instituições financeiras e demais agentes que passam a disputar contratos financiados pelos recursos destinados às ações reparatórias. Diferentemente da economia local devastada pelo rompimento da barragem, esse mercado organiza-se sobre a gestão dos próprios danos, convertendo a reparação em uma nova frente de valorização do capital.

Essa definição não pretende reduzir a reparação a uma lógica exclusivamente econômica. Ao contrário, reconhece que os programas implementados pela Fundação Renova produziram importantes ações de recuperação ambiental, reassentamento, indenização e assistência às populações atingidas. Entretanto, evidencia que essas mesmas ações foram operacionalizadas por meio de uma complexa estrutura contratual que mobilizou centenas de organizações privadas e movimentou bilhões de reais ao longo de quase uma década. A reparação, portanto, apresenta uma dupla natureza: constitui simultaneamente um mecanismo de resposta aos impactos do desastre e um importante circuito de dinamização econômica.

A literatura recente sobre os desdobramentos do desastre da Samarco reforça essa interpretação ao demonstrar que a governança instituída pelo TTAC produziu uma crescente tecnificação dos processos decisórios, ampliando o protagonismo de consultorias, auditorias e especialistas em detrimento da participação direta das comunidades atingidas (ZHOURI et al., 2018; LASCHEFSKI, 2020; PENIDO, 2023). A expansão dessas estruturas técnicas não pode ser compreendida apenas como necessidade administrativa decorrente da complexidade da reparação. Ela constitui igualmente um dos

mecanismos por meio dos quais o mercado da reparação se consolida, criando demanda permanente por serviços especializados financiados pelos recursos das obrigações reparatórias.

Sob essa perspectiva, o desastre do rio Doce evidencia uma importante inflexão nas formas contemporâneas de gestão de grandes conflitos socioambientais. Se, historicamente, a reparação era concebida como etapa posterior à ocorrência do dano, limitada à compensação das perdas sofridas pelas populações atingidas, observa-se que ela passa a desempenhar também a função de organizar novos circuitos econômicos, redistribuindo recursos entre diferentes agentes privados e reconfigurando territorialmente a circulação do capital. É precisamente essa dinâmica que será analisada nas seções seguintes, por meio do exame dos fluxos financeiros administrados pela Fundação Renova, da estrutura dos contratos firmados e dos diferentes nichos econômicos constituídos ao longo do processo de reparação.

3 METODOLOGIA

Este estudo possui natureza qualitativa e quantitativa e fundamenta-se em pesquisa documental voltada à análise da estrutura econômica constituída durante o processo de reparação do desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão. O objetivo metodológico consistiu em identificar os principais fluxos financeiros administrados pela Fundação Renova, mapear os agentes econômicos envolvidos na execução dos programas reparatórios e compreender como esses recursos estruturaram um circuito econômico próprio ao longo da implementação da reparação.

A opção pela pesquisa documental justifica-se pela ampla disponibilidade de documentos institucionais produzidos durante a governança do desastre, os quais possibilitam acompanhar a evolução financeira da Fundação Renova, a execução dos programas previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e a contratação de empresas responsáveis pela implementação das ações reparatórias. Conforme observa Cellard (2008), documentos institucionais constituem importantes fontes para compreender práticas administrativas, relações de poder e formas de organização social, desde que submetidos à análise crítica de sua produção, finalidade e contexto.

O levantamento documental concentrou-se em cinco conjuntos principais de fontes. O primeiro correspondeu aos Relatórios Anuais e Relatórios Integrados publicados pela Fundação Renova entre 2016 e 2023, utilizados para identificar a evolução dos aportes financeiros, das despesas executadas e da distribuição dos investimentos entre os diferentes programas de reparação (FUNDAÇÃO RENOVA,

2017; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022; 2023). Esses documentos forneceram informações sobre receitas, despesas operacionais, contratos firmados, indicadores de desempenho e principais projetos executados.

O segundo conjunto de fontes compreendeu as Demonstrações Financeiras auditadas da Fundação Renova, utilizadas para detalhar a composição das despesas administrativas, os investimentos realizados em programas socioeconômicos e socioambientais, a evolução patrimonial da instituição e os valores destinados à contratação de bens e serviços. A utilização dessas demonstrações permitiu conferir maior precisão às análises sobre a circulação dos recursos financeiros administrados durante o processo reparatório.

O terceiro conjunto documental foi constituído pelas atas do Conselho Curador da Fundação Renova, documentos do Comitê Interfederativo (CIF), deliberações das Câmaras Técnicas e relatórios produzidos por órgãos de controle e fiscalização, como o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública e a Fundação Getulio Vargas (FGV). Essas fontes permitiram compreender os mecanismos institucionais de governança, os conflitos relacionados à implementação dos programas e as transformações ocorridas ao longo da execução do TTAC (FGV, 2019; 2020a; MPF, 2020).

Complementarmente, realizou-se um levantamento sistemático das empresas contratadas pela Fundação Renova durante o período analisado. A identificação dessas organizações ocorreu por meio da consolidação de informações presentes em relatórios institucionais, atas administrativas, contratos divulgados publicamente, bases empresariais, registros cadastrais e informações disponibilizadas pelas próprias empresas. Após o levantamento, cada organização foi classificada segundo seu ramo principal de atuação, porte empresarial, localização da sede e área predominante de prestação de serviços.

Essa etapa permitiu organizar os fornecedores em diferentes nichos econômicos, dentre os quais se destacam: engenharia e infraestrutura; consultorias empresariais; consultorias ambientais; tecnologia da informação; auditoria; assessoria jurídica; comunicação; logística; saúde; educação e pesquisa; organizações da sociedade civil; recuperação ambiental; serviços administrativos e apoio operacional. Essa classificação possibilitou analisar não apenas o volume de empresas participantes da reparação, mas também a diversidade dos setores econômicos mobilizados pela Fundação Renova.

Além da caracterização setorial, buscou-se identificar a distribuição territorial dessas empresas, permitindo compreender a espacialização dos fluxos econômicos gerados pela reparação. Para isso, foram levantadas as sedes administrativas das organizações contratadas, evidenciando sua concentração em grandes centros econômicos nacionais — especialmente Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro — e a presença de empresas multinacionais sediadas na Europa, América do Norte e Oceania. Essa análise espacial permitiu comparar a localização dos danos produzidos pelo rompimento da barragem com os territórios beneficiados pela circulação dos recursos financeiros destinados à reparação.

A análise dos dados foi orientada pelo método de interpretação crítica, articulando evidências empíricas com categorias da Geografia Política e da Economia Política, particularmente os conceitos de território, circulação do capital, governança corporativa e capitalismo de desastre. Em vez de tratar os dados financeiros como simples indicadores administrativos, buscou-se compreender como a distribuição dos recursos expressa relações de poder, estratégias corporativas e formas contemporâneas de organização territorial.

A interpretação fundamentou-se especialmente nas contribuições de Santos (1996), Santos e Silveira (2001), Harvey (2005), Klein (2008), Haesbaert (2014), Gaviria (2018), Milanez et al. (2018), Zhouri et al. (2018), Laschefski (2020) e Penido (2023), autores que discutem a relação entre grandes empreendimentos econômicos, conflitos territoriais, governança ambiental e processos de acumulação de capital. A partir desse referencial, os dados documentais foram analisados não apenas como registros contábeis, mas como evidências da constituição de uma economia específica organizada em torno da gestão institucional do desastre.

Por fim, importa destacar que a pesquisa apresenta algumas limitações inerentes às fontes utilizadas. Embora a Fundação Renova tenha divulgado um volume expressivo de informações financeiras e institucionais, nem todos os contratos apresentam detalhamento suficiente para identificar os valores individualmente destinados a cada fornecedor. Além disso, determinadas empresas participaram simultaneamente de diferentes programas reparatórios, dificultando a mensuração exata da distribuição dos recursos por setor econômico. Essas limitações, contudo, não comprometem os objetivos da pesquisa, uma vez que a análise concentra-se na identificação da arquitetura econômica construída pela reparação e não na contabilização exaustiva de todos os contratos celebrados.

Essa estratégia metodológica permitiu demonstrar que a reparação do desastre extrapolou sua dimensão estritamente compensatória, constituindo uma extensa rede de agentes econômicos articulados por contratos, fluxos financeiros e mecanismos institucionais de governança. A seção seguinte apresenta os resultados dessa investigação, evidenciando como a Fundação Renova organizou um amplo mercado da reparação durante a implementação das ações previstas no TTAC.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O desastre destrói uma economia e cria outra: a emergência do mercado da reparação

O rompimento da barragem de Fundão produziu uma ruptura que ultrapassa a dimensão ambiental e humanitária normalmente associada aos grandes desastres da mineração. Se, por um lado, provocou a destruição de comunidades, ecossistemas e atividades econômicas historicamente consolidadas na bacia do rio Doce, por outro, desencadeou a formação de um novo circuito econômico estruturado pela própria gestão institucional da reparação. Essa dupla dinâmica constitui o principal resultado desta pesquisa: ao mesmo tempo em que o desastre desorganizou economias territoriais baseadas na pesca artesanal, na agricultura familiar, no turismo, no comércio local e em diferentes formas de reprodução social, ele criou uma economia especializada na administração dos seus próprios efeitos. A reparação deixou de representar apenas um mecanismo jurídico de compensação para tornar-se um importante espaço de circulação de capitais e de expansão de mercados especializados.

Essa interpretação desloca o foco predominante da literatura sobre o desastre da Samarco. Grande parte dos estudos concentrou-se, legitimamente, na análise das violações de direitos, dos conflitos territoriais, da governança da Fundação Renova e da limitada participação das populações atingidas (Zhouri et al., 2018; Penido, 2021; Dias, 2024; Ferreira, 2025). Embora essas dimensões permaneçam centrais para compreender a permanência do desastre, elas não esgotam seus desdobramentos econômicos. A pesquisa desenvolvida demonstra que a própria política de reparação passou a produzir um novo campo de acumulação, estruturado pela contratação de empresas privadas, consultorias, escritórios de advocacia, organizações não governamentais, universidades e instituições especializadas na execução dos programas previstos no TTAC.

Nesse sentido, o desastre deve ser compreendido como um momento de reorganização dos circuitos econômicos e não apenas como um episódio de destruição. As atividades produtivas tradicionais

existentes nos territórios atingidos sofreram interrupções prolongadas ou desapareceram completamente. A pesca foi restringida em diversos trechos da bacia, a agricultura familiar enfrentou limitações decorrentes da contaminação dos solos e da água, atividades turísticas perderam dinamismo e inúmeras comunidades experimentaram processos de desterritorialização que comprometeram formas históricas de organização econômica e social. Em contrapartida, a implementação da reparação passou a demandar serviços técnicos permanentes relacionados à engenharia, recuperação ambiental, consultorias, perícias, tecnologia da informação, comunicação institucional, auditorias independentes, assessorias jurídicas e gestão administrativa.

Essa substituição parcial de uma economia territorializada por outra economia organizada institucionalmente aproxima-se da formulação de Naomi Klein (2008), segundo a qual as crises criam oportunidades para a expansão de novos mercados. Entretanto, o caso do rio Doce apresenta uma especificidade que amplia essa interpretação. O que se observa não é apenas a privatização de serviços públicos ou a terceirização de funções estatais. A própria reparação converte-se em uma frente de valorização do capital. Recursos originados de obrigações judiciais impostas às empresas responsáveis pelo desastre passaram a alimentar um sistema relativamente permanente de contratação de serviços privados, cuja reprodução depende diretamente da continuidade das ações reparatórias.

A institucionalização dessa dinâmica ocorreu com a criação da Fundação Renova, entidade privada instituída pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta para executar quarenta e dois programas de reparação e compensação. Embora formalmente concebida como organização sem fins lucrativos, sua atuação exigiu a coordenação de uma extensa estrutura administrativa e contratual, responsável por distribuir recursos, selecionar fornecedores, contratar consultorias, supervisionar obras, executar monitoramentos ambientais e operacionalizar sistemas indenizatórios. A reparação passou a ser realizada predominantemente por meio da articulação entre agentes privados, deslocando a execução direta das ações para uma ampla rede empresarial.

Sob a perspectiva da Geografia, esse processo representa uma profunda reconfiguração da circulação do capital. Conforme argumentam Santos (1996) e Santos e Silveira (2001), o território contemporâneo organiza-se por meio de fluxos, redes e sistemas técnicos que conectam lugares funcionalmente distintos. No caso da reparação do rio Doce, essa lógica manifesta-se de forma evidente. Enquanto os impactos permaneceram concentrados espacialmente ao longo da bacia hidrográfica, os recursos financeiros passaram a circular por empresas sediadas em diferentes centros corporativos nacionais e

internacionais. A economia da reparação não permaneceu restrita ao território atingido; ela reorganizou fluxos econômicos em múltiplas escalas, conectando os municípios afetados a empresas localizadas em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e outros centros de decisão econômica.

Essa dissociação entre o território da destruição e o território da circulação do capital constitui uma das principais evidências empíricas produzidas pela pesquisa. O desastre permaneceu territorializado em seus impactos sociais e ambientais; entretanto, os benefícios econômicos decorrentes da gestão da reparação distribuíram-se por uma rede empresarial muito mais ampla. Essa constatação reforça a necessidade de interpretar a reparação como um processo de reorganização territorial da acumulação, e não apenas como política pública de compensação.

Os resultados do levantamento documental corroboram essa interpretação. O Capítulo 3 da dissertação demonstra que a Fundação Renova estruturou uma arquitetura financeira baseada em aportes sucessivos das mineradoras, despesas operacionais permanentes, programas de reparação e compensação, além de um amplo conjunto de contratos celebrados com empresas especializadas. A pesquisa identificou ainda 163 empresas de médio e grande porte distribuídas em diferentes ramos de atividade, evidenciando que a reparação mobilizou uma diversidade de segmentos econômicos muito superior àquela normalmente associada às ações de recuperação ambiental.

É precisamente a partir desse conjunto de evidências que se propõe a categoria analítica mercado da reparação. Diferentemente da noção genérica de mercado de serviços ambientais, o conceito refere-se ao conjunto de relações econômicas, institucionais e territoriais constituídas em torno da administração dos danos produzidos por um desastre. Trata-se de um circuito de acumulação estruturado pela circulação de recursos destinados à reparação, envolvendo empresas privadas, consultorias, escritórios de advocacia, universidades, organizações da sociedade civil e outros agentes que passam a disputar contratos decorrentes das obrigações reparatórias. Sua especificidade reside no fato de que sua reprodução depende diretamente da permanência dos danos e da continuidade da governança do desastre.

Essa definição também permite diferenciar o mercado da reparação da economia local existente antes do rompimento da barragem. Enquanto esta era sustentada por atividades produtivas territorialmente enraizadas e diretamente vinculadas às formas de vida das comunidades atingidas, aquele organiza-se por meio de redes corporativas, contratos especializados e fluxos financeiros de grande escala. Em outras palavras, o desastre não substituiu uma economia por outra equivalente; ele promoveu uma

mudança qualitativa na natureza dos circuitos econômicos predominantes, deslocando o eixo da reprodução econômica dos territórios atingidos para uma estrutura organizada em torno da gestão institucional da crise.

Essa interpretação encontra respaldo na literatura sobre capitalismo de desastre, mas avança ao demonstrar empiricamente como essa dinâmica se materializa em um caso concreto. O conceito de mercado da reparação emerge, portanto, menos como uma formulação abstrata e mais como uma categoria construída a partir da análise dos dados produzidos pela pesquisa. São justamente os demonstrativos financeiros, a estrutura dos programas, o levantamento das empresas contratadas e a organização dos nichos econômicos que permitem compreender a reparação como um espaço específico de reorganização da acumulação capitalista.

A próxima subseção examina essa dinâmica por meio da análise da arquitetura financeira da Fundação Renova, demonstrando como os aportes realizados pelas mineradoras, a distribuição dos investimentos entre os programas e a composição das despesas contribuíram para consolidar economicamente esse mercado da reparação. A hipótese defendida é que a evolução dos gastos não expressa apenas o avanço da reparação, mas também o amadurecimento de uma economia organizada pela gestão do desastre.

4.2 A arquitetura financeira da reparação: circulação do capital e consolidação do mercado da reparação

A constituição do mercado da reparação não pode ser compreendida apenas pela existência de empresas contratadas ou pela diversidade dos programas executados pela Fundação Renova. Sua principal expressão encontra-se na arquitetura financeira criada para operacionalizar a gestão do desastre. Os demonstrativos financeiros analisados evidenciam que a reparação estruturou um sistema contínuo de circulação de recursos que extrapolou a lógica indenizatória inicialmente prevista pelo TTAC, convertendo-se em um circuito econômico relativamente estável e capaz de mobilizar diferentes segmentos empresariais ao longo de quase uma década.

Essa constatação exige deslocar o foco analítico dos valores absolutos para a forma como os recursos passaram a circular. Em grande parte da literatura sobre o desastre da Samarco, os bilhões de reais destinados à reparação aparecem como indicador do esforço financeiro realizado pelas empresas responsáveis ou da magnitude das ações desenvolvidas pela Fundação Renova (Zhouri et al., 2018;

Penido, 2023). Embora esse aspecto seja relevante, os resultados desta pesquisa sugerem outra interpretação. Mais do que financiar programas reparatórios, esses recursos estruturaram uma cadeia permanente de contratação de bens e serviços especializados, reorganizando a circulação do capital em torno da administração do desastre.

Os demonstrativos financeiros da Fundação Renova mostram que, entre 2016 e 2023, os aportes realizados pelas empresas mantenedoras sustentaram a execução dos programas ambientais, socioeconômicos e compensatórios previstos no TTAC, bem como as despesas administrativas necessárias ao funcionamento da instituição. A evolução anual dos investimentos evidencia que a reparação não correspondeu a uma intervenção emergencial concentrada nos primeiros anos após o rompimento da barragem. Ao contrário, observa-se um processo de ampliação e reconfiguração contínua dos recursos administrados, acompanhado pela incorporação de novos programas, pela expansão dos sistemas indenizatórios e pela contratação permanente de fornecedores especializados.

Essa característica diferencia a reparação do rio Doce de grande parte das respostas institucionais tradicionalmente observadas em desastres ambientais. Em vez de concentrar os investimentos em ações imediatas de reconstrução, a governança instituída pelo TTAC produziu uma estrutura financeira de longa duração, cuja permanência esteve associada à continuidade das medidas reparatórias e à redefinição periódica de metas, cronogramas e programas. A temporalidade prolongada da reparação garantiu estabilidade aos fluxos financeiros administrados pela Fundação Renova e criou condições para a consolidação de um mercado especializado na prestação de serviços relacionados à gestão do desastre.

Sob esse aspecto, os dados revelam uma importante mudança na natureza dos gastos. A reparação não se restringiu às indenizações individuais ou à recuperação física dos territórios atingidos. Os recursos passaram a financiar uma diversidade crescente de atividades técnicas, administrativas e operacionais, incluindo estudos ambientais, monitoramentos hidrológicos, elaboração de projetos executivos, auditorias independentes, consultorias especializadas, desenvolvimento de sistemas de informação, serviços jurídicos, comunicação institucional, gestão de pessoas, logística, perícias e ações de governança. Em outras palavras, a circulação financeira deixou de ocorrer exclusivamente entre a Fundação Renova e os beneficiários finais das políticas reparatórias, passando a envolver uma complexa rede de agentes econômicos responsáveis pela operacionalização da própria reparação.

Essa transformação pode ser observada na distribuição dos investimentos entre os principais eixos de atuação identificados nesta pesquisa. Os programas classificados como política de ação social concentraram aproximadamente R$ 19,4 bilhões, correspondendo ao maior volume de recursos administrados pela Fundação Renova. Em seguida, destacam-se os investimentos em engenharia e consultoria, que alcançaram cerca de R$ 4,1 bilhões, e aqueles destinados à reparação e mitigação ambiental, próximos de R$ 3,78 bilhões. Em comparação, os programas de apoio à economia regional mobilizaram aproximadamente R$ 591 milhões, enquanto as ações de comunicação, propaganda e marketing consumiram cerca de R$ 399 milhões. Esses valores revelam que a reparação foi estruturada por uma combinação de ações sociais, técnicas e administrativas, nas quais a execução de obras e intervenções ambientais coexistiu com um amplo conjunto de serviços especializados indispensáveis ao funcionamento da governança.

Mais do que revelar prioridades orçamentárias, essa distribuição evidencia a formação de diferentes circuitos de circulação do capital. Enquanto os recursos destinados às políticas de ação social alcançaram diretamente parte das populações atingidas por meio de indenizações, auxílios financeiros e programas compensatórios, os investimentos em engenharia, consultorias, tecnologia e comunicação alimentaram mercados especializados responsáveis pela execução técnica da reparação. Assim, uma parcela significativa dos recursos não permaneceu nos territórios atingidos, mas passou a circular entre empresas e instituições localizadas em diferentes escalas territoriais.

Essa dinâmica dialoga diretamente com a interpretação de Milton Santos (1996) acerca dos circuitos espaciais da economia. Segundo o autor, a circulação do capital articula lugares distintos por meio de redes técnicas e organizacionais que conectam centros de decisão, produção e consumo. No caso analisado, a reparação produziu um circuito espacial específico, no qual os territórios atingidos constituíram o espaço da demanda por ações reparatórias, enquanto empresas sediadas em grandes centros urbanos passaram a concentrar parcela expressiva dos recursos destinados à sua execução. Os impactos permaneceram territorializados; os fluxos financeiros, entretanto, tornaram-se progressivamente desterritorializados.

Essa dissociação entre o lugar onde o dano ocorre e os lugares onde se concentram os benefícios econômicos da reparação representa um dos principais resultados desta pesquisa. Ela demonstra que a economia produzida pelo desastre não se limita aos municípios atingidos, mas integra redes corporativas nacionais e internacionais que reorganizam continuamente a circulação do capital. Trata-

se de um processo que reforça a seletividade territorial característica da globalização descrita por Santos e Silveira (2001), na qual determinados lugares concentram funções estratégicas de comando e coordenação, enquanto outros permanecem como espaços de produção dos impactos socioambientais.

Outro aspecto relevante refere-se às despesas administrativas da Fundação Renova. Embora representem percentual reduzido em relação ao orçamento total, esses gastos revelam a consolidação de uma estrutura burocrática altamente especializada, responsável por assegurar o funcionamento cotidiano da governança da reparação. As demonstrações financeiras indicam despesas significativas com pessoal, serviços especializados, governança, auditorias e assessorias técnicas, evidenciando que a gestão do desastre tornou-se ela própria uma atividade econômica permanente.

Sob a perspectiva do capitalismo de desastre, esse resultado possui implicações importantes. Harvey (2005) argumenta que a expansão do capitalismo depende da abertura contínua de novos espaços de valorização. Os dados analisados sugerem que a reparação do rio Doce constituiu precisamente um desses espaços. A circulação dos recursos destinados às obrigações reparatórias não apenas financiou políticas públicas ou compensações econômicas; ela também estruturou mercados especializados cuja reprodução passou a depender da continuidade dos programas implementados pela Fundação Renova.

Em síntese, a arquitetura financeira da reparação revela que o desastre inaugurou uma economia distinta daquela existente antes do rompimento da barragem. Não se trata apenas de contabilizar aportes, despesas ou contratos, mas de compreender que esses fluxos financeiros organizaram novas relações econômicas, redefiniram circuitos espaciais de circulação do capital e consolidaram um mercado especializado na gestão institucional dos danos. A análise financeira, portanto, não constitui um fim em si mesma; ela representa a principal evidência empírica de que a reparação operou como mecanismo de reorganização econômica e territorial.

Essa interpretação será aprofundada na próxima subseção, que examina a composição da rede empresarial formada pela Fundação Renova. A identificação de 163 empresas de médio e grande porte, distribuídas entre diferentes setores econômicos e escalas territoriais, permitirá demonstrar que a circulação dos recursos financeiros se materializou em uma arquitetura empresarial complexa, responsável por dar sustentação concreta ao mercado da reparação.

4.3 A rede empresarial da reparação: quem passou a integrar o mercado do desastre?

A consolidação do mercado da reparação não decorreu apenas da disponibilidade de recursos financeiros administrados pela Fundação Renova. Sua materialização ocorreu por meio da constituição de uma extensa rede empresarial responsável pela execução dos programas previstos no TTAC. Se a arquitetura financeira garantiu a circulação dos recursos, foram os contratos celebrados com empresas privadas, consultorias, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa que deram concretude econômica à reparação. Em outras palavras, o mercado da reparação somente se tornou operacional porque foi sustentado por uma complexa divisão técnica do trabalho, organizada em torno da administração dos impactos produzidos pelo rompimento da barragem.

O levantamento realizado nesta pesquisa identificou 163 empresas de médio e grande porte que mantiveram contratos com a Fundação Renova entre 2016 e 2024. A diversidade de organizações envolvidas demonstra que a reparação ultrapassou amplamente o campo da recuperação ambiental ou da reconstrução de infraestruturas atingidas. A execução dos programas mobilizou empresas especializadas em engenharia, geotecnologias, consultorias ambientais, auditorias independentes, escritórios de advocacia, tecnologia da informação, comunicação corporativa, recursos humanos, logística, saúde ocupacional, monitoramento hidrológico, pesquisas científicas, recuperação florestal, gestão social e diferentes serviços administrativos.

Esse resultado permite compreender a reparação como um processo de elevada especialização produtiva. Diferentemente da percepção de que os recursos destinados ao desastre seriam aplicados predominantemente em obras de reconstrução ou indenizações, os contratos analisados revelam uma estrutura muito mais complexa, caracterizada pela incorporação de serviços intensivos em conhecimento técnico e organizacional. Grande parte das atividades executadas exigia elevado grau de especialização profissional, certificações técnicas, tecnologias específicas e capacidade de operar simultaneamente em diferentes escalas territoriais. Essa configuração favoreceu empresas já consolidadas nacional e internacionalmente, capazes de responder às exigências técnicas impostas pelos programas reparatórios.

A composição dessa rede empresarial evidencia, ainda, a forte presença de grandes corporações de consultoria e engenharia, muitas delas com atuação internacional e experiência acumulada em projetos de infraestrutura, mineração, gestão ambiental e gerenciamento de riscos. Essas empresas não foram contratadas apenas para executar atividades pontuais. Em diversos casos, passaram a

desempenhar funções estratégicas na elaboração de diagnósticos, planejamento de intervenções, monitoramento ambiental, auditorias técnicas, desenvolvimento de sistemas de informação e apoio à tomada de decisões. Assim, parcela significativa do conhecimento produzido sobre o desastre passou a ser mediada por organizações privadas contratadas pela própria estrutura responsável pela reparação.

Esse aspecto possui implicações importantes para a compreensão da governança do desastre. O conhecimento técnico deixou de constituir apenas instrumento de avaliação dos impactos ambientais e sociais para tornar-se um ativo econômico incorporado à dinâmica da reparação. Estudos ambientais, perícias, modelagens hidrológicas, levantamentos cartográficos, sistemas de georreferenciamento, auditorias e pareceres especializados passaram a integrar contratos de elevado valor econômico, ampliando significativamente a participação de empresas intensivas em conhecimento na execução das políticas reparatórias. O desastre converteu-se, assim, em um importante mercado para a produção e comercialização de expertise técnica.

Essa dinâmica aproxima-se da interpretação proposta por Milton Santos (1996) acerca da centralidade da informação e do conhecimento na constituição do meio técnico-científico-informacional. No contexto da reparação, não apenas equipamentos e obras passaram a integrar os circuitos econômicos produzidos pelo desastre, mas também serviços especializados cuja principal mercadoria consiste justamente na produção, organização e circulação de informações. A gestão da reparação dependeu continuamente da elaboração de diagnósticos, indicadores, relatórios técnicos, plataformas digitais, sistemas de monitoramento e bancos de dados que orientaram a implementação dos programas. Dessa forma, parte expressiva dos recursos financeiros passou a remunerar atividades cujo produto principal não era material, mas informacional.

Outro resultado relevante refere-se à distribuição setorial das empresas contratadas. A classificação realizada nesta pesquisa demonstra que os nichos mais representativos concentram-se nos segmentos de engenharia, consultorias empresariais e ambientais, tecnologias da informação, serviços jurídicos, auditorias, comunicação institucional e gestão social. Essa diversidade indica que a reparação produziu uma economia altamente fragmentada, na qual diferentes empresas passaram a disputar parcelas específicas dos recursos administrados pela Fundação Renova. Não se trata, portanto, da predominância de um único setor econômico, mas da constituição de um mercado caracterizado por elevada complementaridade funcional entre atividades especializadas.

Sob essa perspectiva, a Fundação Renova exerceu uma função que extrapola a de mera contratante de serviços. Ao coordenar centenas de contratos distribuídos entre diferentes áreas de atuação, a instituição passou a articular economicamente setores que, em condições ordinárias, dificilmente estariam conectados em torno de um mesmo empreendimento. Empresas de tecnologia passaram a atuar conjuntamente com consultorias ambientais, escritórios jurídicos, organizações sociais, auditorias financeiras, instituições de pesquisa e empreiteiras de infraestrutura. A reparação tornou-se, assim, um elemento articulador de diferentes mercados, produzindo uma rede econômica integrada pela necessidade comum de executar programas decorrentes do desastre.

Essa capacidade de articulação permite reinterpretar o papel desempenhado pela Fundação Renova. Em vez de compreendê-la apenas como entidade executora dos programas previstos no TTAC, os resultados sugerem entendê-la como uma organizadora de mercados. Sua atuação consistiu em coordenar fluxos financeiros, selecionar fornecedores, definir critérios técnicos, estruturar editais, contratar serviços e distribuir recursos entre múltiplos segmentos econômicos. A governança da reparação converteu-se, portanto, em um mecanismo institucional de organização da demanda por bens e serviços especializados.

A análise espacial da rede empresarial reforça essa interpretação. Embora as ações reparatórias tenham sido executadas nos territórios atingidos ao longo da bacia do rio Doce, parcela significativa das empresas contratadas possui sede em grandes centros econômicos nacionais, especialmente Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, além de incluir corporações multinacionais com atuação em diversos países. Essa distribuição evidencia uma assimetria territorial importante: os impactos do desastre permaneceram concentrados regionalmente, enquanto os benefícios econômicos produzidos pela reparação foram apropriados por agentes localizados em escalas espaciais muito mais amplas.

Essa configuração revela uma lógica recorrente do capitalismo contemporâneo. Conforme argumentam Santos e Silveira (2001), os fluxos econômicos tendem a privilegiar os lugares dotados de maior densidade técnica, financeira e informacional. O levantamento realizado confirma essa tendência. As empresas que concentraram contratos junto à Fundação Renova são, em sua maioria, organizações que já ocupavam posições consolidadas em mercados nacionais e internacionais, dispondo de elevada capacidade técnica, estrutura organizacional complexa e ampla inserção em redes corporativas. Assim, a economia da reparação reproduziu seletividades territoriais previamente existentes, fortalecendo agentes econômicos já competitivos antes mesmo da ocorrência do desastre.

Esses resultados permitem compreender que o mercado da reparação não corresponde simplesmente ao conjunto de empresas contratadas pela Fundação Renova. Trata-se de uma rede econômica estruturada pela articulação entre recursos financeiros, conhecimento técnico, capacidades organizacionais e relações institucionais, cuja existência depende diretamente da continuidade da governança do desastre. Os contratos celebrados representam apenas a expressão visível de um processo mais amplo de reorganização da circulação do capital, no qual diferentes segmentos econômicos passaram a integrar uma mesma arquitetura institucional voltada à administração permanente dos danos.

A identificação dessa rede empresarial constitui uma das principais evidências empíricas da categoria proposta neste artigo. Ao revelar quem foram os agentes econômicos incorporados à reparação, torna-se possível compreender que o desastre não gerou apenas perdas materiais e sociais, mas também oportunidades de expansão para mercados especializados. A reparação deixou de ser exclusivamente uma obrigação jurídica das empresas mineradoras e passou a constituir um espaço de reprodução econômica para uma ampla rede de organizações privadas, conferindo materialidade ao conceito de mercado da reparação.

4.4 A geografia do mercado da reparação: circulação do capital e reorganização do território

Os resultados apresentados nas seções anteriores demonstram que a reparação do desastre do rio Doce não pode ser compreendida apenas como um conjunto de programas destinados à mitigação dos danos socioambientais. A análise dos fluxos financeiros e da rede empresarial contratada pela Fundação Renova revela um processo mais amplo de reorganização espacial da economia, no qual os recursos destinados à reparação passaram a conectar territórios, empresas e instituições distribuídos em diferentes escalas geográficas. Em outras palavras, o desastre não produziu apenas uma nova economia; produziu também uma nova geografia da circulação do capital.

Essa constatação desloca a análise do plano estritamente institucional para a dimensão territorial da reparação. Se a Fundação Renova organizou um mercado especializado na administração dos danos, esse mercado necessariamente produziu novos fluxos, novas centralidades e novas relações espaciais. A reparação tornou-se um mecanismo capaz de conectar os municípios atingidos a centros corporativos nacionais e internacionais, reorganizando os circuitos econômicos a partir das demandas geradas pelo próprio desastre.

Sob a perspectiva de Milton Santos (1996), essa dinâmica pode ser interpretada como a constituição de um novo circuito espacial de circulação do capital. Os recursos financeiros destinados à reparação não permaneceram vinculados aos lugares onde os impactos ocorreram. Ao contrário, passaram a circular por meio de redes técnicas, informacionais e organizacionais que conectaram os territórios atingidos a empresas de engenharia, consultorias, auditorias, escritórios jurídicos, organizações da sociedade civil e instituições científicas sediadas, predominantemente, nos principais centros econômicos do país. A bacia do rio Doce transformou-se no espaço onde os impactos permaneceram territorializados; a economia da reparação, entretanto, passou a operar em uma escala muito mais ampla, articulando diferentes regiões brasileiras e empresas com atuação internacional.

Essa dissociação entre o território da destruição e o território da circulação dos recursos constitui um dos principais resultados da pesquisa. Tradicionalmente, os estudos sobre desastres concentram-se na delimitação espacial dos impactos ambientais e sociais. No caso do rompimento da barragem de Fundão, entretanto, os efeitos econômicos extrapolaram amplamente os limites da área diretamente atingida. Os contratos celebrados pela Fundação Renova evidenciam que parte expressiva dos recursos destinados à reparação foi apropriada por empresas localizadas fora dos municípios afetados, muitas delas sediadas em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, além de corporações multinacionais com atuação em diferentes países. Assim, enquanto os danos permaneceram concentrados na bacia hidrográfica, os benefícios econômicos produzidos pela reparação passaram a integrar redes empresariais distribuídas em escalas nacional e internacional.

Essa configuração reforça a interpretação de Santos e Silveira (2001) acerca do uso corporativo do território. Para os autores, a globalização intensifica a seletividade espacial ao privilegiar determinados lugares dotados de maior densidade técnica, financeira e informacional. A pesquisa demonstra que essa lógica também se manifesta na gestão dos desastres. A Fundação Renova estruturou sua rede de fornecedores recorrendo majoritariamente a empresas já inseridas nos circuitos superiores da economia, portadoras de elevado capital técnico, capacidade organizacional e ampla inserção em mercados especializados. A reparação, portanto, não distribuiu oportunidades econômicas de forma homogênea entre os territórios atingidos; ao contrário, reforçou a centralidade de lugares que já desempenhavam funções estratégicas na economia nacional.

Essa seletividade territorial torna-se ainda mais evidente quando se observa a natureza dos serviços contratados. As atividades que concentraram maior volume de recursos — engenharia, consultorias

ambientais, auditorias, tecnologia da informação, assessorias jurídicas e comunicação institucional — dependem intensamente do chamado meio técnico-científico-informacional descrito por Milton Santos (1996). São setores cuja principal vantagem competitiva não reside na proximidade física dos locais atingidos, mas na capacidade de produzir conhecimento especializado, operar sistemas complexos de informação, desenvolver tecnologias de monitoramento e coordenar grandes projetos. Dessa forma, a gestão do desastre passou a privilegiar empresas capazes de mobilizar elevados níveis de especialização técnica, reforçando processos já consolidados de concentração econômica e territorial.

Essa dinâmica permite compreender que a reparação produziu uma nova territorialidade corporativa. A atuação da Fundação Renova extrapolou a execução de programas ambientais e sociais para constituir uma rede articulada de agentes privados que passaram a compartilhar funções complementares na administração do desastre. Engenharia, consultorias, universidades, laboratórios, escritórios de advocacia, empresas de tecnologia, organizações não governamentais e auditorias passaram a integrar um mesmo sistema funcional, coordenado institucionalmente pela Fundação Renova e financiado pelos recursos provenientes das empresas responsáveis pelo rompimento da barragem.

Nesse sentido, aproxima-se da noção de território corporativo desenvolvida por Santos e Silveira (2001), na medida em que o território deixa de ser apenas suporte físico das ações reparatórias para tornar-se um recurso estratégico mobilizado por grandes organizações econômicas. O espaço atingido passa a ser apropriado não somente como lugar da reconstrução, mas também como condição necessária para a expansão de contratos, serviços especializados e oportunidades econômicas. O desastre converte o território em objeto permanente de intervenção técnica, administrativa e financeira.

Essa interpretação dialoga igualmente com Stuart Elden (2013), para quem o território deve ser compreendido como uma tecnologia política produzida por diferentes formas de conhecimento, cálculo e controle. A governança da reparação ilustra precisamente esse processo. O território da bacia do rio Doce passou a ser continuamente cartografado, monitorado, auditado, modelado e classificado por uma ampla infraestrutura técnico-científica composta por estudos ambientais, sistemas de georreferenciamento, bancos de dados, plataformas digitais e indicadores produzidos pelas empresas

contratadas. A produção de conhecimento sobre o território deixou de ser apenas instrumento de diagnóstico para tornar-se elemento constitutivo da própria gestão econômica da reparação.

Sob essa perspectiva, o mercado da reparação não organiza apenas fluxos financeiros; ele organiza igualmente fluxos de informação, conhecimento técnico e poder institucional. A circulação do capital ocorre simultaneamente à circulação de laudos, pareceres, diagnósticos ambientais, plataformas digitais, modelos hidrológicos, sistemas indenizatórios e procedimentos administrativos. Trata-se de uma economia profundamente dependente da produção e do controle da informação, característica que aproxima a gestão do desastre das formas contemporâneas de acumulação baseadas no conhecimento e na prestação de serviços especializados.

Outro aspecto importante refere-se à multiescalaridade desse processo. A reparação articula, simultaneamente, diferentes escalas de atuação. No plano local, produz intervenções sobre comunidades, propriedades rurais, cursos d'água e áreas degradadas. No plano regional, reorganiza cadeias produtivas, infraestrutura e redes de serviços. No plano nacional, mobiliza grandes empresas de consultoria, engenharia e tecnologia. Finalmente, no plano internacional, conecta corporações multinacionais, auditorias globais e organizações científicas envolvidas no monitoramento ambiental e na gestão dos riscos. O mercado da reparação constitui, portanto, uma rede multiescalar cuja lógica de funcionamento ultrapassa amplamente os limites territoriais do desastre.

Essa interpretação permite compreender que a governança da reparação não apenas administra um território previamente existente; ela produz novas formas de organização territorial. Os contratos celebrados, os fluxos financeiros estabelecidos, as redes institucionais constituídas e os sistemas técnicos implementados reorganizam continuamente o uso do território e redefinem as relações entre agentes públicos, empresas privadas e populações atingidas. A reparação torna-se, assim, um processo ativo de produção do espaço.

É precisamente nessa reorganização territorial que o conceito de mercado da reparação adquire sua maior densidade analítica. O mercado identificado nesta pesquisa não corresponde apenas a um conjunto de contratos ou empresas fornecedoras. Ele constitui uma configuração espacial específica, caracterizada pela articulação entre fluxos financeiros, conhecimento técnico, instituições, redes empresariais e formas particulares de uso do território. Sua existência depende da permanência da governança do desastre, mas seus efeitos extrapolam amplamente a administração das medidas reparatórias, produzindo novas centralidades econômicas e novas formas de apropriação territorial.

Assim, os resultados apresentados permitem afirmar que o desastre do rio Doce não apenas destruiu territórios; ele reorganizou a geografia da circulação do capital. A Fundação Renova desempenhou papel central nesse processo ao articular recursos financeiros, capacidades técnicas e redes empresariais que transformaram a reparação em um espaço permanente de produção econômica. A análise geográfica evidencia, portanto, que o capitalismo de desastre manifesta-se não apenas pela exploração econômica da crise, mas pela capacidade de reorganizar espacialmente os fluxos de capital, informação e poder em torno da gestão institucional dos danos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender de que maneira a arquitetura institucional construída para gerir a reparação do rompimento da barragem de Fundão reorganizou a circulação do capital e produziu uma economia específica em torno da administração dos danos. Partindo da análise dos aportes financeiros administrados pela Fundação Renova, da estrutura dos programas reparatórios e do levantamento sistemático das empresas contratadas, argumentou-se que a reparação ultrapassou sua finalidade jurídico-administrativa inicial e passou a constituir um circuito econômico próprio, organizado pela contratação contínua de serviços especializados e pela articulação de uma ampla rede de agentes privados. Nessa perspectiva, defendeu-se que a gestão do desastre não apenas operacionalizou medidas reparatórias, mas estruturou um mercado da reparação.

Os resultados apresentados permitem compreender que o desastre produziu uma transformação econômica de natureza dual. Ao mesmo tempo em que desestruturou economias territoriais historicamente vinculadas à pesca artesanal, à agricultura familiar, ao turismo e a outras formas de reprodução social existentes ao longo da bacia do rio Doce, inaugurou uma nova economia baseada na gestão institucional da crise. Recursos originalmente destinados à reparação passaram a financiar empresas de engenharia, consultorias ambientais, escritórios de advocacia, auditorias, organizações da sociedade civil, universidades, empresas de tecnologia e diversos outros segmentos especializados. Assim, a reparação converteu-se em um importante espaço de circulação de capitais, ampliando significativamente os circuitos econômicos associados ao desastre.

Ao analisar a arquitetura financeira da Fundação Renova, o artigo demonstrou que os recursos mobilizados não podem ser interpretados apenas como expressão do esforço reparatório realizado pelas empresas responsáveis pelo rompimento da barragem. Sua principal relevância reside na forma

como passaram a circular, estruturando contratos, financiando serviços especializados e consolidando uma rede empresarial cuja reprodução esteve diretamente associada à continuidade da governança do desastre. A circulação do capital revelou-se, portanto, elemento constitutivo da própria política de reparação, deslocando parte significativa dos recursos para agentes econômicos localizados muito além dos territórios diretamente atingidos.

A identificação de uma rede composta por empresas de diferentes setores econômicos permitiu avançar na compreensão da dimensão territorial desse processo. A pesquisa evidenciou que os impactos sociais e ambientais permaneceram territorializados na bacia do rio Doce, enquanto os benefícios econômicos decorrentes da reparação passaram a integrar circuitos espaciais que conectam grandes centros corporativos nacionais e empresas de atuação internacional. Essa dissociação entre o território onde o dano se materializa e os territórios que concentram parcela significativa dos recursos financeiros constitui uma das principais evidências empíricas da reorganização espacial promovida pela governança da reparação.

Sob a perspectiva da Geografia, esse resultado permite interpretar a Fundação Renova não apenas como entidade responsável pela implementação dos programas previstos no TTAC, mas como um agente organizador de fluxos econômicos, redes empresariais e formas específicas de uso do território. Ao coordenar recursos financeiros, definir critérios técnicos, contratar fornecedores e articular diferentes segmentos especializados, a Fundação passou a desempenhar um papel ativo na constituição de uma nova divisão territorial do trabalho associada à reparação. O desastre deixou de representar apenas uma ruptura ambiental e social para tornar-se também um processo de reorganização territorial da circulação do capital.

É justamente nesse ponto que se situa a principal contribuição teórica deste artigo. Propõe-se compreender o mercado da reparação como uma categoria analítica capaz de explicar o conjunto de relações econômicas, institucionais e territoriais que se estruturam em torno da gestão de grandes desastres. Diferentemente de interpretações que restringem a reparação ao cumprimento de obrigações legais ou à implementação de políticas compensatórias, argumenta-se que ela também produz mercados especializados, mobiliza diferentes agentes econômicos e reorganiza circuitos espaciais de acumulação. Trata-se, portanto, de um conceito que busca ampliar o debate sobre capitalismo de desastre ao evidenciar os mecanismos concretos pelos quais a administração institucional dos danos pode converter-se em espaço de reprodução do capital.

Essa formulação não pretende negar a importância das ações reparatórias nem desconsiderar a necessidade de estruturas institucionais capazes de responder aos impactos produzidos por grandes desastres. O argumento desenvolvido dirige-se, antes, à forma como essas estruturas são organizadas e às relações econômicas que passam a constituir durante sua implementação. O caso da Fundação Renova demonstra que a governança da reparação pode produzir efeitos que extrapolam significativamente os objetivos originalmente atribuídos às políticas compensatórias, reorganizando mercados, fortalecendo determinados segmentos empresariais e redefinindo a distribuição territorial dos recursos financeiros.

Ao mesmo tempo, os resultados reforçam a necessidade de ampliar o campo de investigação sobre a economia política da reparação. Estudos futuros podem comparar diferentes modelos de governança adotados em desastres ambientais no Brasil e em outros países, investigando se a constituição de mercados especializados representa uma característica recorrente desses processos ou uma especificidade da experiência do rio Doce. Da mesma forma, novas pesquisas poderão aprofundar a análise sobre os efeitos dessa dinâmica na autonomia das populações atingidas, na formulação das políticas públicas e nas formas de participação social nos processos decisórios.

Por fim, espera-se que este artigo contribua para deslocar o debate sobre o desastre da Samarco de uma perspectiva centrada exclusivamente na responsabilização jurídica ou na avaliação da eficiência dos programas reparatórios para uma análise mais ampla das relações entre desastre, território e acumulação capitalista. Ao evidenciar que a reparação também constitui um espaço de reorganização econômica e territorial, a pesquisa demonstra que compreender os desdobramentos de grandes desastres exige analisar não apenas os danos produzidos, mas igualmente os mercados, os agentes e os circuitos econômicos que emergem de sua gestão. É nesse movimento que o conceito de mercado da reparação se apresenta como uma ferramenta analítica capaz de ampliar a compreensão geográfica sobre as novas formas de produção do espaço e de circulação do capital em contextos de desastre.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

BRASIL. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). Brasília, DF, 2 mar. 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIAS, Thaís H. O direito como campo de conflito no caso do crime da Samarco/Vale/BHP: disputas e contradições em seu processo de reparação. InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, Brasília, v. 10, n. 2, p. 545-570, 2024.

ELDEN, Stuart. The birth of territory. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

FERREIRA, Luciana Teixeira. O rio Doce é praticamente a mãe de Tumiritinga: os sentidos em jogo no vale do rio Doce e os limites do tratamento institucional do Caso Samarco. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). O desastre. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). A situação das mulheres atingidas pelo desastre do rio Doce a partir dos dados da Ouvidoria da Fundação Renova. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) pela Fundação Renova aos atingidos do Alto Rio Doce. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

FUNDAÇÃO RENOVA. Relatórios Integrados. Belo Horizonte, 2017-2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. Demonstrações Financeiras. Belo Horizonte, 2017-2023.

GAVIRIA, Edwin M. Apropriações da governança nas estratégias de controle territorial do capitalismo extrativo. In: ACSELRAD, Henri (org.). Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do social. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

GRANDI, Matheus da Silveira. Escalaridade dos conflitos sócio-espaciais: reflexões metodológicas desde a empiria. In: RIBEIRO, Luís Henrique Leandro; GRANDI, Matheus da Silveira (org.). Geografia e relações de poder. Rio de Janeiro: Consequência, 2024.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba: CEDIB, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista. In: _____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

IBAMA. Laudo técnico preliminar sobre os impactos ambientais decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão. Brasília, DF, 2015.

KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LASCHEFSKI, Klemens. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho: desastres como meio de acumulação por despossessão. AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, v. 2, n. 1, p. 98-143, 2020.

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. Dispositif spatial légitime. In: _____. Dictionnaire de géographie et de l'espace des sociétés. Paris: Belin, 2003.

MILANEZ, Bruno et al. O desastre e a política das afetações. In: ZHOURI, Andréa (org.). Mineração, violências e resistências. Marabá: Editorial iGuana, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Força-Tarefa Rio Doce: documentos e notas técnicas. Brasília, DF, 2020.

PENIDO, Marina de Oliveira. A repactuação da reparação do desastre da Samarco e os desafios da participação dos atingidos. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, 2023.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. São Paulo: Elefante, 2019.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes et al. Desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG): aspectos econômicos, políticos e territoriais. OKARA: Geografia em Debate, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 252-273, 2016.

ZHOURI, Andréa (org.). Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco/Vale/BHP e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 70, n. 2, p. 36-40, 2018.

Capítulo 17

10.37423/260811207

O RELEVO ESCULTÓRICO INDÍGENA DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO: ANÁLISE ICONOLÓGICA DA PAISAGEM BARROCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

Edimilson Antônio Mota — *Universidade Federal Fluminense*

RESUMO

A paisagem histórica barroca de Campos dos Goytacazes reúne um conjunto de igrejas edificadas entre os séculos XVII e XIX, cujas formas simbólicas expressam a articulação entre religião, colonização e produção do espaço urbano. Entre esses monumentos, destaca-se a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, cujo frontispício abriga um relevo escultórico de três cabeças indígenas ainda pouco investigado pela Geografia Cultural. Diante desse contexto, a pesquisa problematiza: quais significados históricos, culturais e espaciais podem ser revelados pela análise iconológica do relevo escultórico indígena e como essa forma simbólica contribui para compreender a produção da paisagem histórica e da memória colonial em Campos dos Goytacazes? Justifica-se o estudo pela escassez de pesquisas que articulem Geografia Cultural, patrimônio histórico, iconologia e formas simbólicas na interpretação da paisagem urbana colonial. O objetivo consistiu em realizar uma análise iconológica do relevo escultórico indígena localizado no frontispício da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, interpretando seus significados históricos e simbólicos no contexto da paisagem barroca campista. Metodologicamente, adotou-se pesquisa bibliográfica e documental, levantamento histórico sobre a formação urbana de Campos dos Goytacazes, e aplicação do método iconológico de Panofsky, articulado às contribuições de Corrêa sobre formas simbólicas e espaço e de Cosgrove acerca da paisagem como construção cultural. Os resultados demonstram que o relevo escultórico ultrapassa sua dimensão ornamental, constituindo uma forma simbólica da paisagem histórica capaz de condensar diferentes temporalidades e narrativas sobre colonização, cristianismo, memória indígena e construção da identidade nacional. Conclui-se que a arquitetura barroca da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo configura-se como suporte material de disputas simbólicas e memórias históricas, evidenciando que a iconologia constitui um importante procedimento metodológico para a Geografia Cultural ao interpretar formas simbólicas inscritas na paisagem e ampliar a compreensão das relações entre patrimônio, memória e produção do espaço.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Campos dos Goytacazes possui uma paisagem histórica singular, marcada por um conjunto arquitetônico composto por pelo menos oito igrejas barrocas edificadas entre os séculos XVII e XIX. Entre elas destaca-se a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, cuja construção teve início em 1752 e que permanece como um dos principais monumentos religiosos do centro histórico da cidade, preservando características arquitetônicas que a tornam referência do patrimônio artístico e cultural regional (Lamego, 1945; Soares, 2018). Entretanto, para além de seu valor arquitetônico, a igreja abriga formas simbólicas pouco estudadas, especialmente o relevo escultórico de três cabeças indígenas localizado no frontispício, elemento artístico que permanece praticamente ausente das interpretações geográficas sobre a paisagem histórica de Campos dos Goytacazes.

É justamente sobre essa forma simbólica que incide a presente investigação. Embora a arquitetura barroca da Igreja do Carmo tenha sido objeto de descrições históricas e patrimoniais, permanece em aberto a compreensão do significado cultural e político da representação escultórica indígena inserida em sua fachada. Nesse sentido, o problema que orienta esta pesquisa pode ser sintetizado na seguinte questão: quais significados históricos, culturais e espaciais podem ser revelados pela análise iconológica do relevo escultórico dos indígenas presentes no frontispício da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e como essa forma simbólica contribui para compreender a produção da paisagem histórica e da memória colonial em Campos dos Goytacazes?

A relevância da pesquisa reside na escassez de estudos que articulem Geografia Cultural, patrimônio histórico, iconologia e formas simbólicas na interpretação da paisagem urbana colonial. Embora a literatura sobre o barroco brasileiro privilegie os aspectos arquitetônicos e estilísticos dos monumentos religiosos, ainda são reduzidas as investigações que analisam os elementos escultóricos como dispositivos produtores de significados espaciais e de narrativas sobre a colonização. Assim, compreender o relevo escultórico indígena como forma simbólica amplia o entendimento da paisagem para além de sua dimensão material, revelando-a como expressão de relações de poder, memória, identidade e colonialidade inscritas no espaço urbano.

Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é realizar uma análise iconológica do relevo escultórico de indígenas localizado no frontispício da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, interpretando seus significados históricos e simbólicos no contexto da paisagem barroca de Campos dos Goytacazes. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) contextualizar historicamente a formação

da paisagem religiosa barroca da antiga Vila de São Salvador; (ii) identificar o papel das formas simbólicas na produção da paisagem urbana colonial; (iii) descrever, por meio da leitura pré-iconográfica e iconográfica, o conjunto escultórico presente na fachada da igreja; e (iv) interpretar iconologicamente seus significados à luz das relações entre colonização, memória, patrimônio e produção do espaço.

A pesquisa fundamenta-se na perspectiva da Geografia Cultural renovada, particularmente nas contribuições de Corrêa (2018) sobre formas simbólicas e espaço, de Cosgrove (2003) acerca da paisagem como construção cultural e representação do poder, e de Panofsky (1979; 1986), cujo método iconológico permite interpretar obras de arte para além de sua aparência formal, considerando seus contextos históricos e culturais. A metodologia adotada combina pesquisa bibliográfica e documental, levantamento histórico sobre a formação urbana de Campos dos Goytacazes, e análise iconográfica e iconológica da escultura indígena, tomando a fotografia como documento de pesquisa e suporte para a interpretação das formas simbólicas presentes na fachada da igreja.

A presença da Ordem Terceira do Monte Carmelo em Campos dos Goytacazes esteve diretamente relacionada ao contexto político e econômico da colonização portuguesa. Sua instalação decorreu do processo de ocupação iniciado com a doação de terras aos Sete Capitães, em 1627, os quais, segundo Leitei (2021, p. 6), "eram fidalgos portugueses que residiam parte no Recôncavo da Guanabara (...)". A concessão dessas terras impulsionou a ocupação colonial estruturada pela atuação conjunta dos grandes proprietários rurais e das ordens religiosas, especialmente jesuítas e beneditinos. Nesse processo, a catequese constituiu um dos principais instrumentos de expansão territorial e de reorganização dos povos originários, contribuindo para profundas transformações sociais, culturais e demográficas das populações indígenas, entre elas os Goitacá.

Nos séculos seguintes, jesuítas e beneditinos consolidaram-se como grandes proprietários fundiários, organizando extensas fazendas de criação de gado e de cultivo da cana-de-açúcar na Baixada Campista. Paralelamente, na Vila de São Salvador, reproduziu-se a lógica de organização dos núcleos urbanos coloniais estruturados pela Igreja Católica. Conforme observa Mattoso (2016, p. 141), cabia "aos laicos das confrarias e às ordens terceiras as verdadeiras missões de evangelizar", incorporando essa atuação ao cotidiano da vida urbana.

Nesse contexto, enquanto as ordens religiosas ampliavam seu domínio sobre a estrutura fundiária da Baixada Campista, consolidava-se uma paisagem urbana marcada pela hegemonia da cultura cristã, materializada nas formas simbólicas da arquitetura barroca. É nesse cenário que o relevo escultórico indígena da Igreja do Carmo adquire centralidade analítica, constituindo-se não apenas como elemento ornamental, mas como documento visual capaz de revelar as complexas relações entre religião, poder, memória, colonização e produção da paisagem histórica.

2 PAISAGEM HISTÓRICA, FORMAS SIMBÓLICAS E A ARQUITETURA BARROCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

A presente pesquisa insere-se no campo da Geografia Cultural renovada e adota como perspectiva analítica a espacialidade das formas simbólicas, compreendendo que formas simbólicas e espaço constituem dimensões interdependentes e articuladas da produção da paisagem (Corrêa, 2018). Nessa perspectiva, considera-se que o conjunto das igrejas barrocas de Campos dos Goytacazes configura uma paisagem histórica cujos monumentos religiosos são indissociáveis dos processos de produção do espaço urbano e da consolidação da cultura cristã durante o período colonial. A cronologia de fundação dessas edificações evidencia esse processo: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (1652)[1]; Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1720)[2]; Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (1736)[3]; Igreja de Nossa Senhora da Lapa (1740–1748)[4]; Igreja do Santíssimo Salvador (1745)[5]; Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1752)[6]; Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens (1790)[7]; e Igreja de Nossa Senhora do Terço (1813)[8].

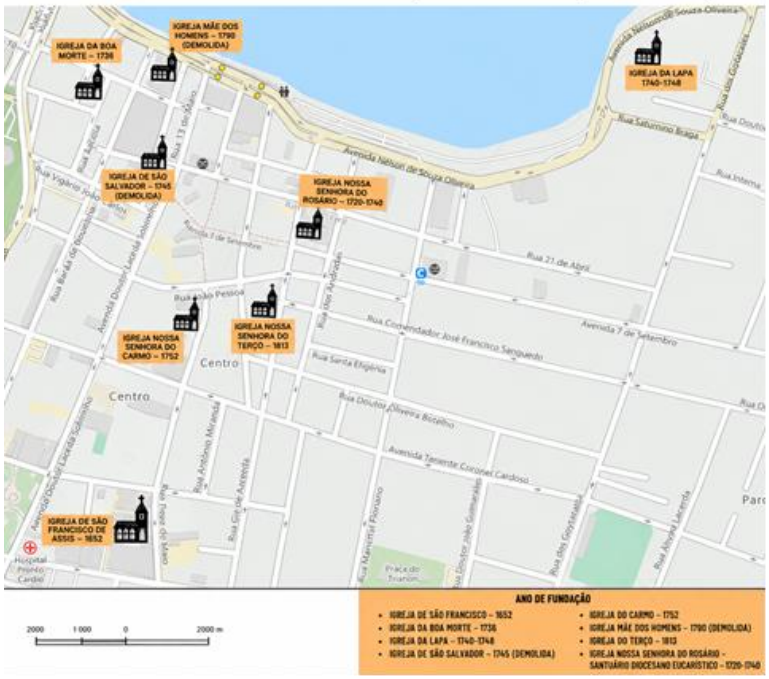
O Mapa 1 evidencia a concentração espacial das igrejas barrocas na área central de Campos dos Goytacazes, revelando sua implantação no núcleo inicial de formação da antiga Vila de São Salvador. Essa configuração demonstra que a produção do espaço urbano colonial esteve estreitamente articulada à atuação da Igreja Católica, em associação com as estruturas econômica, política e social

[1] A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis foi fundada em 1652 e sua construção foi concluída em 1771 (Feydit, 2004, p. 311).
[2] A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi fundada em 1720, conforme levantamento histórico realizado por Silva et al. (2018), em Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Artes Visuais do Centro Universitário Fluminense (UNIFLU), Campos dos Goytacazes, RJ.
[3] A construção da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte teve início em 1736 (Feydit, 2004, p. 311).
[4] A construção da Igreja de Nossa Senhora da Lapa iniciou-se em 1740 (Soares, 2010).
[5] A Igreja do Santíssimo Salvador foi construída em 1745. O edifício original foi parcialmente demolido em 1935, sendo substituído pela atual construção em estilo eclético (Ribeiro, 2023).
[6] A Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo foi fundada em 1752 (Pimentel, 2011).
[7] A Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens foi fundada em 1790 e demolida em 1948 (Pimentel, 2010).
[8] A construção da Igreja de Nossa Senhora do Terço teve início em 1813 (Soares, 2010).

da colonização portuguesa. A fundação desses templos não atendeu apenas às necessidades do culto religioso, mas integrou uma estratégia de afirmação das ordens religiosas e das elites agrárias, para as quais a presença de uma igreja, especialmente vinculada a uma ordem terceira, representava um importante símbolo de prestígio, poder e legitimação da ordem colonial.

O conjunto arquitetônico das igrejas barrocas materializa essa dinâmica histórica. Edificadas entre os séculos XVII e XIX, essas igrejas estruturaram o núcleo urbano e consolidaram uma paisagem marcada pela hegemonia do cristianismo. Mais do que monumentos religiosos, constituíram referências espaciais da organização da cidade, expressando materialmente as relações entre religião, poder político e produção do espaço. Assim, a arquitetura barroca ultrapassa sua dimensão estética e afirma-se como um dos principais elementos estruturadores da paisagem histórica de Campos dos Goytacazes.

MAPA 1 – CONJUNTO PAISAGÍSTICO DAS IGREJAS BARROCAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (SÉCULOS XVII, XVIII E XIX)



Fonte: Maxwell de Carvalho Silva (2026).

Sob essa perspectiva, a paisagem histórica barroca de Campos dos Goytacazes pode ser compreendida como expressão material do projeto colonizador português. As igrejas, suas fachadas, esculturas e elementos ornamentais constituem formas simbólicas que traduzem a presença da Igreja Católica como instituição estruturadora da ocupação colonial e da organização do espaço urbano. A arquitetura

barroca ultrapassa sua dimensão estética para converter-se em linguagem política e religiosa, responsável por inscrever na paisagem os valores da sociedade colonial.

A expansão desse conjunto arquitetônico ocorreu simultaneamente ao fortalecimento da economia açucareira e da atuação das ordens religiosas, especialmente jesuítas, beneditinos e ordens terceiras. Influenciada pela tradição barroca italiana e francesa, mediada pela arquitetura portuguesa, a produção artística das igrejas brasileiras incorporou elementos ornamentais que expressavam os valores da Contrarreforma e da cultura cristã (Brandão, 1999). Como observa Costa (2010), a arquitetura jesuítica legou ao Brasil um importante patrimônio artístico, cuja sobriedade formal e forte conteúdo simbólico marcaram profundamente a paisagem colonial.

É nesse contexto que a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo assume centralidade nesta pesquisa. Inserida nesse conjunto paisagístico, ela reúne elementos arquitetônicos e escultóricos que permitem compreender como as formas simbólicas participaram da construção da paisagem colonial. Entre esses elementos destaca-se o relevo escultórico de três cabeças indígenas localizado no frontispício da igreja, cuja análise iconológica possibilita revelar significados que ultrapassam a dimensão ornamental da fachada, permitindo interpretar as relações entre religião, colonização, memória e produção do espaço na formação histórica de Campos dos Goytacazes.

3 ICONOLOGIA DO RELEVO ESCULTÓRICO INDÍGENA

Entre as formas simbólicas que compõem a paisagem histórica barroca de Campos dos Goytacazes, destaca-se o relevo escultórico de três cabeças indígenas localizado no frontispício da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Diferentemente dos elementos ornamentais recorrentes na arquitetura religiosa colonial, essa composição escultórica introduz a representação dos povos originários na fachada de um templo católico, constituindo um documento visual cuja interpretação permite compreender as relações entre paisagem, memória, religião e colonização. É sobre essa forma simbólica que se concentra a presente análise.

Embora o conjunto arquitetônico barroco da cidade seja composto por oito igrejas edificadas entre os séculos XVII e XIX, a presente pesquisa concentra-se especificamente na escultura existente na fachada da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, construída a partir de 1752. A opção por esse monumento decorre da singularidade de seu programa escultórico, cuja representação indígena

diferencia-se das demais alegorias presentes no conjunto arquitetônico da cidade e permite investigar os significados simbólicos inscritos na paisagem histórica.

Figura 2 – Relevo escultórico indígena no frontispício da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1835).



Fotografia de Edimilson Antônio Mota (2026).

O relevo escultórico indígena localizado no frontispício da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, constitui um dos elementos mais singulares do conjunto arquitetônico barroco de Campos dos Goytacazes. Sua presença na fachada principal do templo ultrapassa a dimensão decorativa, inserindo-se em uma paisagem histórica produzida no contexto da colonização portuguesa e da expansão do cristianismo no Brasil. Assim, a escultura deve ser compreendida como parte de um sistema de representações inscrito na arquitetura religiosa, no qual diferentes temporalidades e narrativas históricas se sobrepõem.

Nessa perspectiva, a análise desloca o olhar da descrição formal da obra para a interpretação de seus significados históricos e culturais. O relevo escultórico indígena passa a ser entendido como um documento visual da paisagem, cuja materialidade preserva memórias e evidencia as relações entre religião, colonização e construção da identidade territorial. Mais do que representar os povos

originários, o relevo escultórico expressa um conjunto de significados produzidos em diferentes momentos históricos, permanecendo aberta a novas interpretações à medida que mudam os referenciais culturais e os contextos de leitura.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva de Cosgrove (2003), segundo a qual a paisagem constitui uma construção cultural produzida pelos grupos sociais. Mais do que cenário, ela representa uma forma de organização simbólica do espaço, na qual os diferentes modos de produção materializam valores, ideologias e relações de dominação. Como observa o autor, "uma vez que estes modos de produção são simbolicamente constituídos, lugar e paisagem são imediatamente dotados de significado humano" (Cosgrove, 2003, p. 128). A paisagem, portanto, não apenas registra a história, mas participa da construção das narrativas produzidas pelos grupos que exerceram poder sobre determinado território.

Para interpretar essa forma simbólica, adotou-se o método iconológico desenvolvido por Panofsky (1979; 1986), que compreende a obra de arte em três níveis complementares de leitura: descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e interpretação iconológica. Enquanto a descrição pré-iconográfica identifica os aspectos formais da composição, a análise iconográfica reconhece seus temas e motivos, e a interpretação iconológica busca revelar os significados históricos e culturais da obra, considerando o contexto social de sua produção.

No nível pré-iconográfico, observa-se o relevo escultórico cuja composição do material é em argamassa, de coloração branca, composta por três cabeças humanas. Na parte superior da composição encontram-se dois bustos indígenas dispostos lateralmente; na parte inferior, uma terceira cabeça ocupa posição central. O conjunto escultórico está localizado acima da janela principal da fachada da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, ocupando posição de destaque na composição arquitetônica do frontispício.

Do ponto de vista iconográfico, a escultura remete ao ano de 1835, quando a antiga Vila de São Salvador foi elevada à categoria de cidade. Segundo Silva (2019), a irmandade da Ordem do Carmo encomendou essa composição escultórica para homenagear os primeiros habitantes da planície goitacá, inserindo, assim, a representação indígena na fachada principal do templo religioso.

Entretanto, a simples identificação da escultura como homenagem aos povos originários não esgota seus significados. A interpretação iconológica permite compreender que a obra ultrapassa sua

dimensão comemorativa e passa a integrar uma narrativa visual sobre a formação histórica da cidade. Inserida na fachada de um templo construído durante a consolidação da colonização portuguesa, a representação indígena estabelece uma tensão simbólica entre memória e poder. A igreja constitui um dos principais marcos materiais da expansão do cristianismo na região, enquanto os indígenas representados remetem justamente aos povos que sofreram os processos de ocupação territorial, catequização e desestruturação social decorrentes da colonização.

Para a Geografia Cultural, essa coexistência de símbolos produz uma paisagem marcada pela sobreposição de diferentes temporalidades históricas. O monumento religioso materializa a presença institucional da Igreja Católica na formação do espaço urbano colonial; o relevo escultórico, por sua vez, reinscreve na paisagem a memória dos povos originários, transformando a fachada da igreja em um suporte material de narrativas históricas distintas e, muitas vezes, contraditórias. A paisagem deixa de ser compreendida apenas como cenário arquitetônico para revelar-se como espaço de produção de significados e de disputas simbólicas.

Nesse contexto, a figura do indígena passou a ocupar lugar privilegiado no imaginário nacional. A primeira geração do Romantismo transformou o indígena em símbolo da nacionalidade brasileira, sobretudo por meio da literatura indianista. Em O Guarani, José de Alencar constrói a personagem Peri como representação heroica dos povos originários, integrando o projeto simbólico de invenção da nação brasileira (Alencar, 1998). Conforme destacam Ferreira e Lenz (2022), o discurso histórico e literário romântico atribuiu centralidade tanto à paisagem nacional quanto à figura do indígena como elementos constitutivos da identidade brasileira.

Embora ainda não tenham sido localizados documentos que expliquem as razões da escolha dessa alegoria pela Ordem Terceira do Carmo, a coincidência temporal entre a elevação de Campos à categoria de cidade e o fortalecimento do indianismo no Brasil oitocentista permite formular uma hipótese interpretativa. A inserção da escultura indígena na fachada da igreja pode representar a apropriação de um símbolo nacional emergente, incorporando à paisagem religiosa um elemento associado ao projeto de identidade brasileira então em construção.

Até o momento, também não foi identificada documentação que permita atribuir a autoria da obra. A qualidade técnica da escultura sugere que ela possa ter sido executada por um artífice vinculado ao circuito construtivo regional, hipótese compatível com a prática recorrente, durante o século XIX, de encomendas realizadas por irmandades religiosas e famílias economicamente abastadas para

ornamentação de edifícios religiosos e residenciais. Essa questão permanece aberta e constitui um importante campo para futuras pesquisas sobre a produção artística da arquitetura barroca de Campos dos Goytacazes.

Mais do que uma homenagem aos primeiros habitantes da planície goitacá, o relevo escultórico da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo constitui uma forma simbólica da paisagem histórica que articula memória, identidade, religião e poder. Conforme a perspectiva da Geografia Cultural proposta por Cosgrove (2003), a paisagem é produzida por sistemas simbólicos que materializam valores culturais e relações de poder. Nesse sentido, a Igreja do Carmo ultrapassa sua dimensão construtiva para afirmar-se como um marco espacial da presença institucional do cristianismo na formação histórica de Campos dos Goytacazes, enquanto o relevo escultórico preserva, em sua materialidade, diferentes temporalidades e narrativas sobre a colonização e a construção da identidade nacional inscritas no espaço urbano.

Compreender essa tensão exige revisitar o processo de ocupação colonial da Baixada Campista. Desde o século XVII, as terras tradicionalmente ocupadas por povos como Goitacá, Puri, Coroado, Guarulhos e Saruçus foram progressivamente incorporadas ao projeto colonial português. Nesse processo, as ordens religiosas desempenharam papel decisivo por meio da catequese e dos aldeamentos indígenas, mecanismos que possibilitaram maior controle territorial e cultural das populações originárias.

Segundo Reis (2011, p. 145), "era o principal e mais interessante objeto das riquezas na América fazer oposição aos índios, não só a fim de lhes quebrantar os ânimos e forças, como de os sujeitar debaixo do jugo da escravidão". A política de aldeamentos constituiu, assim, um instrumento de reorganização espacial e social, associado ao avanço da colonização, à apropriação territorial e ao fortalecimento da economia agroexportadora baseada na monocultura da cana-de-açúcar e no trabalho escravizado.

Nesse contexto, a Igreja Católica exerceu papel central na produção material e simbólica da paisagem colonial. Conforme Soares (2018), a estrutura eclesiástica compartilhava funções religiosas e administrativas, sendo responsável não apenas pela evangelização, mas também por registros civis, orientação moral e organização da vida cotidiana. As ordens terceiras, formadas pelas elites locais, articulavam interesses econômicos, políticos e religiosos, reforçando a presença do cristianismo como elemento estruturador do espaço urbano.

A paisagem da antiga Vila de São Salvador consolidou-se, portanto, como expressão material dessa articulação entre poder civil e religioso. Igrejas, conventos, irmandades e propriedades rurais organizavam espacialmente a cidade e simbolizavam a hegemonia do cristianismo na produção do território.

Os relatos do militar ilustrado José de Souza Azevedo Pizarro e, sobretudo, do capitão Manuel Martins do Couto Reis registram os impactos desse processo sobre os povos originários. Ao descrever a transferência compulsória dos indígenas da Lagoa da Carioca para a Aldeia de São Pedro, Couto Reis evidencia que a catequese não possuía apenas finalidade religiosa, mas integrava uma estratégia de controle territorial e reorganização das populações indígenas (Reis, 2011).

A caracterização dos povos indígenas como "ferozes", "selvagens" ou "canibais", recorrente na documentação colonial, deve ser compreendida como parte do discurso legitimador da conquista territorial e da catequização, e não como descrição objetiva dessas sociedades. Ao produzir essa narrativa, cronistas e agentes coloniais contribuíram para justificar políticas de expropriação territorial, escravização e deslocamento compulsório dos povos originários.

Freire e Malheiros (2010) demonstram que os aldeamentos funcionavam como instrumentos de reorganização espacial e cultural das populações indígenas. Neles, a língua, os sistemas de crenças, os modos de vida e as relações com o território eram progressivamente substituídos pelos valores do cristianismo europeu. Conforme sintetiza Santos (2007), os aldeamentos buscavam controlar as práticas culturais indígenas e romper com tudo aquilo que fosse considerado incompatível com a religião cristã.

A paisagem colonial de Campos dos Goytacazes preserva os vestígios materiais desse processo. O pelourinho, as igrejas, as propriedades religiosas, as antigas fazendas e os espaços de aldeamento constituem formas simbólicas que testemunham a organização espacial produzida pela colonização portuguesa.

É justamente nesse contexto histórico que o relevo escultórico indígena da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo adquire novos significados. Produzida em 1835, quando a antiga Vila de São Salvador foi elevada à categoria de cidade, a escultura não pode ser interpretada apenas como homenagem aos primeiros habitantes da planície goitacá. Sua criação coincide com um momento decisivo da formação do Estado nacional brasileiro.

Treze anos após a Independência, consolidava-se entre intelectuais e artistas o projeto de construção de uma identidade nacional distinta da tradição portuguesa. Conforme observa Bosi (1992), o Brasil buscava afirmar-se por meio de novos símbolos capazes de representar a jovem nação independente.

Embora ainda não tenham sido localizados documentos que expliquem as razões da escolha dessa alegoria pela Ordem Terceira do Carmo, a coincidência temporal entre a elevação de Campos à categoria de cidade e o fortalecimento do indianismo permite formular uma hipótese interpretativa. A inserção do relevo escultórico na fachada da igreja pode representar a incorporação, ao espaço religioso, de um dos principais símbolos da identidade brasileira em construção durante o século XIX.

Sob essa perspectiva, a fachada da Igreja do Carmo transforma-se em um verdadeiro palimpsesto histórico. Nela coexistem diferentes camadas temporais: a memória da colonização portuguesa, a permanência institucional do cristianismo, a representação simbólica dos povos originários e a construção da identidade nacional oitocentista.

Mais do que um ornamento arquitetônico, o relevo escultórico indígena constitui uma forma simbólica da paisagem histórica de Campos dos Goytacazes. Sua análise iconológica demonstra que a arquitetura barroca ultrapassa sua condição de patrimônio material para configurar-se como suporte de memórias, disputas simbólicas e narrativas sobre a colonização. Ao interpretar essa forma simbólica, evidencia-se que religião, poder, memória indígena e identidade nacional permanecem inscritos na produção histórica do espaço urbano, ampliando as possibilidades de diálogo entre a Geografia Cultural, a iconologia e os estudos sobre patrimônio.

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma análise iconológica do relevo escultórico indígena localizado no frontispício da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, interpretando seus significados históricos e simbólicos no contexto da paisagem histórica barroca de Campos dos Goytacazes. Partiu-se da seguinte questão: quais significados históricos, culturais e espaciais podem ser revelados por essa forma simbólica e como ela contribui para compreender a produção da paisagem histórica e da memória colonial da cidade? A análise desenvolvida permite afirmar que o relevo escultórico constitui muito mais do que um elemento decorativo da arquitetura barroca, configurando-se como uma forma simbólica da paisagem, capaz de condensar diferentes temporalidades, memórias e relações de poder inscritas no espaço urbano.

Ao articular as contribuições de Corrêa (2018) sobre formas simbólicas e espaço, de Cosgrove (2003) acerca da paisagem como construção cultural e de Panofsky (1979; 1986) sobre a interpretação iconológica da obra de arte, foi possível demonstrar que a fachada da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo preserva um documento visual que revela a coexistência de diferentes narrativas históricas. De um lado, o edifício representa a consolidação do cristianismo e da colonização portuguesa como forças estruturadoras da produção do espaço urbano colonial; de outro, a presença do relevo escultórico reinscreve na paisagem a memória dos povos originários, justamente aqueles que foram submetidos aos processos de ocupação territorial, catequização, deslocamento compulsório e desestruturação cultural.

A interpretação iconológica evidenciou que a produção da escultura, em 1835, não pode ser compreendida apenas como uma homenagem aos primeiros habitantes da planície goitacá. Inserida no contexto posterior à Independência do Brasil, sua realização dialoga com o projeto de construção da identidade nacional do século XIX, quando a figura do indígena passou a ocupar posição central no imaginário romântico brasileiro. Assim, a fachada da Igreja do Carmo constitui um verdadeiro palimpsesto histórico, no qual se sobrepõem a memória da colonização, a permanência institucional do cristianismo, a representação simbólica dos povos indígenas e a construção da identidade nacional.

Os resultados também demonstram que a paisagem histórica de Campos dos Goytacazes não pode ser compreendida apenas por seus atributos arquitetônicos ou patrimoniais. O conjunto das igrejas barrocas constitui uma paisagem cultural produzida por relações históricas entre religião, economia, política e poder, na qual as formas simbólicas permanecem ativas como produtoras de significados. Nesse sentido, o relevo escultórico indígena amplia a compreensão da paisagem urbana ao revelar que os monumentos religiosos também são espaços de memória, de disputas simbólicas e de ressignificação permanente do passado.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa evidencia a fecundidade do diálogo entre a Geografia Cultural e a Iconologia. A aplicação do método iconológico de Panofsky permitiu ampliar a leitura geográfica da paisagem, demonstrando que esculturas, monumentos e elementos arquitetônicos podem ser interpretados como documentos geográficos capazes de revelar processos históricos de produção do espaço, de construção da memória coletiva e de representação do poder. Essa aproximação contribui para ampliar as possibilidades analíticas da Geografia Cultural no estudo do patrimônio histórico e das formas simbólicas.

Por fim, esta pesquisa contribui para preencher uma lacuna nos estudos sobre a paisagem histórica de Campos dos Goytacazes ao interpretar, pela primeira vez sob a perspectiva da Geografia Cultural e da iconologia, o relevo escultórico indígena da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Ao demonstrar que essa obra constitui uma forma simbólica da paisagem histórica, o estudo evidencia que a arquitetura barroca ultrapassa sua condição de patrimônio material para tornar-se suporte de memórias, identidades e narrativas sobre a colonização. Espera-se que esta investigação estimule novas pesquisas sobre o patrimônio artístico e arquitetônico campista, ampliando o diálogo entre Geografia, História da Arte, Patrimônio Cultural e Estudos da Memória, bem como contribuindo para a valorização das formas simbólicas como documentos fundamentais para a compreensão da produção histórica do espaço.

Embora o método iconológico permita interpretar os significados históricos da composição, a ausência de documentação sobre sua encomenda impede afirmar, com segurança, o significado específico da opção por três figuras indígenas, aspecto que permanece como questão aberta para futuras investigações

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. O Guarani. Porto Alegre – RS: L&PM Editores, 1998.

BOSI, Alfredo. A Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Antônio Carlos Leite. A formação do homem moderno vista através da arquitetura. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Caminhos paralelos e entrecruzados. São Paulo: UNESP, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia Cultural e o Urbano. In. Introdução à geografia cultural. CORRÊA, Roberto Lobato, ROZENDAHL, Zeny (Orgs). Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In. Introdução à geografia cultural. CORRÊA, Roberto Lobato, ROZENDAHL, Zeny (Orgs). Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis E; JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In. Introdução à geografia cultural. CORRÊA, Roberto Lobato, ROZENDAHL, Zeny (Orgs). Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2003.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. Series: ARS (São Paulo), 2010. vol. 8 iss. 16. https://libgen.li/ads.php?md5=a3d74c352241c52c348c551b6ec6aa26. Acessado em 08/04/2023.

ENTRINGER, Rogério. A Cruz e a Quadra na Arquitetura dos Jesuítas no Brasil: um discurso fotográfico. São Carlos - SP: Dissertação - Dezembro de 2015.

FERREIRA, Cristina e LENZ, Thiago. O Guarani (1857), um romance entre o indianismo e a etnografia. Organon, Porto Alegre, v. 37, n. 74, p. 156-176, jul/dez. 2022.

FEIDIT, Julio. Subisídios para a História dos Campos dos Goytacazes. São João da Barra-RJ: Gráfica Luartson, 2004.

FLEXOR, M a r i a H e l e n a O, Et aliae. O Conjunto do Carmo de Cachoeiro. IPHAN, 2007.

FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

PANIZZA, Andrea de Castro. Como eu entendo: Paisagem. São Paulo: Melhoramentos, 2014.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo, Ática, 2003.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e o Brejo. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.

LEITE, Adriana Filgueira. Resultantes ambientais da drenagem de superfícies brejais e lacustres na baixada Campista, Norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Vértices (Campos dos Goitacazes), vol. 23, núm. 1, 2021.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As Origens da Educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004. Acessado em 30/03/2023.

REIS, Manoel Martins do Couto. Manuscrito de Manoel Martins do Couto Reis 1785: Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo de Lima; Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

SANDY, Danielly Dias. Iniciação à Técnica de Conservação e Restauro: Fundamentos Teóricos. Curitiba. Editoras Intersaberes, 2020.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Aldeamentos jesuítas e Política colonial na bahia, Século XVIII / Revista de História 156 (1º semestre de 2007), 107-128. Acessando em 20/03/2023.

SAUER, Carl o. Geografia Cultural. In. Introdução à geografia cultural. CORRÊA, Roberto Lobato, ROZENDAHL, Zeny (Orgs). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SILVA, Ana Paula Ferreira da, et ali. Um caminho de orações e muita história: roteiro de igrejas centenárias de Campos dos Goytacazes/RJ. In. Memória do encontro de estudos do patrimônio cultura: Desafios da Preservação do Patrimônio Cultural em Campos dos Goytacazes Simonne Teixeira Wagner Nobrega Torres [Orgs.]. Campos dos Goytacazes: UENF/EDUENF, 2019.

SOARES, Eugênio. Vivendo em tempos de tirania: a Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, tão perto do Rio de Janeiro, não longe do Espírito Santo (1818-1832). Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

XEXÉO, Pedro Martins Caldas, ABREU, Laura Maria Neves de, DIAS, Mariza Guimarães. A Missão Artística Francesa: Coleção Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, 2007.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE



conhecimentolivre.org/home
contato@conhecimentolivre.org
editoraconhecimentolivre

GEOGRAFIA:

ENSINO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

VOLUME VIII